



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LX - Nº 066 - TERÇA-FEIRA, 24 DE MAIO DE 2005 - BRASILIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
<p>Presidente Renan Calheiros – PMDB – AL</p> <p>1º Vice-Presidente Tião Viana – PT – AC</p> <p>2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB – MT</p> <p>1º Secretário Efraim Moraes – PFL – PB</p> <p>2º Secretário João Alberto Souza – PMDB – MA</p>	<p>3º Secretário Paulo Octávio – PFL – DF</p> <p>4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p>Suplentes de Secretário 1º Serys Slhessarenko – PT – MT 2º Papaléo Paes – PMDB – AP 3º Alvaro Dias – PSDB – PR 4º Aelton Freitas – PL – MG</p>	
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO PMDB E DA MAIORIA – 23</p> <p>LÍDER Ney Suassuna</p> <p>Vice-Líderes Amir Lando Valdir Raupp Gilberto Mestrinho Valmir Amaral Garibaldi Alves Filho Papaléo Paes</p> <p>LÍDER DO PMDB – 23 Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela Hélio Costa Luiz Otávio Gerson Camata Leomar Quintanilha João Batista Mota</p> <p>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PL/PSB/PPS) – 23</p> <p>LÍDER Delcídio Amaral – PT</p> <p>VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p>	<p>LÍDER DO PT – 13 Delcídio Amaral – PT</p> <p>VICE-LÍDERES DO PT Robert Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT Flávio Arns – PT Fátima Cleide – PT</p> <p>LÍDER DO PTB – 3 Mozarildo Cavalcanti</p> <p>VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p>LÍDER DO PL – 4 Marcelo Crivella</p> <p>VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p>LÍDER DO PSB – 2 João Capiberibe</p> <p>LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias</p> <p>VICE-LÍDERES DO PDT (vago)</p> <p>LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT</p> <p>VICE-LÍDERES DO GOVERNO Ideli Salvatti – PT Maguito Vilela – PMDB</p>	<p>Garibaldi Alves Filho – PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – PPS</p> <p>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 29</p> <p>LÍDER José Jorge – PFL</p> <p>VICE-LÍDERES Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL</p> <p>LÍDER DO PFL – 16 José Agripino</p> <p>VICE- LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonhas Pinheiro</p> <p>LÍDER DO PSDB – 13 Arthur Virgílio</p> <p>VICE- LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Almeida Lima Flexa Ribeiro</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p>Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 4-5-2005

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 66ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 23 DE MAIO DE 2005

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagens do Presidente da República

Nº 139, de 2005 (nº 290/2005, na origem), de 18 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor João Batista Cruz, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Guiné-Biassau. 15976

Nº 140, de 2005 (nº 291/2005, na Casa de origem), de 18 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Luiz Fernando Gouvea de Athayde, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Trinidad e Tobago..... 15985

Nº 141, de 2005 (nº 297/2005, na origem), de 19 do corrente, comunicando que se ausentará do País no período de 22 a 29 de maio de 2005, para realizar visitas oficiais à República da Coreia (Seul), nos dias 23 a 25, e ao Japão (Tóquio), nos dias 26 e 27, e (Nagóia), no dia 28..... 15998

Nº 142, de 2005 (nº 299/2005, na origem), de 19 do corrente, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a indicação do Senhor Cláudio Maierovitch Pessanha Henriques para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. 15999

1.2.2 – Ofícios de Ministro de Estado

Nº 11/2005, de 5 do corrente, do Ministro das Relações Exteriores, encaminhando resposta ao Requerimento nº 175, de 2005, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. 16004

Nº 77/2005, de 18 do corrente, do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, encaminhando resposta ao Requerimento nº 79, de 2005, do Senador Arthur Virgílio..... 16004

Nº 83/2005, de 18 do corrente, do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior,

encaminhando resposta ao Requerimento nº 24, de 2005, do Senador Arthur Virgílio..... 16004

1.2.3 – Comunicações da Presidência

Arquivamento do Ofício nº S/37, de 2005 (nº 12/2005, na origem), dos Procuradores-Gerais de Justiça dos Ministérios Públicos Estaduais, uma vez que já foram escolhidas, dentre os nomes propostos, três indicações para, após sabatina da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e apreciação pelo Plenário do Senado, comporem o Conselho Nacional do Ministério Público..... 16004

Remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, da Medida Provisória nº 250, de 2005, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), para os fins que especifica, após o término do prazo para recebimento de emendas. Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria. 16004

Recebimento do Aviso nº 536, de 2005, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 540/2005-TCU-Plenário, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam referentes ao pedido de reexame do Acórdão nº 1.590/2003-TCU-Plenário, interposto por Jairo da Cruz Ferreira e Ari Pereira da Cruz. 16004

1.2.4 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2005, de autoria do Senador Álvaro Dias, que autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo de Recuperação Econômica de Foz do Iguaçu (FUNREF) e dá outras providências..... 16005

Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2005, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores, para definir como crime de responsabilidade a aplicação indevida de recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, que impliquem na suspensão do oferecimento da merenda escolar. 16006

Projeto de Lei do Senado nº 183, de 2005, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que estabelece que os benefícios da Previdência Social sejam reajustados com o mesmo percentual aplicado ao salário mínimo..... 16008

1.2.5 – Leitura de requerimentos

Nº 549, de 2005, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão as informações que menciona. 16009

Nº 550, de 2005, de autoria dos Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Suplicy, solicitando voto de pesar pelo falecimento do artista circense Waldemar Seyssel, o Palhaço Arrelia, ocorrido hoje, dia 23 de maio de 2005. 16010

Nº 551, de 2005, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando voto de aplauso ao jornalista e historiador Pedro Rocha Jucá pelo aniversário de circulação e manutenção na *internet* do site *Varanda Cuiabana*, primeiro periódico virtual da cultura mato-grossense, ocorrido em 14 de fevereiro do corrente ano. 16010

Nº 552, de 2005, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando voto de aplauso ao jornalista Alberto Dines pelo duplo aniversário do Observatório da Imprensa, que está presente na internet há nove anos, e há sete anos na versão televisionada. 16015

1.2.6 – Ofício do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Nº 44/2005, de 19 do corrente, comunicando a aprovação do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2003, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que altera o artigo 198 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1946. (Fixa o peso máximo de vinte quilograma que um empregado pode remover, individualmente). 16018

1.2.7 – Discursos do Expediente

SENADOR ALMEIDA LIMA – Solicita apoio para aprovação de projeto de lei complementar de autoria de S. Ex^a, que tem por objeto a certificação e a utilização de créditos oriundos de precatórios judiciais.. 16019

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, como Líder – Considerações sobre a punição imposta pelo Partido dos Trabalhadores ao Deputado Virgílio Guimarães. Inevitabilidade da instalação da CPI dos Correios. 16021

SENADOR MÃO SANTA – Críticas à política econômica do Governo Lula. 16022

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Transcrição, nos Anais do Senado, do artigo “Desmatamento da Amazônia já demonstra o fracasso do Governo Lula na área do meio ambiente”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**. 16024

SENADOR PAPALÉO PAES – Reflexões sobre a constante alta da taxa selic, por decisão do Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil – COPOM. 16026

SENADOR TIÃO VIANA – Cita matéria publicada no jornal **O Globo**, de 22 do corrente, intitulada “No rastro dos corruptos”, que demonstra a determinação do Governo Lula no combate à corrupção no Brasil. 16027

SENADOR PAULO OCTÁVIO – Repúdio e esclarecimentos à denúncia da revista **IstoÉ**, que atribuiu a S. Ex^a a apropriação indevida de recursos da Funcef, destinados à construção de apartamentos em Brasília. 16032

SENADOR ALVARO DIAS – Justificação a projeto de lei de sua autoria, que cria o Fundo de Recuperação Econômica de Foz do Iguaçu (FUNREF). 16036

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Defesa do Governo Lula, destacando o oportunismo da Oposição na maneira como conduz a questão da criação da CPI dos Correios, e alardeia a idéia de que todo o Governo é corrupto. Existência de um clima de golpismo no ar. Análise da política de alianças do atual Governo. 16037

SENADOR PEDRO SIMON – Reflexões sobre a elevada taxa de juros praticada pelo Banco Central do Brasil e a fantástica e impagável dívida brasileira. 16040

SENADOR JOSÉ JORGE – Comentários às declarações do Presidente Lula e do Ministro José Dirceu sobre a CPI que vai investigar suspeita de corrupção nos Correios. Declarações da Ministra Marina Silva sobre o desmatamento na Amazônia. 16045

SENADOR RENAN CALHEIROS – Preocupação com a crise que atinge os produtores brasileiros de coco. 16047

SENADOR JOSÉ SARNEY – Saudações à publicação, no **Diário Oficial** da União, do decreto que institui o grupo de trabalho que vai proceder à regularização das terras do Estado do Amapá. 16048

1.2.8 – Comunicação da Presidência

Transferência da sessão conjunta do próximo dia 25 do corrente, a realizar-se às 10 horas, para o plenário da Câmara dos Deputados. 16048

1.2.9 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR MARCO MACIEL – Registro da realização do Encontro da Internacional Democrata de Centro, ocorrida na cidade do Rio de Janeiro. Discussão da questão do *aggiornamento* do Partido da Frente Liberal. 16054

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Elogios ao trabalho da Dra. Fernanda Bianchini, apresentado no Programa Faustão, da Rede Globo de Televisão, que mostrou um corpo de balé integrado por cegos. Apelo ao Ministro da Fazenda para a liberação de financiamento aos produtores de cacau do Estado da Bahia. 16056

SENADOR PAULO PAIM – Expectativas com votação da “Pec Paralela” no Senado. Posicionamento sobre a instalação da CPI dos Correios. 16057

SENADOR DELCÍDIO AMARAL, como Líder – Estudo do Banco Mundial relativo à burocracia do Estado brasileiro. 16059

SENADORA IDELI SALVATTI – Elogios à decisão do governo federal de regulamentar as sal-

vaguardas para entrada de produtos chineses. Solenidade de início das obras da Agenda Portus, no Porto de São Francisco do Sul – SC, no qual serão revitalizados mais dez portos brasileiros. Referências à matéria “No rastro dos Corruptos”, publicada neste domingo no jornal **O Globo**, que relata as ações do governo no combate à corrupção. 16061

SENADOR **JOSÉ AGRIPINO**, como Líder – Tratamento dispensado pelo Partido dos Trabalhadores para se evitar as investigações de denúncias de corrupção em órgãos do governo federal. 16065

SENADOR **NEY SUASSUNA**, como Líder – Protesto pelo tratamento dispensado ao Nordeste, especialmente no que tange à não liberação dos recursos empenhados para socorrer as vítimas da seca no Estado da Paraíba. 16067

SENADOR **JONAS PINHEIRO** – Defesa do governador do Mato Grosso, Sr. Blairo Maggi, apontado por setores da Oposição como o responsável pelo desmatamento no Estado. 16068

1.2.10 – Leitura de requerimento

Nº 553, de 2005, de autoria dos Senadores Antonio Carlos Magalhães e Eduardo Suplicy, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Roberto Pelegrino, médico e jornalista, ocorrido no dia 23 de maio de 2005. 16071

1.2.11 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR **EFFRAIM MORAIS** – Considerações sobre a instalação da CPI dos Correios. 16071

SENADOR **CÉSAR BORGES** – Gravidade da alta taxa de mortalidade infantil no país. Apoio ao Projeto de Lei do Senado nº 155, de 2005, de autoria do Senador Gerson Camata, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências. 16072

SENADOR **ALOIZIO MERCADANTE**, como Líder – Considerações sobre a indicação do Dr. Alexandre de Moraes para compor o Conselho Superior da Magistratura. 16077

SENADOR **RAMEZ TEBET** – Prejuízos aos interesses do Brasil e também à integração sul-americana com a taxação dos *royalties* das riquezas minerais pelo Congresso boliviano. 16077

SENADOR **ARTHUR VIRGÍLIO**, como Líder – Comentário ao episódio da rejeição do nome Dr. Alexandre de Moraes, para compor o Conselho Superior da Magistratura. 16079

SENADOR **ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** – Posicionamento contrário ao pronunciamento do Senador Aloizio Mercadante. 16081

SENADOR **ALOIZIO MERCADANTE** – Réplica ao discurso do Sr. Antonio Carlos Magalhães. 16082

SENADOR **ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** – Contradita ao pronunciamento do Sr. Aloizio Mercadante. 16082

SENADOR **ALOIZIO MERCADANTE** – Referências ao pronunciamento do Sr. Antonio Carlos Magalhães. 16083

SENADOR **ARTHUR VIRGÍLIO** – 16083

SENADOR **EDUARDO SUP LICY** – Importância da reunião da bancada do Partido dos Trabalhadores, convocada para amanhã, a fim de tratar-se da questão da instalação da CPI dos Correios. Proposta da realização de um jogo de futebol da Seleção Brasileira com a seleção da Coréia do Sul e outro com a seleção da Coréia do Norte, visando à reunificação e pacificação entre a relação entre ambas as Coréias. 16084

1.2.12 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR **ANTERO PAES DE BARROS** – Registro de matéria intitulada “retificação de IR de Meirelles pode ter sido feita em computador da Receita”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 14 de abril do corrente. 16088

1.2.13 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária, amanhã, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 16089

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADO RENAN CALHEIROS, EM 23-5-2005

SENADO FEDERAL

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

4 – SECRETARIA DE COMISSÕES

5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

10 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

11 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

12 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

13 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

14 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

15 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO

Ata da 66ª Sessão Não Deliberativa, em 23 de maio de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Viana, Efraim Morais
Papaléo Paes, Alvaro Dias, Paulo Paim e Jonas Pinheiro.*

(Inicia-se a sessão às 14 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, mensagens que serão lidas pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidas as seguintes:

MENSAGEM Nº 139, DE 2005 (Nº 290/250, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição e com o disposto nos arts. 18, I, e 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor João Batista Cruz, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Guiné-Bissau.

Os méritos do Ministro João Batista da Cruz que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 18 de maio de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM Nº 148/DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 13 de maio de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal e com o disposto nos arts. 18, I e 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor João Batista Cruz, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Guiné-Bissau.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e **curriculum vitae** do Ministro João Batista Cruz que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Celso Luiz Nunes Amorim.**

INFORMAÇÃO CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE JOÃO BATISTA CRUZ

CPF.: 092.153.956-87

ID.: 6381 MRE

- 1944 Filho de João Cruz Gonçalves e Sebastiana Maria, nasce em 24 de junho, em Belo Horizonte/MG
- 1976 Terceiro Secretário, concurso, em 06 de fevereiro.
- 1976 Divisão de Cooperação Intelectual, assistente.
- 1977 Embaixada em Port-of-Spain, Encarregado de Negócios.
- 1978 Embaixada em Atenas, Terceiro, Segundo Secretário e Encarregado de Negócios durante a ausência do titular
- 1979 Segundo Secretário, por antiguidade, em 21 de junho.
- 1979 Embaixada em Trípoli, Encarregado de Negócios.
- 1980 Embaixada em Beirute, Encarregado de Negócios.
- 1980 Embaixada em Santiago, Segundo Secretário.
- 1983 Ordem Bernardo O'Higgins, Chile, Cavaleiro.
- 1984 Departamento de Cooperação e Divulgação Cultural, assessor.
- 1986 Departamento da África, assessor.
- 1986 Primeiro Secretário, por merecimento, em 13 de dezembro.
- 1987 Consulado-Geral em Montevidéu, Cônsul-Adjunto e Encarregado do Consulado na ausência do titular
- 1991 Embaixada em La Paz, Primeiro Secretário e Encarregado de Negócios na ausência do titular

- 1991 Consulado Geral em Santa Cruz de la Sierra, Encarregado.
- 1992 Consulado em Cochabamba, Encarregado.
- 1993 Divisão de Instituições de Ensino e Pesquisa, chefe.
- 1994 Conselheiro, por merecimento, em 16 de dezembro.
- 1995 Embaixada em Roma, Conselheiro.
- 1995 Embaixada em Jacarta, Encarregado de Negócios.
- 1998 Consulado-Geral em Assunção, Cônsul-Geral Adjunto e Encarregado do Consulado na ausência do titular
- 2001 CAE, IRbr - O Paraguai Pós-Stroessner: Autoritarismo e Democracia.
- 2001 Ministro Segunda Classe, por merecimento, em dezembro
- 2002 Departamento da África e Oriente Próximo, assessor.
- 2002 "CPLP: Oportunidades e Perspectivas", editora IPRI/FUNAG.
- 2003 Embaixada na Guatemala - Encarregado de Negócios
- 2004 Embaixada em Dacar - Encarregado de Negócios
- 2005 Revista DEP - Diplomacia Estratégia e Política, co-editor.

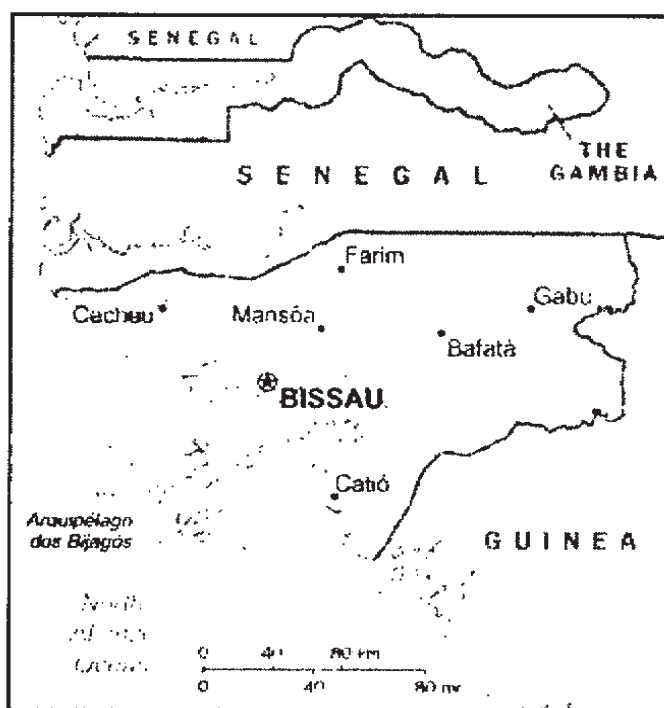

CLAUDIA D'ANGELO

Diretora do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Subsecretaria-Geral Política
DEPARTAMENTO DA ÁFRICA
Divisão da África - II

INFORMAÇÃO BÁSICA

GUINÉ BISSAU - DADOS BÁSICOS



NOME OFICIAL	REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU
CAPITAL	BISSAU
ÁREA	36,125 KM2
POPULAÇÃO	1,4 MILHÃO ¹
LÍNGUA	PORTUGUÊS, CRIOULO E 20 IDIOMAS NATIVOS
SISTEMA POLÍTICO	REPÚBLICA PARLAMENTARISTA

¹ Estimativa para Julho de 2004.

CHEFE DE ESTADO	HENRIQUE ROSA
CHEFE DE GOVERNO	CARLOS GOMES JÚNIOR
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	SAMBU SOARES
IDH	0,373 – 166º LUGAR (2003)
PIB (PPP)	US \$1.164 BILHÕES (2003)
PIB PER CAPITA (PPP)	US \$900 (2003)
UNIDADE MONETÁRIA	FRANCO CFA

POLÍTICA INTERNA

A história da Guiné Bissau está ligada à do arquipélago de Cabo Verde, outra ex-colônia portuguesa. Em 1956, o intelectual cabo-verdiano Amílcar Cabral fundou, no exílio, o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), cujo ideal era a independência da Guiné Bissau e a união com Cabo Verde. A guerrilha contra a metrópole portuguesa teve início em 1961. Em 1973, Amílcar Cabral foi assassinado e os guineenses proclamaram a independência, reconhecida pelo governo português em 1974. Luís Cabral – irmão de Amílcar – assumiu a Presidência e instituiu um regime de orientação marxista liderado pelo PAIGC, o único partido legal.

Em 1980, Cabral foi deposto por um golpe de estado chefiado pelo General João Bernardo "Nino" Vieira, também veterano do partido. O golpe selou a separação entre o PAIGC da Guiné Bissau e o de Cabo Verde, abortando o processo de unificação dos dois países.

O processo de transição para a democracia começou em 1990. Em maio de 1991, o país adotou o pluripartidarismo. Apesar da abertura política, o Governo adiou as eleições até julho de 1994, quando o PAIGC obteve maioria na Assembleia Nacional, e "Nino" Vieira foi eleito presidente, em pleito considerado justo pelos observadores internacionais.

O mandato do Presidente "Nino" Vieira caracterizou-se por grave crise econômica e social. Nesse contexto, em junho de 1998, eclodiu uma crise civil na Guiné-Bissau, que levou à queda de "Nino" Vieira, à assinatura de um Acordo de Paz e à instalação de um Governo de Unidade Nacional, depois confirmado pela vontade popular, em eleições realizadas em Novembro de 1999 e Janeiro de 2000. Foi

eleito Presidente da República Koumba Ialá, líder do Partido da Renovação Social (PRS), que também foi vitorioso nas eleições legislativas.

O Presidente Koumba Ialá, eleito em 2000, não foi capaz de estabilizar o país e fortalecer as instituições nacionais. Em novembro de 2002, na sequência da disputa em torno da promulgação de nova Constituição, que restringiria os poderes do Presidente, o mandatário guineense resolveu dissolver o Parlamento e convocar eleições legislativas antecipadas. Passaram a ocorrer, então, inúmeros casos de restrições à independência do Judiciário e à liberdade de imprensa, além de detenções arbitrárias de políticos da oposição. A administração do Estado era unanimemente apontada como ineficiente e corrupta, com atrasos no pagamento do funcionalismo público chegando a alcançar meses, e a economia do país permanecia paralisada. Em 14 de setembro de 2003, um golpe militar levou à deposição do Presidente Koumba Ialá (que depois renunciaria formalmente ao cargo).

Em 28 de setembro de 2003, após duas semanas de intensa negociação entre o Comitê Militar e as forças políticas domésticas, incluindo os partidos e a sociedade civil, bem como de movimentação diplomática, na qual a CPLP atuou em coordenação com Comunidade Econômica do Estados da África Ocidental (CEDEAO), foi assinada a Carta de Transição Política. Esse documento estabelece a organização do Estado até a realização das próximas eleições legislativas, que deveriam ocorrer num período de seis meses, e presidenciais, no máximo, até um ano após a instalação do novo Parlamento. Foram empossados como Presidente e Primeiro-Ministro de transição, respectivamente, os Senhores Henrique Rosa e Antônio Artur Sanhá, este posteriortmente substituído por Carlos Gomes Júnior. Como os demais membros do governo de transição, não poderão ser candidatos a reeleição. Na ausência de um Parlamento, foi criado, para o período de transição, um Conselho Nacional de Transição

Apesar das dificuldades encontradas pelo governo de transição, recente relatório do Grupo Consultivo “Ad Hoc” do ECOSOC para a Guiné Bissau afirma que as metas estabelecidas no documento de transição política vêm sendo integralmente cumpridos, como a posse dos membros da Assembléia Nacional eleitos em 28 de março e a transferência do poder do Conselho Nacional de Transição para o governo que emergiu da nova relação de forças parlamentares. O Governo adotou, ademais, medidas voltadas à diminuição das tensões, com a libertação de militares detidos, sem julgamento, pelo anterior Governo, e o levantamento de restrições à livre movimentação de pessoas pelo território nacional. Na área

econômica, o novo Governo, ao reiterar o compromisso em manter boa governança, tem envidado esforços para assegurar melhores condições de transparência e rigor na gestão das contas públicas.

Entretanto, em 6 de outubro de 2004, ocorreu uma sublevação militar no país. Os militares sublevados, ex-integrantes da força de paz enviados pela Guiné-Bissau à Libéria, protestavam contra as precárias condições de vida nos quartéis e a suposta corrupção da alta cúpula das forças armadas. Eles exigiam o pagamento de salários de 2003 e aqueles devidos no contexto da operação de paz acordado com a Missão das Nações Unidas na Libéria (UNOMIL).

A revolta de 6 de outubro de 2004 terminou com o assassinato do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, General Veríssimo Correia Seabra e do responsável pelo setor de informações do exército, General Domingos Barros.

Ela representou um sério golpe à expectativa que vinha sendo depositada no processo de transição iniciado em 28 de setembro de 2003 e à administração do Presidente Henrique Rosa, até então, conforme foi mencionado, amplamente elogiada no sentido de que vinha recuperando parte da credibilidade perdida pela Guiné Bissau na última década, sobretudo durante o mandato do Presidente Koumba Ialá.

Assim, no plano político, foram cumpridos os compromissos constantes da Carta de Transição: eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Corte Suprema de Justiça (janeiro de 2004); realização das eleições legislativas (março de 2004); instalação da Assembléia Popular Nacional e conseqüente posse do novo governo, encabeçado pelo Primeiro Ministro Carlos Gomes Júnior (maio de 2004). Mais recentemente, foram indicados os membros da nova Comissão Nacional de Eleições, já com vistas às eleições presidenciais marcadas para o dia 19 de junho de 2005, que deverão concluir o processo de transição.

A recente crise militar não teve conseqüências políticas imediatas para o governo, mas demonstrou a precariedade de um esforço de estabilização baseado em instituições extremamente frágeis e em uma economia estagnada, fatores de discórdia numa sociedade habitualmente fragmentada. Ela evidenciou a necessidade de se atribuir prioridade máxima à reestruturação das Forças Armadas e de retirar-lhes o papel que vêm desempenhando de árbitro da vida política. Por fim, como defende o Brasil juntamente com outros países, a crise atual demonstra a necessidade de que se intensifique o apoio internacional à estabilização e a retomada do desenvolvimento do país, interrompido com a Guerra Civil de 1998.

O Banco Mundial poderá conceder US\$ 10 milhões, até julho de 2005, para reforçar o orçamento do Governo da Guiné-Bissau, mas condiciona a liberação dos recursos à estabilização política do país. A concretizar-se tal apoio, este se somaria aos 9 milhões de Euros que a União Européia deverá disponibilizar em agosto, igualmente destinados a cobrir o déficit orçamentário, de 27 milhões de Euros, previsto para 2005. O apoio do Banco Mundial ocorre no quadro da Reunião de Doadores, em fevereiro de 2005, em Lisboa.

ECONOMIA

A Guiné-Bissau é fortemente dependente de ajuda externa: 55% de seu orçamento vêm da assistência oficial de outros governos..

A agricultura é o setor mais dinâmico da economia e que emprega mais de 80% da força de trabalho. Grande parte da produção volta-se para a subsistência. Ainda assim, a Guiné Bissau é um dos poucos países da África em condições de exportar alimentos – como peixes, castanha de caju e algodão.

A situação econômica continua muito difícil, persistindo a estagnação observada após a guerra civil de 1998 a 1999. O Estado não tem recursos para pagar os funcionários públicos, dependendo de apoio financeiro externo até mesmo para pagar os salários dos militares.

O atual governo de transição vem obtendo bons resultados também no plano econômico, tendo preenchido os requisitos necessários para a retomada do diálogo com os principais organismos financeiros internacionais e com os representantes da comunidade doadora. Em dezembro de 2004 foi realizada, em Lisboa, a Conferência de Doadores.

POLÍTICA EXTERNA

A ação externa do país está voltada essencialmente para os objetivos básicos de maximizar e diversificar a ajuda externa, de que é extremamente dependente, e de promover a integração regional. Sendo país pequeno e pobre, vê num sistema multilateral reforçado uma oportunidade adicional para a obtenção da ajuda externa de que tanto necessita. Assim, a Guiné-Bissau tem manifestado interesse no fortalecimento do sistema de integração africano, integrando a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e a União Africana (UA).

Seu mais importante parceiro é a União Européia (UE), não somente pela cooperação econômica e técnica diretamente prestada, como também pelo apoio na concessão de empréstimos, financiamentos e doações dos organismos econômicos multilaterais.

O país faz parte da União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA), que congrega também o Benin, Burkina Faso, Costa do Marfim, Mali, Niger, Senegal e Togo.

RELAÇÕES COM O BRASIL

São amistosas e cooperativas, as relações do Brasil com a Guiné-Bissau. Embora ainda não muito expressiva, inclusive pelas dificuldades de interlocução com as autoridades e instituições locais, a cooperação prestada pelo Brasil nas áreas educacional, técnica e cultural é sempre bem acolhida.

O Governo brasileiro, ciente da necessidade de apoiar os esforços de democratização e estabilização do país, aprovou, em 2001, o estabelecimento de parceria especial com a Guiné-Bissau, buscando priorizar programas de cooperação com o país. projetos bilaterais. Destacam-se, nesse contexto, o “Apoio ao Programa de Doenças Sexualmente Transmissíveis e SIDA” e o “Centro de Formação Profissional e Promoção Social de Bissau (SENAI)”, já em fase de instalação.

O Brasil acaba de enviar à Guiné-Bissau missão do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, integrada por quatro funcionários, para dar apoio técnico às eleições presidenciais marcadas para o dia 19 de junho de 2005. Além de ter sido efetivada a doação de 25 computadores, a serem utilizados no cadastramento de eleitores e durante o próprio pleito.

Está também sob negociação programa de cooperação técnica na área militar, sob a responsabilidade do Ministério da Defesa do Brasil.

Por fim, vale mencionar a possibilidade de adoção de mecanismos de redução da dívida externa da Guiné Bissau com o Brasil. Em 2000 ela alcançava cerca de US\$ 6,331 milhões e a dívida vincenda subia a US\$ 20,068 milhões.

BALANÇA COMERCIAL BILATERAL

Intercâmbio Comercial (USD mil)	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004²
Exportações Brasileiras	118,00	177,00	125,00	273,00	181,37	257,52	50,74
Importações Brasileiras	-	-	-	-	-	-	-
Saldo	118,00	177,00	125,00	273,00	181,37	257,52	50,74
Total do Comércio	118,00	177,00	125,00	273,00	181,37	257,52	50,74

² Dados de janeiro - maio.

Aviso nº 482 – C. Civil

Em 18 de maio de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Morais
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor João Batista Cruz, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Guiné-Bissau.

Atenciosamente, – **José Dirceu de Oliveira e Silva**, Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

MENSAGEM Nº 140, DE 2005

(Nº 291/2005, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição e com o disposto nos arts. 18, I, e 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Luiz Fernando Gouvea de Athayde, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro

Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Trinidad e Tobago.

Os méritos do Embaixador Luiz Fernando Gouvea de Athayde que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 18 de maio de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM Nº 149/DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 13 de maio de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal e com o disposto o nos artigos 18, I e 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 5º do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Luiz Fernando Gouvea de Athayde, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Trinidad e Tobago.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e curriculum vitae do Embaixador Luiz Fernando Gouvea de Athayde que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Celso Luiz Nunes Amorim**.

INFORMAÇÃO CURRICULUM VITAE


MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE LUIZ FERNANDO GOUVEA DE ATHAYDE

CPF.: 6206034704

ID.: 2558 MRE/DF

- 1945 Filho de Alair Athayde e Maria Elisa Gouvêa de Athayde, nasce em 03 de novembro, no Rio de Janeiro/RJ
- 1967 Letras pela UERJ/RJ, em 12 de dezembro
- 1968 CPCD- IRBr
- 1968 Terceiro Secretário, em 17 de outubro
- 1968 Divisão de Cooperação Técnica, assistente
- 1971 Delegação junto à UNESCO, Paris, Terceiro e Segundo Secretário
- 1972 Segundo Secretário, em 11 de maio
- 1975 Embaixada no México, Segundo Secretário
- 1976 Departamento de Cooperação Cultural, Científica e Tecnológica, assessor
- 1977 Embaixada em Kingston, Encarregado de Negócios, missão transitória
- 1977 Divisão de Informação Comercial, assistente
- 1978 XI Feira Internacional de Santa Cruz de la Sierra, Diretor-Geral do Pavilhão
- 1978 EXPO BRASIL 78, I Exposição Industrial Brasileira na Austrália, Sydney, Diretor-Geral
- 1979 Consulado-Geral em Los Angeles, Cônsul-Adjunto e Encarregado do Consulado na ausência do titular
- 1979 Primeiro Secretário, por antiguidade, em 02 de março
- 1981 Embaixada em Quito, Primeiro Secretário
- 1984 Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, assessor
- 1985 Divisão de Informações Econômicas, Chefe
- 1985 Embaixada em Kingston, Primeiro Secretário, missão transitória
- 1986 Embaixada em Praia, Encarregado de Negócios, missão transitória
- 1986 Conselheiro, por merecimento, em 16 de dezembro
- 1987 Departamento Econômico, assessor
- 1987 "Resenha Econômica do Ministério das Relações Exteriores", Editor

- 1987 Embaixada em Nova Delhi, Conselheiro e Encarregado de Negócios na ausência do titular
- 1988 Embaixada em Nova Delhi, Encarregado de Negócios
- 1989 Consulado-Geral em Nova York, Cônsul-Geral adjunto e Chefe, substituto, do SECOM
- 1990 CAE-IRBr- A Tensão como Fator Determinante das Relações entre a Índia e o Paquistão: Estudo sobre suas causas e consequências. Subsídios para uma Visão Brasileira
- 1993 Divisão de Formação e Treinamento, Chefe
- 1993 Medalha "Mérito Santos-Dumont", Ministério da Aeronáutica, Brasil
- 1993 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 24 de junho
- 1994 Consulado-Geral em Toronto, Cônsul-Geral
- 2000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Assessoria de Assuntos Internacionais, Chefe
- 2001 Reunião do Grupo Revisor da Implementação do Mandato da Cúpula das Américas sobre Agricultura e Vida Rural, São José da Costa Rica, Chefe de delegação
- 2004 Secretaria de Estado das Relações Exteriores, à disposição da DP

**CLAUDIA D'ANGELO**

Diretora do Departamento do Serviço Exterior

TRINIDAD E TOBAGO

Mapa da República de Trinidad e Tobago



Bandeira de Trinidad e Tobago



Trinidad e Tobago – Dados Básicos¹

Nome oficial	República de Trinidad e Tobago
Capital	Port of Spain
Sistema de Governo	Democracia Parlamentar
Superfície	5.128 km ²
População	1.096.585 habitantes (Estimativa 2004) ²
Densidade demográfica	213,84 habitantes por km ²
PIB	US\$ 10,3 bilhões (Estimativa 2003)
Renda per capita	US\$ 9.400,00

Perfil

As ilhas de Trinidad e Tobago, as duas mais meridionais da cadeia das Antilhas, foram descobertas por Cristóvão Colombo em 1498. Habitavam as ilhas pelo menos sete grupos aborígenes, dentre os quais os mais importantes correspondiam às etnias Aruaque e Caraíba, que foram praticamente dizimados, restando presença sem expressão demográfica.

Trinidad foi mantida sob soberania espanhola até 1797. Tendo em vista a rarefação populacional de então, em 1783, a coroa espanhola estabeleceu política de incentivo à imigração de católicos romanos, por meio da “Cédula Real de População”, que originou um fluxo migratório de maior expressão, quase todo composto por franceses da Europa e das Antilhas, foragidos da Revolução, além de negros libertos e escravos do Caribe francês. Esse aporte marcou a demografia e a cultura de Trinidad e Tobago. Ainda hoje, apesar do longo período colonial inglês e a posterior influência de seitas norte-americanas, verifica-se forte presença católica e preservação de posição economicamente privilegiada dos descendentes dos franceses.

Em 1797, uma expedição britânica derrotou as pequenas forças espanholas estacionadas na ilha. O Tratado de Amiens, em 1802, garantiu à Inglaterra a posse das duas ilhas, que a coroa inglesa uniu administrativamente em 1892. Durante o período colonial britânico, persistiu o tráfico de escravos para o trabalho nas plantações de cana-de-açúcar. Com a abolição da escravatura, em 1834, houve necessidade de se buscarem formas alternativas de trabalho e a imigração se diversificou: portugueses da Ilha da Madeira e outros europeus, ingleses, escoceses, irlandeses, franceses, alemães e

¹ Fonte – EIU. The Economist Intelligence Unit. Country Viewswire December 2004.

suiços. Em 1844, o Governo britânico iniciou a importação de mão-de-obra indiana em um sistema contratual de escravidão temporária atenuada, conhecido como “indenture work”², que vigorou até os primeiros anos do século XX. Os primeiros chineses chegaram em 1849, também no sistema de “indenture work”, mas seu fluxo migratório interrompeu-se em 1866. As correntes migratórias provenientes da Europa, da África, da Índia, da China e, mais recentemente, do Oriente Médio, configuraram Trinidad e Tobago como um país de complexa demografia, o que o distingue de outros países do Caribe anglófono, onde ocorre acentuada predominância de descendentes de africanos.

Novos arranjos coloniais concederam às ilhas gestão sobre os assuntos domésticos. O Movimento Nacional do Povo – PNM, fundado por Eric Williams, passou a dominar o Conselho Legislativo. Eric Williams assumiu o cargo de Ministro-Chefe e, em 1958, Trinidad e Tobago passou a integrar a Federação das Índias Ocidentais.

A independência ocorreu em 31 de agosto de 1962. O país tornou-se membro da Comunidade Britânica, com a Rainha Elizabeth II como Chefe de Estado, representada por um Governador-Geral.

Em 1976, os trinitários optaram pelo sistema republicano de Governo, permanecendo, porém, dentro da Comunidade. O Presidente da República passou a ser o Chefe de Estado.

A política interna de Trinidad e Tobago esteve dominada, de 1956 a 1986, pelo Movimento Nacional do Povo – PNM. O partido refletia os projetos nacionais de seu líder personalista, que conduziu o país à independência política. Williams governou até sua morte, em 1981, e manteve a oposição desarticulada, o que permitiu ao já então combalido PNM permanecer no poder até as eleições de 1986.

Em 1986, a derrota do PNM para a Aliança Nacional para a Reconstrução – NAR, do Primeiro-Ministro Arthur Robinson, marcou período de transição política, no qual afloraram nascentes lideranças, muitas delas reveladoras do processo de reequilíbrio étnico iniciado em décadas anteriores.

Evento de 1990 repercute até hoje na vida política de Trinidad e Tobago: membros da seita religiosa “Jamaat al-Muslimeen”, integrada essencialmente por negros convertidos ao islamismo, atacaram o edifício do Parlamento e tomaram como reféns os mais altos funcionários da administração pública. A tentativa golpista fracassou, pois as forças militares, com apoio dos EUA, do Reino Unido e

² <<http://www.infoplease.com/ipa/A0107443.html>> em 28 de janeiro de 2005.

dos demais membros da CARICOM, subjugaram o levante armado. A seita permanece, no entanto, ativa e o PNM tem sido acusado de apoiar o grupo por interesses eleitorais.

Na medida em que a NAR, em razão da sua incapacidade de lidar com os problemas sociais e econômicos, deixou paulatinamente de refletir o embate político bipolar entre as etnias africana e indiana, o PNM, agora liderado por Patrick Manning, voltou ao poder em 1991. O Congresso Nacional Unido – UNC começou, então, a despontar como partido defensor dos interesses da etnia indiana.

Em 1995, o Governo passou por momentos de crise política, que fizeram com que Patrick Manning adiantasse as eleições gerais para novembro daquele ano. O resultado das eleições foi contrário às expectativas de Manning, pois tanto o PNM quanto o UNC obtiveram o mesmo número de assentos no Parlamento. Negociações levaram à formação de um Governo de coalizão, liderado pelo Primeiro-Ministro Basdeo Panday (UNC), que designou Arthur Robinson (NAR) como Ministro Extraordinário. Panday foi o primeiro governante trinitário de ascendência indiana, defendendo uma política de "unidade", a despeito de diferenças étnicas e religiosas.

Em 1997, Arthur Robinson foi eleito Presidente da República. Teve seu mandato prorrogado até 2003, em função dos resultados das eleições gerais de 2001, nas quais se configurou novo empate entre o UNC e o PNM. Depois de longas negociações, Basdeo Panday foi substituído por Patrick Manning como Primeiro-Ministro. O Presidente Arthur Robinson foi substituído, em março de 2003, pelo atual Presidente da República, George Maxwell Richards.

Nas eleições gerais de outubro de 2002, o PNM obteve cômoda maioria (a mais significativa desde 1991) sobre o UNC, o que fez com que Manning fosse confirmado como Primeiro-Ministro por um prazo que poderá estender-se até a cinco anos. A vitória do PNM foi vista como devida menos aos méritos de Patrick Manning do que aos deméritos do UNC.

O maior desafio para a atual administração tem sido o crescimento da violência, traduzida sobretudo em seqüestros de empresários. Manning anunciou várias medidas para conter esses surtos de violência. As críticas ao governo provenientes, sobretudo, de empresários, centram-se principalmente em alegações de que as respostas a tais delitos por parte da administração são lentas e ineficazes.

Em 2003, foi divulgado plano para combater o crime organizado. Enquanto não consegue êxito no combate à violência, o Governo vem concentrando esforços também no aumento de gastos visando à melhoria da situação social e ao desenvolvimento econômico, aproveitando os resultados favoráveis da indústria energética. Um dos pontos mais destacados pelo governo, da plataforma do

PNM, é o "Visão 2020", por meio do qual o partido pretende transformar o país em uma nação do primeiro mundo.

Nos primeiros anos após a independência, a política externa de Trinidad e Tobago foi marcada pela presença de Eric Williams. Líder carismático, Williams, acumulava as funções de Primeiro-Ministro e Ministro das Relações Exteriores, e procurou exercer papel de relevo no contexto regional. Sua tarefa foi muito facilitada pela bonança dos petrodólares; Trinidad e Tobago passou a ser um dos pólos de liderança no Caribe anglófono, disputando posições com a Jamaica e irradiando influência sobre os outros Estados insulares de menor expressão.

Apesar da retórica independentista nas instâncias internacionais, de que é exemplo a então destacada atuação trinitária como membro do Movimento dos Não-Alinhados, a política exterior trinitária refletiu, em uma primeira fase, os especiais laços com a Grã-Bretanha herdados do sistema colonial e, mais recentemente, sua relação privilegiada com os Estados Unidos da América.

Procurando contrabalançar o que considera peso excessivo da presença comercial, política e cultural norte-americana, o Governo trinitário tem procurado estabelecer outros pólos de relacionamento, dentre os quais merecem destaque:

a) **Renovação dos laços com a Europa.** O país tem procurado manter um relacionamento especial com a Europa, em particular com a Grã-Bretanha. Em junho de 2000, o Acordo de Lomé foi substituído pelo Acordo de Cotonou, assinado no Benin entre a União Européia e setenta e sete Estados do Grupo ACP (Ásia, Caribe e Pacífico), formado em sua maioria por ex-colônias européias, que redefine as relações comerciais, políticas e econômicas entre a Europa e suas ex-colônias. Elemento chave para a concretização dessa meta é a promoção do papel do setor privado nas negociações.

b) **Estreitamento dos laços com o Canadá.** Tendo em vista especialmente os laços históricos e o relevante fluxo migratório trinitário para aquele país, o Governo de Trinidad e Tobago demonstra interesse no estreitamento dos laços entre Port of Spain e Ottawa, incentivando sua já expressiva presença comercial nas duas ilhas caribenhas. Os investimentos canadenses em Trinidad e Tobago elevam-se a US\$ 4 bilhões.

c) **Aproximação com a América do Sul.** O Governo trinitário demonstra grande interesse em um relacionamento mais estreito com o MERCOSUL, com natural ênfase, em termos bilaterais, na aproximação com o Brasil e a Argentina. Ao mesmo tempo, busca conseguir o apoio de Brasília à aspiração de ver sediado em Port of Spain o Secretariado da Área de Livre Comércio das Américas –

ALCA, tema prioritário da agenda diplomática da Chancelaria. Destacam-se as intensas relações entre Trinidad e Tobago e a Venezuela, país vizinho ao qual Port of Spain confere grande prioridade. Em agosto de 2003, o primeiro mandatário venezuelano afirmou que “devia a Trinidad e Tobago quinhentos mil anos de amor e gratidão”, referindo-se ao embarque de quinhentos mil barris de petróleo enviados por Trinidad e Tobago em 2002, no auge da crise política que quase estrangulou a economia venezuelana. Dias após a visita de Chávez a Port of Spain, foi assinado Memorandum de Entendimento para a unificação de exploração de jazidas de petróleo. Chávez declarou que o referido memorandum “pavimentaria o caminho de seu grande plano para a América Latina e os países caribenhos de estabelecer uma companhia multinacional de petróleo, a Petroamérica ou Petrosul, com suas reservas de gás e de petróleo”. Estuda-se a possibilidade de se construir um duto submarino para transporte de gás natural, com o que Trinidad e Tobago estaria em condições de fornecer o produto a quase toda a região.

d) Estreitamento dos laços com a Índia. O Governo trinitário tem tradicionalmente procurado maior aproximação com países de traços étnicos comuns. Na gestão do primeiro Chefe de Governo de etnia indiana, a Índia recebeu qualificada atenção.

e) Relações com a República Popular da China. As relações entre Port of Spain e Pequim têm-se desenvolvido em ritmo positivo há trinta anos. Existem acordos sobre bitributação e sobre promoção e proteção de investimentos. O asfalto ocupa lugar prioritário no intercâmbio comercial bilateral.

f) Busca de diálogo com o continente africano. Ainda no campo da aproximação com países de traços étnicos comuns, registra-se a busca de diálogo com países africanos, em especial com a Nigéria. As tentativas de aproximação trinitária não corresponderam de todo às expectativas de Port of Spain, em razão, principalmente, da limitada capacidade de resposta dos interlocutores africanos.

g) Expectativa de liderança no Caribe. O Governo trinitário aspira a um papel de preeminência no contexto geopolítico do Caribe, em especial no Caribe anglófono, onde compete com a Jamaica e Barbados como centro de referência para Estados de menor expressão. Assim, a Chancelaria trinitária promove participação ativa nos numerosos organismos sub-regionais, com ênfase para a CARICOM. Em um contexto regional mais abrangente, Trinidad e Tobago conseguiu obter que a sede do Secretariado da Associação dos Estados Caribenhos – AEC/ACS fosse instalada em Port of

Spain. Tais circunstâncias deram origem, em alguns setores, a um discurso segundo o qual Port of Spain seria a “capital diplomática do Caribe”.

h) **Relações multilaterais.** Trinidad e Tobago tem sempre professado apoio à ONU e à OEA, bem como às diversas organizações interamericanas. Seu interesse sobre os dois primeiros organismos foi, em 1989, aumentado pela candidatura de Nita Barrow, de Barbados, à presidência da AGNU, pela qual o país se empenhou, como também pela posse, em 1990, na Secretaria-Geral Adjunta da OEA, do então Embaixador trinitário em Caracas, Christopher Thomas, reeleito em 1995. O mesmo ocorreu por ocasião da candidatura de Julian Hunte à presidência da 58ª AGNU.

i) **Relações com os EUA.** Apesar do grande peso da presença comercial, política e cultural dos Estados Unidos, Trinidad e Tobago continua mantendo algumas diferenças de posição com Washington, como as que se observam nas discussões de alguns pontos de negociação sobre a ALCA, na resistência à pressão norte-americana para que seus militares sejam isentos de processos pelo Tribunal Penal Internacional e sobre as circunstâncias que envolveram o afastamento do ex-presidente Jean-Bertrand Aristide do Haiti.

j) **Relações com Barbados.** As relações com Barbados foram negativamente afetadas pela decisão deste último país de submeter a disputa sobre sua Zona Econômica Exclusiva ao Tribunal das Nações Unidas, em Hamburgo, sobre o Direito do Mar. Embora o litígio venha girando em torno de direitos de pesca, adquire contornos mais sérios pelo potencial de reservas de petróleo e gás na região. Tanto Barbados quanto a Guiana demonstram preocupação com a possibilidade de que o Tratado de Delimitação Marítima assinado entre Trinidad e Tobago e Venezuela em 1990 venha a infringir direitos em sua Zona Econômica Exclusiva – ZEE. Em março de 2004, os dois países ratificaram o acordo assinado em dezembro de 2003 sobre cooperação na ZEE.

A economia de Trinidad e Tobago é a mais diversificada e industrializada do Caribe anglófono, em função, sobretudo, das reservas de petróleo e de gás natural que atraem investimentos para indústrias do setor energético. O país possui também um dos maiores depósitos de asfalto do mundo, tendo sua indústria se desenvolvido a partir de 1991.

Historicamente, açúcar, cacau e tabaco foram os principais produtos da pauta de exportações trinitária. Atualmente, entretanto, a agricultura representa pequena parte do PIB de Trinidad e Tobago.

Nos anos 90, graças a medidas de privatização, ajuste fiscal e liberalização comercial, supervisionadas pelo FMI e pelo Banco Mundial, Trinidad e Tobago experimentou importante crescimento econômico: 3,2% em 1998, 7,1% em 1999, 6,9% em 2000, 5,0% em 2001, 3,1% em 2002 e 3,7% em 2003. Nos primeiros dez meses de 2003, a atividade econômica de Trinidad e Tobago aumentou devido, primariamente, ao setor energético.

O atual governo do PNM tem como uma de suas metas principais o aumento dos gastos sociais e de infra-estrutura, a partir de maior arrecadação de impostos no setor de energia.

Afetado em consequência dos atentados de 11 de setembro de 2001, o setor de turismo vem apresentando algum crescimento, embora não represente para Trinidad e Tobago o mesmo papel relevante que em outras economias caribenhas.

O Primeiro-Ministro Patrick Manning declarou que o ano de 2004 teria como tema principal o “delineamento do trajeto para 2020”, cuja primeira fase implica medidas nas áreas de educação, saúde, habitação, serviços sociais e segurança pública.

O comércio exterior de Trinidad e Tobago baseia-se quase exclusivamente no setor petrolífero. A falta de descoberta de novas reservas do produto nos últimos anos tem causado quedas na produção. Assim, o Governo trinitário passou a efetuar importantes investimentos em atividades exploratórias, além de ampliar a exploração do gás natural.

Principal parceiro comercial de Trinidad e Tobago, os EUA fornecem a maior parte das importações trinitárias e são destino de importante parcela das exportações do país.

A CARICOM também constitui importante mercado para as exportações de Trinidad e Tobago. Os principais países de destino na referida comunidade são Jamaica, Barbados e Guiana.

Trinidad e Tobago tem tido papel bastante importante na iniciativa de um mercado e economia únicos do Caribe (Caribbean Single Market and Economy – CSME). A implementação do CSME é aguardada para 2005. Em essência, o CSME consistirá em um bloco comercial, cujo objetivo é o de fortalecer a capacidade negociadora da região e permitir participação com maiores benefícios na ALCA. Um dos objetivos de um mercado único é o de maximizar as capacidades produtivas visando à penetração, com êxito, nos mercados externos.

Trinidad e Tobago tem procurado diversificar seus mercados. Nesse contexto, tem recentemente buscado uma aproximação mais significativa com o “North American Free Trade Agreement – NAFTA” e com o MERCOSUL. A Índia desponta como atraente alternativa de comércio, dado representar importante componente étnico na sociedade trinitária.

As importantes jazidas de asfalto a céu aberto com que conta o país fornecem produto que se destaca na pauta de exportações para a República Popular da China. Relativamente ao alumínio, cabe ressaltar a assinatura, em maio de 2004, de Memorando de Entendimento entre a ALCOA, a NATIONAL ENERGY CORPORATION trinitária e a Companhia venezuelana SURAL, para a construção de uma usina de fundição desse metal, com capacidade aproximada de 250.000 toneladas métricas e um custo estimado em US\$ 1 bilhão.

Relações com o Brasil

As relações bilaterais Brasil-Trinidad e Tobago têm início antes mesmo da independência trinitária, com a criação, em 1942, do Vice-Consulado do Brasil em Port of Spain, como parte do esforço conjunto aliado de guerra ao nazismo. Port of Spain era sede de importante base naval americana e os EUA construíram, na região centro-norte da então colônia britânica, uma base aérea integrada ao mesmo sistema das bases do litoral norte do Brasil. A estratégica posição de Trinidad e Tobago para o transporte marítimo entre os EUA e a América do Sul reflete-se no elevado número de ações militares em águas trinitárias durante a II Guerra Mundial, com o afundamento, inclusive, de alguns navios brasileiros.

A representação brasileira foi elevada à categoria de Consulado e, em 1965, três anos após a independência, para Embaixada. Na década de 1950, o relacionamento do Brasil com Trinidad e Tobago foi facilitado pelo fato de empresa de transporte aéreo fazer escala regular em vôos do Brasil para Nova York.

As relações bilaterais têm-se caracterizado pela cordialidade e pela busca de cooperação, tanto no plano bilateral quanto nos foros internacionais. O intercâmbio comercial é setor que apresenta perspectiva de crescimento, em vista da mudança que Trinidad e Tobago está procurando estabelecer em suas fontes de suprimento externo, de certa forma descobrindo o mercado exportador e importador brasileiro.

Outros setores, como cooperação técnica e turismo, apresentam acentuado potencial e muito poderiam contribuir para o adensamento do intercâmbio Brasil-Trinidad e Tobago.

A Comissão Mista Bilateral, cuja mais recente reunião realizou-se em abril de 1989, em Brasília, constitui o foro adequado para uma abordagem sistêmica do relacionamento Brasil-Trinidad e Tobago. A retomada dos seus trabalhos muito contribuiria para impulsionar as relações bilaterais.

Brasil e Trinidad e Tobago têm, na maioria das vezes, posições convergentes em temas internacionais. Nos foros multilaterais, ambos os países defendem os princípios básicos da convivência entre os Estados, como o respeito aos tratados, a solução pacífica das controvérsias, o repúdio ao uso ou à ameaça de uso da força e o fortalecimento das organizações internacionais.

Nas agências do sistema da ONU e do sistema interamericano, representantes brasileiros e trinitários têm adotado posição de franca cooperação. Nas eleições para esses foros, o Brasil tem, freqüentemente, recebido o apoio trinitário e, da mesma forma, apóia candidatos de Trinidad e Tobago. O Brasil apoiou, desde o início, o nome do Embaixador Christopher Thomas tanto para sua eleição, em 1989, para o cargo de Secretário-Geral Adjunto da OEA, como para sua reeleição, em junho de 1995. A posição trinitária de apoio a candidaturas institucionais do Brasil e de cidadãos brasileiros tem apenas variado quando a região caribenha apresenta um candidato próprio, mantendo-se Trinidad e Tobago fiel à solidariedade sub-regional. O Governo trinitário tem igualmente apoiado as posições de interesse do Brasil em diversos processos de negociação.

Trinidad e Tobago procura diversificar suas relações com os países do hemisfério, destacando-se seu interesse em privilegiar uma aproximação com o MERCOSUL e, especialmente, com o Brasil.

Conforme comenta o Embaixador de Trinidad e Tobago em Brasília, a visita realizada pelo Chanceler brasileiro a Port of Spain, no dia 13 de janeiro de 2005, foi um passo importante para elevar o patamar do relacionamento bilateral entre os dois países:

“However, with the recent visit to Trinidad and Tobago by Brazil’s Foreign Minister, doors may now be opened to improve, especially, the political relationship between the two countries”.”

O intercâmbio comercial entre o Brasil e Trinidad e Tobago, sempre superior a 25% do total do intercâmbio com a CARICOM no período analisado, mostra acentuada tendência de crescimento, tendo alcançado, nos onze primeiros meses de 2004, valor próximo a meio bilhão de dólares. Ainda que continue sendo altamente superavitário para o lado brasileiro, é o mercado mais importante na área da Bacia do Caribe para a venda de produtos brasileiros. Os principais produtos exportados pelo Brasil são minério de ferro e combustíveis, enquanto que as vendas de Trinidad e Tobago se concentram em amoníaco anidro. Os dados relevantes são apresentados no quadro do intercâmbio comercial Brasil – Trinidad e Tobago, a seguir:

Intercâmbio Comercial Brasil – Trinidad e Tobago

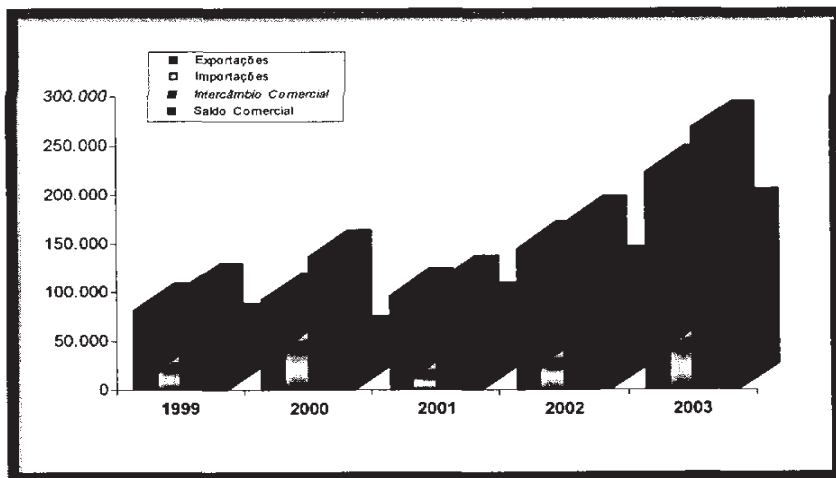
2000 – 2004 (parcial)

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-TRINIDAD E TOBAGO ⁽¹⁾	2000	2001	2002	2003 ⁽²⁾
(US\$ mil. Tob)				
Exportações	92.566	96.906	144.678	223.089
Variação em relação ao ano anterior	13,40%	4,69%	49,30%	54,20%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para o CARICOM	39,00%	26,44%	24,76%	28,60%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,17%	0,17%	0,24%	0,31%
Importações	44.157	13.294	25.723	44.623
Variação em relação ao ano anterior	110,91%	-69,89%	93,49%	73,48%
Part. (%) total das importações brasileiras do CARICOM	80,65%	59,07%	67,89%	90,58%
Part. (%) total das importações brasileiras	0,08%	0,02%	0,05%	0,09%
Intercâmbio Comercial	136.723	110.200	170.401	267.712
Variação em relação ao ano anterior	33,30%	-19,40%	54,63%	57,11%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-CARICOM	46,81%	28,33%	27,39%	32,29%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,12%	0,10%	0,16%	0,22%
Saldo Comercial	48.409	83.612	118.955	178.466
(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de apuração.				
(2) Dados preliminares				

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-TRINIDAD E TOBAGO ⁽¹⁾	2003	2004
(US\$ mil. Tob)		
Exportações	199.018	468.754
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	62,8%	135,5%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para o CARICOM	29,7%	43,1%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,3%	0,5%
Importações	37.435	42.445
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	75,6%	13,4%
Part. (%) total das importações brasileiras do CARICOM	137,6%	58,1%
Part. (%) total das importações brasileiras	0,1%	0,1%
Intercâmbio Comercial	236.453	511.199
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	64,7%	116,2%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-CARICOM	33,9%	44,1%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,2%	0,4%
Saldo Comercial	161.583	426.309
Fonte: MDIC/SECEX/Sistema ALICE		
(1) Dados preliminares.		
Elaboração: MRE / DPR / DIC - Divisão de Informação Comercial, Janeiro / 2005.		

Na Figura abaixo, a representação gráfica da evolução do intercâmbio comercial Brasil – Trinidad e Tobago.

Evolução do Intercâmbio Comercial Brasil – Trinidad e Tobago
1999-2003 – Em milhares de US\$



Elaboração: MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial.

Fonte: MDIC/SECEX/Sistema ALICE

ⁱ Contrato obrigando uma pessoa a trabalhar para outra por um dado período de tempo. Muito utilizado para trazer indianos para Trinidad, com promessa de retorno a seu país após o prazo do contrato.

ⁱⁱ “Contudo, com a recente visita a Trinidad e Tobago do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, as portas podem estar abertas para melhorar, de modo especial, a relação política entre os dois países.” - Embaixador Winston Clyde Moore, Representante Plenipotenciário da República de Trinidad e Tobago em Brasília. (tradução livre).

Aviso nº 483 – C. Civil

Em 18 de maio de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Morais
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Luiz Fernando Gouvea de Athayde, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Trinidad e Tobago.

Atenciosamente, – **José Dirceu de Oliveira e Silva**, Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– As matérias vão à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sobre a mesa, mensagem que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 141, DE 2005

(Nº 297/2005, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Dirijo-me a Vossas Excelências para informá-los de que me ausentarei do País no período de 22 a 29 de maio de 2005, para realizar visitas oficiais à República da Coreia (Seul), nos dias 23 a 25, e ao Japão (Tóquio), nos dias 26 e 27, e (Nagóia), no dia 28.

Brasília, 19 de maio de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

Aviso nº 493 – C. Civil

Em 19 de maio de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Morais
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Viagem.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República comunica que se ausentará do País no período de 22 a 29 de maio de 2005, para realizar visitas oficiais à República da Coreia (Seul), nos dias 23 a 25, e ao Japão (Tóquio), nos dias 26 e 27, e (Nagóia), no dia 28.

Atenciosamente, – **José Dirceu de Oliveira e Silva**, Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– O expediente que acaba de ser lido será anexado ao processado da Mensagem nº 11, de 2005, e vai à publicação.

Sobre a mesa, mensagem que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 142, DE 2005

(Nº 299/2005, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,
De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição, combinado com o art. 10 da Lei nº

9.782, de 26 de janeiro de 1999, e art. 6º do Anexo I ao Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor Cláudio Maierovitch Pessanha Henriques para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

Brasília, 19 de maio de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM Nº 35/2005-MS

Brasília, 11 de maio de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Tenho a honra de submeter à superior decisão de Vossa Excelência a recondução do Senhor Cláudio Maierovitch Pessanha Henriques, no cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, decorrente do término do seu mandato, 13 de Junho de 2005.

Conforme documentação enviada à Chefia da Casa Civil por meio do Aviso nº 400/GM, e tendo em vista os expressos termos da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, considero atendidos os requisitos legais para o preenchimento do referido cargo.

Na expectativa de contar com a aquiescência de Vossa Excelência, tomo a liberdade de sugerir que o nome do indicado, com fundamento no inciso III, alínea f do art. 52 da Constituição Federal, seja submetido à aprovação prévia do Senado Federal.

Respeitosamente, - **Humberto Sérgio Costa Lima**.

CURRÍCULO

Cláudio Maierovitch Pessanha Henriques

Brasília, 18 de maio de 2005

DADOS PESSOAIS

NOME: Cláudio Maierovitch Pessanha Henriques

ENDEREÇO: SHIN QI 01 Conj. 03 Casa 01 – Lago Norte

CEP: 71505-030

TELEFONE RESIDENCIAL: (61) 468-6312

TELEFONE COMERCIAL: (61) 448--3177

FILIAÇÃO: Clywaldo Pessanha Henriques e Sara Maierovitch Pessanha Henriques

INSCRIÇÃO NO CRM: 10.940.193 – SSP/SP

CPF: 059.514.278-86

PASSAPORTE: CG 601813

MATRÍCULA SIAPE: 1304678

DATA NASCIMENTO: 28/07/1961

ESTADO CIVIL: Solteiro

PROFISSÃO: Médico

ID - 109.401.93 SSP/SP

Formação Educacional

- Mestre em Medicina na área de concentração em Medicina Preventiva. Dissertação apresentada em 16/06/92. Título: "A Vigilância Sanitária dos Portos: Experiência da Prevenção à Entrada da Cólera no Porto de Santos". Orientadora: Profª Dra. Marcília de Araújo Medrado Faria. Nota obtida: 10,0 com Distinção.
- Especialização em Administração Hospitalar e de Serviços de Saúde - Setor Público. Programa de Administração Hospitalar e de Saúde - Fundação Getúlio Vargas - Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Conclusão em 1987.
- Residência Médica em Medicina Preventiva e Social. Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (1985/1986).
- Graduação em Medicina. Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Conclusão em 1984.

Atividades Profissionais

- Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Ministério da Saúde, de 13 de junho de 2002 até 12 de novembro de 2003, responsável pelas áreas de tecnologias de serviços de saúde, tecnologias de produtos para a saúde e sangue e hemoderivados.
- Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Ministério da Saúde, de 13 de junho de 2002 até a presente data, responsável pelas áreas: Procuradoria, Corregedoria, Ouvidoria, Auditoria, Assessoria de Relações Institucionais, Gerência-Geral de Tecnologia em Serviços de Saúde, Gerência-Geral de Sangue, outros Tecidos, Células e Órgãos, Gerência-Geral de Regulação Econômica e Monitoramento de Mercado, Núcleo de Assessoramento à Gestão Estratégica, Núcleo de Assessoramento em Comunicação Social e Institucional, Coordenação de Propriedade Intelectual, Comitê Setorial de Processos e Desburocratização, Comitê de Política de Recursos Humanos para Vigilância Sanitária.
- Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Ministério da Saúde, em exercício a partir de 16 de maio de 2003, responsável pelas áreas: Procuradoria, Corregedoria, Ouvidoria, Auditoria, Assessoria de Relações Institucionais, Gerência-Geral de Tecnologia em Serviços de Saúde, Gerência-Geral de Sangue, outros Tecidos, Células e Órgãos, Gerência-Geral de Regulação Econômica e Monitoramento de Mercado, Núcleo de Assessoramento à Gestão Estratégica, Núcleo de Assessoramento em Comunicação Social e Institucional, Coordenação de Propriedade Intelectual, Comitê Setorial de Processos e Desburocratização, Comitê de Política de Recursos Humanos para Vigilância Sanitária.

- Diretor-adjunto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Ministério da Saúde (desde agosto de 1999), responsável pelas áreas de tecnologias de serviços de saúde, tecnologias de produtos para a saúde e sangue e hemoderivados.
- Médico da Prefeitura Municipal de Santos (plantonista - clínica médica; afastado junto à Anvisa).
- Médico Sanitarista do Núcleo de Endemias e Epidemias do Instituto de Saúde da Secretaria de Estado da Saúde de S.P. (desde fevereiro de 1997; afastado junto à Anvisa).
- Gerente do Hospital Geral de Itapequerica da Serra, público estadual, sob gestão do SECONCI - Organização Social de Saúde (jan. -abril/1999); coordenou também a equipe de implantação.
- Diretor do Hospital Municipal de Itanhaém - S.P. (fev-maio/1997).
- Secretário de Higiene e Saúde do Município de Santos (1993 / 1996).
- Implantou e coordenou o Centro de Controle de Doenças da Secretaria de Higiene e Saúde de Santos (1989/1993).
- Diretor do Grupo Técnico de Saúde Ambiental e do Trabalho do Centro de Vigilância Sanitária da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (1988/1989).
- Assistente Técnico de Direção do Escritório Regional de Saúde 1 da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, onde trabalhou na implantação e coordenou o Programa de Saúde do Trabalhador (1986/1987).
- Médico Sanitarista da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo desde 1986.

Consultorias

- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD/ Ministério da Saúde do Brasil - Centro Nacional de Epidemiologia: avaliação dos serviços de vigilância epidemiológica dos estados (1998).
- Serviço Social da Construção Civil e do Mobiliário do Estado de São Paulo - SECONCI: planejamento dos serviços do Hospital Estadual do Grajaú - SP (1998).
- Fundação Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo: Coordenação da equipe de planejamento e organização do Hospital Estadual de Itapequerica da Serra - SP (1998).
- Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre, nas áreas de planejamento, avaliação e controle, programas, políticas de saúde e desenvolvimento dos trabalhadores em saúde (contratado por notória especialização 1997-98)

Outras Atividades

- Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Santos - 1994.
- Aulas ministradas em universidades: Universidade de São Paulo (Faculdades de Medicina e de Saúde Pública), Universidade Estadual de Campinas (Faculdade de Medicina), Universidade Federal do Maranhão (Curso de Especialização em Saúde Pública), Programa de Administração Hospitalar e de Serviços de Saúde (PROAHSA-HCFMUSP-FGV), Universidade Federal do Espírito Santo (Curso de Desenvolvimento para a Gestão Municipal), Universidade Nacional de Brasília (Curso de Especialização em Vigilância Sanitária), Escola Nacional de Saúde Pública (Curso de Especialização em Vigilância Sanitária e Curso de Especialização em Saúde Pública- UNISANTOS).
- Responsável pelo curso de Epidemiologia, ministrado aos alunos de Aprimoramento Profissional do Instituto de Saúde - SES-SP.
- Supervisão de estágio de alunos de Aprimoramento Profissional do Instituto de Saúde - SES-SP
- Monitoria de cursos de Epidemiologia Clínica e Metodologia Epidemiológica, módulos I e II, nas Universidades de São Paulo e Federal de Belo Horizonte.
- Monitoria do Treinamento Básico em Vigilância Epidemiológica SES-SP
- Co-organizador e autor de capítulos do livro "Contra a Maré à Beira-mar - A Experiência do SUS em Santos", 1ª Edição: Ed. Scritta, São Paulo, 1996; 2ª Edição: Ed. Hucitec, São Paulo, 1997.
- Membro da Comissão Bipartite Estadual do Estado de São Paulo (1994/1995). Participação também na Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Rio Grande do Sul e Comissão Intergestores Tripartite Nacional.

Reconhecimentos/Homenagens

- 4ª edição do *Prêmio Saúde Brasil* em 8 de dezembro de 2004, no Museu de Arte Moderna de São Paulo.
- Homenagem em encontro organizado pela Comunidade Marítima Portuária, e pelo Sindicato das Agências de Navegação Marítima e Atividades Afins do Estado do RJ/SINDARIO, em 22 de fevereiro de 2005 no Rio de Janeiro.

Brasília, 03 de maio de 2005.



Cláudio Maierovitch Pessanha Henriques.

Aviso nº 495 - C. Civil.

Brasília, 19 de maio de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Morais
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Cláudio Maierovitch Pessanha Henriques para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária — ANVISA.

Atenciosamente, – **José Dirceu de Oliveira e Silva**, Ministro de Estado- Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

.....
III - aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:

.....
f) titulares de outros cargos que a lei determinar;

.....
LEI Nº 9.782, DE 26 DE JANEIRO DE 1999

Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências.

.....
Art. 10. A gerência e a administração da Agência serão exercidas por uma Diretoria Colegiada, composta por até cinco membros, sendo um deles o seu Diretor-Presidente.

Parágrafo único. Os Diretores serão brasileiros, indicados e nomeados pelo Presidente da República após aprovação prévia do Senado Federal nos termos do art. 52, III, “f”, da Constituição Federal, para cumprimento de mandato de três anos, admitida uma única recondução.

.....
(À Comissão de Assuntos Sociais.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

Sobre a mesa, ofícios de Ministros de Estado que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

OFÍCIOS
DE MINISTRO DE ESTADO

- Nº 11/2005, de 5 do corrente, do Ministro das Relações Exteriores, encaminhando resposta ao Requerimento nº 175, de 2005, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.
- Nº 77/2005, de 18 do corrente, do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, encaminhando resposta ao Requerimento nº 79, de 2005, do Senador Arthur Virgílio; e
- Nº 83/2005, de 18 do corrente, do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, encaminhando resposta ao Requerimento nº 24, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência comunica ao Plenário que o **Ofício nº S/37, de 2005** (nº 12/2005, na origem), dos Procuradores-Gerais de Justiça dos Ministérios Públicos Estaduais, vai ao Arquivo, uma vez que já foram escolhidas, dentre os nomes propostos, três indicações para, após sabatina da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e apreciação pelo Plenário do Senado, comporem o Conselho Nacional do Ministério Público, nos termos do inciso III do art. 130-A da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2005.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência comunica ao Plenário que a Medida Provisória nº 250, de 2005, que “abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), para os fins que especifica”, será encaminhada, nos termos do §6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002 – CN, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, após o término do prazo para recebimento de emendas.

Fica estabelecido o seguinte calendário de tramitação:

MPV Nº 250	
Publicação no DO	20-5-2005
Emendas	até 26-5-2005 (7º dia da publicação)
Prazo final na Comissão	20-5-2005 a 2-6-2005 (14º dia)
Remessa do Processo à CDE	2-6-2005
Prazo na CD	de 3-6-2005 a 16-6-2005 (15º ao 28º dia)
Recebimento previsto no SF	16-6-2005
Prazo no SF	17-6-2005 a 30-6-2005 (42º dia)
Se modificado, devolução à CD	30-6-2005
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	1º-8-2005 a 3-8-2005 (43º ao 45º dia)
Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de	4-8-2005 (46º dia)
Prazo final no Congresso	18-8-2005 (60 dias)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 536, de 2005**, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 540/2005–TCU–Plenário, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam referentes ao pedido de reexame do Acórdão nº 1.590/2003–TCU–Plenário, interposto por Jairo da Cruz Ferreira e Ari Pereira da Cruz.

O expediente anexado ao processado do Requerimento nº 1.060, de 1996, vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, projetos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI SENADO Nº 181, DE 2005

Autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo de Recuperação Econômica de Foz do Iguaçu (FUNREF) e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Fundo de Recuperação Econômica de Foz do Iguaçu (Funref), com o objetivo de prestar assistência financeira aos empreendimentos produtivos considerados de interesse para a recuperação econômica do Município de Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná.

Art. 2º Constituem recursos do Fundo de Recuperação Econômica de Foz do Iguaçu:

I — dotações orçamentárias à conta de recursos do Tesouro Nacional;

II — dotações governamentais de origem estadual ou municipal, bem como auxílios, subvenções, contribuições, doações de entidades públicas ou privadas, nacionais, internacionais ou estrangeiras;

III — eventuais resultados de aplicações financeiras dos seus recursos;

IV — transferência de outros fundos;

V — outros recursos previstos em lei.

Parágrafo único. As disponibilidades financeiras do Fundo de Recuperação Econômica de Foz do Iguaçu ficarão depositadas na Conta Única do Tesouro Nacional.

Art. 3º O contribuinte do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica, domiciliado no Estado do Paraná, mediante indicação em sua declaração anual, poderá optar, até 2015, pela aplicação de 5% do imposto devido no Fundo de Recuperação Econômica de Foz do Iguaçu, na forma prescrita em seu regulamento.

Art. 4º O Fundo de Recuperação Econômica de Foz do Iguaçu terá como agentes operadores instituições financeiras oficiais federais, a serem definidas em ato do Poder Executivo.

Art. 5º O Poder Executivo fica autorizado a criar o Grupo Executivo para Recuperação Econômica de Foz do Iguaçu, com competência para fixar as diretrizes, critérios e prioridades para a aplicação dos recursos previstos nesta lei.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O município de Foz do Iguaçu, localizado na tríplce fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai, foi vítima de políticas imprevidentes e imediatistas, que levaram à situação de decadência social e econômica, evidenciada, em passado recente, pela deprimente dependência do comércio de produtos contrabandeados.

Embora a dependência em relação ao comércio de bens contrabandeados tenha sido afastada pela adoção de medidas vigorosas por parte do Governo Federal, persiste a situação econômica aflitiva do município, com taxas de desemprego e de violência crescentes.

Muitos dos problemas existentes devem-se ao fato de não ter havido compensação realista ao município por ter cedido parte significativa de seu território para o tombamento, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), do Parque Nacional do Iguaçu e para a construção da usina

hidrelétrica de Itaipu. Com muito esforço, o município obteve os **royalties** da hidrelétrica, que atenuam suas enormes carências financeiras. Entretanto, o Parque Nacional do Iguaçu tornou-se uma imensa área que não gera receitas para o governo municipal, nem mesmo as decorrentes da visita dos turistas.

O espaço territorial mínimo que restou a Foz do Iguaçu não é sequer compatível com a produção agrícola de subsistência. Ademais, não existe área condizente para a instalação de grandes fábricas.

Diante deste quadro, o município necessita de ajuda especial e concreta para se manter. Tal ajuda poderia se concretizar com a criação do Fundo de Recuperação Econômica de Foz do Iguaçu, cujos recursos adviriam da aplicação, por parte de pessoas jurídicas domiciliadas no Estado do Paraná, de até 5% do imposto sobre a renda por elas devido.

A instituição de um fundo de recuperação, embasado em incentivos fiscais, é plenamente defensável ante o histórico débito que a União tem para com Foz do Iguaçu. Também é compatível com os princípios presentes na Constituição Federal, que, em seu artigo 151, admite a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do País.

Sala das Sessões, 23 de maio de 2005 – Senador **Alvaro Dias**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

.....
Art. 151. É vedado à União:

I - instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional ou que implique distinção ou preferência em relação a Estado, ao Distrito Federal ou a Município, em detrimento de outro, admitida a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento sócio-econômico entre as diferentes regiões do País;

II - tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como a remuneração e os proventos dos respectivos agentes públicos, em níveis superiores aos que fixar para suas obrigações e para seus agentes;

III - instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.

.....
(À Comissão de Assuntos Econômicos,
em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 182, DE 2005

Altera o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores, para definir como crime de responsabilidade a aplicação indevida de recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, que impliquem na suspensão do oferecimento da merenda escolar.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º do Decreto-Lei nº, 201, de 27 de fevereiro de 1967, passa a vigorar acrescido de inciso XXIV e de § 3º, com a seguinte redação:

“Art. 1º
.....

XXIV – aplicar indevidamente os recursos destinados à execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, que implique a suspensão do oferecimento da merenda escolar, ou deixar de prestar contas dos recursos aplicados, no prazo e forma definidos pelas normas do Programa.

.....
§ 3º Na hipótese do inciso XXIV, a inabilitação para o exercício de cargo ou função pública, a que se refere o § 2º tem prazo de oito anos. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, define, em seu art. 1º, as condutas que configuram crimes de responsabilidade dos prefeitos municipais, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores. Pela presente proposição, acresce-se nova hipótese, que consiste em aplicar indevidamente os recursos destinados à execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que implique a suspensão do oferecimento da merenda escolar.

Esse Programa, de grande relevância social, garante recursos financeiros destinados à alimentação escolar dos alunos da educação infantil (creches e pré-escola) e do ensino fundamental matriculados em escolas públicas e filantrópicas. Desse modo, atende às necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, possibilitando o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes.

O PNAE tem amparo no art. 208 da Constituição Federal, segundo o qual o dever do Estado com a educação será efetivado mediante: a garantia de ensino fundamental, obrigatório e gratuito (inciso I); atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade (inciso IV); atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (inciso VII).

O programa funciona hoje de forma descentralizada, mediante repasse de recursos feito diretamente aos estados e municípios, com base no censo escolar do ano anterior ao do atendimento. Segundo dados do Ministério da Educação, para 2005, o orçamento do programa é de R\$ 1,14 bilhão, visando a atender 36,4 milhões de alunos.

Fundamental, portanto, que os recursos repassados aos municípios sejam adequadamente aplicados, a fim de cumprir os elevados propósitos do Programa. Para garantir certeza no emprego desses recursos, a proposta de alteração do Decreto-Lei 201, de 27 de fevereiro de 1967 visa impedir a suspensão da distribuição da merenda nos casos em que a autoridade política responsável deixar de atender às exigências de prestação de contas, evitando-se, desta forma, o sacrifício das crianças em nome da moralidade.

A presente proposição cria nova hipótese de crime de responsabilidade da autoridade municipal sempre que esta deixe de aplicar devidamente os recursos do PNAE, implicando a suspensão da distribuição da merenda escolar ou na prestação indevida das contas dos recursos aplicados. Ao invés de punir a criança com a interrupção no fornecimento da merenda, pune-se a autoridade com a suspensão de seu mandato e sua consequente inelegibilidade.

Observe-se que, além da pena principal de detenção (§ 1º do art. 1º), serão aplicáveis as penas acessórias (§ 2º do art. 1º) de perda do cargo e inabilitação para o exercício de cargo ou função pública, efetivo ou de nomeação, sem prejuízo da reparação civil do dano causado ao patrimônio público ou particular. Mas, para a hipótese criada, o prazo para essa inabilitação passa a ser de oito anos (novo § 3º do art. 1º), em face das graves consequências advindas da suspensão do fornecimento da merenda escolar.

Pelas razões expostas, solicito o apoio dos ilustres Parlamentares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, 23 de maio de 2005. – Senador **Cristovam Buarque**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiverem acesso na idade própria;

.....
IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;

.....
VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

DECRETO-LEI Nº 201, DE 27 DE FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores, e dá outras providências.

.....
Art. 1º São crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipais, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores:

I - apropriar-se de bens ou rendas públicas, ou desviá-los em proveito próprio ou alheio;

II - utilizar-se, indevidamente, em proveito próprio ou alheio, de bens, rendas ou serviços públicos;

III - desviar, ou aplicar indevidamente, rendas ou verbas públicas;

IV - empregar subvenções, auxílios, empréstimos ou recursos de qualquer natureza, em desacordo com os planos ou programas a que se destinam;

V - ordenar ou efetuar despesas não autorizadas por lei, ou realizá-las em desacordo com as normas financeiras pertinentes;

VI - deixar de prestar contas anuais da administração financeira do Município a Câmara de Vereadores, ou ao órgão que a Constituição do Estado indicar, nos prazos e condições estabelecidos;

VII - Deixar de prestar contas, no devido tempo, ao órgão competente, da aplicação de recursos, empréstimos subvenções ou auxílios internos ou externos, recebidos a qualquer título;

VIII - Contrair empréstimo, emitir apólices, ou obrigar o Município por títulos de crédito, sem autorização da Câmara, ou em desacordo com a lei;

IX - Conceder empréstimo, auxílios ou subvenções sem autorização da Câmara, ou em desacordo com a lei;

X - Alienar ou onerar bens imóveis, ou rendas municipais, sem autorização da Câmara, ou em desacordo com a lei;

XI - Adquirir bens, ou realizar serviços e obras, sem concorrência ou coleta de preços, nos casos exigidos em lei;

XII - Antecipar ou inverter a ordem de pagamento a credores do Município, sem vantagem para o erário;

XIII - Nomear, admitir ou designar servidor, contra expressa disposição de lei;

XIV - Negar execução a lei federal, estadual ou municipal, ou deixar de cumprir ordem judicial, sem dar o motivo da recusa ou da impossibilidade, por escrito, à autoridade competente;

XV - Deixar de fornecer certidões de atos ou contratos municipais, dentro do prazo estabelecido em lei.

XVI — deixar de ordenar a redução do montante da dívida consolidada, nos prazos estabelecidos em lei, quando o montante ultrapassar o valor resultante da aplicação do limite máximo fixado pelo Senado Federal: (Inciso acrescido pela Lei nº 10.028, de 19-10-2000)

XVII — ordenar ou autorizar a abertura de crédito em desacordo com os limites estabelecidos pelo Senado Federal, sem fundamento na lei orçamentária ou na de crédito adicional ou com inobservância de prescrição legal; (Inciso acrescido pela Lei nº 10.028, de 19-10-2000)

XVIII — deixar de promover ou de ordenar, na forma da lei, o cancelamento, a amortização ou a constituição de reserva para anular os efeitos de operação de crédito realizada com inobservância de limite, condição ou montante estabelecido em lei: (Inciso acrescido pela Lei nº 10.028, de 19-10-2000)

XIX — deixar de promover ou de ordenar a liquidação integral de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária, inclusive os respectivos juros e demais encargos, até o encerramento do exercício financeiro; (Inciso acrescido pela Lei nº 10.028, de 19-10-2000)

XX — ordenar ou autorizar, em desacordo com a lei, a realização de operação de crédito com qualquer um dos demais entes da Federação, inclusive suas entidades da administração indireta, ainda que na forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida

contraída anteriormente; (Inciso acrescido pela Lei nº 10.028, de 19-10-2000)

XXI — captar recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido; (Inciso acrescido pela Lei nº 10.028, de 19-10-2000)

XXII — ordenar ou autorizar a destinação de recursos provenientes da emissão de títulos para finalidade diversa da prevista na lei que a autorizou; (Inciso acrescido pela Lei nº 10.028, de 19-10-2000)

XXIII — realizar ou receber transferência voluntária em desacordo com limite ou condição estabelecida em lei. (Inciso acrescido pela Lei nº 10.028, de 19-10-2000)

§ 1º Os crimes definidos neste artigo são de ação pública, punidos os dos itens I e II, com a pena de reclusão, de dois a doze anos, e os demais, com a pena de detenção, de três meses a três anos.

§ 2º A condenação definitiva em qualquer dos crimes definidos neste artigo, acarreta a perda de cargo e a inabilitação, pelo prazo de cinco anos, para o exercício de cargo ou função pública, eletivo ou de nomeação, sem prejuízo da reparação civil do dano causado ao patrimônio público ou particular.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 183, DE 2005

Estabelece que os benefícios da Previdência Social sejam reajustados com o mesmo percentual aplicado ao salário mínimo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 41 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, com redação dada pelas Leis nºs 10.699, de 2003, 8.444, de 1992, 8.542, de 1992, 8.880, de 1994 e pela Medida Provisória nºs 2.187-13, de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 41. Os valores dos benefícios em manutenção serão reajustados, na mesma data de reajuste do salário mínimo e com o mesmo percentual, observados os seguintes critérios:

..... (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O governo vem promovendo um grande esforço no sentido de aumentar o poder aquisitivo do salário

mínimo, procurando atingir melhor distribuição de renda e redução da pobreza em nosso País.

Essas metas podem ser alcançadas mais facilmente se todos os benefícios da Previdência Social tiverem o mesmo reajuste do salário mínimo, incluindo a parcela a título de ganho real. Dessa maneira, o setor público, por intermédio do pagamento de aposentadorias, pensões e outros benefícios sociais e trabalhistas, estará impulsionando o processo redistributivo.

Assim, propomos essa alteração na legislação de forma a garantir que os benefícios pagos pela Previdência Social sejam majorados com o mesmo índice utilizado no incremento do salário mínimo.

Sala das Sessões, 23 de maio de 2005. – Senadora **Serys Slhessarenko**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991

Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

Art. 41. O reajustamento dos valores de benefícios obedecerá às seguintes normas:

LEI Nº 10.699, DE 9 DE JULHO DE 2003

Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de abril de 2003, e dá outras providências.

LEI Nº 8.444, DE 20 DE JULHO DE 1992

Altera os arts. 30 e 58 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, e o art. 41 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social.

LEI Nº 8.542, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1992

Dispõe sobre a política nacional de salários e dá outras providências.

LEI Nº 8.880, DE 27 DE MAIO DE 1994

Dispõe sobre o Programa de Estabilização Econômica e o Sistema Monetário

Nacional institui a Unidade Real de Valor - URV e dá outras providências.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.187-13,
DE 24 DE AGOSTO DE 2001

Dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pela Previdência Social, e altera dispositivos das Leis nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.212 e 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.742, de 7 de dezembro de 1993, 9.604, de 5 de fevereiro de 1998, 9.639, de 25 de maio de 1998, 9.717, de 27 de novembro de 1998, e 9.796, de 5 de maio de 1999, e dá outras providências.

(À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 549, DE 2005

Requer, ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, informações relativas à estrutura administrativa do Governo Federal.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros,

Com fundamento no disposto no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e no inciso I, alínea a, do art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência sejam solicitadas, ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Deputado Paulo Bernardo, as seguintes informações relativas à estrutura de pessoal dos órgãos da administração pública direta, indireta, suas autarquias, fundações, empresas públicas e de sociedade de economia mista:

1) Quais e quantas são, especificamente e em todos os órgãos da administração pública supracitados, as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo? Quais e quantas estão ocupadas e sendo exercidas?

2) Em relação aos mesmos órgãos da pergunta anterior, quais e quantos são os cargos em comissão? Destes, quantos são ocupados por servidores de carreira da administração pública? Quais e quantos destes cargos de livre nomeação e exoneração são ocupados por agentes públicos não vinculados à administração pública respectiva e referente ao cargo que exercem?

3) Em cada Função de Confiança e em cada Cargo Comissionado, qual o valor da remuneração respectiva.

Justificação

Objetivo, com este requerimento de informações destinado ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, hoje o titular responsável pela organização da máquina pública deve saber, com a maior precisão possível, qual é a verdadeira estrutura e a ocupação na máquina pública.

Hoje como infelizmente assim o foi em outros governos – a rigor isso vem desde a carta de Caminha –, vemos um verdadeiro loteamento dos cargos e funções públicas entre as diversas agremiações políticas que sustentam ou sustentariam e formariam a base político-institucional do Estado.

O princípio basilar de uma administração profissionalizada, estruturada em sólidas e valorizadas carreiras do serviço público tem sido desconsiderado e mais uma vez, a sociedade, que é o fim para o qual existe a máquina estatal, fica a mercê, em muitos casos, da simples voracidade em cima dos cargos, em detrimento das funções e atividades que seriam de obrigação do serviço público, e, o que é pior, é sempre vítima das inconstâncias e das discontinuidades das ações e programas públicos.

Ao final, lamentavelmente, ainda sempre se confunde gestão pública com programa de governo, ações pragmáticas e institucionais com a mais rasteira e fisiológica ação política.

Sala das Sessões, 23 de maio de 2005. – Senador **Pedro Simon**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 550, DE 2005

Requer Voto de Pesar pelo falecimento do artista circense Waldemar Seyssel, o Palhaço Arrelia, ocorrido hoje, dia 23 de maio de 2005.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento interno, a inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento ocorrido hoje, dia 23 de maio de 2005, do artista circense Waldemar Seyssel, o Palhaço Arrelia, que durante mais de meio século, encantou o mundo infantil com sua arte. Arrelia nasceu em Jaguariaíva, Paraná. Era filho de Ferdinando Seyssel, também artista do Circo Seyssel. Waldemar Seyssel foi malabarista no circo da família, até que, em 1927, numa apresentação em Uberaba, veio a se tornar, por acaso, palhaço, adotando o nome de Arrelia.

Requeiro também que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família do artista.

Justificação

Ainda era o palhaço mais conhecido do Brasil, com uma vida inteira dedicada ao Circo Seyssel, de sua família. Antes, foi malabarista e, ao se tornar palhaço, adotou o nome de Arrelia, numa alusão as traquinagens que praticava quando criança. Suas peripécias, como ele próprio definiu certa vez, eram de arreliar.

Sala das Sessões, 23 de maio de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB – Senador **Eduardo Suplicy**.

REQUERIMENTO Nº 551, 2005

Com fulcro no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a inserção em ata de voto de aplauso ao jornalista e historiador Pedro Rocha Jucá pelo aniversário de circulação e manutenção na internet do site Varanda Cuiabana, primeiro periódico virtual da cultura mato-grossense, ocorrido em 14 de fevereiro do corrente ano, que pode ser acessado, de qualquer parte do mundo, através do endereço eletrônico: <http://www.diariodecuiaba.com.br/Especial/Varanda>.

Justificação

Nome de destaque da imprensa de Mato Grosso, Pedro Rocha Jucá, vem, há mais de quatro anos, editando o “Varanda Cuiabana”, consagrado como o primeiro virtual da cultura mato-grossense, e o de maior duração, superado apenas pela “Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso”, que é anual. Chega, hoje, ao nº 190, às custas apenas do editor, que pesquisa, digita, distribui e mantém correspondências com seus leitores, no Brasil e no exterior.

Sala das Sessões, 23 de maio de 2005. – **Serys Shlessarenko**, Senadora da Republica.

Moção de Aplauso ao jornalista e historiador Pedro Rocha Jucá – nome de destaque da Imprensa de Mato Grosso - que, há mais de quatro anos, vem editando e mantendo na Internet, num exemplo de dedicação e amor às coisas de Cuiabá, o site “Varanda Cuiabana”, o primeiro periódico virtual da cultura mato-grossense, que pode ser acessado, de qualquer parte do mundo, através do endereço eletrônico
<http://www.diariodecuiaba.com.br/Especial/Varanda>

Há que se destacar que a edição e manutenção deste espaço na Internet representa um esforço hercúleo do nobre jornalista Pedro Rocha Jucá, que, no ápice da terceira idade, há mais de 200 semanas, com o maior critério, trabalhando de forma isolada, pesquisa, digita, distribui e mantém correspondência com seus leitores, no Brasil e no exterior, sempre colocando a história e a cultura da cidade de Cuiabá, e do povo, em destaque.

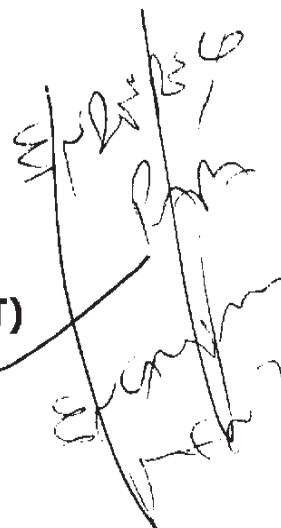
O "Varanda Cuiabana" é exemplo virtual de educação moderna, onde o aprendizado é feito sem esforço, usando um método que Pedro Rocha Jucá defende desde os seus tempos de magistério: o da Comunicação Social, uma ciência pura, que merece ser melhor utilizada, a começar por ser mais barata

EDITOR: PEDRO ROCHA JUCÁ, Jornalista (MTb 47 - MT)
prjuca@terra.com.br Telefone: (0XX65) 664-3864

OPINIÃO

"VARANDA" CIRCULA HÁ QUATRO ANOS

Amanhã, 14 de fevereiro, o "Varanda Cuiabana" completará quatro anos de circulação, consagrado como o primeiro periódico virtual da cultura mato-grossense, e o de maior duração, superado apenas pela "Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso", que é anual. Chega hoje ao n.º 190, às custas apenas do editor, que pesquisa, digita, distribui e mantém correspondência com seus leitores, no Brasil e no exterior. O "Varanda Cuiabana" é exemplo virtual de educação moderna, onde o aprendizado é feito sem esforço, usando um método que defendo desde meus tempos de magistério: o da Comunicação Social, uma ciência pura, que merece ser melhor utilizada, a começar por ser mais barata. Nesta oportunidade, anunciamos o lançamento do livro virtual: "Mato Grosso de Hoje e Sempre - III" e a aquisição de novos equipamentos para estimular a implantação do livro virtual em Mato Grosso.



MEMÓRIAS

BARÃO DE MELGAÇO: MILITAR E ESTADISTA

Viajando para o Forte de Coimbra, fronteira com o Paraguai, o capitão-de-Fragata Augusto João Manoel Leverger foi surpreendido pelo mensageiro que lhe entregou a Carta Imperial de **07/10/1850** que o nomeava presidente da Província de Mato Grosso. Sem vaidades, ele continuou a viagem e somente voltou a Cuiabá após cumprir seu dever no forte baluarte da defesa mato-grossense. Ele regressou à Capital da Província na manhã de **07/02/1851** e quatro dias depois prestou o juramento de estilo na Câmara Municipal de Cuiabá. O Visconde de Taunay disse, a propósito, que esta foi a primeira e única vez que *"um cidadão naturalizado se viu chamado a exercer tão alto cargo"* em Mato Grosso depois do período colonial. Poderia ser dito também: foi o único governante mato-grossense que mais vezes voltou ao poder.

A sessão solene da Câmara Municipal de Cuiabá, iniciada às 9:00 horas de **11/02/1851**, teve a presença de grande número de senhoras e apenas dois vereadores não compareceram, alegando motivo de saúde. Também esteve presente à solenidade o antecessor no cargo, o coronel João José da Costa Pimentel, que leu relatório sobre as condições da Província durante sua administração e o entregou ao capitão-de-Fragata Augusto João Manoel Leverger, um estrangeiro e ocupante de posto inferior ao seu na hierarquia militar. Em seguida, depois de lidas as cartas imperiais de nomeação e de exoneração, o novo presidente da Província pôs a sua mão direita sobre o missal e *"jurou aos Santos Evangelhos bem desempenhar as atribuições que lhe eram confiadas"*. E cumpriu a sua palavra até a morte, sempre na defesa de Mato Grosso.

O capitão-de-Fragata Augusto João Manoel Leverger administrou a Província, neste primeiro mandato, de **11/02/1851** a **01/04/1857**, quando entregou o governo ao vice-presidente Albano de Souza Osório, depois cumprir o terceiro mais longo mandato governamental da História de Mato Grosso: seis anos, um mês e 18 dias. Sendo na época o primeiro-vice-presidente da Província, voltou ao governo por dois meses e três dias, de **12/05/1863** a **15/07/1863**, com a posse do general Alexandre Manoel Albino de Carvalho, que permaneceu no cargo até o dia **09/08/1865**, quando reassumiu o cargo por ser o primeiro-vice-presidente e nele permaneceu por mais quatro meses e quatro dias, até **13/02/1866**, sendo novamente nomeado para a presidência da Província até **01/05/1866**, cumprindo o curto mandato de dois meses e 16 dias.

Ele voltou ao governo, pela última vez, no dia **26/03/1869**, também nomeado, mas permaneceu no cargo até o dia **10/02/1870**. Ao ser escolhido por Dom Pedro II, ele criou uma situação embaraçosa, sem saber, com o líder do Partido Liberal em Mato Grosso, o coronel João Batista de Oliveira, o Barão de Aguapeí, que como primeiro-vice-presidente exerceu o governo da Província de **13/04/1868** até **17/09/1868**, substituindo o Dr. José Vieira Couto de Magalhães. A Guerra do Paraguai levou o soberano brasileiro a nomear o Barão de Melgaço, que não disputou aquele o cargo, por saber das questões militares que surgiriam então. Ao tomar conhecimento do problema político, passou o governo da Província ao primeiro-vice-presidente Luís da Silva Prado, comerciante não afeito à política, que governou apenas de **10/02/1870** a **29/05/1870**, quando faleceu. Assumiu, então, o segundo-vice-presidente Antônio de Cerqueira Caldas, o Barão de Diamantino, que governou até **12/10/1870**, mas que voltou ao cargo mais duas vezes: de **27/05/1871** a **29/07/1871** e de **06/12/1874** a **05/07/1875**.

O Barão de Melgaço governou a Província de Mato Grosso durante sete anos

O Barão de Melgaço governou a Província de Mato Grosso durante sete anos, oito meses e 24 dias, como exemplo de "*competência, zelo e honestidade*", de acordo com o historiador Estevão de Mendonça. Foram três mandatos por nomeação de Dom Pedro II: de **11/02/1851** a **01/04/1857**, de **13/02/1866** a **01/05/1866** e 26/03/1869 a **10/02/1870**; e dois mandatos por substituição, por ser primeiro-vice-presidente: de **12/05/1863** a **15/07/1863** e de **09/08/1865** a **13/02/1866**.

Embora o seu nome tivesse sido lembrado em diferentes oportunidades para ser senador pela Província de Mato Grosso, o Barão de Melgaço jamais aceitou essa missão política, chegando a ir de porta em porta das lideranças mato-grossenses da época para solicitar a retirada do seu nome da lista tríplice que seria encaminhada ao imperador. Justificava-se alegando que sendo francês não deveria ser senador. Porém, ao se naturalizar brasileiro, seu nome voltou a ser lembrado, e novamente ele recusou a sua indicação, pois preferiu permanecer em Mato Grosso, alegando então que não queria questionar o silêncio constitucional a respeito. Mas, conhecedor do pensamento predominante na Corte do Rio de Janeiro, o Visconde de Taunay disse certa vez que o Barão de Melgaço seria nomeado por Dom Pedro II, que lhe dedicava o maior apreço. Militar por excelência, o presidente Augusto João Manoel Leverger organizou em **22/08/1865** o Primeiro Batalhão de Voluntários da Pátria, composto de quatro companhias, aquartelado em Cuiabá, onde a notícia da invasão paraguaia chegou nos primeiros dias de janeiro daquele ano. Conhecedor dos rios da Bacia do Paraguai, principalmente do Rio Cuiabá, ele organizou a defesa permanente da Capital mato-grossense na colina do Melgaço, hoje Município de Barão de Melgaço, e em outras posições ribeirinhas do atual Município de Santo Antônio de Leverger, ambos em sua homenagem.

Ele foi o primeiro governante mato-grossense a despachar do Forte de Coimbra, onde chegou na tarde de **12/02/1855**, fixando a sede do governo e do Comando das Armas da Província, cargo que praticamente exerceu durante toda a sua vida em Mato Grosso. Com toda a força militar disponível na Província, que não era das mais significativas, ele distribuiu tropas do Rio Apa até ao Forte de Coimbra. Permaneceu na área até o dia **19/10/1856**, regressando a Cuiabá no dia **17/11/1856**.

Ainda jovem, chegou a Cuiabá em **23/11/1830**, ocupando o posto de primeiro-tenente da Marinha Imperial do Brasil, com a missão de organizar e instalar uma esquadrilha de "*chalupas*" canhoneiras destinada à defesa da fronteira com o Paraguai, na região banhada pelo Rio Paraguai e seus afluentes. Ele retornou ao Rio de Janeiro em 1833 e tudo indicava que não mais voltaria a Mato Grosso. Para assumir novas missões, o jovem oficial francês voltou a Cuiabá e aqui se casou com a Sra. Inês de Almeida Leite, instalando o seu lar no prédio onde hoje se encontram a Academia Mato-grossense de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, na esquina das ruas Barão de Melgaço e Voluntários da Pátria. Tendo nascido na pequena Saint-Malô, Bretanha, na França, em **30/01/1802**, ele faleceu em Cuiabá no dia **14/01/1880**, às vésperas de comemorar o seu 78.º aniversário, quando o velho marinheiro lançou suas âncoras para sempre no altar dos seus sonhos de militar e estadista, a Cuiabá que ele tanto amou e honrou.

REGISTROS

+ Com o título "*E Onde Enfiaremos Essa Gente?*", a professora Adriana Vandoni Curvo publicou um artigo no jornal "*A Gazeta*", de **06/02/2005**, abordando um assunto que merece especial atenção de todos, por ser complexo e de difícil solução. Ele começa pela lenda histórica: "Na década de 70, muitos colonos do

solução. Ela começa pelo lado histórico: "Na década de 70, muitos colonos, de todas as regiões do Brasil, em especial do Sul, migraram para Mato Grosso em busca de grandes propriedades a preços baixos. Vieram incentivados pelo governo federal e apoiados nas facilidades de financiamentos da Sudam, da Sudeco e do Banco do Brasil". Depois de fazer um rápido histórico sobre os citados incentivos, ela prossegue: "Hoje surgiu uma novidade, um grande "presente" para parte da região amazônica que inclui o Norte de Mato Grosso e o Sul do Amazonas. A criação do Parque Nacional do Jurueña. Parque Nacional (PARNA) significa a delimitação de uma área onde serão mantidos seus ecossistemas livres de alterações causadas pela interferência humana, admitido apenas uso indireto dos seus atributos naturais. (...) Em Mato Grosso, o Parque do Jurueña vai ocupar um milhão de hectares, o que corresponde a boa parte dos Municípios de Apiacás e Nova Bandeirantes. Para se ter uma idéia, da área total Apiacás, 23% é da reserva indígena Kaiabi, 5% da reserva estadual e, se concretizado, 41% será tomado pelo Parque Nacional. Sobra ao município 30%, porém, de acordo com a MP 2.166 só pode ser explorada 20%, assim restará para utilização do homem o equivalente a 5,98% da área total do Município. (...) O que fazer agora com 6.665 pessoas que vivem em Apiacás"?

+ Faleceu em Cuiabá ao amanhecer do dia **09/02/2005** o padre salesiano Firmo Pinto Duarte Filho, vítima de insuficiência cardio-respiratória, aos 77 anos. Era reitor do Santuário de Nossa Senhora Auxiliadora, em Cuiabá. No dia anterior, ele participou ativamente do "Vinde Vede", que criou e hoje é o maior encontro de orações da Igreja Católica em Mato Grosso durante o Carnaval. Nascido em Cáceres, mudou-se com sua família para Cuiabá quando tinha três anos. Ex-aluno do Colégio Salesiano São Gonçalo, ele foi ordenado em **08/12/1955**, por Dom Francisco de Aquino Corrêa. Seu sepultamento foi no dia seguinte, na Igreja de Nossa Senhora Auxiliadora, sendo o primeiro padre salesiano a merecer a homenagem. Ele era membro da Academia Mato-grossense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

+ O jornalista Nides Alves de Freitas escreveu no jornal "*Diário de Cuiabá*" de **06/02/2005** o artigo "*Cultura é a Mãe*", onde ele destacou a importância da cultura na vida humana: "*Fiquei todo o mês de janeiro me alimentando novamente da cultura maravilhosa de minha mãe. Foi na digestão do pequi que cheguei à reflexão de que um dos urgentes desafios para as gestões públicas, em todo o Brasil, é transformar e fortalecer a sua indústria cultural. Dito assim parece pomposo, ou chato, mas o fato é que tão rico quanto o petróleo, a soja e o aço, é o patrimônio imaterial de um povo. É certo que o estudo das cadeias produtivas da cultura (o quanto gera de emprego e renda o teatro, o cinema, etc) no Brasil é muito recente, mas já é possível afirmar que a preservação dos saberes, das vivências, do imaginário e da oralidade de um povo pode empregar muita gente, gerar muito dinheiro e qualidade de vida para todos os moradores*".

DOS LEITORES

"Sua contribuição para nossa história e para nossa cultura tem valor inestimável. (...) Sou um Cuiabano grato". IVO CUIABANO SCAFF.

"Como tem acontecido nas edições anteriores, o "Varanda Cuiabana" vem nos dando conta de todos acontecimentos importantes da História desse grandioso Estado de Mato Grosso. (...) Parabéns também a todos nós que temos o privilégio da leitura de tão alta importância." EACUNDES DE OLIVEIRA

privilégio da leitura de tão alta importância. (...)". FAGUNDES DE OLIVEIRA.

"(...) Recebi a última edição do "Varanda Cuiabana" e fiquei bastante contente em ler o extrato do meu artigo publicado pelo jornal "Folha do Estado", intitulado "A Educação Pelo Mundo Informatizado". Muito obrigado pela veiculação do resumo do artigo. Desejamos-lhe, mais uma vez, votos de sucesso e também de vida perene ao já tradicional "Varanda Cuiabana". NOEL ALVES CONSTANTINO.

"(...) Estava sentindo falta do "Varanda Cuiabana". (...)". ADRIANA VANDONI CURVO.

DO EDITOR: O problema estava no seu endereço eletrônico. É uma honra tê-la entre nossos leitores.

"(...) Obrigado por ter sido incluído no rol dos que recebem esse precioso veículo informativo, "Varanda Cuiabana"'. (...)". JOSÉ FERRAZ FILHO.

" (...) Ora residindo no Rio de Janeiro muito me honra receber, mesmo que desse jeito meio presente, o seu periódico. Muito Obrigado". DAVID SANTANA.

"(...) De certa forma é lógico que cada prefeito lute pela sua sobrevivência, pois os nossos legisladores criaram dezenas de Municípios sem capacidade de sustentação, deficitários e impotentes"(...). A sua colocação previne uma possível injustiça, porém de que lado?" AGRIPINO BONILHA FILHO.

DO EDITOR: Defendo a lógica: mais população, mais soluções, exigindo mais recursos orçamentários.

DA LINGUAGEM CUIABANA

Descabreado: Desorientado.

Descaído: Abatido.

Encasquetar: Não pensar em outra coisa.

Enfestado: Cheio, tomado, de alguma coisa.

Engasga-gato: Comida de péssima qualidade.

Ensopado: Carne picada cozida, com legumes.

Escaldado: Mingau de farinha de trigo ou milho, com ovo cozido no caldo.

Estoporado: Vítima de forte calor.

Esurraçado: Expulso, afugentado.

Enxuito: Enxuto.

"VARANDA CUIABANA" É UMA INICIATIVA CULTURAL, SEM FINALIDADE LUCRATIVA.

REQUERIMENTO Nº 552, DE 2005

Com fulcro no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a inserção em ata de voto de aplauso ao jornalista Alberto Dines pelo duplo aniversário do Observatório da Imprensa: que está presente na internet há 9 (nove) anos e há 7 (sete) anos na versão televisionada, e que agora se prepara para mais um desafio, a versão radiofônica.

Justificação

O Observatório da Imprensa estreou na internet em abril de 1996 como um projeto do comitê gestor da Internet no Brasil, que tem como objetivo levar para o debate público idéias, estudos, comentários, artigos e ensaios com foco no desempenho da mídia.

A primeira edição do Observatório da Imprensa foi para a rede na segunda quinzena de abril de 1996, produzida com a chancela do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (LABJOR) da Unicamp e hospedada num servidor do Instituto Uniem.

Esta é uma das mais fecundas iniciativas apoiadas pelo Comitê Gestor da Internet. Contribui para a formação da intelectualidade brasileira, quando se propõe a levar a análise crítica da própria imprensa à sociedade.

Sala das Sessões, 23 de maio de 2005. – **Serys Shessarenko**, Senadora da República.

Outras informações: www.observatoriodaimprensa.com.br

OBSERVATÓRIO MULTIMÍDIA

Um projeto coletivo a serviço da sociedade

O Observatório da Imprensa está completando um duplo aniversário: nove anos na internet e sete na televisão. Para comemorar, um novo desafio: a versão radiofônica na Rádio Cultura FM (103,3 MHz), às 9 horas, de segunda a sexta, redigido e apresentado por Mauro Malin.

Uma escavação mais profunda revelará que o projeto começou em 1994, na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), incubado dentro do LABJOR (Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo) durante a gestão do reitor Carlos Vogt.

Inicialmente hospedado no Instituto Universidade – Empresa (UNIEMP), os Observatórios agora estão integrados ao Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo (PROJOR).

Não são muitos os países, mesmo no chamado mundo desenvolvido, em condições de exibir uma experiência deste porte e com este diferencial: os Observatórios são veículos regulares, profissionalizados e, ao mesmo tempo, fóruns públicos independentes para promover o debate sobre o desempenho da mídia.

A longevidade e o grau de participação do público nas versões **on-line** e televisiva comprovam uma das premissas que sustentam o nosso trabalho: é possível combinar qualidade formal com conteúdo, é possível ser útil e ser agradável, combinar o senso crítico com o bom gosto.

Nossos leitores, telespectadores e futuros ouvintes são também cidadãos. Querem saber, querem pensar, querem participar, mas querem igualmente receber produtos jornalísticos de qualidade, compatíveis com suas exigências culturais.

Agora, no marco da inauguração do décimo ano de atividades do Observatório, serão três veículos em diferentes formatos, porém interativos: o **site** (matriz do projeto) interliga-se ao programa de TV e ao programa de rádio, e este aos seus co-irmãos.

Materializa-se também a aproximação das duas redes públicas de radiodifusão: o programa televisivo foi criado, é produzido e gerado pela TVE, e retransmitido pela Rede Cultura; o programa de rádio está sendo criado e será gerado pela Rádio Cultura, e retransmitido pela Rádio MEC. Todos com a assinatura do Instituto ProJor.

Um projeto coletivo, multimídia, multiempresas, a serviço da qualidade do jornalismo e da sociedade brasileira. (A Redação do OI)

NASCIDO NA INTERNET

Plataforma de democratização

Mauro Malin

O Observatório da Imprensa estreou na internet em abril de 1996 como um projeto do Comitê Gestor da Internet no Brasil, no âmbito de um Grupo de Trabalho de Articulação com a Sociedade, então coordenado pelo ex-reitor da Unicamp Carlos Vogt, hoje presidente da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo).

O Comitê Gestor era presidido por Ivan Moura Campos.

A preparação para a primeira edição ocorreu menos de um ano depois do advento da internet comercial no país. Mas não é só na cronologia que internet e OI caminham juntos. A iniciar seu décimo ano consecutivo de presença regular na internet, esta atividade de crítica da mídia — desdobramento da que foi inaugurada no Brasil por Alberto Dines na **Folha de S.Paulo** há quase 30 anos [a coluna dominical “Jornal dos Jornais”, publicada de julho de 1975 a julho de 1977] — tira partido dos principais atributos da rede: a base tecnológica é a mesma para ler e escrever, e os custos de montagem na ponta do sistema são compartilhados pelos usuários (como no caso do rádio e da televisão, mas com direito apenas a receber a programação, não a se manifestar).

Aqui, o bilhete de entrada é a capacidade de produzir conteúdos relevantes. Falar (escrever) para outros não depende da posse de meios de distribuição. O que está sempre em disputa, seja qual for o ambiente ou a plataforma tecnológica, é a atenção, o tempo alheio. O que resulta, até certo ponto, em igualdade de condições.

Entretanto, a facilidade de chegar ao outro - nove anos atrás, uma reduzida elite econômica e cultural; hoje, potencialmente, dezenas de milhões de pessoas - e de ouvi-lo torna maior, e não menor, a responsabilidade pela conduta editorial do veículo. Quer no plano da ética, para evitar que a ferramenta seja usada com objetivos estranhos a suas finalidades, quer como estratégia de mídia, garantindo-se que permaneça como foco a crítica do jornalismo nos meios de comunicação.

O programa de TV

O balanço desses primeiros nove anos é animador. Alberto Dines, Luiz Egypto, Marinilda Carvalho, Luiz Antonio Magalhães e Victor Gentilli foram editores competentes. Nos três primeiros anos, tive a honra de pertencer ao grupo de editores na qualidade de seu primeiro redator-chefe — função em que fui substituído por Luiz Egypto, que fora responsável, de julho de 1997

a março de 2000, por uma edição impressa do OI com a síntese mensal do que era veiculado **on-line**.

Dois colaboradores que devem ser lembrados neste momento são Caio Túlio Costa, que levou o Observatório para o UOL, e Matinas Suzuki Jr., que o trouxe para o iG.

O programa de televisão, sob a batuta do Dines, começou a ser veiculado pela Rede Pública de Televisão em maio de 1998 e produziu inestimável audiência para o site. Quem convidou Dines para fazer o programa foi Alexandre Machado, ainda em 1997, quando era diretor de Jornalismo da TVE.

Questão de princípios

O OI é um das mais fecundas iniciativas que foram patrocinadas pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil. Desde cedo caminhou com suas próprias pernas. Tornou-se independente financeiramente (sempre o foi intelectual e politicamente). Democratizou a participação no debate sobre a mídia.

Quem estava se formando numa faculdade de jornalismo em 1996 já vai completar dez anos no mercado. Pode-se pensar em quanto ainda há (e sempre haverá) por fazer. Mas pode-se imaginar, também, como teria sido a trajetória da imprensa nesse período sem a visão crítica que se aloja nestas páginas.

Hoje o **Observatório** continua fiel às mesmas preocupações e aos mesmos princípios que lhe deram audiência e credibilidade.

Entrevista/Caio Túlio Costa

Os primeiros parceiros

Luiz Egypto

O problema era conceber um veículo para levar ao debate público idéias, estudos, comentários, artigos e ensaios com foco no desempenho de mídia. A solução, os pioneiros do **Observatório**, reunidos na organização dos seminários “A imprensa em questão” (Unicamp, 1994-9S), foram naturalmente buscar nos ditames da mídia de papel: primeiro, produzir livros; depois, criar uma publicação, revista que fosse (jornal nem pensar), um “produto” bem impresso, periódico, com redação montada, para funcionar como veículo jornalístico e também como fórum, de forma a ampliar o filão da crítica de mídia aberto no Brasil pela coluna “Jornal dos Jornais”, de Alberto Dines, publicada aos domingos na **Folha de S. Paulo**, entre 1975 e 1977.

Uma revista seria bem-vinda, mas os custos da iniciativa, sobretudo os de distribuição, eram já (pelo menos estes) impraticáveis. A bóia salvadora foi o surgimento de uma nova mídia, a internet, que então saía dos casulos da Academia e dos órgãos de Estado para

dar os primeiros passos de uma operação comercial pública e aberta.

A primeira edição do **Observatório** da Imprensa foi para a rede na segunda quinzena de abril de 1996, produzida com a chancela do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor) da Unicamp e hospedada num servidor do Instituto Uniemp.

No início de 1997, com atualizações quinzenais (dias 5 e 20 de cada mês), o o OI foi instado a levar seu conteúdo para o UOL, que recém-entrara em atividade. O responsável pelo convite foi Caio Túlio Costa, primeiro diretor do portal. É com ele a entrevista que se segue, feita por e-mail. Professor de Ética Jornalística na Faculdade Cásper Líbero, em São Paulo, Caio é um jornalista fora das redações e hoje trabalha no Grupo Semco, onde preside a Fundação Semco e dirige o Instituto DNA Brasil — um think tank destinado a pensar estratégias de longo prazo para o país.

.....

Lembra de sua primeira experiência com a internet?

Caio Túlio Costa — Sim, foi via conexão com a USP feita pela Maria Ercília Galvão Bueno num sábado à tarde, no apartamento da Bárbara Garcia, em 1994. Mas eu já estava acostumado aos serviços online porque era assinante da Compuserve desde quando morava na França, onde fui também um grande usuário do Minitel, uma internet pré-histórica cuja tecnologia a França não soube exportar. Na França, eu fui o primeiro correspondente da **Folha de S. Paulo** a enviar reportagens via computador. Quando me conectei à internet no Brasil, portanto, eu estava voltando um pouco atrás na tecnologia porque a Compuserve poderia ser considerada, então, muito à frente com o seu sistema proprietário. Depois, o sensacional desenvolvimento comercial da internet matou os sistemas proprietários, tanto da Compuserve quanto da Prodigy (associação entre Sears e IBM — alguém lembra?) e da então pequenina América Online (AOL). No Brasil existia ainda a BBS Mandic, que eu usei também.

Você é identificado com os primórdios da internet no Brasil por ter ocupado um cargo executivo de visibilidade, a direção do UOL. Antes, participou da implantação do Projeto Folha, ralou anos na Redação, assumiu uma corresponsália em Paris e dois mandatos como ombudsman da Folha. O que significou, para o bem e para o mal, ter um jornalista (um ex-ombudsman) à frente de um portal de internet?

C.T.C — Não sei ao certo. Eu nunca pensei nisso e nunca me preocupei com isso. Em geral as coisas vão acontecendo e você não tem muito tempo para pensar. Eu acho que minha experiência na informatização da

redação e o uso de computadores no jornalismo para transmitir dados e fazer pesquisas (alguma facilidade com a tecnologia) e, depois, minha experiência na Revista da Folha (cuidava da redação, da área comercial e da área industrial e gráfica) levaram a Folha a achar que eu poderia implantar o UOL. Foi o que fizemos, de forma intuitiva, viajando muito, observando como os outros faziam e implantando. Se eu parasse para pensar um pouco veria que estava fazendo alguma coisa impossível — como montar um portal que alia tecnologia, comunicação, informação e serviço ao consumidor sem nenhum modelo. Como ninguém sabia que era impossível, então o fizemos e criamos um forte concorrente de multinacionais respeitáveis como AOL e Terra (Telefônica). O fato de ter sido ombudsman talvez tenha me ajudado a montar o que considero, com orgulho, o melhor serviço de atendimento do consumidor da internet do Brasil. Para mim nada era mais importante do que o assinante.

Como conheceu o Observatório da Imprensa? O que motivou você a levar o site para o UOL?

C.T.C. — A pergunta me faz lembrar do Alberto Dines e do Mauro Malin na salinha de reuniões que ocupávamos no fundo do terceiro andar da Alameda Barão de Limeira [em São Paulo, sede do Grupo Folha]. O Observatório já existia, nasceu antes do UOL, eu o conhecia e estava numa corrida danada para dar conteúdo ao UOL, para trazer mais produtos substantivos que dessem seriedade e credibilidade à operação. Já tínhamos o conteúdo da Folha, da **IstoÉ** (que saiu quando a empresa se associou à Abril), mas não tínhamos ainda os dicionários nem aquela infinidade de produtos editoriais que ajudaram o UOL a ser o que é. Convidei e o pessoal (também o Carlos Vogt) topou. Acompanhar a mídia é algo que está nas minhas preocupações e nada como um produto independente para realizar isso. O Observatório depois foi bastante cortejado por outros portais e manteve-se firme no nosso conteúdo até que numa das crises por que passamos levou-me a dizer ao Dines que não iríamos renovar o convênio. Foi triste. Mas me lembro que o OI não ficou um dia sem casa na rede e passou imediatamente para o IG.

Faz dez anos que internet popularizou-se no Brasil. Em maio, o OI começa o décimo ano de edições regulares na rede: nasceu com a internet e isso o determina. Os sites jornalísticos em geral chegaram à net pelo caminho inverso. Concorde que a internet foi decisiva para firmar a função social da crítica de mídia?

C.T.C. — Concorde que o OI fez o caminho inverso e sua raiz é a internet, portanto ele tem o gene da comunicação eletrônica, da convergência, e é muito

fácil para ele se transmutar em outras mídias. Eu não diria que a internet tenha sido decisiva para firmar a função social da crítica de mídia — ainda mais porque o Alberto Dines fez isso no Brasil na década de 1970 e usou a mídia jornal [coluna “Jornal dos Jornais”, publicada aos domingos na Folha, entre julho de 1975 e julho de 1977]. Eu diria então que o OI tem o mérito de sistematizar a crítica da mídia, dar-lhe amplidão e múltiplas vozes.

Qual a maior lição deixada pelo estouro da bolha da internet, em 2000?

C.T.C. — Foram muitas lições e a primeira é a de que quão ingênuos todos nós podemos ser quando deslumbrados por movimentos inéditos. A grande maioria das pessoas, em especial milhares de investidores, perdeu mundos e fundos. Em segundo lugar, eu diria que o mundo continua movido pelos interesses das grandes corporações e com elas não existe ingenuidade; mas quem enxergou longe conseguiu firmar-se na rede (como o OI) — ou pulou fora na hora certa e, em geral, ganhou muito dinheiro. Outra lição é a de que a arrogância também tem perna curta.

Quer dizer algo mais?

C.T.C. — Vida longa ao Observatório de Imprensa e um abraço forte no Alberto Dines, cuja tenacidade e independência são invejáveis.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

OF. Nº 44/2005 – PRES/CAS

Brasília, 19 de maio de 2005

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2003, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “altera o artigo 198 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1946. (Fixa o peso máximo de vinte quilogramas que um empregado pode remover, individualmente).

A matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Atenciosamente, – Senador **Antonio Carlos Valadares**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A matéria será incluída na pauta da próxima reunião daquela Comissão, para apreciação em turno suplementar.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Há oradores inscritos.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP. Pela ordem.)

– Solicito minha inscrição para uma comunicação inadiável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Acolho a inscrição de V. Ex^a para o momento oportuno, nos termos do art. 14, inciso VII, do Regimento Interno, e faço também a minha própria inscrição para uma comunicação inadiável, nos mesmos termos do artigo citado anteriormente.

Com a palavra o Senador Almeida Lima, primeiro orador inscrito, por dez minutos. Sendo um dia de sessão não deliberativa, S. Ex^a poderá ter mais cinco minutos de prorrogação.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em 2004, apresentei a esta Casa um projeto de lei complementar que tem por objeto a certificação e a utilização de créditos oriundos de precatórios judiciais.

Para a minha alegria, vejo que esta propositura, que é a de nº 43/2004, encontra-se, já com parecer, na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos, cuja deliberação deverá acontecer amanhã, em sua sessão ordinária. Tive mais ainda o prazer de ver que o Relator, o nobre Senador Edison Lobão, oferece o seu parecer externando voto favorável à propositura.

Entendia na ocasião, como ainda entendo hoje, que o Estado deve ser a realização ou a resultante da vontade coletiva e não a anulação do indivíduo. O Estado deve ser um instrumento, como tal, político, de organização de um povo e deve expressar a vontade do cidadão, e não um instrumento odioso, perseguidor, que não realiza a vontade do cidadão.

Trata-se, na verdade, de um conceito da Ciência Política, e, no Brasil de hoje, temos a consciência de que esse conceito e essa definição política não são obedecidos em vários aspectos da vida nacional.

Mas trato, neste projeto de lei especificamente, de um deles: a nulidade do cidadão diante desse monstro que é o Estado, que, a cada dia que passa, instrumentaliza-se para fazer valer o que ele, Estado, considera um direito diante do cidadão. E o Congresso Nacional,

não raras vezes, tem contribuído de forma decisiva para que o Estado se aparelhe cada vez mais e possa do cidadão cobrar tributos até a última consequência, qual seja, a de expropriar bens imóveis, móveis e semovíveis daqueles que devem ao Estado.

Quem tem uma dívida para com a Procuradoria da Fazenda, seja estadual ou municipal, é sem dúvida alguma perseguido judicialmente até a satisfação do crédito junto ao Poder Público.

Mas, Sr^{as}. e Srs. Senadores, normalmente não temos visto o Congresso Nacional se preocupar com o cidadão que, na maioria das vezes, é impotente diante desta máquina brutal que é o Estado, em especial o Estado brasileiro, sobretudo quando ao cidadão, até mesmo judicialmente, é reconhecido um direito que, transformado em moeda, não recebe. Sai um precatório de um Tribunal Superior que, chegando ao Legislativo até o mês de agosto, passa a integrar o Orçamento do ano seguinte. E, mesmo assim, o Estado, o Poder Público não paga.

O cidadão, possuidor de um táxi, sofrendo o abaloamento por um carro oficial, vai à Justiça e tem o seu direito reconhecido, mas passa dez anos para receber a indenização – e olhe lá se recebe –, porque aquilo se transforma em precatório, e o Estado, normalmente, não paga os precatórios. Esse é apenas um exemplo do dia-a-dia, que verificamos em todo o País, não apenas com taxistas, mas com servidores. Há empresas extintas, e os créditos trabalhistas são transformados – claro, são direitos – em precatórios que jamais são recebidos, porque o cidadão, na verdade, diante do Estado, não possui os instrumentos legais para fazer valer o seu direito, e passa a ser um cidadão impotente e amargurado, pois está diante de um direito que, embora reconhecido, não se faz valer.

Pois bem, apresentei um projeto de lei complementar, com quatro artigos, que diz exatamente o seguinte:

Art. 1º As Fazendas federal, estadual, municipal e do Distrito Federal emitirão certificados nominativos, atestando a certeza, a exigibilidade e a liquidez dos créditos oriundos de precatórios, inscritos nos termos do art. 100, da Constituição Federal, a pedido dos titulares dos respectivos créditos.

Em outras palavras, o cidadão que, em favor de si, tenha um precatório, um crédito, vai ao órgão público fazendário competente e pede para ser emitida uma certidão em seu nome, atestando que ele tem aquele crédito.

Cumprida a primeira parte, o art. 2º diz:

Art. 2º Os titulares dos créditos de que trata o artigo anterior poderão utilizá-los, mediante endosso nominal nos certificados, na aquisição de bens imóveis novos, de bens destinados ao ativo fixo, no caso de empresas, e de instrumentos de trabalho, no caso de trabalhadores autônomos, nos termos de regulamento.

Parágrafo único. Consideram-se novos os imóveis com até cento e oitenta dias de “habite-se”.

Assim, o cidadão, que teve o seu crédito reconhecido pela Justiça e o Estado não fez o pagamento, poderá utilizá-lo, mediante endosso, ou seja, assinando no verso da certidão, fazendo a transferência do direito, do crédito, na aquisição de bens, como uma casa recém-construída, com até 180 dias do “habite-se”. Com um crédito de R\$50 mil a R\$60 mil, por exemplo, ele poderá se dirigir a uma construtora e comprar um apartamento novo, bastando que endosse aquela certidão e transfira para o construtor o direito de receber aquele crédito. Se o empresário tiver dívida tributária para com aquele ente da Federação ou com a própria União, poderá fazer a compensação. Poderá ainda utilizar o seu certificado na aquisição de bens destinados ao ativo fixo, se pessoa jurídica, no caso de empresas, ou de instrumentos de trabalho, no caso de trabalhadores autônomos, nos termos de regulamento.

No caso específico, é o cidadão que tem um táxi, tem um crédito. Ele pode ir à concessionária tirar um carro novo e pagá-lo com aquele crédito, estabelecendo inclusive a circulação de riqueza, ampliando a atividade econômica. No primeiro caso, é uma residência; no segundo, um táxi e, no terceiro, uma máquina agrícola, um carro para transportar a sua produção, a máquina de costura, enfim um leque de instrumentos que facilitem a operação da sua atividade econômica.

O empresário que recebe o certificado, que mensalmente recolhe tributos para o órgão fazendário municipal, para o órgão fazendário estadual e para a União, ao invés de recolher ao Tesouro público o valor do imposto, pode estabelecer a compensação diante do título a que passa a ter devidamente endossado pelo titular originário.

O artigo seguinte diz exatamente o que acabei de explicar.

Art. 3º Os detentores dos certificados, titulares originários ou endossatários, de que trata esta lei, poderão utilizá-los pelo seu valor de face para, até o limite de suas dívidas, compensar débitos junto às respectivas fazendas públicas.

Ora, passaremos a dar direitos ao cidadão que tem diante de si o Estado-monstro, que possui todo o instrumento quando quer se valer dos seus direitos diante do cidadão, que penhora, arresta, leva à hasta pública, vende, expropria o bem, e que não há uma correlação quando é o Estado o devedor. Quando ele é o credor, encontra-se completamente aparelhado para exigir do cidadão aquele direito, mas o contrário não se verifica.

Quero, portanto, anunciar a esta Casa e ao País o meu projeto de lei que, espero, na reunião de amanhã da Comissão de Assuntos Econômicos, seja discutido e deliberado, e cujo parecer do nobre Senador Edison Lobão é favorável à propositura, inclusive, sem emendas. Trata-se de um projeto conciso, enxuto, objetivo, direto, mas de um alcance social enorme. Quantos milhares de brasileiros temos espalhados em todo País que possuem esse precatório, um crédito, um direito para receber do Tesouro Nacional, da Fazenda Pública, Estadual ou Municipal, e não o recebem?

Por um, dois, três anos, repetidas vezes, o crédito no Orçamento foi postergado para o ano seguinte. Não há pagamento porque a legislação não dá ao cidadão o direito à expropriação, a pegar um bem do Estado-membro, da União ou do Município e levá-lo à hasta pública, como esses entes jurídicos possuem em relação ao cidadão. Ora, nada mais justo do que um instrumento dessa ordem na construção civil, na qual há a possibilidade concreta de ser utilizado. É um incentivo inclusive à atividade econômica, que não seja na construção civil, mas na compra de ativos fixos para as empresas, extremamente importante. E para o cidadão, então, para aqueles que têm quantias ínfimas ou mesmo volumosas, significará fazer com que a moeda possa circular e ver atendido o seu direito, pois como disse no início da minha fala, o Estado, na verdade, uma criação do homem, tem um objetivo: tornar-se um instrumento forte em defesa do próprio homem, do cidadão, da sociedade, e não um instrumento jurídico para se opor aos interesses do cidadão.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Um Estado que não faz valer e não respeita o direito daqueles cidadãos que, no seu coletivo, são os responsáveis pela constituição jurídica e institucional do próprio Estado não é um Estado de direito, muito menos democrático. É um Estado totalitário, arbitrário.

O Estado existe para fazer a felicidade do homem e não para destruir os seus sonhos e a sua razão de viver.

Portanto, peço às Sr^{as} e aos Srs. Senadores a sensibilidade necessária, política e social, para a aprovação dessa nossa propositura.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço ao Senador Almeida Lima.

Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio, como Líder do PSDB, por cinco minutos, para uma comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea **a**, do Regimento Interno.

A seguir, falará o Senador Mão Santa.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a vida é feita de muitos desencontros, de muitos desvios, de muitos caminhos e de muitos descaminhos.

Hoje, eu lia, Senador Marco Maciel, não sem alguma estupefação, a notícia da punição imposta pela direção do Partido dos Trabalhadores ao Deputado Virgílio Guimarães. Delito de S. Ex^a: ter desafiado a direção partidária e ter se lançado candidato à Presidência da Câmara dos Deputados. Pena imposta a S. Ex^a: um ano de afastamento completo das atividades partidárias.

E o Presidente da sigla, ex-Deputado José Genoíno, disse que foi condescendente com o Deputado Virgílio Guimarães.

Ao mesmo tempo, nos mesmos jornais, as notícias são de tentativa de “operação abafa” da Comissão Parlamentar de Inquérito que se destina a investigar o escândalo dos Correios, enquanto o Presidente passa a mão na cabeça de todos os acusados – e já são muitos – do seu Governo.

Ponho-me a perguntar o que estaria fazendo o Presidente Lula da sua biografia. Para o Deputado Virgílio Guimarães, fiel ao Governo, fiel ao ideário proposto pelo Presidente Lula ao chegar ao Palácio do Planalto, fiel ao Partido, pena de um ano de afastamento completo das atividades partidárias, sem a menor contemplação. Para aqueles outros acusados de corrupção, sempre a condescendência, que começou com Waldomiro Diniz, que foi demitido a pedido. E o Presidente dizendo que é parceiro de um, que confia no outro, que é amigo de um terceiro, que espera transitar em julgado.

A revista **Veja** desta semana – e peço a inserção nos Anais da Casa da capa e da matéria sobre corrupção – mostra exatamente o roteiro que orienta a impunidade. As leis têm de ser mexidas porque os recursos são demasiados. O inocente demora muitos anos para provar a sua própria inocência. E o culpado,

é preciso muito tempo para que se o provem culpado. Recursos, procrastinações, nada que bons escritórios de advocacia não resolvam.

De qualquer maneira, fica o sabor da amargura, Sr. Presidente, porque vejo, numa ponta, a punição impedida ao Deputado Virgílio Guimarães, cuja acusação, repito, é ter ousado desafiar a autoridade da direção partidária. E o Presidente sempre inocentando seus acusados de estimação. Sistemáticamente, todos os seus acusados de estimação têm sido declarados inocentes pelo Presidente Lula até provas, provas, provas, provas e mais provas em contrário.

O Presidente Lula montou uma Base parlamentar que, pura e simplesmente, não funciona. Ele entrega tudo aquilo que combina, entrega os cargos, entrega autonomia. Os cargos não raro estão virando objeto de suspeição, de malversação de recursos públicos.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Vira um círculo vicioso. O Presidente não pune ninguém porque afirma que precisa dessa gente para governar e arruína o seu Governo e sua reputação, precisamente porque alega precisar dessa gente para governar. Então, é obrigado a dar cargos sem ter o voto; é obrigado a dizer que fulano e beltrano são inocentes para ter o voto. E termina perdendo o respeito da Nação brasileira. Essa é que é a verdade.

Sua Excelência é dado a brincadeiras. Dizia a jornalistas: “Não estou preocupado. Olhem para minha cara e vejam se estou preocupado”. Depois de ter programado uma dessas caravanas *hollydays*, com vinte Ministros – levou cinco ou seis a Seul – deixou o resto aqui em contato com os Deputados, procurando fazer uma escabrosa movimentação para retirarem 67 assinaturas do requerimento de criação da Comissão Parlamentar de Inquérito. Se o Presidente lograr êxito em retirar 67 assinaturas, o PSDB vai pedir uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar esse movimento. Não acredito que existam 67 dovidivas que assinam em um dia e, no outro, “desassinam”. Não acredito que existam 67 levianos que um dia querem investigar um abalo moral do Governo e, no outro, sejam convencidos por argumentos da Casa Civil ou sei lá de onde da Presidência da República.

Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Mão Santa, com muita honra.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio, na certa, o núcleo duro está se inspirando naquela afirmação do Deputado Luiz Inácio Lula da Silva de que aqui havia 300 picaretas. Para agir dessa maneira, só se isso está incutido no núcleo duro.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito bem. É isso mesmo, Senador Mão Santa.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Concluo, Sr. Presidente, dizendo que o PT perde as estribeiras. Agora, acusam o PSDB de golpismo. Quantas divisões temos para aplicar algum golpe nas instituições brasileiras? De quantos soldados dispomos? De quantos tanques? Nós, golpistas, se fomos eternamente vítimas dos golpes que assolaram este País quando a democracia não estava ainda consolidada?

Ao contrário, em passado recente foi o PT que gritava o “Fora, FHC!”. Era o PT a pedir que o Presidente Fernando Henrique renunciasse e convocasse novas eleições, Senador Marco Maciel. Nós, não. Ao contrário. Hoje, se eu tivesse de pedir ao Presidente alguma coisa, eu pediria: “Fica, Lula!”. Se eu tivesse, Sr^{as} e Srs. Senadores, que impor ao Presidente algum castigo, eu diria: “Presidente, fique e não afaste o seu traseiro – já que Vossa Excelência se refere aos traseiros dos brasileiros – nem um segundo até o último dia, o último minuto do seu mandato, porque o seu dever é governar o País, o seu dever não é sair, não é renunciar, o seu dever é ficar até o final e governar este País, dando satisfação aos 53 milhões de brasileiros que tanto confiaram em Vossa Excelência, Sr. Presidente”.

Essa é a nossa opinião.

Nós, do PSDB, consideramos inevitável a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Correios. É bom o Governo instalá-la logo, senão, daqui a pouco, vai haver a do IRB ou a de outra estatal qualquer. É bom que comecem por essa. A Oposição foi conscienciosa, procurou se ater ao fato específico e restringiu a apuração aos Correios e Telégrafos. Não há por que terem tanto medo da corrupção que supostamente envolve apenas um funcionariãozinho de terceiro escalão.

Se todo mundo é inocente, se todo mundo é parceiro, então, por que não fazemos a investigação de uma vez? Está cheirando muito mal essa demonstração de medo e de paúra que o Governo revela.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, por dez minutos. A seguir, eu a concederei ao Senador Papaléo Paes.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte. Sem revisão do orador.) – Senador Tião Viana, que preside esta sessão, Sr^{as} e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos as-

sistem pelo sistema de comunicação do Senado, Senador Marco Maciel, extraordinário homem público, eu iniciaria o discurso fazendo alusão ao nosso patrono, Rui Barbosa: “De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto”.

Senador Almeida Lima, essa frase é do jurista Rui Barbosa. Eu queria apenas dizer o seguinte: Senador Marco Maciel, comecei citando V. Ex^a porque sei da sua vocação cristã. Lembro-me, Senador Paim, que eu governava o Piauí e fui chamado para tomar um café com o Vice-Presidente da República, Marco Maciel. Peguei o avião de madrugada, em jejum, Senador Ney Suassuna. Pensei: vou passar bem! Começou com uma missa; depois, houve uma reunião de líderes cristãos para organizar a chegada do Papa.

Isso tudo para dizer que o que está faltando é simples. Senador Paim, sei que o Lula não gosta de ler, não. A Constituição jamais ele vai ler. São 250 artigos. Não vai – ele declarou que não gosta de ler. Mas creio que o núcleo duro podia fazer uma coisa boa, Senador Suassuna Shakespeare – V. Ex^a que está tendo muito contato com esse povo –, pelo menos publicar aquilo que foi dado a Moisés: os mandamentos, Senador Suassuna. Deveria pelo menos colocá-los ali, no quarto do Lula, na sala do Lula, para ele governar com aquilo que é o ideal. Aquilo é a constituição de Deus. Está lá: “Não furtarás”. É lógico que os homens foram completando: não deixar furtar; Tancredo disse: “colocar na cadeia quem furta”. Fazemos essas emendas.

Este País chegou ao que Rui Barbosa disse, Ney Suassuna: “Nós vamos ter vergonha de ser honestos”. Nunca dantes, Senador Alvaro Dias, houve uma desordem total. Com esse PT, não se mudou para a bandeira vermelha, o que eu temia, mas ele foi nas letras verdes, “Ordem e Progresso”, e as transformou em “Desordem e Regresso”.

A corrupção está aí! Respira-se não mais oxigênio no Brasil, mas corrupção. É falta de vergonha. É falta de governo. Padre Antonio Vieira dizia que palavra sem exemplo é como tiro sem bala. O exemplo arrasta. É de cima para baixo.

Essa vergonha aí de Santo André — ainda comprometem um santo da Igreja Católica! — deveria ser esclarecida. Isso é uma vergonha, como diz Boris Casoy. E essa mídia, paga pelo Governo! O Governo é gastador. Ô Governo bom para quem trabalha nele! É gastador. Todo dia gasta. Todo dia inventa uma coisa. Todo dia! E o povo pagando imposto. Paga-se o juro mais idiota do mundo! Não é esse que eles dizem, não; é muito mais. Busquem um cheque ouro...

E ainda vem esse Governo, despreparado, com esse negócio de deixar para os aposentados aquele empréstimo! Não é nada barato, não. O juro no Brasil não existe, é estratosférico. Mesmo que eles digam que é barato, é caríssimo. Lascou os nossos pobres, os nossos aposentados!

Abrahan Lincoln dizia – Tião Viana, ensine ao núcleo duro: “Não baseie sua prosperidade com dinheiro emprestado”. É a nova escravidão: estão endividando os nossos bons velhinhos aposentados. Eles estão sendo ludibriados. O juro não é nada barato, não. É um roubo, é um assalto garantido dos banqueiros.

Senador Arthur Virgílio, aquilo é um negócio bom para os banqueiros: já tiram na folha. Não tem inadimplência, não tem falcatura. E peca naquele ensinamento de Abrahan Lincoln, simples, Tião Viana: “Não baseie sua prosperidade com dinheiro emprestado”.

Mas, Senador Arthur Virgílio, este Governo é bom, paga tudo para o funcionário público. Tá gastando... Ô Governo gastador bom! Para Senador, tá bom; para Deputado, tá bom; para a Justiça, está maravilhoso!

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite-me um aparte, Senador Mão Santa?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Chegou um e veio aqui descaradamente pedir um salário de R\$27 mil. Todo mundo sabe, é a maior vergonha da história da Justiça do mundo. Não é aquela: “Bem-aventurados aqueles que têm fome e sede de justiça”!

É, Sr. Paim! Mas, Senador Arthur Virgílio, está na mídia, na capa da **Veja**: “Corruptos. Estamos perdendo a guerra contra essa praga”. Manchete da capa!

Quer dizer, isso não existe! Isso foi pela impunidade de Santo André: enrolaram, enrolaram. Por que não esclarecem? Por que não botam a Polícia Federal logo? Mas o maligno fica aí, bota o homem para viajar e entra a malignidade.

Vamos para outra revista grande, a **Época**. Capa: “Corrupção. Deputados chantagistas, prefeitos ladrões e servidores públicos desonestos”.

Por que a política está assim? O exemplo arrasta, ó, Lula! Ele não ouve, não adianta! Já desanimei. Agora, está viajando. O maligno mandou que ele viajasse para ficar fazendo as traquinagens. Essa é a vergonha.

Então, esta é uma situação difícil. Até louvo aqui o nosso grande Secretário ou o nosso grande Parlamentar do Paraná, Alvaro Dias – aliás, ele está bem na foto, entre duas mulheres lindas: uma loura, Britney Spears, e a Ana Paula Padrão. A verdade está no meio. Olhem o que disse o Senador: “O País acompanha es-

tarrecido uma escalada de fisiologismo como nunca se viu antes. Atualmente, existe uma porta aberta à corrupção para quem se dispõe a atender os interesses do Governo”.

É verdade. E quero lhe dizer: é falta da Bíblia. Senador Marco Maciel, não há na Bíblia uma menção à porta estreita da vergonha, do estudo, da integridade? Eles escolheram a porta larga, que está escancarada.

Concedo um aparte ao bravo Líder da Oposição, Senador Arthur Virgílio.

O Sr Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Mão Santa, eu gostaria de cumprimentá-lo pelo seu discurso de hoje, mas muito especialmente pelo pronunciamento da última sexta-feira, corajoso, lúcido, irônico, verdadeiro, quando V. Ex^a se refere ao Zezinho.

O SR MÃO SANTA (PMDB – PI) – É gente melhor do que o Lula, mais simpática. Lá vai o Zezinho, servindo, trabalhando! O Lula trabalhou pouco e se aposentou logo.

O Sr Arthur Virgílio (PSDB – AM) – O Zezinho não tentaria retirar 67 assinaturas de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. V. Ex^a consegue atingir, mais do que muita gente pode supor, o coração do povo brasileiro. Por onde ando, ouço o refrão de que V. Ex^a é o representante verdadeiro do nosso povo e dos sofrimentos por que o nosso povo passa neste momento tão angustiante da vida brasileira, Senador Mão Santa.

O SR ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Senador Mão Santa, peço a palavra apenas para cumprimentá-lo por mais esse brilhante discurso. O Ministro José Dirceu afirmou que a Oposição é golpista – o maligno, segundo V. Ex^a – e que quer retirar o Lula do poder. É bom dizer a ele, Senador, que queremos tirar o Lula, mas nas urnas, pelo voto. No passado, queriam derubar o Fernando Henrique Cardoso. Foi o PT que pediu que Fernando Henrique renunciasse e que se convocassem novas eleições. Portanto, o golpismo faz parte do DNA deles, não do nosso. Repito, Senador Mão Santa: V. Ex^a, os Senadores Arthur Virgílio, Marco Maciel e eu, todos nós, da Oposição, queremos que o Lula fique até o final, cumprindo o seu mandato, e que seja julgado depois, porque queremos derrotá-lo, realmente, nas ruas e, sobretudo, nas urnas.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Nossos parabéns pela frase. Ela é tão bonita que, entre duas mulheres, ainda nos prende a atenção. Há várias capas da revista sobre o rombo de R\$160 bilhões; conta secreta e não sei mais o quê; o desabafo do juiz Nicolau.

Este é o Brasil. A única satisfatória é sobre a honrada luta dos sem-terra, que deveria ter sido resolvida para que este fosse um País grandioso e sem problemas. Senador Tião Viana, resolvi esse problema no Piauí. Lá, nunca houve marcha de sem-terra, não. Houve gratidão. O meu Vice-Governador era um homem, esse sim, de mãos santas, quer dizer, homem sem terra, da Contag. Entendo que a terra é de quem nela nasce, mora, trabalha e cultiva.

Essa é a situação do Brasil, mas sou otimista, o que aprendi com Juscelino Kubitschek, cassado aqui – e digo-o em respeito ao Senador Paulo Octávio, que simboliza Brasília e a família –, que dizia: “É melhor ser otimista. O otimista pode errar, mas o pessimista já nasce errado e continua errado.”

Sou otimista por quê, Senador Arthur Virgílio? Porque a democracia não é do PT. Não tem nada a ver com o PT. A democracia é nossa e nos dá o direito, que já estamos exercitando, de alternância no poder. V. Ex^a não vai ouvir, aqui, “Fora, Lula”. Não! Mas vai ouvir a defesa destas Lideranças, orientando o povo brasileiro a perpetuar a democracia naquilo que é mais sagrado: a alternância do poder.

Concedo um aparte ao Líder Almeida Lima.

O Sr. Almeida Lima (PSDB – SE) – Senador Mão Santa, somo-me ao pronunciamento de V. Ex^a. Quanto à malsinada declaração do Ministro José Dirceu, ela é, sem dúvida, a tradução do quanto ele desrespeita a Oposição, que se tem comportado com toda a seriedade e nunca apresentou, por menor que fosse, nenhum perfil, nenhuma característica, nenhuma postura golpista. Na verdade, na verdade, golpista tem sido a posição do Ministro, que não tem respeitado o Estado, contraindo, de forma decisiva, para o aniquilamento...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Peço a generosidade de mais cinco minutos ao Acre, ao PT flexível, arejado, generoso.

O Sr. Almeida Lima (PSDB – SE) – ... contribuindo, Senador Mão Santa, de forma efetiva, para a desmoralização da classe política. Aí, sim, porque não se pode conceber o Estado sem a classe política. Quando a classe política não merece o respeito da sociedade por estar deteriorada, e o Ministro José Dirceu contribui enormemente para essa deterioração, aí, sim, trata-se de postura golpista, porque é, em última instância, contrária ao próprio Estado. Isso é postura

golpista. Como bem disse V. Ex^a, “Fora, Lula”, não! Fique no poder e passe a administrar ...

(Interrupção do som.)

O Sr. Almeida Lima (PSDB – SE) – ...como a Nação brasileira espera e como foi o compromisso de Sua Excelência, que não está sendo cumprido. Parabéns a V. Ex^a, Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Como cada um faz classificações de acordo com sua profissão, e como V. Ex^{as}, os dois, são médicos, eu compararia o Ministro com um tumor, que cresce num lugar indevido. A Medicina é mais positiva e classifica os tumores em benignos, que são limitados, e malignos, que crescem demais. Estamos com essa patologia na política.

O IBGE publicou, recentemente, que o Brasil está no caminho da informalidade. Ninguém pode ter uma empresa, ninguém pode trabalhar corretamente. Todos estão procurando a informalidade.

Para concluir, vim no avião com o jovem – por isso otimista – João Claudino Júnior, filho do maior empresário do Piauí e do Nordeste, e maior do que tudo. Eu até disse: “Olha, aqui, o homem do Século XXI, do Piauí”.

Há 17 anos ele visita a China e viemos falando sobre problemas comerciais. Ele me disse que não acredita que uma empresa sobreviva durante 10 anos. Perguntei-lhe: “E os caminhos?” Ele respondeu-me: “No caminho a gente tem que pensar bem, mas de um coisa eu sei: não é aumentando os impostos, não é aumentando os juros. Isso vai levar o País à desgraça total.” Foram palavras de uma pessoa lúcida, de um empresário.

Ninguém mais quer montar um negócio, pois temos a maior carga tributária, os maiores juros e a maior perseguição. Eu ando, ando e ouço a voz rouca das ruas. O PT conseguiu, não trocar as cores verde, amarelo, azul e branco, mas criar desordem e regresso.

O País está regredindo.

Estas são as minhas palavras.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, encaminho à Mesa pronunciamento que transcreve editorial desta segunda-feira, do jornal **O Estado de S.**

Paulo, intitulado: “Desmatamento da Amazônia já demonstra o fracasso do Governo Lula na área do meio ambiente”.

Na verdade, a Ministra Marina Silva se preocupa com o desmatamento, mas o Governo, como um todo, não. Estavam previstos 2% de desmatamento pelo próprio Ministério do Meio Ambiente e a taxa lamentável, entre 2003 e 2004, foi de 6,23%.

Encaminho à Mesa algo que é do interesse das nossas Regiões e, sem dúvida alguma, deste País, que precisa compreender a importância da Amazônia de uma vez por todas.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDM – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, na semana passada, manifestei aqui minha preocupação com a devastação da Amazônia. Não apenas eu estou preocupado. O Brasil todo se preocupa e com razão. A Ministra Marina Silva também. Mas o seu Governo, não.

Agora, transcrevo o que diz editorial de **O Estado de S. Paulo**, edição desta segunda-feira: “O desmatamento da Amazônia já demonstra o fracasso do Governo Lula na área do meio ambiente”.

É lamentável que o malogro do Governo petista se alastre e agora atinja em cheio a Amazônia. Para se ter uma idéia desse descontrole, leio mais um trecho do editorial do **Estadão**, ao analisar o aumento do desmatamento para 6,23% de 2003 para 2004. A previsão do Ministério do Meio Ambiente era de que o aumento fosse de 2%. Assim escreve o editorialista: “É como se uma inflação projetada para 5% tivesse ultrapassado os 15%. Que avaliação se faria de uma política econômica desse jaez?”

Na semana passada, encaminhei à Mesa requerimento pedindo esclarecimentos à Ministra Marina Silva, a respeito desse perigoso desmatamento.

Agora, leio no importante jornal paulista:

“Alguma coisa – ou, talvez, muita coisa – não tem funcionado na gestão da ministra Marina Silva, notadamente no campo da fiscalização e da repressão à exploração ilegal da mata, em especial nos Estados de Mato Grosso e Rondônia, a ponto de não se prever a reversão de um quadro de devastação que já atinge 680 mil km².”

Pela importância do assunto, estou anexando a este pronunciamento o editorial de **O Estado de S.**

Paulo (edição de 23 de maio de 2005) para que passe a constar dos Anais do Senado da República.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Desmatamento assusta

O simples fato de a taxa de desmatamento da Amazônia, no período compreendido entre agosto de 2003 e agosto de 2004, ter sido três vezes maior do que a prevista pelo governo – pois a expectativa da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, era de que o aumento fosse de 2%, em relação ao ano anterior, quando na realidade chegou a 6,23% – já demonstra o fracasso do governo Lula, na área do Meio Ambiente.

É como se uma inflação projetada de 5% tivesse ultrapassado os 15%. Que avaliação se faria de uma política econômica desse jaez? A área desmatada em apenas um ano – 26.130 km², segundo dados oficiais do governo, o que corresponde ao tamanho do Estado de Alagoas – pode ser vista em impressionantes fotografias aéreas, que mostram extensos rasgos na floresta, a atestarem a ineficácia das ações governamentais no combate à devastação, tais como as relatadas pela ministra: o aumento nas infrações cadastradas, a maior apreensão de madeira ilegal, a instalação das bases de operação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) em conjunto com Polícia Federal, Exército e Ministério do Trabalho e outras medidas. Como se explica que essas providências em favor do Meio Ambiente tenham obtido resultados tão parcos, a ponto de o índice de desmatamento do período ser o segundo mais alto da história – desde o ano de 1988, quando começaram esses levantamentos – só superado pelo do período 1994/1995?

Alguma coisa – ou, talvez, muita coisa – não tem funcionado na gestão da ministra Marina Silva, notadamente no campo da fiscalização e da repressão à exploração ilegal da mata, em especial nos Estados de Mato Grosso e Rondônia, a ponto de não se prever a reversão de um quadro de devastação que já atinge 680 mil km². As explicações da ministra, associando o aumento da devastação ao do desenvolvimento econômico, uma vez que nosso crescimento no período indicado foi da ordem de 5%, podem ter o

efeito de estimular as posições dos que não acreditam muito em desenvolvimento sustentável e consideram o ambientalismo um entrave ao desenvolvimento. Por outro lado, dizer que existe a má consciência de consumidores de outros países, que se permitem ser abastecidos com madeira ilegalmente extraída da região amazônica, é apenas uma meia verdade – pois, se isso sempre ocorreu, por que o fenômeno aumentou de intensidade, justamente quando o governo do País põe em vigor um Plano de Controle de Prevenção e Desmatamento? A resposta é uma só: porque todos os planos deste governo, fora da área econômica, ficam no papel ou no discurso.

Ao justificar o abandono da base governista pelo Partido Verde (PV), o deputado Fernando Gabeira (RJ) disse que ‘o governo Lula representa um retrocesso na política ambiental brasileira’, que há não ‘uma gota d’água’, mas ‘um oceano’ de razões para a ruptura – semelhante à enorme faixa de quilômetros quadrados devastados – e que existem índices comprovando que ‘o desmatamento é muito maior’ do que o oficialmente divulgado. É verdade que, independentemente da razão que tenham ou não, em relação a esses outros itens, os deputados do PV também estão contrariados com o governo Lula em razão da importação de pneus usados, do projeto de transposição das águas do Rio São Francisco para a região do semi-árido nordestino, a legalização do plantio e comercialização de transgênicos, a morte por desnutrição de 38 crianças guarani-caiovás, a retomada das obras da Usina Nuclear de Angra 3, etc.

Deixando-se de lado as eventuais divergências ideológicas ou doutrinárias entre titulares ou altos escalões das Pastas ministeriais, no que concerne à política de meio ambiente – e até as pedras da Esplanada dos Ministérios sabem que tais divergências existem, e são fortes -, há que se questionar, antes de tudo, a capacidade de a ministra articular os organismos de fiscalização e repressão do Estado, tendo em vista fazer cumprir as leis de proteção ao meio ambiente. Pois, não conseguindo impor a exigência preliminar de respeito à lei, dificilmente o Poder Público obterá, da sociedade como um todo, uma colaboração consistente na preservação indispensável de bens da natureza – em favor da sobrevivência, nossa e de nossas futuras gerações.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– A Mesa atenderá V. Ex^a, nos termos regimentais.

Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 14, inciso VII, do Regimento Interno, por cinco minutos.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP. Para uma comunicação inadiável.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sinto-me com o dever, na condição de Senador da República, de trazer à reflexão de V. Ex^{as} e daqueles que nos assistem e nos escutam breve reflexão a respeito da constante alta da Taxa Selic por decisão do Comitê de Política Monetária do Banco Central – Copom.

Minha reflexão tem como base o estudo da economia brasileira externado pelos mais diversos economistas deste País, que não se cansam de dizer que a elevação da taxa básica de juros, que hoje é de 19,75%, é a maior do mundo e que a manutenção nesse patamar provocará uma crise de conseqüências imprevisíveis, sobre a qual, neste momento, eu não gostaria de especular.

Sr. Presidente, é público e notório que o aumento da taxa de juros piora a competitividade das empresas brasileiras no exterior, o que, de certa forma, um paradoxo, pois o Governo vem, por meio de constantes viagens, buscando novos mercados. Ademais, esses constantes aumentos vêm promovendo o aumento do custo de produção, diminuição dos investimentos produtivos que são essenciais para o crescimento econômico; e, sob o ponto de vista social, promovem a redução na geração de emprego, da massa salarial e da arrecadação de impostos, o que para nós é algo preocupante.

O Governo deve medir as conseqüências do sucessivo aumento da taxa Selic. Sabemos que a dívida pública tem o pagamento de juros atrelado à taxa de juros básica e, por conseguinte, à medida que essa taxa é elevada, aumenta o custo da rolagem da dívida e, o que é pior, coloca em risco o crescimento econômico e paradoxalmente diminui a arrecadação de impostos.

Sou Senador, Sr. Presidente, de um Estado que depende basicamente do comércio e do serviço. Portanto, o constante aumento da taxa de juros tem um efeito direto na economia do Estado do Amapá, além do “efeito psicológico” que é exercido sobre a população, que fica insegura quanto ao seu emprego, promovendo o adiamento de seus projetos de vida e de suas compras, o que, por conseqüência, gera a queda das vendas, comprometendo a atividade econômica do meu Estado.

Portanto, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta breve reflexão tem razão de ser e espero que seja ouvida e interpretada pelo Senhor Presidente da República, que é o responsável pela política econômica de seu Governo, e que esse alerta não seja desconsiderado ante seu contexto e conjuntura.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Concedo a palavra ao Senador Tião Viana, por permuta com a Senadora Heloísa Helena.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de iniciar meu pronunciamento de hoje, faço questão de registrar, com especial alegria, a visita a este Plenário, neste momento, de uma das figuras mais admiráveis do Brasil: Lars Graef, ex-Secretário Nacional de Esportes, campeão mundial e olímpico, que tanto nos orgulha e um dos mais belos exemplos de vida do nosso País. Lars Graef honra o nosso País, servindo o Estado de São Paulo também na atividade esportiva. Bem-vindo, mais uma vez, à Casa, recebendo o carinho de todos os Líderes partidários.

Sr. Presidente, meu pronunciamento de hoje diz respeito à matéria publicada no último dia 22 de maio de 2005, no jornal **O Globo**, cuja inserção nos **Anais** do Senado Federal peço a V. Ex^a, por ser um extraordinário demonstrativo e uma extraordinária satisfação à sociedade brasileira da determinação do Governo do Presidente Lula em combater a corrupção que assola este País há tanto tempo e que tanto mal tem causado à sociedade brasileira. Ocorreu-me até a possibilidade de defender que essa matéria pudesse fazer parte, Senador Paulo Paim, de um voto de louvor do Senado brasileiro ao Governo do Presidente Lula. No entanto, entendo que politicamente estamos em um fogo cruzado de idéias entre Oposição e Governo, tendo como foco o ataque à corrupção, o que é virtuoso. A Oposição cumpre o seu papel cidadão, cumpre o seu papel de fiscal e de protetor da democracia, assim como faz o Governo. Os dois escolheram a corrupção para fazer um ataque, para o fogo cruzado. Cada um com o seu olhar, com a sua visão política. Estamos tendo uma resposta efetiva por parte do Governo do Presidente Lula nessa matéria. A Oposição tem seus métodos,

sua maneira, para fazer o combate à corrupção, bem como o Governo.

Creio que a resposta do Governo é muito satisfatória. Por essa razão, trago ao plenário do Senado Federal os números: 1.234 prisões foram efetuadas pelo Governo do Presidente Lula nesses vinte e cinco meses. Diretamente, nos dois últimos anos, a Polícia Federal prendeu 819 políticos, empresários, juízes, policiais e servidores públicos acusados de crimes que vão do superfaturamento na compra de derivados de sangue à adulteração de leite em pó. Outras 415 pessoas foram presas em operações da Polícia Federal no mesmo período. Disse o Ministro Márcio Thomaz Bastos, identificando e reconhecendo o impacto que essas operações têm causado na sociedade brasileira.

O Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, considera a tese da disseminação da corrupção um equívoco. Para S. Ex^a, o que está havendo é um aumento da percepção popular da corrupção em consequência das ações da Polícia Federal e da Controladoria-Geral da União. Segundo o Ministro, em nenhum outro momento da história do País, um Governo se empenhou tanto no combate à malversação dos recursos públicos, mesmo que isso tenha implicado cortar na própria carne. Diz mais: que o Governo lançou as bases de uma cultura anticorrupção e, agora, é necessário intensificar a repressão aos crimes de colarinho branco.

Então, são dados que demonstram a responsabilidade, a judiciosidade e a imparcialidade com que o Governo do Presidente Lula tem agido.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Tião Viana?

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Já concedo o aparte, com muito prazer, ao nobre Senador Alvaro Dias.

Temos um espelho claro da distribuição do ataque à corrupção feito pelo Governo do Presidente Lula.

Total de operações realizadas entre agosto de 2003 e maio de 2005: 75; total de presos no mesmo período: 1.234 pessoas; total de operações realizadas no período, para combater a corrupção: 45; total de presos pela Polícia Federal por atos de corrupção: 819 pessoas; total de servidores públicos presos pela Polícia Federal: 290; total de policiais federais e rodoviários federais presos nesse mesmo período: 120.

Então, são dados inequívocos que constatarem a responsabilidade ética e a determinação moral que tem o Governo do Presidente Lula no combate à corrupção.

Como eu disse, Senador Alvaro Dias, estamos em pleno fogo cruzado entre Governo e Oposição, quando o alvo é exatamente o combate à corrupção: a Oposição, com seus métodos, achando que pode colaborar com o País, ao seu olhar, ao seu enfoque, à sua maneira de agir, inclusive defendendo a CPI; e o Governo, determinando que o aparelho de Estado esteja pronta e intensamente dedicado a agir a favor do cidadão brasileiro, da ética e dos direitos da sociedade.

Concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Tião Viana, é desnecessário reiterar o apreço e a admiração que tenho por V. Ex^a, dadas a competência e a inteligência com que atua, especialmente quando se vê obrigado a defender o Governo, e o faz com muita eficiência. Imaginei que nem a Velhinha de Taubaté – que V. Ex^a conhece, personagem das crônicas de Luiz Fernando Veríssimo, criado durante o Governo Figueiredo e que permanece no inconsciente coletivo –, como símbolo da fé cega, seria capaz de endossar as palavras do Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, porque realmente fiquei impressionado com essa afirmativa de S. Ex^a. Evidentemente, a Polícia Federal está atuando de forma brilhante e merece aplausos do País. Mas, no que diz respeito à ação específica, por exemplo, do Presidente da República, o que há é convivência, omissão, complacência, que chega às raias da cumplicidade. Vemos um Ministro e o Presidente do Banco Central denunciados, e ambos permanecem no exercício de suas funções. O Sr. Waldomiro Diniz continua solto, livre. Não há o exemplo da punição. No episódio de Santo André, apesar dos oito assassinatos, não houve o necessário esclarecimento. Recentemente, surgiu o escândalo dos Correios, que, na verdade, é a ponta de um *iceberg*. E por isto se tenta impedir a instalação da CPI: certamente ela relevaria uma relação de promiscuidade entre o Poder Executivo e parte do Poder Legislativo. Portanto, Senador Tião Viana, mantemos por V. Ex^a a mesma admiração, a mesma consideração e o mesmo respeito, mas discordamos frontalmente dessa postura adotada por V. Ex^a no que diz respeito ao combate à corrupção, porque o mal não tem sido colocado à luz. O Governo impede que se coloque o mal à luz, para que esse seja combatido com eficiência.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço ao nobre Senador Alvaro Dias, um dos mais atuantes e determinados cumpridores de suas responsabilidades partidárias, Senador de um partido que tem história e merece respeito, como o PSDB, que fiscaliza, combate, nos seus moldes, o atual Governo e cumpre esse papel de maneira admirável e respeitosa.

No entanto, também mantenho absoluta discordância do entendimento de V. Ex^a de que o atual Governo não está agindo de maneira ideal, porque vejo os números, Senador Alvaro Dias: no Estado do Acre, foi detectada fraude no vestibular numa operação da Polícia Federal, que envolveu pelo menos 14 Estados do Brasil; no Amazonas, houve a Operação Albatroz e a Operação Zaqueu; em Roraima, a Operação Gafanhoto; no Amapá, a Operação Pororoca; no Pará, a Operação Feliz Ano Velho; no Tocantins, a Operação Perseu; no Maranhão, a Operação Cavalo de Tróia; no Piauí, a Operação Predador; no Ceará, a Operação Mucuripe; na Paraíba e no Rio Grande do Norte, a Operação Catuaba; em Pernambuco, a Operação Buritis; em Alagoas, a Operação Gabiru, com mais de 30 presos; em Sergipe, a Operação Soro...

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Tião Viana, essa é a corrupção na periferia.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Cito, ainda, a Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais, Rio de Janeiro. Em São Paulo, houve a Operação Anaconda; em Santa Catarina, a Operação Midas; no Paraná, Farol da Colina. Quer dizer, 26 Estados da Federação, com operações impessoais da Polícia Federal.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Tião Viana, nisso há eficiência realmente. Nós reconhecemos a eficiência da Polícia Federal, que atua nessa periferia da corrupção. Ocorre que desejamos que essa ação chegue ao núcleo do poder, onde está a corrupção maior e impune. Há uma corrupção impune, que estimula a prática, lamentavelmente. Quanto a esse combate na periferia da corrupção, os nossos aplausos.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a e entendo que há o testemunho do Brasil inteiro sobre a impessoalidade e a responsabilidade constitucional da Polícia Federal, que cumpre a determinação e a orientação efetiva do Ministro da Justiça. Agora, não poderia, ao mesmo tempo, deixar de esclarecer, Senador Alvaro Dias, que existe uma determinação do

Governo. Ele entende que a operação que está sendo deflagrada, para investigar, por meio de inquérito, com absoluta isenção e imparcialidade, os escândalos dos Correios terá êxito, será satisfatória à sociedade e aos Partidos Políticos.

Acho que o Governo tem o direito de ter esse enfoque também. Pessoalmente, dentro do meu Partido, defendi, juntamente com o Senador Paulo Paim e outros Senadores, que assinássemos a CPI, porque não temos absolutamente nada contra seu prosseguimento. Mas esse não foi o entendimento da maioria do Partido, e entendemos que fazemos parte de um coletivo partidário que confia em que o aparelho de Estado será eficaz e suficiente para investigar e elucidar esse tipo de situação que incomoda a nós, do Governo, e a V. Ex^{sa} que estão na Oposição.

Ouç o nobre Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Tião Viana, V. Ex^a está na tribuna, e ninguém melhor para representar o PT puro, em que se tem esperança. Como médico, digo que estamos diante de uma doença. A corrupção, hoje, não é uma endemia. Estamos diante de uma epidemia, e V. Ex^a deve orientar que, nesse caso, tem-se de usar a vacina. E a vacina Rui Barbosa já definiu: só há um caminho para a salvação, que é a justiça, a lei, o fim da impunidade. O micróbio começou em Santo André. Tem-se de ir lá, como Oswaldo Cruz fez, para pegar os ratos, os gabirus. Ficou o foco: Santo André foi sendo empurrado, e o tumor maligno está dando metástase no Brasil todo.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, nobre Senador Mão Santa, e confesso meu estarrecimento e minha tristeza, quando, ontem, vendo os jornais televisivos do Brasil, pude observar momentos de prisão para, mais ou menos, 30 pessoas, nessa operação da fundação Cespe, que está envolvida em preparar provas para concursos públicos.

E os nossos filhos? E as pessoas jovens deste País, que lutam dia e noite, que fazem a travessia das madrugadas, preparando-se para um concurso público, para, de maneira honesta, decente, disputar uma vaga para uma atividade de Estado? De repente, chega alguém com R\$30 mil e compra uma prova, chega outro e compra outra prova?

Então, o combate à corrupção deve ser determinado, tem de ser uma ação radical, algo que, na linguagem médica, chamamos tratamento agressivo, capaz de oferecer resposta, no qual não importam os efeitos colaterais que se alcancem. E entendo que

essa tem sido a determinação do Ministro da Justiça, por ordem do Presidente da República.

Senador Paulo Paim, ouço V. Ex^a.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Tião Viana, quero só avaliar o seu pronunciamento, quando V. Ex^a nos cita, assim como ao Senador Cristovam Buarque e ao Senador Eduardo Suplicy, no debate que tivemos internamente na Bancada, aqui no Senado, em que todos nós entendemos que o Partido dos Trabalhadores deveria assinar a CPI, demonstrando, com isso, a quem tem dúvida, que não teme nada nesse processo, dando, inclusive, oportunidade àqueles que foram citados em capas de revistas e que não são do PT – quer do PMDB, quer do PTB – de se defenderem. Por isso, cumprimento V. Ex^a. A forma de demonstrar que efetivamente não temos nada a ver com isso é permitir que a CPI seja instalada, inclusive com a assinatura do Partido dos Trabalhadores. No meu entendimento, só para concluir, esse é um fato consumado. A CPI será instalada na próxima quarta-feira.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

Só espero, Sr. Presidente, que estejamos preparados, neste País, para estimular e apoiar toda a determinação do Ministério da Justiça e da Controladoria-Geral da União no combate à corrupção e no confronto direto com o crime, que não deixava antes as suas digitais. Não se identificava o DNA do praticante do delito, e hoje, felizmente, temos a alegria – e, ao mesmo tempo, a tristeza – de registrar 1.234 prisões de pessoas que estavam tirando o direito do País de caminhar com dignidade, de ter na vida pública um exemplo de responsabilidade social e política.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

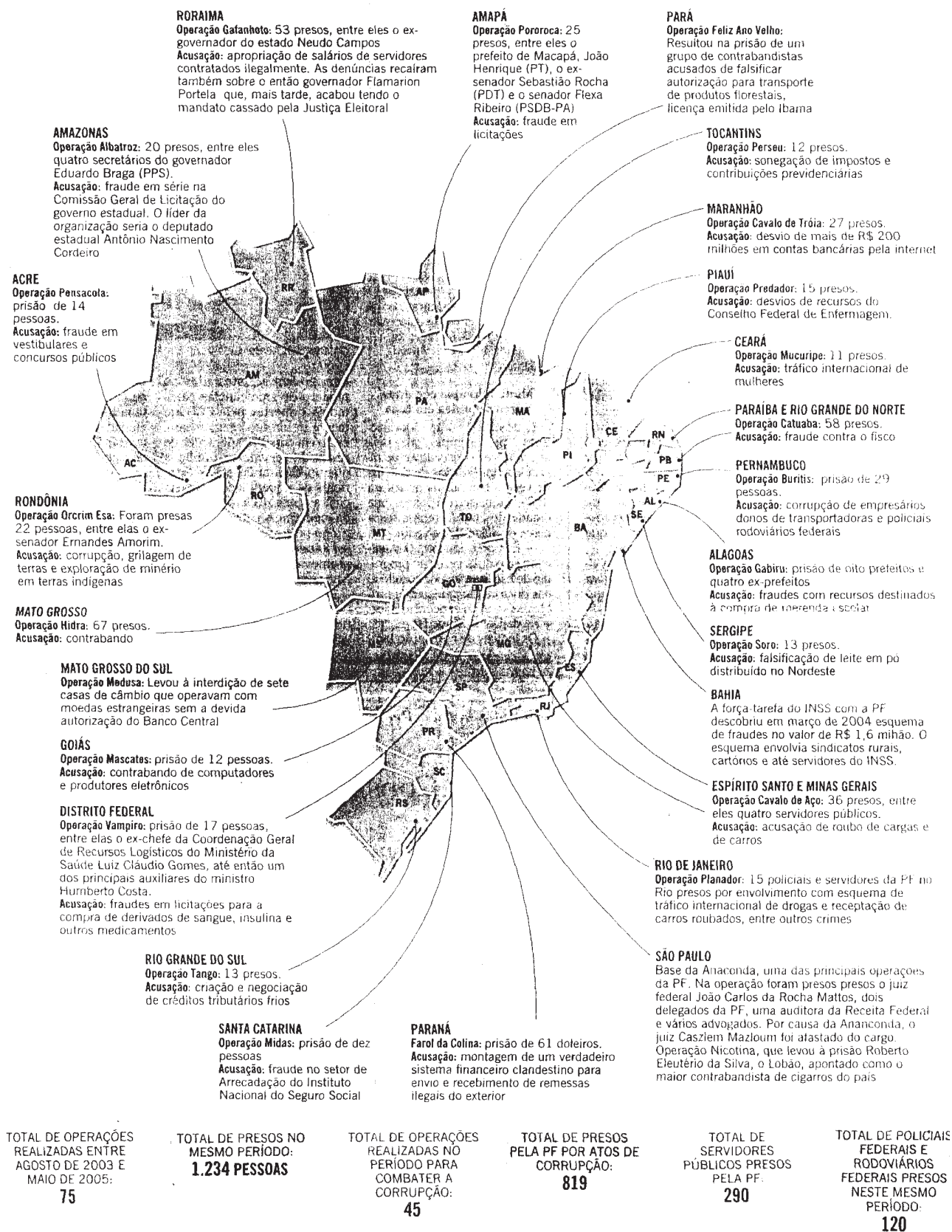
O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Por último, cito que a autoria da matéria do jornal O Globo, no caderno “O País”, é do jornalista Jailton de Carvalho.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SENADOR TIÃO VIANA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)



ESCÂNDALOS EM SÉRIE: Órgão investiga 70 casos de enriquecimento ilícito

CGU encontra irregularidades em 75% das prefeituras investigadas

Desvio de verba da merenda e superfaturamento de obras são fraudes comuns

Jailton de Carvalho

• BRASÍLIA. A corrupção é mais visível na administração federal, mas está disseminada também nas administrações municipais. Na devassa que fez em 540 municípios nos dois últimos anos, a Controladoria Geral da União (CGU) encontrou irregularidades graves na contabilidade de nada menos do que 408 prefeituras, o equivalente a 75%. Entre as fraudes mais comuns estão desvios de verbas da merenda escolar, superfaturamento de obras e prestação de contas de serviços não executados.

A CGU, comandada pelo ministro Waldir Pires, detecta as irregularidades e envia as informações para o Ministério Público, as câmaras de vereadores e os Tribunais de Contas, entre outros órgãos de fiscalização.

Mas nem estas medidas de cunho coercitivo têm inibido os prefeitos.

Município aparece duas vezes seguidas em lista

Relatório da Controladoria Informa, por exemplo, que, pela segunda vez consecutiva, voltaram a surgir indícios de desvios de verbas federais na prefeitura de São Francisco do Conde, uma cidade de 26 mil habitantes a cerca de 40km de Salvador.

— É impressionante. O município caiu duas vezes no programa de fiscalização por sorteio e, nas duas vezes, apresentou problemas — diz o subcontrolador-geral da União, Jorge Hage.

Os índices de corrupção também podem ser atestados no número de sindicâncias patrimoniais abertas pela CGU em menos de um ano. No momento,

estão em curso 70 apurações de casos de servidores públicos que apresentaram sinais exteriores de riqueza incompatíveis com a renda declarada. A idéia da sindicância patrimonial surgiu no primeiro encontro nacional sobre lavagem de dinheiro, promovido pelo Ministério da Justiça no fim de 2003.

Com a criação desse novo tipo de sindicância, a Controladoria pode abrir investigação toda vez que desconfiar da riqueza de um servidor. Pelas regras vigentes até então, a abertura de uma investigação estava condicionada à apresentação de denúncia formal com forte indício de algum crime.

Decreto estende alcance de sindicância patrimonial

A expectativa na Controladoria é que, durante o IV Fórum

Global de Combate à Corrupção, entre os dias 7 e 10 de junho, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assine um decreto estendendo a sindicância patrimonial a todas as instâncias do governo federal. Durante o encontro, Lula deverá ratificar também a adesão do Brasil à convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) contra a corrupção. O Congresso já aprovou o texto de adesão. A convenção é considerada essencial pela CGU e pelo Departamento de Recuperação de Ativos Financeiros, do Ministério da Justiça. Todo país signatário se compromete a ajudar na repatriação de dinheiro de origem ilegal.

— Como o Brasil é um grande exportador de dinheiro sujo essa convenção vai nos ajudar muito a trazer recursos de volta — diz um assessor de Hage. ■

O SR PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – PA)

— Concedo a palavra ao Senador Paulo Octávio, por permuta com o Senador Alvaro Dias.

S. Ex^a terá dez minutos para o seu pronunciamento.

O SR PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, o Senado é o cérebro da democracia. Por aqui passaram grandes políticos, estadistas notáveis. Até hoje reverbera, neste Plenário, o monumental discurso de Tancredo Neves, quando deixou a Casa, para se candidatar ao Governo de Minas. Naquele magnífico texto, já se vislumbrava a candidatura do mineiro à Presidência da República.

Subo a esta tribuna ciente e consciente do que significa ser Senador, estar diante deste magnífico colegiado e falar à Nação nesta posição privilegiada, Sr. Presidente.

Hoje, o Senado abriga vários ex-Governadores, diversos ex-Ministros e dois ex-Presidentes da República, José Sarney e Marco Maciel. Não há novinhos por aqui. Eu, que venho de dois mandatos na Câmara Federal,

tento aprender com essa experiência acumulada e repetir em Brasília o que vejo e ouço no Senado.

Sr^{as} e Srs. Senadores, fui vítima de ataque gratuito e infundado. De repente, sem qualquer fundamentação séria e válida, incluíram meu nome nessa onda de denúncias que assola o nosso País.

O Brasil, os brasileiros e os políticos têm convivido nos últimos anos com denúncias de todas as espécies. Umas tinham procedência; outras, não. Contudo, a máquina inquisitória funciona, no teatro da política, de maneira assemelhada à sua antecessora, aquela gerida pelo implacável Torquemada. A simples denúncia significava a condenação. O processo em si, tortura incluída, constituía apenas uma passagem. A decisão era previamente tomada. É preciso, portanto, ter cuidado com fatos.

O caso Ibsen Pinheiro, denunciado há tantos anos, gerou arrependimento tardio. Misturou-se, numa reportagem, o valor de US\$1 mil com o de US\$1 milhão. Anos depois, vieram as desculpas. O mal, no entanto, já estava feito. A pessoa sofreu a tortura do julgamento público inapelável e irrecorrível. E uma promissora carreira política se desfez.

A revista **ISTOÉ** publica, em sua última edição, reportagem apressada, mal apurada, que conclui pela minha culpabilidade; inclusive por ter assinado documentos em 1998, quando seria Parlamentar. Erro crasso. Eu não estava no Congresso naquele ano. E, assim mesmo, pedi, ainda hoje, ao Mozart Vianna de Paiva, Secretário-Geral da Mesa, certificado aos interessados, dizendo que Paulo Octávio exerceu mandato de 1991 a 1995 e de 1999 a 2003. Vejam bem: uma revista me acusa de assinar um documento como Deputado, e eu não era Deputado. Eu não estava no Congresso naquele ano. Esse equívoco – vamos chamar assim – conduz a outros, que conduzem a outros muitos. Mas, ao longo dessa suposta investigação, toda ela sigilosa, jamais fui ouvido ou pelo Ministério Público ou pelo repórter da **ISTOÉ** travestido de investigador. Imagine que se faz uma reportagem. Sou Senador da República e moro em Brasília. Não me telefonam, não me procuram e fazem uma matéria com o meu nome.

O processo de apuração em tudo se parece com o antigo procedimento dos governos da ditadura. Trata-se de autêntico Inquérito Policial Militar, o famigerado IPM, que vinha à tona já com a sentença definida. Os acusados não eram ouvidos, nem tinham direito de defesa.

Lembrei, no início desta fala, do impressionante discurso de despedida do Senado proferido por Tancredo Neves, porque ele é o pai da nossa recentíssima democracia. O nosso colega de plenário Senador José Sarney convocou a Constituinte. E nosso outro colega, Senador Marco Maciel, foi ativo constituinte. Todos sabem que o texto constitucional resultado do trabalho da Assembléia de 1988 garante a liberdade, assegura direitos civis e, portanto, permite que acusados se defendam.

Não vou cansar as senhoras e os senhores com argumentos, fatos, números ou exibição de documentos referentes à matéria publicada pela revista **ISTOÉ**. As empresas envolvidas, entre elas a que leva o meu nome, produziram alentado documento sobre o assunto, que já foi divulgado ontem no **Correio Brasileiro** e no **Jornal de Brasília**, nas páginas 3 e 7 dos dois jornais. Foi feita uma nota à imprensa assinada pelas três empresas que fizeram esse empreendimento Quadra Parque em Brasília. Cópias estão disponíveis para os Exm^{as} Srs. Senadores e os jornalistas que desejarem conhecer melhor o assunto. Esclarecimentos adicionais podem ser obtidos na sede das empresas que participam do empreendimento.

Sr^{as} e Srs. Senadores, fiz a minha vida profissional por mim mesmo. Fui corretor de imóveis e, posteriormente, criei uma empresa que, em seguida, assumiu integralmente ou em parte alguns empreendimentos.

Há, contudo, um diferencial em todos os que chegaram ao Planalto Central no início da consolidação da cidade. Os pioneiros querem retribuir ao Distrito Federal aquilo que a cidade ofereceu. É assim que penso. E, baseado nesse sentimento, decidi entrar para a política.

Senador Marco Maciel, concedo-lhe um aparte.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Nobre Senador Paulo Octávio, desejaria expressar o meu reconhecimento pelo trabalho parlamentar que V. Ex^a desempenha no Senado Federal. E dizer que este mandato já foi precedido de dois outros cumpridos na Câmara dos Deputados por V. Ex^a, o que prova também, além da vocação no campo empresarial, sua enorme sensibilidade política. Ou, para usar uma expressão de Machado de Assis, V. Ex^a tem instinto de nacionalidade, quer dizer, alguém que ama o seu país e deseja fortalecer as suas instituições. Por isso, aproveito a ocasião em que V. Ex^a faz uma defesa bem fundamentada a respeito de acusações da Revista **IstoÉ**, para afirmar que V. Ex^a cresce nesta Casa ao replicar, de forma cabal, as denúncias que lhe foram imputadas. Certamente, os esclarecimentos que está propiciando mostrarão que V. Ex^a consegue desempenhar corretamente o mandato parlamentar e ser um empresário que concorre para o desenvolvimento do Brasil, de modo especial, para o desenvolvimento de Brasília no momento em que esta se consolida como Capital de nosso País.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Agradeço as palavras de V. Ex^a, Senador Marco Maciel, ex-Presidente do Brasil, uma referência política para todos nós, uma referência política dentro do nosso Partido, o PFL. V. Ex^a tem uma conduta política íntegra e laboriosa no sentido de desenvolver o País e é o responsável pela redemocratização do nosso Brasil. Agradeço o seu aparte com muita emoção.

Nessa condição, Senador Marco Maciel, cheguei ao Senado, sim, como um ex-Deputado Federal de dois mandatos e uma pessoa profundamente apaixonada por esta cidade. Estou aqui para aprender, mas não sei qual ensinamento tirar do que tem ocorrido com minha vida política. Estou ainda na primeira metade de meu mandato. E tenho percorrido todo Distrito Federal, cidade por cidade, vila por vila, rua por rua, em busca de contato com o meu povo.

Conheço os problemas do Distrito Federal e também suas potencialidades. O resultado de tanto trabalho está aparecendo nas pesquisas de opinião pública. Estou, felizmente, em primeiro lugar na preferência do eleitor.

Já disse que não há noviços aqui no Senado. Então, não há motivos para encobrir a realidade. Se meu Partido me convocar para disputar o Governo,

não faltarei à convocação. É normal, natural e diria até conseqüente um político pretender governar sua terra, seu povo, sua gente. Neste exato momento, começam a aparecer, com grande estardalhaço, denúncias infundadas. O objetivo é atirar no empresário e acertar no político. É o jogo duro e sujo da política que não respeita compromisso ético ou vontade popular. Alguns Congressistas já experimentaram a constrangedora sensação de ver a terra lhe fugir aos pés, de maneira injusta e inconseqüente, justamente quando se avizinhavam as eleições.

Sr^{as} e Srs. Senadores, os negócios da minha empresa são geridos por executivos contratados. Estou profissionalmente delas afastado, desde dezembro de 1998, como registrado na Junta Comercial do Distrito Federal. As empresas e seus administradores respondem por seus atos. E, aliás, já o fizeram. Os jornais desse fim de semana publicaram longa nota que repõe a verdade e corrige o que foi equivocadamente publicado.

Não tenho a pretensão de discutir negócios com os Srs. Senadores. Tomo a liberdade de esclarecer, contudo, alguns aspectos da denúncia feita pela **ISTOÉ**. Nunca fui, como pessoa física, sócio ou cotista de fundo de investimento. A empresa que fundei também não recebeu os alegados R\$160 milhões. Isso é muita mentira. O investimento abrange construção de prédios, infra-estrutura, paisagismo, projetos e despesas legais de toda a superquadra 311 Norte, composta de 11 prédios e 696 unidades residenciais de dois, três e quatro quartos. A iniciativa gerou milhares de empregos nos últimos sete anos. E ganhou o prêmio Master Imobiliário, em 2003, como o melhor empreendimento imobiliário do Brasil.

É importante ressaltar que o Fundo de Investimento é constituído por empresas privadas. Não há, ali, dinheiro público. E não houve desvio de recursos da Fundação dos Economistas. Ao contrário, os investimentos da Funcef nas quotas do Fundo foram feitos como parte dos recursos que a entidade recebeu como pagamento dos terrenos e, pelo que foi informado, já recebeu de volta o dobro do valor de seu investimento.

Informo, Sr. Presidente, que todos os atos do Fundo são públicos, registrados em cartório e arquivados na Comissão de Valores Mobiliários, que os aprova e fiscaliza. Mesmo assim, os representantes legais das empresas construtoras estão, neste momento, agora, na Biblioteca desta Casa, onde permanecerão até quando for necessário para prestar quaisquer esclarecimentos a quem desejar – qualquer Senador, qualquer jornalista, qualquer membro desta Casa, qualquer diretor –, porque acho que é importante, é

a minha missão. Existe uma sala na Biblioteca desta Casa onde os diretores das empresas estão prestando as informações que qualquer Senador, membro desta Casa ou da imprensa queira obter. E as empresas já se prontificaram a deixar disponíveis em suas sedes a documentação que esclarece o caso.

Quero apenas dizer que, em toda minha vida, fui homem de uma só palavra. Não frequento cafuas nem ambientes soturnos. Há transparência no que faço. Não tenho nada a esconder. Tanto que afirmo, com serenidade, que sou, de fato, candidato a ser candidato ao Governo do Distrito Federal. É um sonho que pode se atingido. Depende apenas do meu trabalho e da vontade do meu Partido.

O ex-Deputado Ibsen Pinheiro esperou dez anos pela retratação feita pelo repórter. Não tenho, contudo, a mesma paciência.

Ouçó o aparte do Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PT – DF) – Senador Paulo Octávio, como Senador também pelo Distrito Federal, alegro-me em escutar sua exposição e a transparência com que V. Ex^a traz todos os dados de suas empresas. Deixo claro que é por meio de gestos como esse que podemos esclarecer denúncias feitas pela imprensa sem, ao menos, uma consulta à pessoa mencionada – V. Ex^a não foi consultado. Como Senador do Distrito Federal, alegro-me em ver sua postura na defesa do seu nome e da sua honradez.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Não poderia esperar outro procedimento de V. Ex^a, Senador Cristovam Buarque. Honra-me muito o aparte de V. Ex^a. Transparência realmente é importante. V. Ex^a conhece o trabalho da PaulOctavio em Brasília, que gera cinco mil empregos. Logicamente, uma denúncia como essa mexe com uma empresa sólida, que tem 30 anos. Fico sensibilizado em ver sua posição. Muito obrigado pelo seu procedimento.

Há doze anos, Senador Cristovam Buarque, quando fui atacado pela **ISTOÉ**, propus debate público sobre o assunto objeto da reportagem no Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal. Agora, não vejo outra alternativa: terei de buscar no Poder Judiciário a garantia de meus direitos e de minha honra, bem como a preservação da imagem desta Casa. Seus integrantes, embora eu seja um iniciante, não podem ser acusados e condenados pela mídia de maneira desidiosa, com objetivo não de apurar a verdade, mas de espargir mentiras e versões enganosas. Eventual reparação financeira que obtiver da ação proposta será entregue a instituição de caridade do Distrito Federal.

Aproveito para cumprimentar as crianças que estão nas galerias.

Desejo a vocês, crianças, um Brasil melhor. O futuro as espera.

Esta é a minha maneira de remover a pedra que surgiu no meio do caminho. Assim pretendo restabelecer a verdade.

Agradeço a presença dos diretores de todas as empresas envolvidas no Fundo Imobiliário, que estão assistindo a esse pronunciamento e que se dirigirão à Biblioteca, com toda a documentação necessária, para os esclarecimentos, que são importantes.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a muito me honra com o seu aparte.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – É muito importante a presença de V. Ex^a na tribuna, bem como a forma como expõe sua defesa. É muito bom que coloque os administradores de sua empresa à disposição para prestarem os esclarecimentos necessários. Vivemos uma época em que as acusações estão em todos os jornais, revistas e rádios. Envolvem um grande número de pessoas. Se não tomamos providências no que diz respeito ao nosso nome, acabamos entrando no rol do que aconteceu, e que termina sendo verdade, embora possa não ser. Se todos no Congresso Nacional fizessem como V. Ex^a, que fala com sinceridade, quando fossem acusados por essa ou aquela falta, se respondessem de maneira clara, precisa, dando explicações, colocando-se à disposição, seria muito bom. Geralmente, isso não acontece. Geralmente, sai a notícia, sai a matéria, sai o fato e fica por isso. A pessoa fica à espera de que aquele fato saia da manchete, o que termina acontecendo. No Brasil, o mal é este: as manchetes se repetem, e, como no Brasil raramente a Justiça faz justiça, não acontece nada. Não acontecendo nada, as notícias saem das manchetes. As pessoas se esquecem de que as notícias saem das manchetes, mas não saem da sensibilidade e do sentimento das pessoas que leram. Por isso, o nível de prestígio da classe política é tão baixo, tão inferior perante a sociedade. V. Ex^a fala com clareza, dá os seus argumentos e se coloca à disposição. V. Ex^a lamenta – eu também acho estranho – que, estando em Brasília, saia uma matéria dessa natureza e V. Ex^a não seja consultado. Poderiam apresentar a resposta de V. Ex^a da maneira que bem entendessem. Poderiam publicá-la e, depois, fazer o que quisessem, mas tinham a obrigação de procurá-lo e de publicar o seu pensamento. Por isso, fico satisfeito com as explicações que V. Ex^a traz. Não li a matéria. Não consigo penetrar no pensamento de V. Ex^a, porque não li a matéria original, nem sei do que se trata, a não ser pelo que V. Ex^a fala.

Entretanto, a maneira da sua exposição me deixa uma tranquilidade no sentido de dizer: Que bom que sempre fosse assim! Que bom que cada cidadão, quando atingido o seu nome, tivesse a atitude de responder, até de processar, mas tivesse a atitude de dizer o que pensa! Assim, a sociedade teria a oportunidade de tomar a decisão final.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador...

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Não sabe como me alegra esse posicionamento de V. Ex^a, um democrata, que sabe deve ser garantido o direito de defesa; que sabe não ser justo fazer-se matéria sobre qualquer cidadão – não precisa ser Senador – sem ouvi-lo. Por isso, tenho certeza de que a revista me ouvirá. Pelo Estado Democrático de Direito, por tudo aquilo em que acreditamos no Brasil, certamente a revista vai-me ouvir.

Ouçõ o aparte do Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Paulo Octávio, nunca vi a sabedoria popular errar em um ditado. E o dito popular diz que “quem cala consente”. V. Ex^a não se está calando. Veio imediatamente, na primeira oportunidade – sou testemunha disso, porque eu estava inscrito e sei que V. Ex^a telefonou para pedir a inscrição. A inveja e a mágoa corrompem os corações. V. Ex^a é um homem que hoje ganha os aplausos não apenas de Brasília, mas de todo o Brasil. V. Ex^a é um chefe de família, que se ligou à família de maior honra e dignidade na história política deste País, a de Juscelino Kubitschek, e, sem dúvida alguma, um político de perspectiva invejável. Deputado e Senador brilhante, poderá ser Governador e até Presidente da República do nosso País.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, seu aparte é incentivador, leva-me a acreditar na vida pública.

Ao encerrar as minhas palavras – sei que meu tempo já se esgotou; foi deferência da Presidência me conceder mais alguns minutos –, quero agradecer ao Senador Alvaro Dias, que trocou comigo o espaço; ao Senador Cristovam Buarque, ao Senador Mão Santa, pelo aparte, ao Senador Marco Maciel, enfim, a todos Senadores que, realmente, se manifestaram hoje. É uma honra, para mim, receber tantas manifestações de incentivo, e não descansarei, Senador Marco Maciel, enquanto toda a verdade não for resgatada.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Paulo Octávio, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

S. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao contrário do que possa parecer, não vou cantar a província, não vou defender o interesse de um município ou do meu Estado; não vou defender nem mesmo, exclusivamente, o interesse do País. Quero apresentar uma proposta em defesa de um patrimônio da humanidade, instalado no Município de Foz de Iguaçu, no meu Estado do Paraná.

Apresento uma proposta inspirada na idéia de um eminente advogado do Paraná, articulista do jornal **A Gazeta do Povo**, acostumado às teses paranistas, o Dr. José Alexandre Saraiva, que propõe – e estamos apresentando, em nome dessa idéia importante, inspirada no Dr. Saraiva, um projeto de lei – que seja criado o Fundo de Recuperação Econômica de Foz de Iguaçu.

Segundo o colunista, a iniciativa constitui vigorosa e inteligente proposta legislativa para que se possa salvar o Município de Foz do Iguaçu de um colapso econômico e social, já que, há vários anos, mergulhou em uma crise em função do abandono a que tem sido relegado por consecutivos Governos. A responsabilidade não se pode restringir à administração municipal ou à administração estadual; a responsabilidade é nacional, por se tratar – repito – de um extraordinário patrimônio da humanidade, constituído pelo Parque Nacional do Iguaçu e pelas maravilhosas cataratas do Iguaçu, um dos espetáculos mais pródigos da natureza, uma das belezas mais incríveis da humanidade, que há de ser preservada com a presença competente da autoridade governamental.

Não nos conformamos em conviver com este contraste gritante: as belezas naturais excepcionais e a pobreza, o desemprego e a violência crescente em razão da ausência da retribuição necessária àquilo que de extraordinário Foz do Iguaçu transferiu à humanidade como patrimônio.

E me louvo no argumento do Dr. Saraiva que diz:

Com uma população na casa de 300 mil habitantes, sem espaço territorial suficiente sequer para o cultivo de produtos de subsistência e muito menos para a instalação de parques industriais significativos, com a outrora exuberante rede hoteleira reduzida à meia dúzia de estabelecimentos compatíveis com sua expressão turística e enfrentando assustadores níveis de desemprego e violência, Foz do Iguaçu amarga imerecido e irônico castigo por tudo que doou no passado em prol da humanidade.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse projeto, na essência, estabelece que a empresa paranaense, ou seja, o contribuinte do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica, domiciliado no Estado do Paraná, mediante indicação em sua declaração anual, poderá optar, até 2015, pela aplicação de 5% do imposto devido no Fundo de Recuperação Econômica de Foz do Iguaçu, na forma prescrita em seu regulamento.

Seria, portanto, uma contribuição do País, por intermédio dos paranaenses, à recuperação econômica de Foz do Iguaçu como cenário de um dos mais belos patrimônios da humanidade.

A justificativa do nosso projeto inclui, ainda, como fonte de receita não só a participação do contribuinte, mas outras fontes de receita, tais como, dotações orçamentárias à conta de recursos do Tesouro Nacional; dotações governamentais de origem estadual ou municipal, bem como auxílios, subvenções, contribuições, doações de entidades públicas ou privadas, nacionais, internacionais ou estrangeiras; eventuais resultados de aplicações financeiras dos seus recursos; transferência de outros fundos; e outros recursos previstos em lei, como esse que estamos pretendendo criar, por meio da contribuição do paranaense de pessoa jurídica a esse Fundo de Recuperação Econômica de Foz do Iguaçu.

Estamos vivendo um bom momento na fronteira, porque Foz do Iguaçu tem, agora, um prefeito competente, o Prefeito Paulo MacDonald, que é um engenheiro preparado para o exercício da função pública, com competência para aplicar com correção e resultados os recursos desse Fundo.

Aliás, Paulo MacDonald enfatizou recentemente, em uma entrevista, que a cidade não mais tolerava ser lembrada apenas pela ação (não raro truculenta) da polícia e dos fiscais da Receita Federal. Impunha-se também, disse Paulo, a presença efetiva de órgãos governamentais responsáveis pela indústria, pelo comércio e pelos demais setores da administração federal comprometidos com a prosperidade do País, como um todo, e com as regiões economicamente afetadas, em particular.

E eu não teria coragem de propor a criação de um fundo dessa natureza, Sr. Presidente, se não acreditasse na probidade, na competência administrativa e na eficiência de gerenciamento do Prefeito atual de Foz de Foz do Iguaçu. Aliás, essa idéia não é nova, e o Dr. Saraiva nos lembra de como procedeu o então Ministro da Fazenda Ernane Galvêas, no ano de 1969, movido por idêntica constatação, quando conseguiu aprovar, por decreto-lei, um fundo de recuperação econômica em benefício do denominado “patinho feio” da economia nacional, o Estado do Espírito Santo, a

sua terra. Anos após a instituição do Funres, os capixabas puderam ostentar a mais moderna infra-estrutura portuária do Brasil.

Portanto, estamos repetindo um fato histórico que significou o desenvolvimento de um Estado como o Espírito Santo. E almejamos a proteção de um patrimônio da humanidade, que é Foz do Iguaçu, por meio dessa providência de natureza administrativa.

Quero destacar que o espaço territorial mínimo que restou a Foz do Iguaçu não é sequer compatível com a produção agrícola de subsistência. Ademais, não existe área condizente com a instalação de grandes fábricas. Não destaquei ainda a construção da binacional Itaipu, que implicou desapropriação de imensa área agricultável de extraordinária fertilidade, capacitada a uma produção ímpar.

Diante desse quadro, o Município necessita de ajuda especial e concreta para se manter. Tal ajuda poderia se concretizar com a criação desse Fundo, cujos recursos adviriam – eu repito – da aplicação, por parte de pessoas jurídicas domiciliadas no Estado do Paraná, de até 5% do imposto sobre a renda por elas devido.

A instituição desse Fundo de Recuperação, embasado em incentivos fiscais, é plenamente defensável ante o histórico débito que a União tem para com Foz do Iguaçu. Também é compatível com os princípios constitucionais, já que a Constituição, em seu art. 151, admite a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diversas regiões do País.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para concluir, agradecendo ao Dr. Saraiva pela extraordinária idéia, fruto de uma inspiração de quem defende os interesses do País e um patrimônio da humanidade, queremos dizer que a aprovação de projetos dessa natureza seria uma manifestação de amor à vida, porque significaria injetar recursos na ação de preservação ambiental de uma região de riquezas naturais – repito – incríveis, de atração turística incomum. Nem mesmo relativamente à atividade turística, eminentemente econômica, geradora de emprego, de renda e de receita pública, tem o Governo demonstrado eficiência no que diz respeito ao atendimento das aspirações da tríplice fronteira e, especialmente, de Foz do Iguaçu, que deveria ser tratado com o carinho e com a atenção governamental que se conferiria de fato à capital do Mercosul.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela condescendência, pela tolerância em relação ao tempo utilizado, mas reafirmo que a aprovação desse Fundo será uma manifestação de vontade política com visão de futuro e, sobretudo, uma manifestação de amor à

vida, traduzida na preservação do meio ambiente de forma politicamente correta. E é o que estamos propondo nesta hora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Retificando um entendimento havido entre o Senador Paulo Octávio e o Senador Papaléo Paes, que presidia a sessão, concedo a palavra ao nobre Senador Cristovam Buarque, por dez minutos, e, a seguir, ao Senador Pedro Simon.

Solicito ao nobre Senador Alvaro Dias, membro da Mesa, que assuma a Presidência, nos termos do art. 46, §§ 1º e 3º, do Regimento Interno.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, público aqui presente, sobretudo os jovens, venho aqui, como fez o Senador Tião Viana há pouco, defender o meu Partido e o Governo que ajudei a eleger. Mas vim defender não apenas na ótica e no enfoque daquilo que o Governo fez nesse período, como fez o Senador, mas dentro de uma visão de mais longo prazo, o que, a meu ver, é aquilo que o nosso Partido e o nosso Governo devem fazer. Analisarei cada um dos pontos de defesa feitos pelo Governo, pelo PT, por meio de suas direções, nos últimos dias.

Em primeiro lugar, concordo que a Oposição vem sendo, sim, oportunista na maneira como defende a CPI sobre os Correios. Mas creio que não defenderia bem o meu Governo e o meu Partido se não percebesse e dissesse que esse oportunismo está sintonizado com a opinião pública neste momento. Há, sim, de parte da opinião pública, um sentimento de que é necessário aprofundarmos a análise daqueles fatos.

É também correto criticar aqueles que antes eram contra as CPIs e agora ficaram a favor. É verdade; mas acho que isso não pode ser desculpa para que fiquemos contra. Não podemos nos igualar por baixo, na incoerência. Se aqueles que antes eram contra as CPIs e agora as defendem, sintonizados com a opinião pública, o nosso papel é manter a nossa coerência de antes e não ficar contra agora. Até porque se, de repente, os que antes defendiam ficam contra e os que eram contra ficam a favor, o povo fica perplexo e perde a confiança, não apenas no PT, não apenas no PSDB, mas nas instituições que nós, como políticos, representamos.

Quero defender também o meu Partido e o meu Governo na idéia de que a Polícia Federal é uma instituição muito melhor preparada para fazer as investigações que dizem respeito a qualquer crime, inclusive corrupção. Mas, ao mesmo tempo em que defendo essa tese, quero dizer que o povo não está acreditando que esse é o melhor caminho. Na política, não basta

fazer pelo melhor caminho; há que se fazer também pelo caminho que o povo considera melhor. Hoje, há uma ânsia no sentido de que a apuração desses fatos não se limite à Polícia Federal, apesar de que estou absolutamente convencido da seriedade e da competência com que ela faz seu trabalho.

Quero dizer também que protesto contra todas essas acusações da Oposição, como se o Governo do Presidente Lula fosse um governo de corrupção. Porém, não prestaria um serviço ao meu Partido, ao meu Governo, se não dissesse que a reação contra apurações de escândalos termina fazendo com que o povo pense aquilo que não é verdade, ou seja, que o Governo está envolvido em atos de corrupção.

É um equívoco achar que a melhor maneira de defendermos o nosso Governo, quanto à sua honestidade, seja tentando impedir a realização de todas as investigações que serão feitas, inclusive, também – e por que não –, por meio de CPIs.

Quero também defender e analisar a idéia de que existe um clima de golpismo no ar. Acho que existe, sim, um clima de quebra da credibilidade nas instituições, que é uma etapa anterior ao golpismo. Todavia, penso que isso não advém da atuação da Oposição; isso advém, hoje, do espírito de impaciência que toma o povo, em todos os países latino-americanos, por perceber que, depois de anos e anos de democracia, não estamos fazendo as reformas sociais necessárias, não estamos cumprindo as promessas feitas na campanha e não estamos lutando ou dando a impressão de estarmos lutando contra as diversas formas de corrupção.

Esse sentimento de golpismo, se há, na sua ante-sala de medidas mais dramáticas contra as instituições, não é, a meu ver, ação de ninguém isoladamente, mas de uma percepção do povo de perder a crença nas instituições.

Quero analisar, também, ajudando, colaborando e defendendo o meu Governo e o meu Partido, a acusação de que fizemos alianças espúrias. Em política, toda aliança transparente e democrática é correta. Ao contrário: um partido que não faz alianças, quando está no Governo, é um partido autoritário. Assim, defendo as alianças. Porém, essas alianças precisam ter duas premissas, as quais – até para defender o meu Partido e o meu Governo – devo dizer que não estamos cumprindo.

A primeira, Senador Sérgio Guerra, é a de que as alianças são feitas dentro de regimes rigidamente comprometidos com a ética e não para lotear coisas. A segunda é a de que as alianças devem ser feitas com propósitos, com causas a serem defendidas. As alianças feitas sem causas que as respaldem, feitas

apenas ao sabor dos acordos, para manter-se no poder, não são as alianças corretas. Creio que não defende o Partido dos Trabalhadores e não defende o Governo quem achar que qualquer aliança, apenas pelo poder, justifica-se.

Quero dizer que muitos acusam o Governo Lula de não ter coordenação política. Não acho que seja a acusação correta. A acusação correta que faço, defendendo o Partido no longo prazo e o Governo no imediato, é que precisamos, toda vez em que formos fazer a coordenação política, ter antes uma aglutinação política em torno de algumas bandeiras. A meu ver, o que falta na coordenação é aglutinação. Hoje, o que falta não é saber como as pessoas votam naquilo que o Governo quer, mas saber o que é que a gente quer para que a Oposição, Senador Mão Santa, vote corretamente. Estão faltando bandeiras aglutinantes, como teve Juscelino quando fez esta cidade e a industrialização, como teve o Presidente Sarney, que aqui estava há pouco, quando levou adiante o programa de democratização neste País. Hoje, nós não temos essas bandeiras aglutinantes.

E querendo colaborar – como é minha obrigação – com o meu Partido e com o meu Governo, quero propor algumas idéias que, a meu ver, serviriam para retomar o rumo do Governo, o rumo do Partido, a coerência partidária e mudar o Brasil.

Antes, porém, concedo um aparte ao Senador Sérgio Guerra, que me solicitou.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, não se constitui fato surpreendente a palavra tranqüila do Senador Cristovam no geral e hoje à tarde. Se essa fosse a palavra que prevalecesse no Governo, na sua Base e no Partido dos Trabalhadores, seguramente teríamos um grau de colaboração muito mais amplo e consistente. Por exemplo, falar de golpismo, evidentemente, não tem conteúdo e não faz sentido. Não há, seguramente, nenhuma articulação golpista nem a vontade de nenhuma força política de que essa articulação se dê. Se falarmos em desgastes, perda de confiança, contradições, estaremos falando na verdade. Esses são os fatos. Evidentemente, falta de confiança e falta de coerência são elementos que desacreditam as instituições e, nesse sentido, servem à concretização de um ambiente de desordem que pode favorecer, eventualmente, uma ação golpista. A questão das alianças foi apresentada de forma magistral por V. Ex^a.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Aliança tem de se dar em torno de um projeto, de um programa, de uma determinada ação ou de um conjunto de ações

que tenham capacidade de aglutinar, de fazer com que a adesão ou o combate se faça em torno do mérito e não em torno de interesses imediatistas e conjunturais que não podem ser explicitados na perspectiva de curto, médio e longo prazo na democracia nova. Seu discurso é seguro. Acho que o Partido dos Trabalhadores ainda é um grande Partido. Se eu fosse do PT, eu refletiria uma, duas, dez vezes sobre as palavras do Senador Cristovam Buarque, a quem conheço há muitos anos e sei que não é de ser levado pela ventania, mas de ficar firme nas suas convicções, que são democráticas e de muitos anos. Parabenizo-o por suas palavras.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF)

– Muito obrigado, Senador Sérgio Guerra.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF)

– Sr. Presidente, peço a generosidade de V. Ex^a para que eu possa concluir, dizendo das propostas que trouxe como forma de defender o meu Partido.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– V. Ex^a dispõe de mais quatro minutos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF)

– É o suficiente.

Quero defender o meu Partido, o Governo que ajudei, mas sem fazer concessões àquilo que eu penso e à coerência que procuro ter na vida pública.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, ao meu Partido: temos que lutar, defender e brigar para que o nosso Governo funcione e cumpra os seus compromissos. Mas temos a obrigação de defender o nosso patrimônio. Em nenhum governo, nem o nosso, justifica depredarmos o patrimônio do Partido. Às vezes, por algumas falhas, podemos estar depredando o patrimônio do nosso Partido. Será trágico para o próprio Governo, se tivermos um segundo mandato – como eu espero – chegarmos aqui com uma Bancada muito menor, o que é bastante provável atualmente.

Em segundo lugar, na idéia de defender o Governo, quero sugerir ao Presidente Lula que aproveite a chance que terá, nos próximos dois meses, de enviar para cá uma proposta orçamentária, Senador Pedro Simon, que mostre a cara do PT. Ali é que se dá a diferença. A luta, hoje, dá-se no orçamento. Se Che Guevara estivesse vivo não iria subir a Sierra Maestra, mas viria defender no orçamento público recursos para um programa que tivesse capacidade distributiva neste País e capacidade transformadora do País. Isso se faz por meio do orçamento, democraticamente. Se não for possível, que a Oposição assumira a sua responsabilidade de não ter aprovado as propostas do Governo.

Concedo um aparte ao Senador José Jorge.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador Cristovam

Buarque, gostaria de me solidarizar com a análise de V. Ex^a. Uma das minhas preocupações permanentes aqui é a questão da estrutura partidária. Penso que ultrapassamos esse ponto da democracia. Não temos espaços para retrocessos, mas precisamos avançar no ponto da governabilidade. Na governabilidade, nós dependemos de fortificar os Partidos políticos. E, efetivamente, o PT, durante esses vinte anos, foi o Partido político que conseguiu melhor se estruturar. Portanto, ele é um patrimônio não somente dos petistas, como V. Ex^a, mas até dos adversários. Para nós, é importante que o PT exista e que seja forte. Da maneira como o Governo vem-se conduzindo, da forma como faz alianças e da forma como governa, certamente o PT estará em risco, muito mais que o Governo. O Governo é transitório, um dia ele vai acabar, mas o PT, o PFL, o PSDB e o PMDB são Partidos que devem ser permanentes. Portanto, temos de nos preocupar com o futuro de todos esses Partidos. Neste momento, acho que o PT é o que está em maior nível de risco. Muito obrigado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF)

– Muito obrigado, Senador. Eu também tenho o maior respeito pelos Partidos brasileiros. Todos eles, juntos, compõem esse teatro da democracia, tão importante.

Insisto na proposta final, naquilo que defendi aqui: a melhor maneira de o Governo mostrar sua reorientação – e aglutinar para isso – é elaborar um projeto de orçamento que reduza as desigualdades regionais, que resolva o problema da educação básica, que construa uma sociedade com saúde, que tire os recursos que este País, há cinco séculos, mantém para a parcela mais rica da população e faça com que, por meio dos recursos públicos, este País distribua renda e se transforme e se modifique. Isso é possível. Já temos massa crítica capaz de saber como fazer isso e aqui temos um Congresso Nacional para ser chamado à responsabilidade pelo Governo, para ver se quer cumprir corretamente seu papel. Só, então, faríamos as alianças necessárias, dentro da ética e do compromisso de mudar este País e distribuir os nossos recursos para todo o nosso povo.

Era essa, Sr. Presidente, a forma que encontrei de defender o meu Partido e o Governo, que me alegro de ter ajudado a eleger.

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon, por dez minutos, prorrogáveis por mais cinco minutos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho, hoje, a esta tribuna para tratar daqueles que considero os dois mais graves problemas brasileiros de nossos dias. Refiro-me à elevada taxa de juros praticada pelo Banco Central, bem como à fantástica – poderíamos dizer, talvez, impagável – dívida brasileira.

Começemos pelos juros.

Como se sabe, a taxa de juros determina o ritmo da atividade econômica. Ora, com a atual taxa, muito elevada, os empreendedores relutam em contrair empréstimos para fazer investimentos produtivos em suas empresas. Temem ir à falência por não poderem enfrentar os juros cobrados pelos bancos. Mas a verdade é que os integrantes do Copom não se importam com esse clima de desestímulo ao investimento.

Falando em Copom, tenho um projeto de lei – e é o segundo tramitando na Casa – para terminar com o ridículo de haver um Copom composto de três pessoas: Ministro da Fazenda, Presidente do Banco Central e Ministro do Desenvolvimento. Apresento um Copom com quinze pessoas e vejo que o Conselho do Governo apresenta um com oito ou nove pessoas. Na verdade, como está não pode continuar.

Começo este pronunciamento com uma história retirada da Internet que dá uma boa idéia do descalabro da situação do uso do dinheiro no Brasil:

Se um correntista [repare bem, Senador Mão Santa, V. Ex^a que é um homem entendido desta matéria] tivesse depositado R\$100,00 (cem reais) na poupança num banco, no dia 1º de julho de 1994 (data do lançamento do Real), ele teria hoje na conta a fantástica quantia de R\$374,00 (trezentos e setenta e quatro reais). Se esse mesmo correntista tivesse sacado R\$100,00 (cem reais) no cheque especial, na mesma data, teria hoje uma dívida de R\$139.259,00 (cento e trinta e nove mil e duzentos e cinqüenta e nove reais), no mesmo banco. Ou seja: com R\$100,00 do cheque especial, ele ficaria devendo nove carros populares e, com o da poupança, conseguiria comprar apenas quatro pneus.

Resumindo: os bancos ganham uma enormidade, enquanto os cidadãos e as empresas pagam uma barbaridade.

O **spread** bancário brasileiro – diferença entre o que os bancos pagam para captar recursos e o que

cobram dos seus clientes – é o mais alto do mundo. É isso que justifica, por exemplo, os lucros estratosféricos registrados nos últimos anos pelos bancos brasileiros. Aliás, diz-se que o único setor da economia que ganhava muito dinheiro no Governo Fernando Henrique Cardoso e que continua ganhando, talvez até mais, no Governo Lula é o financeiro.

Os bancos dizem que o juro é alto por causa da inadimplência. Não é verdade. Muitos economistas garantem que a média de atrasos no pagamento dos empréstimos fica em torno de 3% a, no máximo, 4%.

Como a rentabilidade dos bancos é muito superior à das empresas não-financeiras, pode-se dizer, há uma permanente transferência da renda da sociedade produtiva em geral em favor dos estabelecimentos bancários.

Segundo estudo de uma empresa de consultoria, entre 1994 e 2001, os dez maiores bancos privados do Brasil alcançaram aumento real de 180% em seus lucros.

Pois bem, o descalabro da taxa de juros praticada no Brasil foi denunciado recentemente por ninguém menos do que o Vice-Presidente da República, o Senador José Alencar.

Numa entrevista ao jornal **Correio Braziliense**, o meu prezado amigo Vice-Presidente José Alencar, hoje Presidente da República, fixou com precisão o quadro da atual situação. O Vice-Presidente José Alencar, como sabemos, é um grande empresário e conhece bem a realidade dos empreendedores brasileiros, que têm de enfrentar, além da ganância tarifária do Governo, os escorchantes juros bancários.

Na entrevista, publicada na edição do dia 20 de março, o Vice-Presidente ataca principalmente as altíssimas taxas de juros praticadas atualmente. Disse S. Ex^a que o Brasil, entre 2003 e 2004, pagou R\$280 bilhões de juros contra um investimento de apenas R\$10 bilhões. Repito: o Brasil, entre 2003 e 2004, pagou R\$280 bilhões de juros contra um investimento de apenas R\$10 bilhões.

Sim, Sr^{as} e rs. Senadores, o número é realmente impressionante. O nosso País gastou com o pagamento de juros sobre sua dívida uma cifra vinte e oito vezes maior do que o total investido nos últimos dois anos.

Assim, é natural que seja como diz o Vice-Presidente da República: o Governo brasileiro não investiu nada em infra-estrutura e não fez nada de importante na área da saúde, não fez nada de importante na área da educação, não construiu um palmo de estrada, não recuperou portos ou aeroportos.

Trata-se de um depoimento muito importante, vindo de quem vem, o Vice-Presidente da República, hoje no exercício da Presidência. O retrato é este

mesmo: o País está de mãos atadas. Trabalhadores e empresários arcam com uma carga de impostos quase insuportável, e, mesmo assim, esse sacrifício é inútil. O dinheiro vai arder na fogueira dos juros.

Fiquei impressionado com outro fato. O Vice-Presidente se diz descontente com a atual política econômica e informa que, sempre que pode, reclama dos membros da equipe econômica. Mas diz também que nunca foi ouvido.

Eu também me sinto impressionado com a insensibilidade da atual equipe econômica para com os problemas da área social. Fala-se apenas em manter a estabilidade, o que sem dúvida é necessário, mas essa não pode ser uma meta única. Precisamos resgatar os milhões de cidadãos que vivem na miséria. Temos de abrir estradas e investir na infra-estrutura, para que o País possa seguir crescendo, sem falar, é claro, na necessidade inadiável de construir sistemas eficientes de saúde e de educação.

Como sabem todas as Sr^{as} Senadoras e todos os Srs. Senadores, existe hoje, na Nação, uma indignação generalizada contra os juros elevados. Acadêmicos, economistas, políticos, dirigentes empresariais e sindicais – e até mesmo lideranças do Partido do Governo ou de sua base de sustentação – vêm alertando para os riscos da estratégia equivocada.

Aliás, é bom lembrar que, em anos recentes, todos os integrantes do atual Governo, quando na Oposição, não se cansavam de criticar a política de juros altos praticada por Fernando Henrique Cardoso.

O Presidente Lula recebeu o Governo com juros de 25% ao ano, taxa determinada pela inquietação do chamado “mercado”, diante de uma primeira gestão de esquerda, que deveria ser, que se imaginava seria a gestão de esquerda do PT de Lula. Um mês depois, a taxa básica de juros da economia subiu para 26,5%, patamar em que ela foi mantida por quatro meses. Foi uma maneira, reconheço, de o Governo Lula ganhar credibilidade diante do mercado e da sociedade, temerosos com seus discursos incendiários de eterno candidato da Esquerda à Presidência.

No entanto, a economia brasileira cresceu em 2004, motivo de festa para o Governo. Mas é preciso levar em conta que o Brasil foi beneficiado, naquele ano, pelo crescimento da economia mundial. Os países da América Latina e do Caribe cresceram em taxas semelhantes ou mesmo superiores às brasileiras. As grandes nações em desenvolvimento, como China e Índia, cresceram em taxas superiores a 5,2%, comemorados com grande estardalhaço pelo Governo brasileiro.

No entanto, especialistas têm advertido que essa bonança mundial pode não durar por muito mais tempo. A economia norte-americana terá que puxar o freio

em determinado momento e o mesmo se dará com a China.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a cada elevação da taxa de juros, cresce a imensa dívida pública brasileira, bem como cresce o volume de recursos que será torrado na fogueira dos juros que pagamos por essa dívida.

Cabe, aqui, dar breves informações sobre a monumental – eu diria, mesmo, impagável – dívida brasileira.

O primeiro empréstimo externo do Brasil foi obtido em 1824, no valor de três milhões de libras esterlinas, e ficou conhecido como “empréstimo português”, porque era destinado a cobrir dívidas do período colonial. Na prática, ele significava um pagamento a Portugal pelo reconhecimento da nossa independência.

Cinco anos depois, foi contraído novo empréstimo, que serviu para cobrir parcelas não pagas do financiamento anterior. Do total tomado emprestado, o Brasil recebeu apenas 52%, pois o restante serviu para cobrir os juros da dívida anterior.

Dois outros empréstimos importantes foram realizados durante o Império – em 1843 e 1852 – e utilizados, ainda, para pagar débitos relativos ao primeiro empréstimo, que somente foi saldado em 1890.

O Brasil endividou-se ainda mais com a Guerra contra o Paraguai, quando a Inglaterra forneceu os navios e empréstimos ao nosso País para que lutasse num conflito que também interessava a ela.

Durante a “República do Café-com-Leite” – Minas e São Paulo –, o endividamento aumentou ainda mais, porém a idéia central ainda era a mesma: garantir os privilégios da elite. O Presidente Campos Salles, eleito em 1898, viajou à Inglaterra antes mesmo da posse, para renegociar a dívida com os banqueiros Rostchild, e firmou um acordo que suspendia o seu pagamento por um período de 13 anos, sendo que o pagamento dos juros seria realizado em três anos, em títulos da dívida pública, e obtinha um novo empréstimo. Como garantia do cumprimento do acordo, as rendas das alfândegas brasileiras ficaram hipotecadas aos credores ingleses.

A dívida externa deixada por Jango, em 1964, era de US\$3 bilhões. Lembro-me de que uma das causas que levaram à deposição de Jango foi que o Governo estava levando o País à bancarrota, pois a dívida pública brasileira havia alcançado a estrondosa soma de US\$3 bilhões – um, dois, três bilhões...

Em 1969, o estoque da dívida chegava US\$4,4 bilhões. Quando o Presidente Médici assumiu o Governo, em 1973, a dívida já era de US\$13,8 bilhões. Em 1978, ela chegaria a US\$52,2 bilhões, na administração do Presidente Geisel. Em seis anos, em 1984, ela

atingiria US\$102 bilhões. Em 1989, no Governo Sarney, alcançaria US\$115,5 bilhões, passando para US\$136 bilhões em 1992, com o Presidente Collor. Subiria para US\$148,3 bilhões durante a administração de Itamar Franco e, em 1998, na gestão Fernando Henrique, alcançaria US\$235 bilhões.

Vejam, agora, um quadro realmente estarecedor: de 1989 a 1998 o Brasil pagou, como juros e amortizações, US\$255 bilhões. Ou seja, a partir de uma dívida que era de apenas US\$115 bilhões, acabamos pagando US\$255 bilhões. E, o que é pior, ainda ficamos a dever US\$235 bilhões.

Apesar de tudo isso, dizem os economistas que a nossa dívida externa é facilmente administrável. O problema real, segundo eles, é a dívida interna.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, recentemente, solicitei à Consultoria Legislativa do Senado informações sobre os valores da dívida pública brasileira (interna e externa), bem como os valores pagos a título de juros dessa dívida.

Recebi Nota Técnica da Consultoria Legislativa informando-me que a fonte oficial de informações sobre a dívida pública federal é o Banco Central do Brasil e acrescentando que “por incrível que pareça, nenhum dos conjuntos de informações solicitados se encontra, de forma direta, entre as centenas de tabelas sobre a economia brasileira publicadas no boletim mensal daquela instituição”.

Prossegue a Nota Técnica, assinada pelo Consultor Petrônio Portella Nunes Filho: “Os juros nominais nunca apareceram em uma tabela específica, com o destaque que merecem. Quando não se apresentam na forma de juros reais, estão misturados com outros encargos da dívida”.

Para executar o trabalho pedido por mim, o consultor trabalhou com tabelas do Boletim do Banco Central. “Utilizamos a tabela IV-17, Necessidades de Financiamento do Setor Público, fluxos de 12 meses. Esses dados não são 100% precisos, mas representam uma aproximação aceitável”, afirma ele.

E prossegue a Nota Técnica: “Por algum motivo, o Boletim do BC tampouco inclui tabela sobre a dívida bruta do setor público. O Banco Central prefere trabalhar com o conceito de dívida líquida, talvez por ser um conceito econômico mais significativo”.

O consultor encerra seu trabalho dizendo que se eu quiser, mesmo, desvendar o mistério da dívida brasileira, deverei, talvez, fazer um requerimento de informações.

Com base nesse trabalho, vou mencionar apenas os dados que mais me impressionaram.

As despesas do setor público com juros dobraram entre 2000 e 2003, passando de R\$77 bilhões para R\$145 bilhões.

Em 2003, primeiro ano do Governo Lula, gastaram-se, com o pagamento de juros, 9,33% do PIB.

O Brasil é um País de extrema complexidade econômica. Por isso, não pode o Governo insistir neste remédio único – os juros elevados. Aliás, o Presidente Lula reconheceu isso em sua recente entrevista coletiva. Na verdade, a sua frase sobre a política de juros revelou que o Governo atual não tem um programa econômico. O Presidente Lula limitou-se a seguir com o programa econômico de Fernando Henrique Cardoso, utilizando para isso os mesmos técnicos do Governo anterior.

Devemos buscar alternativas. A Nação brasileira não pode existir apenas para pagar os juros de sua monumental dívida. Os cidadãos brasileiros não podem continuar existindo apenas para pagar impostos ao Governo, ou para pagar juros astronômicos aos bancos ou financeiras, quando necessitam de algum dinheiro para investimento ou compra de bens.

Sr. Presidente, anexo as duas Notas Técnicas e digo que, no meio das manchetes dos jornais e das revistas de hoje, nunca eu tinha visto uma segunda-feira tão sombria. O Presidente viaja para tão longe, lá para o Japão, e nós, aqui, vendo as capas da **Veja**, da **ISTOÉ** e da **Época**, verificamos que talvez nunca tenha existido uma segunda-feira com tantas manchetes, com tantas crises, com tantos dramas e tantos problemas.

Creio que não será a melhor saída para o Governo querer fazer com que 66 Deputados retirem assinaturas de um pedido de CPI, ou que 20 Senadores façam o mesmo. Essa é uma questão que já está decidida. As CPIs terão que existir e ser levadas adiante.

Sr. Presidente, tenho uma preocupação muito grande, quase que uma angústia, com relação a CPIs. As duas que estão instaladas, do Banestado e da Reforma Agrária, estão fazendo um trabalho muito aquém daquele que deveriam. Lamentavelmente, na CPMI do Banestado, vejo dois grupos – PT e PSDB – se confrontando, cada um para atirar lama no outro, cada um para tirar os seus dos escândalos em que estão. Vieram – e nunca havia acontecido isso – dos Estados Unidos caixas e caixas, mostrando as contas e os números das contas fantasmas de pessoas importantes, membros deste Parlamento, políticos, empresários, gente muito importante e, por ser gente muito importante...

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – ...não se deixou abrir aquela caixa e encerrou-se a CPMI sem

que aquela caixa fosse aberta, a qual foi endereçada ao Procurador-Geral da República.

É lamentável que isso esteja acontecendo. Mas espero, Sr. Presidente, que possamos levar adiante essa questão e, principalmente no que tange à taxa de juros, espero que o Governo tome uma posição real, concreta, positiva. Afinal, a Argentina – nossa vizinha ali do lado, de quem se imaginava que terminaria de forma fatídica a decisão que tomou – tomou

a decisão, foi firme, renegociou e teve o respeito de toda a sociedade.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR PEDRO SIMON EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

NOTA TÉCNICA Nº 782, DE 2005

Em atendimento à STC nº 200502316, do Senador PEDRO SIMON, que solicitou consulta escrita sobre os valores da dívida pública brasileira (interna e externa), bem como os valores pagos a título de juros dessa dívida.

O Senador PEDRO SIMON solicitou consulta escrita sobre os valores da dívida pública brasileira (interna e externa), bem como os valores pagos a título de juros dessa dívida.

A fonte oficial de informações sobre a dívida pública federal é o Banco Central do Brasil. Por incrível que pareça, nenhum dos conjuntos de informações solicitados se encontra, de forma direta, entre as centenas de tabelas sobre a economia brasileira publicadas no boletim mensal daquela instituição.

Os juros nominais nunca aparecem em uma tabela específica, com o destaque que merecem. Quando não se apresentam na forma de juros reais, estão misturados com outros encargos da dívida. Os dados mais atualizados sobre os juros foram obtidos a partir das tabelas do Boletim do Banco Central, edição de abril/2005. Utilizamos a tabela IV-17 Necessidades de Financiamento do Setor Público, fluxos de 12 meses. Esses dados não são 100% precisos, mas representam uma aproximação aceitável. Eles estão na Tabela I, que é um dos anexos a esta consulta escrita.

Por algum motivo, o Boletim do BC tampouco inclui tabela sobre a dívida bruta do setor público. O Banco Central prefere trabalhar com o conceito de dívida líquida, talvez por ser um conceito econômico mais significativo. A Tabela II apresenta dados sobre a dívida líquida do setor público em milhões de reais e como percentagem do PIB.

Caso o Senador deseje informações mais precisas ou mais detalhadas talvez seja necessária a apresentação de um requerimento de informações.

Tendo feito essas observações, coloco-me à disposição para prestar esclarecimentos adicionais.

Consultoria Legislativa, 27 de abril de 2005.

Petronio Portella Nunes Filho
Consultor Legislativo

I – Despesa de Juros do Setor Público 2000-2004

Discriminação	2000	2001	2002	2003	2004
Em R\$ Milhões					
Despesa de Juros do Setor Público	77.963	86.443	114.004	145.203	128.253
Governo federal e Bacen	45.447	47.253	41.948	100.894	79.417
Governos estaduais e municipais	28.947	34.728	62.126	40.824	51.464
Empresas estatais	3.568	4.462	9.930	3.484	-2.627
PIB (acumulado em 12 meses)	1.086.700	1.184.768	1.346.028	1.556.182	1.762.499
Em porcentagem do PIB					
Despesa de Juros do Setor Público	7,17%	7,30%	8,47%	9,33%	7,28%
Governo federal e Bacen	4,18%	3,99%	3,12%	6,48%	4,51%
Governos estaduais e municipais	2,66%	2,93%	4,62%	2,62%	2,92%
Empresas estatais	0,33%	0,38%	0,74%	0,22%	-0,15%

II - Dívida líquida do setor público 2000-2004

Em R\$ milhões

Discriminação	2000		2001		2002		2003		2004*	
	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB
Dívida líquida total	563 164	49,4	660 867	53,3	881 108	56,5	913 145	57,2	956 996	51,8
Governo federal	344 258	30,2	419 121	33,8	566 734	36,4	584 544	36,6	610 078	33,0
Banco Central	8 709	0,8	-7 349	-0,6	-5 906	-0,4	-5 796	-0,4	-8 600	-0,5
Governos estaduais	161 184	14,1	203 409	16,4	257 986	16,6	278 016	17,4	305 961	16,6
Governos municipais	24 139	2,1	26 156	2,1	34 992	2,2	38 703	2,4	45 098	2,4
Empresas estatais	24 873	2,2	19 530	1,6	27 302	1,8	17 678	1,1	4 460	0,2
Federais	-4 220	-0,4	-15 601	-1,3	-14 002	-0,9	-20 154	-1,3	-32 138	-1,7
Estaduais	26 538	2,3	32 400	2,6	38 313	2,5	34 820	2,2	33 454	1,8
Municipais	2 555	0,2	2 732	0,2	2 990	0,2	3 012	0,2	3 144	0,2

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Alvaro Dias, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aproveito a oportunidade para comentar algumas declarações do Presidente Lula e de Membros do Governo que ocorreram nesse fim de semana. Se fôssemos dar um título a todas essas declarações, seria Governo Desgovernado. São declarações que preocupam a Nação.

Em primeiro lugar, está a declaração do próprio Presidente Lula: “Olha a minha cara e veja se estou preocupado com isso!”. Essa foi a reação do Presidente Lula na tentativa de minimizar o grave momento que vive seu Governo, referindo-se, especificamente, à CPMI dos Correios.

Enquanto isso, o Presidente pressiona os Parlamentares da Base aliada a retirar as assinaturas do requerimento de criação da CPMI. Só cinco Parlamentares as retiraram e 25 novos Deputados, inclusive dois do PT, assinaram, totalizando 238 assinaturas até agora. No Senado, tivemos o apoio de 50 Parlamentares. Amanhã, estamos esperando a assinatura do companheiro Senador Paulo Paim. Alguns Senadores do PT, não só S. Ex^a, também assinarão o requerimento amanhã. Deveremos passar, então, facilmente, dos 50 Senadores.

Sr. Presidente, qual é a preocupação? Que o Presidente esteja deslocado da situação atual do País. Enquanto toda Nação acompanha de perto a CPMI – a maioria a favor e alguns contra –, o Presidente dá declarações como se, na realidade, nada estivesse acontecendo, como se Sua Excelência estivesse completamente desligado do Governo e do País.

A outra frase é do Ministro José Dirceu.

O Sr. Almeida Lima (PSDB – SE) – Senador José Jorge, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pois não.

O Sr. Almeida Lima (PSDB – SE) – Quero falar a propósito, exatamente, da frase mal pensada do Presidente Lula. Demonstra, em toda a sua dimensão, a irresponsabilidade com que o Governo é conduzido. Estamos vendo, como já se disse, um mar de lama. Em todos os cantos onde se perfura, sente-se um odor, um mal cheiro. O Governo exala mal cheiro de ponta a ponta. O Presidente vem a público e diz que não está nem um pouco preocupado. Nobre Senador, no lugar

de Sua Excelência, eu estaria imensamente preocupado. Cancelaria a viagem ao exterior e me empenharia, pessoalmente, para a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito e procuraria, da forma mais célere, mais rápida, passar tudo a limpo para que o Governo pudesse continuar recebendo a admiração do povo. Um Presidente que faz tal afirmação comete um gesto de grande irresponsabilidade. Não está preocupado com a corrupção, com a CPI? Não está preocupado com a governabilidade? O que o Presidente deseja? O caos? Que a Nação brasileira se revolte e volte às ruas, para exigir decência? É uma grande estupidez. Eu não esperava jamais uma frase tão horrorosa do Presidente da República. Penso que Sua Excelência e o Governo devem se consertar para poderem voltar a ter o respeito da Oposição e do povo brasileiro. A minha solidariedade ao pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Muito obrigado, Senador Almeida Lima.

Na verdade, infelizmente, às vezes, esperamos essas frases do Presidente Lula, porque elas já estão se tornando comuns.

Em segundo lugar, as frases do Ministro José Dirceu: “Abertura de uma CPI sobre os Correios beira golpismo”. A pergunta que a sociedade brasileira faz é se o velho PT também considerava que as CPIs infundadas que propunha nos Governos anteriores também tinham objetivos golpistas. Golpismo não seria, por exemplo, o “Fora, FHC”, antes mesmo do fim do primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso? Será que já vimos algum político da Oposição, Senador Almeida Lima, com a faixa “Fora, Lula”? Pelo contrário. A nossa faixa é “Governa, Lula”. Nós não queremos que o Presidente Lula saia, queremos que ele governe, para corresponder às aspirações do povo brasileiro.

A prometida apuração dos fatos ocorridos nos Correios, finalmente, iniciou-se – hoje, quinze dias depois. A Polícia Federal, no início da manhã de hoje, procedeu à busca e apreensão de documentos na residência e nos escritórios dos Srs. Maurício Marinho e Antônio Osório Batista, só que com duas semanas de atraso. Se provas queriam, elas já evaporaram.

Se não instalarmos essa CPMI, correremos o risco da repetição do caso Waldomiro, que, após um ano, ainda não puniu ninguém.

Outra frase do Ministro José Dirceu: “Tentam intimidar, chantagear e paralisar o Governo”. S. Ex^a refere-se à Oposição.

Contaminado pelo ilusionismo de seu chefe, o “Primeiro-Ministro” acusa a Oposição de chantagista. Não me consta que a Oposição tenha indicado sequer um dos 25.355 cargos públicos criados pelo PT.

Tentar paralisar este Governo é algo muito difícil, Srs e Srs. Senadores, pois, pelos princípios da Física Clássica, é impossível frear algo que já está parado.

Outra declaração do Ministro José Dirceu, que é mais grave, Senador Antonio Carlos Magalhães: “É impossível que uma CPI minimamente bem feita não pegue o Delúbio e o Silvinho”.

Sou obrigado a concordar com o Ministro quanto ao envolvimento dos Srs. Delúbio Soares e Silvio Pereira, carinhosamente chamado de “Silvinho”. A CPMI não será minimamente bem feita, pois a sociedade brasileira reclama que o Congresso Nacional investigue a fundo essas denúncias. E é isso que faremos.

O Senador Aloizio Mercadante, Líder do Governo no Senado, faz mea-culpa pela rejeição do jurista Alexandre de Moraes para o Conselho Nacional de Justiça:

Dá para responsabilizar também os que patrocinavam a indicação de Moraes pela derrota. Quando as votações são de interesse nosso, nós cuidamos do **quorum**. Ganhar e perder votação acontece todo dia. Por sinal, temos perdido muitas [sic].

Não satisfeito em enfraquecer as relações entre as Lideranças desta Casa, o Líder do Governo no Senado quer inovar, responsabilizando a Oposição por não fazer valer o que fora combinado.

Efetivamente, Sr. Presidente, se olharmos o **quorum** que existia naquele momento, podemos nos auto-responsabilizar. Acontece que o Dr. Alexandre de Moraes não era candidato da Oposição – que não indica ninguém. S. S^a era candidato da Câmara, e havia o compromisso de todos os Partidos de valorizar o Conselho Nacional de Justiça e, portanto, aprovar os nomes indicados. Não havia como imaginarmos que haveria uma decisão como essa, dos Líderes do Governo, de votar contra o representante da Câmara, sob a alegação de ser S. S^a indicado pela Oposição, quando, na realidade, não o era. S. S^a era um representante indicado pela Câmara e uma pessoa altamente qualificada, cujo nome já havia sido aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Outra declaração de fim de semana que merece ser comentada é a da Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, em relação à questão de que nunca houve um desmatamento maior na Amazônia do que o ocorrido no ano de 2004.

O que disse a Ministra?

A sociedade brasileira tem de parar com o consenso oculto de querer preservar a Amazônia e, muitas vezes, não olha que fica o ano todo incentivando as atividades produtivas

insustentáveis. Compram madeiras cuja origem não sabem, não se preocupam com o que vai para a sua mesa, se isto está sendo feito ou produzido à custa da perda da biodiversidade [sic].

Sr. Presidente, o que a Ministra Marina Silva quer dizer é que a culpa do aumento do desmatamento é da sociedade brasileira. Então, agora, quando eu for almoçar, Senador Almeida Lima, tenho de saber se a comida é ecologicamente sustentável ou não, de que biodiversidade proveio. Imagina, Senador Mão Santa, a população do interior do Piauí ter de saber o detalhe sobre a madeira ser certificada ou não. Então, S. Ex^a está seguindo exatamente o exemplo do seu chefe, o Presidente Lula.

O Sr. Almeida Lima (PSDB – SE) – Senador José Jorge, eu não sabia que a Oposição agora tinha Ministro, pois a fala da Ministra é própria da Oposição. A matéria publicada, que scandalizou o mundo, diz exatamente que essa devastação aconteceu nos anos de 2003 e 2004. Quem era a Ministra do Meio Ambiente em 2003 e 2004? Quem era o Presidente da República nesse biênio?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Exatamente.

O Sr. Almeida Lima (PSDB – SE) – É falta de sensibilidade, ausência de seriedade, Senador. O Governo não está aí para governar? Não são eles que estão governando? Se o desmatamento, essa deterioração da Amazônia, essa destruição, acontece nos percentuais e níveis apontados e scandaliza o mundo em 2003 e 2004, pergunto: quem era o Presidente nesse período?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – A culpa deve ser nossa, Senador.

O Sr. Almeida Lima (PSDB – SE) – Só pode ser.

O Sr. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Deve ser de V. Ex^a, que, quando vai comprar um móvel, não olha se ele é certificado.

A Ministra se exime de culpa naquilo que é sua obrigação. Age como se não fosse Governo e copia o exemplo do chefe, o Presidente Lula, que também fugiu de sua responsabilidade pela explosão dos juros, mandando os brasileiros “levantarem os traseiros da cadeira”.

Enquanto isso, o Partido Verde, como protesto contra esses resultados na luta pela preservação do meio ambiente, retirou-se da Base de apoio ao Governo, na Câmara dos Deputados. O que vemos, no Brasil de hoje, é o que já começa até a ecoar entre Parlamentares governistas: o Presidente da Repúbli-

ca não apresentou qualquer projeto que surgisse de sua própria iniciativa. Vive preocupado com a reação da opinião pública, com o momento presente. Todas as suas ações são pautadas pelo *marketing* proposto pelo publicitário Duda Mendonça.

O que temos visto é, de fato, um presidente que fala muito e faz pouco. Vive de fazer *marketing*, apoiado em sua alegada capacidade de comunicar-se com a população menos esclarecida. Enquanto isso, cada Ministro – já são 36 no total – vai fazendo o que lhe vem à cabeça. Antônio Palocci segue a cartilha do FMI; Nilmário Miranda cria a cartilha do politicamente correto. Na saúde, faltam remédios contra a Aids, e tenta-se restringir o acesso aos leitos das UTIs, sem falar na ganância dos vampiros. O Programa Primeiro Emprego, criação de algum marqueteiro da campanha, não gera os empregos prometidos, e o Fome Zero não passa de programa assistencialista, que ilude a população nas vultosas campanhas publicitárias no rádio e na TV.

Portanto, o que vemos, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é um Governo sem projetos, que enfrenta a crise com displicência e com o distanciamento daqueles que – cada vez mais, isso fica claro – estavam despreparados para a missão que a população lhes confiou.

Eu gostaria de encerrar, mencionando o seguinte fato: o Presidente Lula retirou da delegação que ia para o Japão e para a Coreia sete Ministros, Senador Mão Santa. Se Sua Excelência pode, de uma hora para outra, retirar sete Ministros, o que esses iam fazer lá? Se estavam escalados, deveriam ter ido. Não! Eles foram tirados de última hora, exatamente para ficarem aqui, atrás de Deputados e Senadores, com vistas à retirada da assinatura da CPI. É realmente de se pensar o que iam fazer lá, já que puderam ser tirados assim tão facilmente.

Em verdade, no Senado, havia 49 assinaturas, e agora são 50. Chegou o Senador Jonas Pinheiro, que estava viajando na semana passada e já assinou o requerimento para a instalação da CPI. Portanto, são 50 assinaturas; nenhum Senador, até agora, retirou a sua, e imagino que não o fará.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. José Jorge, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, ao Senador Renan Calheiros, Presidente da Casa, e, em seguida, ao Senador José Sarney.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quase meio milhão de trabalhadores na extração do coco brasileiro estão ameaçados pelo desemprego. Duzentos e vinte e quatro mil produtores correm o risco da falência; mais de 300 mil hectares de coqueirais estão à beira da inviabilização.

Seguramente, é a maior crise que os produtores brasileiros de coco já enfrentaram. A maior e a mais longa, pois já dura quase um ano; a de maior dimensão e abrangência, pois já não escolhe empresa ou regiões. Todos os produtores – rigorosamente, todos – estão iguais diante do prejuízo inevitável e da falência irreversível.

Essa crise, Sr. Presidente, tem um nome: concorrência desleal. E um sobrenome: importação desenfreada.

Os produtores brasileiros vêm obtendo, nos últimos anos, sucessivos ganhos de produtividade. Nossas médias hoje são compatíveis com as melhores dos produtores mais qualificados. Alguns de nossos plantios chegam mesmo a exibir recordes mundiais de produtividade.

Nada, porém, tem sido suficiente para nos livrar da crise, porque nenhum brasileiro conseguirá suportar a concorrência de até 42% de subsídios que sustentam o preço do coco de países como Filipinas, Indonésia, Sri Lanka, Malásia e Costa do Marfim, por exemplo.

Quando, Srs. Senadores, o Brasil, pela primeira vez, levantou-se contra tais subsídios, as Filipinas protestaram. A própria Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil foi à OMC, que reconheceu e condenou os subsídios filipinos. A OMC permitiu o estabelecimento de salvaguardas, criando condições de igualdade para a concorrência de mercado. Mesmo dentro da rigidez de suas normas e do multilateralismo de sua atuação, a OMC estendeu a mão ao produtor brasileiro.

Quem nos deu as costas, Sr. Presidente, lamentavelmente, foi o próprio Brasil. Para proteger o produtor brasileiro contra a importação desenfreada do coco ralado subsidiado, o Brasil, respaldado pela Organização Mundial do Comércio, estabeleceu cotas de importação para esses países que comprovadamente subsidiam a sua produção.

O Brasil incluiu o coco ralado na lista de exceções do Mercosul, aplicando-lhe uma Tarifa Externa Comum de 55%. As duas medidas conjugadas, sem dúvida, estavam protegendo o produtor nacional, que, em contrapartida, Sr. Presidente, Srs. Senadores, cuidava da revitalização de 75 mil hectares de coqueirais e da renovação de outros 35 mil hectares.

Sem qualquer justificativa, sem qualquer explicação, o Brasil, em julho do ano passado, reduziu a TEC de 55% para apenas 10%. As salvaguardas foram deixadas, portanto, de lado. As consequências foram imediatas e absolutamente funestas. As importações superaram todas as cotas: só de dezembro a fevereiro passado, ou seja, em apenas três meses, o Brasil importou quase 400 toneladas a mais de coco ralado.

O preço despencou em até 36%...

(Interrupção do som.)

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – O produto se tornou gravoso: o Brasil produz hoje coco ralado a 25 centavos a unidade, mas o produtor só recebe 20 centavos por seu produto. Quanto mais se produz, Sr. Presidente, mais se perde. É a falência anunciada.

Nenhum produtor será contra a importação, muito menos este Senador Federal. Mas, todos, inclusive este Senado Federal se levantam contra a concorrência desleal. Nenhum produtor está pedindo qualquer subsídio oficial, que jamais teremos internamente, mas sempre temeremos expressamente. Não se pede subsídios, ao contrário. Tudo que se espera é que o Brasil, em proteção aos produtores brasileiros, aplique ao menos o que a própria OMC aprovou: medida de salvaguarda, com a elevação da TEC aos patamares anteriores de 55%.

Já estou encerrando, Sr. Presidente.

Sem isso a salvaguarda se tornará instrumento tão inócuo como o foram os direitos compensatórios. Coisa para inglês ver, Sr. Presidente, ou filipino debochar. A elevação da TEC e o restabelecimento das salvaguardas, em sua plenitude, são indispensáveis. E são urgentes.

Como, do contrário, suportar a concorrência desleal de importações subsidiadas? Como, com preços gravosos, investir na revitalização e na renovação de coqueirais?

Poucos setores industriais no Brasil absorvem a mão-de-obra empregada em nossos coqueirais: quase meio milhão de trabalhadores, a maioria sem qualquer qualificação. É o coco ou o desemprego, sem meio-termo de alternativas ou perspectivas.

Tenho a mais viva esperança de que o Governo brasileiro reverá suas posições e reconsiderará a elevação da TEC para os 55% dos patamares anteriores. Seria trágico, absurdamente trágico, que os brasileiros tivessem que recorrer à OMC para que o próprio Brasil efetivasse as salvaguardas pedidas e aprovadas anteriormente pela Organização Mundial do Comércio.

O Brasil, Sr. Presidente, não tem escolha: ou as salvaguardas e a elevação da TEC, ou a falência em

cascata. Ninguém sobreviverá, a não ser a insensibilidade dos que levarem a produção nacional de coco a esse estágio da inviabilização irreversível. O Brasil não será mais multilateral que a OMC.

Era, portanto, o que eu tinha a dizer, e comunicar desta tribuna que, nessa linha, estou também enviando uma carta ao Ex.^{mo} Sr. Ministro da Indústria e Comércio para que possamos, num curto espaço de tempo, rever, proteger novamente, estabelecer salvaguarda para esse setor da economia que não é tão importante, não é tão significativo, mas, sem dúvida, um dos setores que mais emprega no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência agradece ao Presidente, que ficou exatamente com cinco minutos mais dois, porque os cinco foi um erro aqui na hora de operar.

Concedo a palavra ao Senador José Sarney, que, inscrito, terá o tempo de 10 minutos com mais 5 minutos de tolerância.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna para saudar, como uma providência necessária, o decreto que hoje saiu no **Diário Oficial da União** que institui o Grupo de Trabalho Intergovernamental, com o objetivo de proceder a estudos e propor medidas relativas à destinação de terras da União para o Estado do Amapá.

Na realidade, esse decreto destina-se a proceder a uma regularização das terras do Estado do Amapá, que continuam como de domínio federal, apesar de serem, legal e historicamente, terras estaduais. Isso criou uma grande desorganização que prejudica o Estado e o seu desenvolvimento agrícola, pois não dá estabilidade às propriedades. Trata-se de uma luta grande e que demorou muito tempo. Mas, agora, com extrema sensibilidade pública, o Presidente Lula acaba de criar esse Grupo de Trabalho, com prazo de 90 dias, que é o primeiro passo para a regularização.

É uma questão de merecimento, Sr. Presidente, pois aquela foi uma das primeiras áreas definidas na História do Brasil. Antes de Pedro Álvares Cabral chegar ao Brasil, o grande navegador espanhol Vicente Yañez Pinsón visitou o Nordeste do Brasil – até hoje se discute onde aportou, se no Cabo de Santo Agostinho ou mais adiante, mas a verdade é que ele passou por ali – e, enquanto navegava no mar, que misturava sua água salgada à água doce do rio Amazonas, chamou-o de *Santa Maria de La Mar Dulce*, porque era um mar de água doce, o que ele nunca tinha visto. Identificou as terras do Amapá como costas anegadas, terras afogadas, inundadas, e identificou o rio que teria seu nome

e o de Oiapoque, e que seria, mais tarde, objeto da grande batalha pela fronteira Norte do Brasil travada pelo Barão do Rio Branco

Depois que a aventura francesa de ocupação fracassou no Maranhão, com a expulsão de La Ravardiere, os portugueses começaram a fortificar aquela região e, como era o período filipino, em que o Brasil estava sob o domínio da Espanha, desde 1680, Filipe III deu as terras do Cabo do Norte como capitania para Bento Maciel Parente. Suas fronteiras eram, a Norte, o Oiapoque, a Sul o Rio das Amazonas, a Oeste o Jarí, a Leste o Mar Oceano.

A partir dali, começaram as fortificações ao longo da costa, que era atacada por corsários ingleses, franceses, irlandeses e holandeses, todos eles buscando o domínio daquela região totalmente desconhecida naqueles tempos do começo do século XVII.

Aquela área depois se estendeu até o platô das Guianas, uma área que era permanentemente visitada por corsários, que ali se escondiam, destinando, de um lado, mais ao norte, a atacar as caravelas que saíam da aventura do México, da América Central, com destino à Espanha, e de outro lado a atacar as caravelas portuguesas que saíam de Pernambuco com o pau-brasil e o açúcar.

Este território foi cobiçado e investido por ingleses, irlandeses, holandeses, franceses. Sistemáticamente Portugal e o Brasil resistiram a todos os avanços.

No final do século XVII negociamos a consolidação da fronteira com os franceses. Toda a negociação trata das Terras do Cabo do Norte ou Guiana Brasileira, território do Estado do Maranhão. Em 1713 o grande Tratado de Utrecht afirmou nossa fronteira Norte.

Do trabalho de fortificação da fronteira um forte hoje remanesce, talvez, como a obra mais bonita e mais importante de arquitetura militar no Norte do Brasil: o Forte de São José do Macapá, construído juntamente com o Forte da Beira. Isso ocorreu, porém, em época muito posterior, quando governava o Estado do Maranhão e do Grão-Pará o meio-irmão do Marquês de Pombal, Mendonça Furtado, a quem ele dera instruções secretas no sentido de manter as terras como portuguesas e a quem remetia cartas com instruções até muito interessantes. Uma delas mandava que os soldados portugueses se juntassem às índias, para que o sangue português não desaparecesse e continuasse na ocupação dos vastos territórios amazônicos. Começa-se uma política de colonização, com açorianos em Macapá e africanos em Mazagão.

Depois dos tratados napoleônicos, nasceu o célebre problema da contestação do território que hoje é do Amapá, que vinha do Araguari até o Oiapoque. Discutindo qual dos rios era o Vicente Pinson, os fran-

ceses diziam tratar-se de uma área francesa, e os portugueses diziam ser brasileira. Daí nasceu a área do Contestado, que veio até o fim do século XIX, quando Rio Branco, advogando nossa causa junto à Confederação Helvética, de arbitramento entre a França e o Brasil, em 1900, conseguiu o Laudo Suíço, a decisão pela qual essa área ficou definitivamente reconhecida como brasileira.

Nesse período, destacou-se a figura impressionante de um grande herói chamado Veiga Cabral, que lutou contra os franceses. O Brasil tem sua memória histórica um pouco obscurecida. Esse homem, quando houve a aventura extraordinária da expulsão dos franceses do rio Amapá e da área dos rios Calçoene e Caciporé, visitou o Brasil inteiro, recebendo homenagens de todos os lugares a que chegava, e foi promovido a General Honorário do Exército Brasileiro pelo que tinha feito.

Portanto, a definição dessas terras existe há muitos anos. Quando houve a solução da questão do Contestado, essas terras foram consideradas como pertencentes ao Estado do Pará. No momento em que se faz o território do Amapá, essas terras passam a ser do Governo Federal; depois, volta a ser Estado, e essas terras continuam sendo do Governo Federal.

Daí a importância desse Decreto, que hoje tende a corrigir essa anomalia que fez com que o Estado do Amapá e outros territórios, como Roraima, por exemplo, não dispusessem de terras estaduais, mas somente de terras federais.

A 13 de setembro de 1943, pelo Decreto-Lei nº 5.812, foram criados os Territórios de Guaporé, Roraima, Rio Branco, Ponta Porã e Iguazu. No caso do Território do Amapá, havia três Municípios: Amapá, Macapá e Mazagão. Quando fui Presidente, criei os Municípios de Santana, Tartarugalzinho, Ferreira Gomes e Laranjal do Jarí. Em 1991 foram criados Amapari, Serra do Navio, Cutias, Porto Grande, Itauba e Pracuúba.

Com a criação do Território do Amapá, suas terras passaram a ser administradas pela Divisão de Terras e Colonização (DTC). As terras do Amapá eram todas terras federais de que a União dispunha para o desenvolvimento territorial do país. Enquanto existiu o Território do Amapá (até 1988, portanto), foram expedidas pela DTC aproximadamente 1.917 licenças de ocupação, distribuídas nos municípios de Macapá, Mazagão, Amapá, Calçoene e Oiapoque. Havia, além disso, a ocupação de terras públicas ao longo das duas rodovias, a BR-156 e a BR-210.

O Decreto-Lei Federal nº 1.164, de 1º de abril de 1971, determinou que seriam mantidas sob jurisdição federal as terras devolutas situadas na faixa de fronteira, bem assim aquelas que distassem em até 100

quilômetros do eixo das rodovias federais dentro da Amazônia Legal. A Emenda Constitucional nº 16, de 27 de novembro de 1980, estabeleceu que retornariam ao patrimônio dos territórios federais e dos estados as terras situadas fora do raio de 100 quilômetros a partir do eixo das rodovias federais. No Amapá, isso implicou a devolução de glebas que, juntas, somavam 1 280 411 hectares.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Sr. Presidente, vou terminar. Peço a V. Ex^a que defira a transcrição do meu discurso, na íntegra, nos Anais da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – V. Ex^a dispõe de mais cinco minutos, Senador José Sarney.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Todavia, a maior parte das mencionadas glebas é detentora de problemas originados da atuação inadvertida da Delegacia do Patrimônio da União Federal (DPU), que outorgou muitas das terras inseridas como ilhas dentro do rio Amazonas, que separa Pará e Amapá. Ocorre que, hoje, a União tem entendido que, por força do art. 20 da Constituição de 1988, tais áreas seriam parte de seu patrimônio e, por isso, via Gerência Regional do Patrimônio da União (GRPU), que é um órgão vinculado à Secretaria do Patrimônio da União (SPU), tem requerido ao Estado do Amapá que cancele os registros efetuados no Cartório de Imóveis concernentes a tais glebas. Isso criou uma confusão fundiária que se mantém até hoje.

A partir de 1973 e até 1987, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que era o órgão responsável por levar a cabo o recém-criado Projeto Fundiário do Amapá, procedeu a diversas discriminações administrativas, arrecadações sumárias e desapropriações de áreas, as quais, desse modo, se incorporaram formalmente ao patrimônio da União Federal, totalizando 5 877 245 hectares.

Em 1987, por meio do Decreto-Lei nº 2.375, a União restituiu aos estados e territórios amazônicos a faixa de 100 quilômetros de largura de cada lado das rodovias federais. No Amapá, quase todas as terras dessa natureza já haviam sido arrecadadas pelo INCRA e, portanto, em consonância com o art. 5º do referido Decreto-Lei, deveriam ter sido transferidas para o estado. Contudo, uma interpretação oblíqua do § 2º do art. 2º, cominado com o § 3º do art. 5º, impediu a transferência.

A transformação do Território em Estado do Amapá assegurou a ele os bens que, naquela oportunidade, já lhe pertencessem ou que estivessem sendo utilizados por sua administração. A maior parte

das áreas foi considerada como pertencendo ao patrimônio da União, não foram transferidas ao Estado do Amapá. Este juízo, por absurdo, implicaria em que a Constituição teria criado uma unidade da federação sem território próprio.

Assim, ressalto a importância do Decreto que hoje estamos anunciando e que foi editado pelo Senhor Presidente da República e já foi publicado. Quero dizer que trabalhei bastante sobre isso. Ainda antes de o Presidente viajar, estive com Sua Excelência e tive oportunidade de pedir-lhe que assinasse esse Decreto antes da sua viagem.

A verdade é que esse grupo de trabalho terá um prazo de 90 dias e será composto de representantes dos mais diversos setores, inclusive, como sugerimos, de representantes do Estado do Amapá.

Estou convencido, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de que esse trabalho abrirá caminho para a restituição das terras do Estado do Amapá, que tanto necessita delas para o seu desenvolvimento.

Como político e intelectual, ao chegar ao Amapá, tive oportunidade de dizer que fui lá para servir e que também não tinha ido em busca de mandatos, já que eu levava para o Estado do Amapá uma carreira política inteiramente construída, como Deputado Federal, Senador da República, Vice-Presidente da República, Presidente da República, presidente de partidos e Líder do Governo e da Oposição nesta Casa. Então, cheguei lá com uma vida completa, que coloquei à disposição do Estado do Amapá para trabalhar por ele.

Em seguida, não somente como político, mas também como intelectual, resolvi que deveria ligar essa outra faceta minha ao Estado do Amapá e escrevi uma história do Amapá. Nessa obra, detalhadamente, estudo a história dessas terras e como ela se processou. Hoje, esse é o livro das escolas daquele Estado.

Portanto, quero dizer que tenho certa autoridade para discutir o assunto, uma vez que me debrucei sobre ele desde os seus primórdios históricos.

Com muito prazer, ouço o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a tem autoridade para tratar de qualquer assunto, tendo em vista sua vida pública neste País. Qualquer Estado do Brasil, não apenas o Amapá, teria orgulho em tê-lo como Senador. V. Ex^a representa, nesta Casa, não apenas o Amapá, nem o Maranhão; V. Ex^a é o melhor dos nossos representantes, porque representa todo o Brasil, em virtude de sua grande atuação política.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Magalhães, que tem a autoridade de uma vida pública admirada por este País,

com serviços prestados não somente ao seu Estado, a Bahia, como também ao nosso País.

Para terminar o discurso, devo dizer que todos sabem que a minha Pátria começa no Maranhão, mas, politicamente, hoje, tenho a obrigação, como Senador pelo Amapá, de defender os interesses desse Estado, e estou aqui justamente para mostrar uma face que estamos resolvendo, depois de termos criado a Zona de Livre Comércio, de termos construído o porto e de termos entrado nas estradas. Agora, estou tentando ajudar na regularização fundiária do Estado.

Ouçó o Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador José Sarney, Deus me permitiu ser Prefeito da minha cidade da Parnaíba e governar o Estado do Piauí. E convivi com V. Ex^a, Presidente da República, e com os Presidentes Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. De todos, V. Ex^a é o grande estadista. Foi o mais generoso, e eu, representando o Piauí, gostaria – e peço aos céus – que V. Ex^a seja, novamente, Presidente da República.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, tão generoso comigo todas as vezes. Mas sei que essa referência tem, sem dúvida, uma carga muito grande da amizade, sobretudo porque V. Ex^a também relembra Parnaíba, que, ao longo da minha vida, tem uma importância muito especial. Comecei a minha vida como Deputado Federal indo a Parnaíba para atravessar o Delta do Parnaíba para ir a Araioises, que era uma cidade do outro lado do Maranhão, onde eu era votado. E quantas noites não passei em canoas de remos, com o chão de bagaços de cana para aliviar onde dormíamos, para chegarmos a Araioises! E aquelas noites – recordo-me profundamente, porque elas são indelévels na minha vida – eram excepcionais, pois os céus se confundiam com as águas do Parnaíba, com aquelas carnaubeiras às suas margens; uma visão da noite e, ao mesmo tempo, do dia. Muito obrigado a V. Ex^a.

Concedo um aparte ao Senador Marco Maciel, a quem tenho a honra de ouvir.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – A honra é toda minha, nobre Senador, ex-Presidente da República, José Sarney. Serei breve na minha intervenção. Quero apenas, em rápidas palavras, congratular-me com V. Ex^a pelo discurso que faz na tarde de hoje, pois, além de defender uma decisão em favor do Estado que V. Ex^a representa aqui, o Estado do Amapá, aproveita o ensejo também para dar uma lição de História do Brasil, algo que é muito importante, sobretudo no Senado Federal, que é a Casa da Federação, cujos debates devem sempre se nortear pela análise da questão nacional. Estou certo de que V. Ex^a, como Senador da República, em

várias oportunidades e, agora, como representante do Estado do Amapá, cumpre um papel muito importante na vida pública de nosso País, trazendo o seu exemplo de vida de ex-Presidente da República, mas, também, na sua condição de intelectual, uma contribuição para que possamos melhor analisar as grandes questões do País. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Obrigado, Senador Marco Maciel. Sem dúvida alguma, o seu aparte, incorporado ao meu discurso, dá um valor muito maior às palavras que aqui estou proferindo, V. Ex^a que tem uma carreira política extraordinária na História do Brasil, tendo ocupado a Presidência da República e sendo meu companheiro na Academia Brasileira de Letras.

Para terminar, sobre esse assunto, quero dizer a V. Ex^a que, no Amapá, não me limitei a somente ficar na área política. Como disse, não só escrevi uma história do Amapá, como também, ao escrever o meu romance **Saraminda**, busquei, como cenário, as flores-tas do norte do Amapá, criando uma heroína negra que habitava os garimpos daquela época. Assim, também coloquei o Amapá na história da literatura brasileira, com um romance que tem o Amapá como cenário e tem uma protagonista daquela região. De tal modo que fico muito orgulhoso quando Heitor Cony disse que, na literatura brasileira, tínhamos duas personagens que se destacavam: Iracema e, ao mesmo tempo, a nossa Saraminda, que é tão admirada pelo Senador Mão Santa.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR JOSÉ SARNEY.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Amapá é um dos estados brasileiros que há mais tempo teve seu território definido.

Quando Vicente Yañez Pinson descobriu o Brasil, em janeiro de 1500, identificou as terras do Amapá como costas anegadas, terras afogadas, e identificou o rio que teria seu nome e o de Oiapoque, e que seria, mais tarde, objeto da grande batalha pela fronteira Norte do Brasil travada pelo Barão do Rio Branco.

Expulsos os franceses da Nova França com a derrota de Guaxenduba e a rendição de La Ravardière, tratou-se da ocupação da Amazônia. Um dos capitães, Bento Maciel Parente, recebeu de Filipe III, como direito e responsabilidade, o Capitania do Cabo do Norte. Suas fronteiras eram, a Norte, o Oiapoque, a Sul o Rio das Amazonas, a Oeste o Jarí, a Leste o Mar Oceano.

Este território foi cobiçado e investido por ingleses, irlandeses, holandeses, franceses. Sistemáticamente Portugal e o Brasil resistiram a todos os avanços.

No final do século XVII negociamos a consolidação da fronteira com os franceses. Toda a negociação trata das Terras do Cabo do Norte ou Guiana Brasileira, território do Estado do Maranhão. Em 1713 o grande Tratado de Utrecht afirmou nossa fronteira Norte, dando base à grande consolidação do Pará feita por Mendonça Furtado.

Desde o séc. XVII o território é ocupado com fortificações. Durante o séc. XVIII, com a inspiração pomalina, começa-se uma política de colonização, com açorianos em Macapá e africanos em Mazagão.

Na esteira dos “tratados” napoleônicos, a França obtém, durante o século XIX, o reconhecimento como área contestada de uma grande parte da região. Surge, enfim, o ouro, com sua febre e suas ambições. Há uma tentativa de cooptação da região, que termina com a tragédia da vila do Amapá. O heroísmo de Veiga Cabral, o *Cabralzinho*, impressionou a opinião pública brasileira. Os dois governos, da França e do Brasil, concordaram com o arbitramento pelo Governo da Confederação Helvética. O Barão do Rio Branco conseguiu a grande vitória do 1º de dezembro de 1900, em que definitivamente assentou-se, sobre a coragem de brasileiros, a brasilidade do Amapá.

Brasileiro, incorporada a região contestada ao Pará em fevereiro de 1901, o Amapá passou um período de indefinição de suas divisões internas. Formaram-se novos municípios, além dos de Macapá e Mazagão.

A colonização continuou sendo um problema em terras tão grandes. Passado o ciclo do ouro, a exploração agrícola era um desafio — só em meados do século surgiria o manganês. Fundou-se a Colônia Agrícola de Cleveland, a cidade de Clevelandia. A experiência foi curta, com a transposição da solução francesa do desterro — a *bagne* — transformando-a em penitenciária. Durante a Guerra ali instala-se o Pelotão de Fuzileiros Independente do Oiapoque, primeiro de várias instalações militares sucessoras da antiga Colônia Militar D. Pedro II, em 1907 transferida do Araguari para o Oiapoque.

A 13 de setembro de 1943, pelo Decreto-Lei 5 812, foi criado — junto com os de Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã e Iguazu — o Território Federal do Amapá. Limitava-se pelo Atlântico, pelo Amazonas, pelas fronteiras com as Guianas Francesa e Holandesa, e pelo Jari até a fronteira. Era, de certa maneira, a recuperação da área da Capitania do Cabo do Norte. Dividia-se em três municípios: Amapá, Macapá e Mazagão. A capital era Amapá, mas instalou-se em Macapá. Em seguida acrescentou-se o município de Oiapoque, com

sede na cidade do Espírito Santo. Bem mais tarde, em 1956, foi a vez do município de Calçoene.

Novos municípios — Santana, Tartarugalzinho, Ferreira Gomes e Laranjal do Jari — foram criados em 1987. Finalmente o artigo 14 das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988 transformou o Território do Amapá em Estado do Amapá, “*mantidos seus atuais limites geográficos*”.

Promulgada a Constituição do Estado do Amapá em 1991, foram criados seis novos municípios: *Amapari*, Serra do Navio, Cutias, Porto Grande, Itaubal e Pracuúba.

Com a criação do Território do Amapá, suas terras passaram a ser administradas pela Divisão de Terras e Colonização (DTC). As terras do Amapá eram todas terras federais de que a União dispunha para o desenvolvimento territorial do país. Enquanto existiu o Território do Amapá (até 1988, portanto), foram expedidas pela DTC aproximadamente 1.917 licenças de ocupação, distribuídas nos municípios de Macapá, Mazagão, Amapá, Calçoene e Oiapoque. Havia, além disso, a ocupação de terras públicas ao longo das duas rodovias, a BR-156 e a BR-210.

O Decreto-Lei Federal nº 1.164, de 1º de abril de 1971, determinou que seriam mantidas sob jurisdição federal as terras devolutas situadas na faixa de fronteira, bem assim aquelas que distassem em até 100 quilômetros do eixo das rodovias federais dentro da Amazônia Legal. A Emenda Constitucional nº 16, de 27 de novembro de 1980, estabeleceu que retornariam ao patrimônio dos territórios federais e dos estados as terras situadas **fora** do raio de 100 quilômetros a partir do eixo das rodovias federais. No Amapá, isso implicou a devolução de glebas que, juntas, somavam 1 280 411 hectares.

Todavia, a maior parte das mencionadas glebas é detentora de problemas originados da atuação inadvertida da Delegacia do Patrimônio da União Federal (DPU), que outorgou muitas das terras inseridas como ilhas dentro do rio Amazonas, que separa Pará e Amapá. Ocorre que, hoje, a União tem entendido que, por força do art. 20 da Constituição de 1988, tais áreas seriam parte de seu patrimônio e, por isso, via Gerência Regional do Patrimônio da União (GRPU), que é um órgão vinculado à Secretaria do Patrimônio da União (SPU), tem requerido ao Estado do Amapá que cancele os registros efetuados no Cartório de Imóveis concernentes a tais glebas.

A partir de 1973 e até 1987, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que era o órgão responsável por levar a cabo o recém-criado Projeto Fundiário do Amapá, procedeu a diversas discriminações administrativas, arrecadações sumárias

e desapropriações de áreas, as quais, desse modo, se incorporaram formalmente ao patrimônio da União Federal, totalizando 5 877 245 hectares.

Em 1987, por meio do Decreto-Lei nº 2.375, a União restituiu aos estados e territórios amazônicos a faixa de 100 quilômetros de largura de cada lado das rodovias federais. No Amapá, quase todas as terras dessa natureza já haviam sido arrecadadas pelo INCRA e, portanto, em consonância com o art. 5º do referido Decreto-Lei, deveriam ter sido transferidas para o estado. Contudo, uma interpretação oblíqua do § 2º do art. 2º, cominado com o § 3º do art. 5º, impediu a transferência.

A transformação do Território em Estado do Amapá assegurou a ele os bens que, naquela oportunidade, já lhe pertencessem ou que estivessem sendo utilizados por sua administração. A maior parte das áreas foi considerada como pertencendo ao patrimônio da União, não foram transferidas ao Estado do Amapá. Este juízo, por absurdo, implicaria em que a Constituição teria criado uma unidade da federação sem território próprio.

Considerada a situação atual como um fato consumado, restaria a transferência das imensas áreas do Amapá sob domínio da União para o domínio do Estado. Duas leis podem ser invocadas para efetivar esta transferência: a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que permite a cessão e a doação a Estados, Municípios, etc.; e a Lei nº 6.431, de 11 de julho de 1977, que permite a doação de terras da Amazônia Legal para a expansão ou implantação de cidades, vilas e povoados, segundo o interesse das administrações municipais. No primeiro caso a transferência depende de ato do Presidente da República, no segundo de ato do Ministro do Desenvolvimento Agrário. Cabe, de qualquer forma, ao Congresso Nacional dispor sobre os bens do domínio da União (CF, art. 48, V).

A situação, no entanto, é outra: o processo de discriminação das terras do Amapá deveria tê-las inscrito como terras do Estado, e não da União. Trata-se, portanto, de um erro material, a corrigir por instrumentos administrativos. O caminho dependia, portanto, da iniciativa do Governo Federal.

Há duas semanas sugeri ao Governo Federal, por intermédio do Ministro José Dirceu, a criação de um grupo de trabalho, nos moldes do que havia sido feito para estudar a situação de terras em Roraima. Com a acolhida do governo, o Presidente Luís Inácio Lula da Silva instituiu por decreto, no último dia 20 de maio, O Grupo de Trabalho Intergovernamental “com o objetivo de proceder a estudos e propor medidas relativas à destinação de terras da União para o Estado do Amapá”.

O Grupo terá a incumbência de:

I – promover estudos sobre a legislação aplicável à destinação das terras da União no Amapá;

II – promover a identificação das terras passíveis de destinação, pela União, para o Estado do Amapá; e

III – propor as medidas legais e administrativas necessárias à destinação das terras a que se refere o inciso II.

O Grupo de Trabalho terá um prazo de 90 dias e será composto por representantes dos mais diversos setores, inclusive, como sugerimos, com representantes do Estado do Amapá.

Estou convencido de que este grupo de trabalho abrirá o caminho para a restituição das terras ao povo e ao Estado do Amapá, que tanto necessita delas para seu desenvolvimento.

Durante o discurso do Sr. José Sarney, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Moraes, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)

– Esta Presidência comunica ao Plenário, antes de conceder a palavra ao próximo orador, que a sessão conjunta anteriormente convocada para quarta-feira, dia 25 do corrente, às 10 horas, será realizada no plenário da Câmara dos Deputados, em vez de ser neste plenário, como havia sido marcada anteriormente.

Então, mantêm-se o dia e o horário, ou seja, a próxima quarta-feira, às 10 horas, só que no plenário da Câmara dos Deputados.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)

– V. Exª tem a palavra pela ordem.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem.) – Eu queria fazer a minha inscrição pela Liderança do Governo, na ausência do...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)

– V. Exª já está inscrita. Com a presença de V. Exª, há pouco, aqui na Mesa, já foi feita a sua inscrição.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)

– Senador Antonio Carlos Magalhães, tem V. Exª a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu só gostaria de

perguntar a V. Ex^a se essa sessão se destina à leitura da CPI sobre os Correios e Telégrafos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)
– Inclusive.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sobretudo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)
– Sobretudo. O expediente em geral, inclusive a leitura da CPI, se não for conseguida, pelo Governo, a retirada dos nomes.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Isso não existe.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)
– Concorde com V. Ex^a.

Com a palavra, o nobre Senador Marco Maciel; em seguida, o Senador Paulo Paim.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desejo registrar, para conhecimento do Senado Federal, eventos ocorridos na semana passada, no Rio de Janeiro, que dizem respeito ao Partido da Frente Liberal.

Como se sabe, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o nosso Partido é filiado à Internacional Democrata de Centro, hoje dirigida pelo ex-Presidente de Governo da Espanha, José María Aznar. E a Internacional Democrata de Centro – IDC, compreende uma série de partidos políticos, nos diferentes continentes, todos eles pertencentes a uma mesma matriz, a uma mesma família, ou seja, partidos que buscam fortalecer as instituições nos seus respectivos países.

E a realização da reunião da Internacional Democrata de Centro, no Rio de Janeiro, cujo Prefeito é César Maia, nosso candidato à Presidência, foi ocasião para que pudéssemos discutir, com a presença de lideranças políticas, não somente da Europa, da América do Sul e da América do Norte, mas também de representantes da África e da Ásia, questões políticas e questões institucionais. E diria que a ênfase, talvez a peça de resistência da referida reunião, foi o debate sobre a questão do populismo, que, infelizmente, é algo que ainda pervade o mundo democrático.

A propósito, devo lembrar que o Presidente do nosso Partido, Senador Jorge Bornhausen ofereceu à consideração do Plenário trabalho extremamente rico, intitulado “Democracia Versus Populismo*”, de cujo texto eu destacaria, de forma muito rápida, a seguinte afirmação:

“O populismo ameaça as nações como a primeira pandemia política do século XXI e reclama uma pronta e firme reação das democracias.

O fenômeno – *observa o documento* – ocorre no mundo inteiro. Em número cada vez maior de nações

surge e ganha corpo, já tendo alcançado o poder em algumas delas.

São movimentos vazios de conteúdo ideológico consistente, descomprometido com a racionalidade econômica, historicamente anacrônicos e explorando mitos de grande efeito midiático”.

Diria, Sr. Presidente, que esse novo populismo ou neopopulismo, de alguma forma, afeta o mundo inteiro. E verificamos, no desenrolar das reuniões, que ele já ocorre inclusive nos países do Leste europeu, ou seja, em países que se caracterizaram por viver longo tempo sob a cortina de ferro, marcados por ideologia extremamente radical. De alguma forma, esses países agora vêm surgir partidos que, na realidade, são de viés populista.

É lógico que o documento não ficou em uma simples análise, mas apresentou sugestões consideradas importantes para que se afirmasse uma linha de fortalecimento da democracia e de condenação ao populismo.

Entre as sugestões se estabeleceu:

“o estímulo à realização de estudos dedicados à caracterização do populismo existente em cada país; prioridade nas relações internacionais para os programas de educação, ciência, arte e cultura; estímulo ao intercâmbio, colóquios e trocas de experiências, inclusive na área editorial, com o uso intensivo da Internet; adoção de ações afirmativas de defesa da democracia, com a troca de experiência entre partidos democráticos, sem privilégios ou discriminação, em vez da falsa compreensão da pobreza ou de indigência das nações mais pobres pelas mais ricas, ou, sem sentido contrário, do sentimento de inferioridade das nações mais pobres; identificação das principais doutrinas atuais que se ocupam da crítica ao sistema democrático representativo e avaliação dos argumentos mobilizados”.

Então, Sr. Presidente, esse era o primeiro ponto a que gostaria de me referir. Esse encontro teve uma participação muito significativa tanto pelas personalidades presentes, como Wilfried Martens, da Bélgica, e Pier Casini, da Itália, como também pelo grande número de delegações de países da África, da Ásia, da Europa, da América do Sul e do México.

Devo também aproveitar a ocasião para dizer que, ao concluir essa reunião da Internacional Democrata de Centro, o Presidente Jorge Bornhausen colocou em discussão a questão do *aggiornamento* do Partido da Frente Liberal.

Como sabe V. Ex^a, Sr. Presidente, o Partido da Frente Liberal está completando vinte anos de existência. O PFL nasceu de um gesto histórico que tornou possível ao Brasil retornar à democracia.

Sem fazer um longo histórico, gostaria de lembrar que a nossa transição para a democracia assumiu um certo vulto com a posse do Presidente Ernesto Geisel, que buscou acelerar o processo de transição. Entre os fatos que cito para comprovar o que afirmo, menciono a Emenda Constitucional nº 11, de 1978, que revogou os atos adicionais e complementares.

Certamente não teríamos conhecido o reencontro com a democracia, não fosse o movimento histórico ocorrido entre 1984 e 1985, que permitiu a eleição de Tancredo Neves e José Sarney, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente da República. Movimento que tornou possível a convocação da Constituinte, que concluiu todo um processo de transição, criando condições para que começássemos a praticar efetivamente uma verdadeira democracia, uma democracia sem adjetivos, e mais, vivermos plenamente sob o Estado de direito, isto é, sob a égide de uma Constituição livremente discutida, votada e promulgada pelos representantes do povo.

E é natural que, ao completar os seus vinte anos de existência, o Partido se prepare para atualizar o seu programa e sua carta de princípios, porque vivemos tempos de grande aceleração histórica, mercê, inclusive, das grandes transformações que as tecnologias e o conhecimento das informações estão propiciando.

Em função disso, o nosso Partido deseja fazer um grande Congresso no dia 16 de junho.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Marco Maciel, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Ouço, em seguida, V. Ex^a.

Este Congresso terá como grande objetivo promover uma “refundação”, se assim posso dizer – essa é uma expressão muito usada na Espanha, estou trazendo para cá talvez um espanholismo –, do Partido, atualizando o seu programa e colocando-o em sintonia com a semântica dos novos tempos. Mesmo porque, quando nosso programa foi elaborado, o mundo era bem diferente. Por exemplo, não conhecíamos questões como as relativas à engenharia genética, não havia ainda Internet, só para dar alguns fatos mais significativos. E, com isso, o Partido se prepara também para oferecer uma proposta às eleições de 2006, que são muito importantes, pois se voltam não somente para renovar um terço do Senado Federal e a totalidade da Câmara dos Deputados, mas também a totalidade dos governadores, o Presidente e o Vice-Presidente da República.

Sr. Presidente, gostaria de mencionar, por oportuno, que esse trabalho de “refundação” do Partido está sendo feito de forma competente pelo Presidente Jorge Bornhausen, que designou uma comissão mul-

tidisciplinar que abriga, portanto, não somente Deputados Federais e Senadores, mas também cientistas políticos, economistas, sociólogos e especialistas no campo das relações internacionais. Essa Comissão concluiu agora um trabalho que será submetido à deliberação no dia 16 de junho. São dois os documentos já concluídos: um relativo à atualização do programa do Partido e outro para uma proposta com vistas a 2006. Esses programas estão concluídos e abertos, a partir de agora, ao recebimento de emendas. Esperamos, no dia 16 de junho, oferecer esse trabalho, após devidamente examinado, discutido e votado, à consideração da sociedade brasileira.

Com isso, o PFL continua se vertebrando – para usar uma expressão de Ortega y Gasset – como verdadeiro partido político, dando, portanto, uma contribuição valiosíssima à consolidação democrática no nosso País. Sob o ponto de vista institucional, gozamos, hoje, felizmente, ninguém poderá desconhecer, de total estabilidade.

Mas é necessário que continuemos avançando na prática da democracia, mesmo porque, como certa feita disse Milton Campos, a democracia começa no reino da consciência, assim como também poderíamos aplicar à estabilidade econômica. A luta contra a inflação não se encerra simplesmente com o Plano Real. Ela terá que continuar, certamente, com a prática diária que se faça, para que realmente possamos ter não somente uma sociedade verdadeiramente democrática mas, de outra parte, uma sociedade livre da inflação, que venha, conseqüentemente, criar condições para reduzir a pobreza e também fazer com que superemos as grandes desigualdades de renda que ainda marcam o tecido social brasileiro.

Sr. Presidente, não desejo encerrar as minhas palavras sem ouvir o Senador Mão Santa. Aproveito a ocasião para dizer que há um político que gostaria de mencionar neste instante, que muito contribuiu para consolidar esses documentos partidários oferecidos à consideração dos nossos correligionários. Trata-se do ex-Ministro Gustavo Krause, que foi Governador de Pernambuco, Deputado Federal e, por duas vezes, Ministro. A ele coube, por designação do Presidente Jorge Bornhausen, a tarefa de sintetizar as contribuições oferecidas e fê-lo de maneira muito precisa. Não posso, portanto, deixar de fazer um elogio a Gustavo Krause que, com o seu talento e a sua competência, ofereceu ao Partido textos que certamente nos darão condições de empolgar a sociedade brasileira.

Ouço o aparte de V. Ex^a, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Nobre Senador Marco Maciel, V. Ex^a tem uma vida e uma luta, mas entendo que essa questão de populismo e democra-

cia são palavras, conceitos. O povo foi às ruas e gritou: liberdade, igualdade e fraternidade! E caíram os absolutismos. Mas esse manto protetor que usamos – o Direito – está causando toda a injustiça. Onde está a igualdade, que foi o grito do povo, do populismo? O que vemos é a desigualdade, que não é aquela justiça, como Montaigne disse, é o pão de que mais a humanidade necessita. Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça. Cadê a igualdade? Sou mais Abraham Lincoln, que disse “É o governo do povo, pelo povo e para o povo”. E ele disse “Não faça nada contra a opinião pública que malogra, e tudo com ela tem êxito”. Eu acho que o povo está sendo sacrificado. Com as palavras mágicas ‘populismo’ e ‘democracia’, só há um sacrificado: o povo.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Nobre Senador Mão Santa, eu gostaria de fazer um breve comentário ao que disse V. Ex^a.

Na realidade, quando V. Ex^a falou em liberdade, certamente falou em democracia, porque, apenas em uma sociedade democrática, se vive a liberdade. V. Ex^a lembrou a tríade da Revolução Francesa: “*Liberté, égalité et fraternité*”. Eu começaria pela liberdade e diria que, certamente, a liberdade é gênero de primeira necessidade. Isso me faz lembrar aquela máxima de Dom Quixote para Sancho Pança: “*A liberdade foi o maior dom que os céus deram aos homens*”. Então, sem liberdade, não há democracia. Sem liberdade, portanto, não há condições para a convivência humana. E, obviamente, a partir da liberdade, os homens têm condições de se organizar sob a forma da democracia, regime político que permite, por intermédio da liberdade, a busca da igualdade.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Daí devermos ter a liberdade como princípio e a igualdade como fim, e, para que isso se viabilize, há necessidade de um processo, que deve ser o democrático. Assim, parece-me que o *link* entre a liberdade e a igualdade passa pela democracia.

Digo a V. Ex^a que o que o PFL está buscando fazer, com a participação de sua Comissão Executiva e também com a presença ativa das Bancadas, tanto na Câmara e no Senado, como nas nossas representações no Estado, um grande trabalho de fortalecimento, *aggiornamento*, preparação para que possamos melhor transmitir à sociedade aquilo que somos.

No Brasil, há uma carência muito grande de verdadeiros Partidos políticos. Não consigo ver uma sociedade verdadeiramente democrática sem Partidos políticos estruturados....

(Interrupção do som.)

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – A lei não exige que os Partidos tenham ideologia. A nossa Constituição exige que os Partidos tenham programas, idéias, doutrinas, ideário e não necessariamente uma ideologia. Precisamos de Partidos que tenham programa, proposta e que sejam, de fato, canais, elos de associação entre o Governo e o povo.

Por isso, de nossa parte, por meio do PFL, sob a Presidência do Senador Jorge Bornhausen, mas com a presença de políticos de nomeada – entre os quais, aqui vejo o Líder José Agripino, os Senadores Antonio Carlos Magalhães, César Borges, Efraim Moraes, Jonas Pinheiro, dentre muitos que aqui se encontram –, estamos todos nós, juntamente com nossas Bancadas, Governadores, Prefeitos, Vereadores, buscando dar ao País a nossa contribuição.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Assim fazendo, creio – mais do que creio, tenho certeza – que estaremos contribuindo para construir uma Nação que esteja atenta ao que o homem precisa: pão, espírito, justiça e liberdade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, ao Senador Antonio Carlos Magalhães. S. Ex^a dispõe de cinco minutos, prorrogáveis por mais dois.

Em seguida, pela ordem de inscrição dos oradores, concederei a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem quem assistiu ao programa de televisão **Domíngão do Faustão** deve ter ficado, como eu e minha família ficamos, extremamente emocionado com o trabalho da Dr^a Fernanda Bianchini realizado com os cegos no Rio de Janeiro.

Fernanda Bianchini levou para o Teatro Municipal de São Paulo um balé só com moças cegas. É fantástica a posição da Dr. Fernanda Bianchini, que, com o apoio de uns poucos, consegue reunir noventa pessoas sem visão que passam a distinguir as coisas, os fatos, a ponto de realizarem um balé da maior significação.

E o Governo não ajuda uma pessoa como essa! Faço um apelo ao baiano e amigo Gilberto Gil: que diminua um pouco os R\$9 milhões para melhorar as dependências do seu Ministério e arranje recursos para que essa mulher possa multiplicar, pelo País inteiro, esse trabalho magnífico.

Sr. Presidente, faço questão de que V. Ex^a envie, como estímulo do Senado Federal, estas minhas

palavras à Sr^a Fernanda Bianchini, assim como à TV Globo e ao programa do Sr. Fausto Silva.

É preciso realmente ser desumano para pagar US\$100 milhões, US\$150 milhões a *shows* de vários artistas e não se dar um vintém para um trabalho tão expressivo e tão lindo como esse.

Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que fique atento ao meu pronunciamento, uma vez que solicito a V. Ex^a que faça chegar essa parte do meu pronunciamento às mãos da Dr^a Fernanda Bianchini e à TV Globo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)

– V. Ex^a será atendido, nobre Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA) – É preciso estimular, e não deixar cair no vazio aquilo que de bom se realiza na cultura brasileira, e não é apenas o *reggae* e outros que vão fazer esta Nação crescer, mas um trabalho como este, que comoveu o Brasil inteiro que a ele assistiu. Portanto, não posso ficar silente nesta Casa, sem me manifestar claramente pelo meu aplauso.

A segunda parte do meu discurso, que nada tem a ver com a primeira, é para dizer do meu respeito ao Ministro Antonio Palocci. S. Ex^a, pela primeira vez, não está cumprindo a sua palavra. Escrevi-lhe sobre a crise do cacau e o financiamento para a cacauicultura, e S. Ex^a me disse que não podia resolvê-los naquele dia, mas que, uma semana depois, o faria. Já se passaram mais de três semanas. E S. Ex^a não me disse isso porque eu o tivesse provocado. Teve a gentileza de telefonar-me, em Salvador, para informar que ia resolver o assunto. Entretanto, até hoje, não resolveu o problema do financiamento para o cacau.

Peço ao Ministro Antonio Palocci que continue a ser o homem em que acreditamos e que não se misture com aqueles no Governo que não cumprem a palavra porque não são sérios. S. Ex^a é sério e, como tal, tem o dever não apenas de atender ao que é justo, mas sobretudo de não negar àqueles que estão necessitando e que já fizeram tanto pelo Brasil, como os cacauicultores da Bahia, os recursos indispensáveis para dar esse financiamento. É apenas adiar o pagamento.

Logo, Ministro Palocci, dirijo-me a V. Ex^a. Talvez V. Ex^a não me ouça, mas algum auxiliar seu deve estar me ouvindo. V. Ex^a não pode se constituir neste País em decepção, porque é V. Ex^a que sustenta esse desgoverno que está aí. Conseqüentemente, peço a V. Ex^a que cumpra a sua palavra com os cacauicultores da Bahia, e eu fui o intermediário disso. V. Ex^a me telefonou comunicando o fato, e já passaram três semanas sem que a palavra fosse cumprida, quando eram apenas sete dias.

Sr. Presidente, sei como este Governo está tonto. A ameaça de uma CPI já torna o Governo inteiramente

abalado, mas para ele ficar mais abalado ainda, quero dizer que há mais 26 assinaturas na Câmara dos Deputados.

De maneira que não adianta fisiologismo para retirar assinatura nem de Deputado nem de Senador, porque eles sabem o que devem fazer. E querer desmoralizar Parlamentar é querer fazer com que o Parlamento não tenha as condições mínimas de funcionar neste País. E é o Parlamento, é o Congresso, que tem uma de suas Casas presididas por V. Ex^a neste instante, que vai salvar o Brasil da catástrofe que se anuncia com este Governo do Presidente Lula. Conseqüentemente, por favor, Ministro Palocci, cumpra com a sua palavra!

O SR. PRESIDENTE (Senador Efraim Moraes. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, que disporá de 10 minutos com mais cinco de tolerância.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Efraim Moraes, Senadoras e Senadores, quero falar de dois assuntos na tarde de hoje. O primeiro deles, Sr. Presidente, é referente à PEC paralela, que foi definitiva para que esta Casa aprovasse a reforma da Previdência. Depois de um ano e meio, enfim, a Câmara vota, em dois turnos, a PEC paralela, e a matéria volta para o Senado da República, Senador Mão Santa.

Conversei muito, na semana passada, com o Senador Rodolpho Tourinho. E ele me disse que o seu relatório está pronto e que a PEC paralela pode vir para o plenário do Senado, que pode ser votada e que não voltaria para a Câmara dos Deputados.

Quero dizer, Sr. Presidente, que me sinto orgulhoso de ter colaborado com a PEC paralela, cujo Relator foi o Senador Tião Viana. A maioria dos Senadores que está aqui – eu diria que os 100% — votou a favor da PEC paralela. Ela se torna uma realidade. Ela garante paridade, subteto, integralidade, aposentadoria para a dona-de-casa e regra de transição. Eu diria que ela resolve a maioria dos problemas de milhares e milhares de servidores públicos.

Na semana passada, tivemos um encontro com mais de mil servidores públicos federais, que, por unanimidade, bateram palma, de pé, quando anunciamos que a PEC paralela seria votada antes do recesso de julho, se dependesse da vontade daqueles que se comprometeram com a sua aprovação.

Também estive, Sr. Presidente, em Porto Alegre, na Federação Estadual dos Servidores Públicos, e a recepção foi a mesma. Dizia eu: estive com o Senador Relator, e ele me disse que, se depender dele, a matéria que simboliza a vontade popular, construída no

Senado da República, será votada antes do recesso de julho.

Milhares estão na expectativa, esperando inclusive para encaminhar a sua aposentadoria.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Permite-me um aparte, Senador?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com enorme satisfação, Senadora Ideli, porque V. Ex^a trabalhou também muito neste tema para que efetivamente a PEC paralela se tornasse realidade.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senador Paulo Paim, tivemos todo o cuidado e realizamos um trabalho exaustivo aqui, no Senado, para fazer alterações que beneficiassem determinadas parcelas do funcionalismo público, principalmente aquelas que já estavam muito próximas da aposentadoria, a fim de que não houvesse um prolongamento na sua vida laboral. Muitos iniciaram a sua contribuição ainda muito novos e, portanto, o tempo de contribuição, somado à idade, acabaria criando mais uma vez um impedimento para vários segmentos do funcionalismo, que estariam já às vésperas de se aposentar. Uma categoria bem concreta, à qual tenho a honra de pertencer, é o magistério público, principalmente o estadual e o municipal. Na sua grande maioria, os funcionários iniciam o seu trabalho em sala de aula muito novos, com 18, 19, 20 anos. E aí, Senador Paim, estou também muito ansiosa para saber como será o parecer do Relator, porque uma das perguntas que todos fazem quando voltamos ao Estado, todos os que estão angustiados, é como é que vamos resolver o “pingue-pongue”. Ou seja, o que votamos foi alterado na Câmara. A matéria volta para o Senado, e nós a alteramos aqui, restabelecendo o que votamos. Como se resolve isso? O que é que vai valer? Como é que vamos poder votar e promulgar imediatamente os benefícios que já estão consagrados no nosso debate feito aqui e também na Câmara? Por exemplo: para cada ano a mais de contribuição, um ano a menos de idade. Isso não foi alterado na Câmara. Já houve duas votações: uma no Senado e outra na Câmara. Então, como vamos fazer para que isso entre imediatamente em vigor? Essa é a grande pergunta.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Essa é a famosa fórmula 95, da regra de transição, que foi consagrada por duas vezes – a Senadora colocou muito –, tanto na Câmara quanto no Senado.

Segundo me disse o Senador Rodolpho Tourinho, o que ele poderá fazer é alguma emenda supressiva. Votar-se-ia, então, o texto que contemplaria essa visão mais ampla que eu aqui citava, dos seis itens principais, entre eles a regra de transição. Por isso, estou com muita esperança de que finalmente a PEC paralela se torne realidade.

Sr Presidente, o segundo tema que me traz à tribuna...

Com satisfação enorme, Senador Ramez Tebet, ouço V. Ex^a.

O Sr Ramez Tebet (PMDB – MS) – V. Ex^a vai entrar no segundo tema. Quero apenas me solidarizar com V. Ex^a, que é o baluarte da PEC paralela juntamente com outros Senadores. Mas V. Ex^a é o que mais a cobra. Eu sei que ela será aprovada aqui, mas há muita gente já perdendo a esperança. Penso que deveríamos fazer coro com V. Ex^a. O Senador Rodolpho Tourinho, que é muito diligente, que apresente logo o seu relatório para que possamos liquidar de vez com a PEC paralela, que tanto esforço, tanto de V. Ex^a como de outros Senadores, e tanta dedicação consumiu. Isso é o que ameniza a reforma administrativa. Portanto, quero apenas realçar o trabalho de V. Ex^a e a necessidade de votarmos a matéria o mais rapidamente possível.

O SR PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Ramez Tebet. V. Ex^a foi um dos que condicionou o seu voto naquela reforma à aprovação da PEC paralela, como foi a posição do Senador Tião Viana. V. Ex^a foi o grande articulador, o que fez o relatório final.

Sr. Presidente, não posso deixar de falar também da famosa CPI dos Correios e quero, mais uma vez, deixar muito clara a minha posição.

A informação que me chega é a de que, até o momento, mais de 240 Deputados e 50 Senadores assinaram o requerimento para a instalação da CPI. O Supremo Tribunal Federal, por cinco votos – foi pedido vista, já aponta para a decisão de que a CPI dos Bingos seja instalada.

Ora, Sr. Presidente, eu me preocupo. Quando venho para a tribuna, faço-o para defender, é claro, o meu Partido e o meu Governo. No entanto, isso não significa fazer com que o foco do debate da CPI deixe de ser os envolvidos e passe a ser o PT, contra o qual não há nenhuma denúncia. Nas gravações anunciadas por toda a imprensa, quem é citado? Não vou citar nomes nem Partidos, mas, com certeza, não é o PT.

A CPI, conforme disse o Senador Renan Calheiros, será instalada na próxima quarta-feira, porque contempla o número necessário de assinaturas, ultrapassado em 70 na Câmara e em 25 no Senado.

Conversei com meu Líder, Delcídio Amaral, cujo posicionamento tem sido excelente, coordenando, articulando a Bancada e obtendo decisões coletivas. Ficam aqui os meus elogios a S. Ex^a. Também conversei muito com o Vice-Presidente da Casa, Senador Tião Viana. Ambos querem que esse debate ocorra, amanhã, na Bancada do nosso Partido. Conversei com os Sena-

dores Cristovam Buarque, Serys Slhessarenko, Eduardo Suplicy, Ana Júlia Carepa, enfim, com todos da nossa Bancada, e percebo neles a mesma vontade.

Ora nós, do PT, deveríamos estar na ofensiva e não na defensiva, porque não há o que temer por parte do Partido dos Trabalhadores e do Governo a que demos sustentação. Se houve algum escorregão ou equívoco por parte de integrante da base aliada, o responsável vai responder por isso.

Senador Cristovam Buarque, chego a dizer que não me sentiria com a consciência tranqüila se não desse oportunidade de defesa para aquele que foi citado e que assinou, dizendo: “Eu quero a CPI”. Como vou afirmar que ele não tem o direito de se defender, independentemente do seu Partido ou de quem seja? Quando assina, ele está pedindo: “Eu quero-me defender”.

Pretendo fazer esse debate de forma muito clara e muito tranqüila, não na defensiva, mas na ofensiva de quem tem a consciência tranqüila de que o PT não está envolvido em nada disso que, até o momento, foi anunciado. A mídia, em nenhum momento, cita o PT. Cita outros, mas não o Partido dos Trabalhadores.

Concedo o aparte ao Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PT – DF) – Senador Paulo Paim, apenas quero dizer, como petista que sou, que seu discurso é mais defensor do Partido dos Trabalhadores, hoje, a longo prazo, do que o outro discurso de ficar contra a nossa participação na viabilização dessa CPI. CPI não é bom para nenhum Governo, mas não fazer CPI por força do Governo pode ser muito pior. Tenho escutado muitas pessoas dizerem que, quando uma CPI começa, sabemos o porquê, mas, quando termina, não o sabemos. No entanto, CPI que não começa por pressão de Governo sabemos onde vai terminar: no descrédito do Partido e do Governo. O discurso de V. Ex^a é uma maneira acertada de defender o Partido dos Trabalhadores hoje e nos próximos 20, 30, 50, 100 anos que vai durar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Cristovam Buarque, agradeço o seu aparte.

Entendo que esse debate será aprofundado na Bancada amanhã, pela manhã.

Alguns dizem que os Partidos que hoje defendem a CPI tinham, no passado, a mesma tática de retirar assinaturas. Eu gostaria de lhes responder que não concordo com essa tática, com essa posição. Prefiro fazer um bom debate, num alto nível, no campo da ética, da Economia – pelo envolvimento do dinheiro público –, nos campos social e político também.

Qual é o problema? Se ficamos na defensiva, daremos a impressão de que os denunciados não são culpados e de que o responsável é o PT. Quem é denunciado, até que se prove o contrário, também não é culpado. É fácil fazer-se uma denúncia, mas não a sua comprovação. Quero dar oportunidade de defesa a quem, porventura, foi acusado, mas não é possível que, **a priori**, o PT torne-se o culpado porque, até o momento, não assinou o requerimento, embora nada comprove que esteja envolvido nas denúncias apresentadas.

Concedo o aparte, com satisfação, ao nosso Líder, Senador Delcídio Amaral.

O Sr. Delcídio Amaral (Bloco/PT – MS) – Meu caro Senador Paulo Paim, ouvindo as ponderações do Senador Cristovam Buarque e o discurso de V. Ex^a, acredito que, efetivamente, amanhã faremos uma avaliação, conforme consenso da Bancada obtido na reunião de quinta-feira. Houve uma reunião do Diretório Nacional do PT na segunda-feira, e, com certeza, dentro desse equilíbrio e dessa maturidade com que a Bancada do Partido analisa a questão, a reunião de amanhã será muito importante. Serão avaliados os fatos, o desenrolar de todos esses acontecimentos da semana e as orientações do Diretório Nacional, e será tomada uma decisão. Todos discutiremos. Todos os Senadores e Senadoras serão ouvidos, a fim de que fiquemos cada vez mais fortes no Senado Federal.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, após as palavras do nosso Líder, Senador Delcídio Amaral, encerro o meu pronunciamento, na certeza de que, amanhã, teremos um bom diálogo na Bancada, o que será determinante para o posicionamento do Partido dos Trabalhadores com relação à proposta da CPI dos Correios.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao nobre Líder do PT, Senador Delcídio Amaral.

S. Ex^a dispõe de cinco minutos, com dois minutos de tolerância.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Como Líder.) – Sr. Presidente, a minha fala será muito rápida.

Sr. Presidente, Sr^{tes} e Srs. Senadores, para mudar um pouco os temas que têm sido tratados ao longo desses dias, eu gostaria de abordar um estudo do Banco Mundial relativo à burocracia do Estado brasileiro.

O Senado Federal e a Câmara dos Deputados vêm colaborando decisivamente para reduzir a burocracia no Estado, uma herança que vem do Brasil colonial, a fim de eliminar obstáculos ao crescimento

do País. No ano passado, entre outras proposições, foram aprovadas a reforma do Judiciário e a nova Lei de Falências, duas áreas que merecem destaque em importante estudo elaborado por técnicos do Banco Mundial, que investiga o alcance e a modalidade de regulação, no sentido de fomentar ou restringir a atividade empresarial.

Em seu segundo ano de elaboração, o relatório do Banco Mundial compara o custo regulatório de fazer negócios em 145 países — da Albânia ao Zimbábue — e constitui relevante indicador do que precisa ser reformado para que as empresas invistam, gerem empregos e melhorem a produtividade.

O estudo apresenta informações em sete áreas pesquisadas: abertura de uma empresa; contratação e demissão de funcionários; registro da propriedade; obtenção de crédito; proteção dos investidores; cumprimento dos contratos e fechamento de uma empresa. Nessas áreas, é necessário e urgente que o Brasil apresente melhores resultados.

O empresário brasileiro despende 152 dias, em média, para cumprir todos os 17 procedimentos requeridos para abrir uma empresa. O tempo gasto é bem superior à média de 70 dias verificada nos países da América Latina e bastante distante da Austrália, país de melhor desempenho, no qual são necessários apenas dois dias. Um dos principais entraves apontados pelo relatório é a obtenção da licença do Corpo de Bombeiros e, caso necessário, de outros órgãos de fiscalização estaduais e municipais. Os indicadores mostram que essa licença, que é concedida em média no prazo de 120 dias, é o principal fator de demora no processo de registro de empresas. Para a redução desse prazo, é necessário aperfeiçoar a coordenação dos órgãos federais, estaduais e municipais na abertura de empresas. Além disso, é importante diminuir o número de procedimentos e reduzir a distância percorrida pelos requerentes do registro. Merece destaque a iniciativa do Departamento Nacional de Registro do Comércio, ganhadora do prêmio Hélio Beltrão de experiências inovadoras de gestão na administração pública federal, que criou o Centro de Atendimento Empresarial — Sistema Simples, em Brasília-DF, cuja idéia é reunir todos os órgãos envolvidos no processo de registro e legalização de empresas em um só local.

Outra área que dificulta o desenvolvimento do País diz respeito às regras trabalhistas. A rigidez da regulamentação laboral é apontada pelos especialistas em mercado de trabalho como fator de menor geração de novos empregos e de períodos mais longos de desemprego. O estudo do Banco Mundial classifica

o índice de regulamentação trabalhista em uma escala de 0 a 100. Quanto mais próximo do valor máximo, mais rígidas revelam-se as regras trabalhistas. São levadas em consideração, entre outras, questões como jornada de trabalho exigida, remuneração de horas-extras, pagamento de dias não trabalhados e procedimentos para a demissão. O índice do Brasil é de 72, bastante superior à média de 44 da América Latina, região na qual se destaca o Chile, um dos países de melhor colocação geral, cujo indicador, segundo o estudo, encontra-se na casa de 19. O aperfeiçoamento da legislação trabalhista é extremamente relevante e não pode deixar de ser incluído na agenda do Parlamento brasileiro.

Em algumas áreas, cumpre-nos destacar que o Brasil está em melhor situação, próxima dos países da OCDE. Quanto à obtenção de crédito, possuímos um sistema central de risco de crédito comparável aos melhores do mundo. A cobertura do serviço privado de proteção ao crédito é de 425 devedores para cada mil habitantes adultos, número próximo à média da OCDE, de cerca de 570. No quesito registro de propriedade, o seu custo no Brasil é mais baixo que nos países da OCDE (2% do valor da propriedade no Brasil e 4,9% nos países integrantes da OCDE), mas o número de dias gastos é maior (42 dias no Brasil e 34 nos países da OCDE). Devemos seguir o exemplo de países que reformaram seus procedimentos. Na Itália, a inscrição passou a ser eletrônica e se leva 27 dias para efetuar o registro, a um custo de 1,3% do valor da propriedade.

Um dos itens mais importantes do relatório citado é o funcionamento do Judiciário no que se refere ao cumprimento dos contratos celebrados entre credores e devedores. O tempo médio gasto no Brasil para execução judicial da dívida é de espantosos 566 dias, mais do que o dobro da média da OCDE, de 229 dias. Para melhorar esse número, é necessário reduzir a quantidade de recursos, ampliar o acesso ao Judiciário, reduzir seu custo e elevar o grau de efetividade do ordenamento jurídico. Para isso, torna-se indispensável a regulamentação da Reforma do Judiciário, com mudanças na legislação infraconstitucional. Recentemente, diversos países implantaram soluções práticas para reforçar o cumprimento dos contratos. A Finlândia instituiu os juízos sumários para cobrança de dívidas e o Chile limitou os recursos processuais.

O Parlamento brasileiro deu importante contribuição para reduzir a burocracia e o custo negocial no Brasil ao aprovar a nova Lei de Falências, que entrará em vigor em 9 de junho deste ano, tornando mais ágil o processo de recuperação das empresas, seja no âmbito judicial ou extrajudicial. O ultrapassado instituto da

concordata foi extinto e o processo falimentar ganha em celeridade e eficiência. O tempo gasto atualmente para concluir um processo de falência no Brasil é de catastróficos dez anos, segundo dados do Banco Mundial. A média nos países da OCDE é de cerca de 1,7 ano. E a informação que mais impressiona é a taxa de retorno da empresa insolvente – o que sobra para os credores após a conclusão do processo, que é de 0,2 centavos por dólar. Nos países integrantes da OCDE, a média é de 72,1 centavos por dólar.

O relatório do Banco Mundial apresenta dados para avaliar a economia em áreas consideradas chave, como produtividade, investimento, informalidade, corrupção, desemprego e pobreza. As informações são úteis para que o Parlamento brasileiro possa identificar as áreas em que o País se encontra atrasado e trabalhar para modificar o que precisa ser reformado. São medidas essenciais para incrementar a atividade empresarial e ampliar as oportunidades para toda a população.

Sr. Presidente, trago esses dados para a reflexão da Casa como um alerta. Estamos caminhando, avançamos em várias frentes, mas não podemos ignorar que, em muitas áreas, o País se encontra atrasado e precisamos trabalhar para modificar o que ainda precisa ser reformado.

São medidas essenciais para incrementar a atividade empresarial e ampliar as oportunidades de trabalho e emprego para toda a população.

Era o que eu gostaria de dizer e registrar nos Anais desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)
– V. Ex^a será atendido, nobre Senador.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

S. Ex^a dispõe de dez minutos.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela Liderança do Governo. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na sexta-feira, vivenciei duas situações que faço questão de registrar desta tribuna, com muita satisfação.

A primeira delas foi o anúncio da decisão do Presidente Lula e dos Ministros de regulamentar salvaguardas para a entrada dos produtos chineses. Essa pauta foi apresentada a partir da indústria têxtil do meu Estado, Santa Catarina. No dia 5 de abril, tivemos uma importante reunião com o Ministro Luiz Fernando Furlan; no dia 12 de maio, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, juntamente com os representantes da Embaixada chinesa, já trataram do assunto; e, na sexta-feira, a decisão saiu. Foi uma decisão madura, correta, precisa e importante para preservar os interesses de

vários setores produtivos brasileiros, tendo em vista a entrada significativa de produtos chineses.

A China é parceira estratégica neste momento. Contudo, temos que preservar os interesses dos setores produtivos e do emprego brasileiro. Portanto, parabeno a decisão. Vamos monitorar e acompanhar, de forma muito atenta, o desenrolar dos acontecimentos.

Em Santa Catarina, como em vários outros cantos deste País, essa decisão do Presidente Lula e dos Ministros é muito importante e foi muito bem vista.

Quanto ao outro acontecimento de sexta-feira, estive no Porto de São Francisco do Sul, dando início às obras da Agenda Portus. Trata-se do primeiro dos onze portos brasileiros incluídos na referida agenda que está começando a realizar suas obras. Fico muito feliz de as obras começarem exatamente por São Francisco do Sul, cidade que tem mais de 500 anos de existência e é um dos principais portos do nosso País, localizada no meu Estado. Provavelmente, o segundo porto a iniciar as obras será o de Itajaí, e Santa Catarina fica muito feliz com isso.

Na solenidade, tive a oportunidade, inclusive, de registrar para aqueles que esquecem e têm pouca memória que fazia exatamente 12 anos que não era disponibilizado um único tostão do Governo Federal para o Porto de São Francisco do Sul. Portanto, passaram-se alguns governos e no Governo Lula é que estamos tendo o compromisso de resolver o gargalo dos portos brasileiros, principalmente dos onze por onde passam 80% das exportações brasileiras.

Hoje pela manhã, assisti a algumas declarações que me causaram espécie e que faço questão de trazer para a tribuna. O ex-Presidente da República fez uma declaração bastante forte: “Essa gente cacareja sem parar e eu não estou vendo nenhum ovo” Primeiro, cacarejar e ovo são próprios de ave.

É bom falarmos a respeito dos ovos e dos cacarejos. Quando houve as comemorações da paternidade da Lei de Responsabilidade Fiscal, que foram comandadas pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, ele apontou o crescente pagamento de juros pelo Governo como o ponto mais crítico da administração Lula. Saiu a seguinte manchete na **Folha de S. Paulo**: “FHC ataca pagamento de juros do Governo Lula”. No entanto, os números desmentem, porque os gastos foram maiores na gestão do ex-Presidente Fernando Henrique:

De 1995 a 2000, União, Estados, municípios e estatais tiveram, juntos, gastos anuais médios com juros equivalentes a 8,8% do PIB (Produto Interno Bruto). Nos dois primeiros anos do mandato de Lula, a média caiu para 7,5%.

São dados publicados pela **Folha de S. Paulo**; não é nenhum boletim da Secretaria de Comunicação do Governo.

Outras declarações – não sei por que tudo está girando em torno de ave – estão nos jornais: “Em discurso, o ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso comparou a administração petista a “um peru bêbado em dia de carnaval”.

Primeiro, há alguma confusão, porque peru bêbado não se refere a carnaval. Na véspera de Natal, dá-se a cachacinha ao peru, para amaciar a carne. Então, ele já trocou as comemorações: coitado do peru! E, lá pelas tantas, diz: “espetáculo de demagogia, fisiologismo político e corrupção impune”.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Já vou dar-lhe o aparte, Senador Roberto Saturnino, com muito prazer.

O jornal **O Globo**, de domingo, publicou a matéria: “No rastro dos corruptos”. Em página inteira, mostra um mapa do Brasil e operações muito competentes da Polícia Federal em todos os Estados brasileiros. Nos dois últimos anos, a Polícia Federal prendeu 819 pessoas por fraudes que envolviam dinheiro público em todos os Estados do País. Todos! E não há para ninguém: quem é pego com a mão na botija é preso e processado.

Citarei alguns casos. Em Roraima, houve a Operação Gafanhoto:

(...) 53 presos, entre eles o ex-governador do estado Neudo Campos (...): apropriação de salários de servidores contratados ilegalmente. As denúncias recaíram também sobre o então governador Flamarion Portela, que, mais tarde acabou tendo o mandato cassado pela Justiça Eleitoral.

Ele tinha-se filiado ao PT; foi afastado, cassado e processado.

No Amapá, ocorreu a Operação Pororoca:

(...) 25 presos, entre eles o prefeito de Macapá, João Henrique (PT), o ex-senador Sebastião Rocha (PDT) e o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA). **Acusação**: fraude em licitações.

Eu poderia ler sobre todos os Estados, todos! Os 26 Estados mais o Distrito Federal, com operações da Polícia Federal.

A Sr^a Serys Slhessarenko (Bloco/PT – MT) – Permite-me V. Ex^a me um aparte?

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Além dos 819 presos por fraude, mais “415 pessoas já foram presas em operações da PF no período, no total de 1.234”.

Quero que quem está falando de peru bêbado, de cacarejar me mostre um mapa equivalente a este, nos oito anos do Governo anterior. Quero que me mostre um combate tão efetivo, feito pelas instituições do Estado, pelo Ministério da Justiça, pela Polícia Federal em articulação com a Receita Federal e a Controladoria-Geral da União. Este mapa enche de orgulho o Governo Lula, enche de orgulho o PT!

Portanto, a quem está achando que estamos com receio digo: temos o que mostrar. Este mapa, para nós, é um troféu, que nos enche de orgulho.

Mas basta virar a página: entre as 540 prefeituras, há corrupção em 408. E como foram descobertas essas 408 prefeituras? A partir do trabalho do Ministro Waldir Pires, da Controladoria-Geral da União.

Na devassa que fez em 540 municípios nos dois últimos anos, a Controladoria Geral da União (CGU) encontrou irregularidades graves na contabilidade de nada menos do que 408 prefeituras, o equivalente a 75%. Entre as fraudes mais comuns estão os desvios de verbas da merenda escolar, superfaturamento de obras e prestação de contas de serviços não executados.

A CGU, comandada pelo ministro Waldir Pires, detecta as irregularidades e envia as informações para o Ministério Público, as câmaras de vereadores e os Tribunais de Contas, entre outros órgãos de fiscalização.

Há município que já foi sorteado duas vezes, nas quais foi pego com a mão na botija. Então, como se diz que não há combate à corrupção?

Continuo a ler, na mesma página, sobre o enriquecimento de 70 servidores sob suspeita:

Os índices de corrupção também podem ser atestados no número de sindicâncias patrimoniais abertas pela CGU em menos de um ano. No momento, estão em curso 70 apurações de casos de servidores públicos que apresentaram sinais exteriores de riqueza incompatíveis com a renda declarada. A idéia da sindicância patrimonial surgiu no primeiro encontro nacional sobre lavagem de dinheiro, promovido pelo Ministério da Justiça no fim de 2003.

Antes, não se podia abrir sindicância. Foi o nosso Governo que promoveu a alteração, para torná-la possível e exatamente pegar aqueles servidores que enriqueceram ilicitamente no exercício do cargo.

No mesmo jornal de domingo, ainda se lê, sobre as ações do Ministério da Justiça. O Departamento

Nacional para Recuperação de Ativos Ilícitos, para combater a lavagem de dinheiro no Brasil, vinculado à Secretaria Nacional de Justiça, foi responsável pelo rastreamento e bloqueio de mais de US\$300 milhões.

São também medidas adotadas recentemente pelo nosso Governo, há menos de um ano. Então, não venham falar que não há combate à corrupção e ao crime organizado, que não estamos fazendo nada, que estamos paralisados, que estamos como peru bêbado.

Concedo um aparte ao Senador Roberto Saturnino, depois à Senadora Serys Slhessarenko, para então concluir o meu pronunciamento.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Senadora Ideli Salvatti, cumprimento V. Ex^a. Tenho, nas minhas mãos, a página do jornal **O Globo**, de domingo, que pretendia usar, para fazer os mesmos comentários – claro que com menos competência e brilho do que V. Ex^a. Por isso, cumprimento V. Ex^a. Aproveito para também introduzir, em seu pronunciamento, que é da maior importância, o artigo que saiu no **Jornal do Brasil** de hoje, de Mauro Santayana, um dos melhores jornalistas brasileiros, veterano e cujo caráter, seriedade e competência estão acima de qualquer julgamento, por unanimidade. Pois ele publica hoje, no **Jornal do Brasil**, um artigo chamado “Os grandes sertões”, em que comenta exatamente as críticas do Presidente anterior sobre o Presidente atual, de uma forma que acredito ser antológica. Queria também, se possível, que esse artigo figurasse no pronunciamento de V. Ex^a, pois é da maior importância.

A SR. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Solicito que o artigo do jornalista Mauro Santayana seja incorporado, na íntegra, ao meu pronunciamento.

Agradeço a V. Ex^a, Senador Roberto Saturnino. Ouço V. Ex^a, Senadora Serys Slhessarenko.

A Sr^a Serys Slhessarenko (Bloco/PT – MT) – Serei bastante breve, Senadora. V. Ex^a externa, com base em documentos, o que gostaria de falar sobre essa história da corrupção, sobre essa conversa. Parece que, de repente, tudo virou corrupção, como se tudo tivesse sido sempre o mais transparente possível neste País, como se tudo fosse claro. Trata-se da Polícia Federal de um Governo que prende, em dois anos, mais de 1.200 pessoas por corrupção. Ela prende! Essas pessoas estão na cadeia! E, se houver mais, tem-se de prender. Tem-se de vasculhar tudo. E isso é por determinação do Governo, do nosso Presidente da República. Isso tem de ficar claro, a população tem de saber, de conhecer e entender. Isso os meios de comunicação têm de colocar em manchete, têm de mostrar. Quando V. Ex^a diz que essa página é o nosso orgulho, ela realmente o é. Essa página é o nosso orgulho. Queremos que o passado de

oito anos, antes do nosso Governo, faça as suas páginas de dois em dois anos, mostrando realmente o que desvelou e o que desvendou em termos de corrupção, porque sabemos de muita coisa que existiu de corrupção, principalmente em relação às privatizações das empresas estatais do passado. E queremos que tudo isso venha à tona. O nosso Governo quer que tudo isso venha à tona. Parabéns a V. Ex^a pelo seu discurso e pelos dados que traz. Temos muito mais, com certeza, e temos que mostrar, para que realmente acabem com essa história dessas aves, principalmente dessa ave do bico pesado que caem e enterra o bico porque não tem força para ficar em pé.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço, Senadora Serys.

Já que tratamos de tantas aves, não deixemos de citar as aves de mal agouro, aquelas que estão aí para ver sempre aquilo que não viam antes e que vêm agora de forma tão clara. E, como eu já disse, não têm um troféu como este a apresentar, não têm um mapa de combate à corrupção de forma institucionalizada pelos instrumentos do Estado colocado a serviço do combate à corrupção, doa a quem doer.

Concluo com uma pequena notinha a respeito do combate à corrupção.

O Sr. Delcídio Amaral (Bloco/PT – MS) – Senadora Ideli Salvatti, V. Ex^a me permite um aparte rápido?

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pois não.

O Sr. Delcídio Amaral (Bloco/PT – MS) – Quero só fazer um registro, no meu ponto de vista, importante com relação ao Porto de São Francisco e aos investimentos que têm sido feitos principalmente em várias obras de infra-estrutura fundamentais para o País. Todos sabemos, ao longo dos anos, como a nossa infra-estrutura foi prejudicada: rodovias em péssimo estado, ferrovias sucateadas – e aí cito especificamente a ferrovia Novo Oeste no meu Estado, entrando em São Paulo e chegando até a cidade de Bauru. Felizmente, duas semanas atrás, tivemos a notícia da reestruturação da Brasil Ferrovias e, com isso, a reestruturação da antiga Novo Oeste; investimentos em portos, como o porto de São Francisco. O Governo se preparando efetivamente para recuperar o País na sua infra-estrutura básica, para garantir a competitividade da nossa produção. Com relação à postura do nosso Governo no que se refere à Polícia Federal, gostaria de salientar o trabalho exemplar e rigoroso que essa instituição tem feito por todo o Brasil. Operações absolutamente isentas, independentemente das pessoas envolvidas. Essa matéria do jornal **O Globo**, de ontem, mostra

categoricamente a ação desenvolvida pelo Governo do Presidente Lula contra a corrupção no Brasil. Parabéns a V. Ex^a pelo pronunciamento.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço o aparte, Senador Delcídio, Líder do nosso Partido e do Bloco de Apoio ao Governo.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Apenas mais um minuto, Sr. Presidente.

Duas linhas que estão numa das principais colunas de jornal de circulação nacional: “A idéia de ampliar a CPI está na gaveta da Oposição. E, se for levada adiante, qualquer licitação em curso, como as do setor elétrico e Petrobras, poderia ser atingida”.

Quem privatizou 76% do patrimônio público brasileiro e que não se conforma com isso não ter sido levado até às últimas consequências, como é o caso da Petrobras, poderá, com certeza, estar maquinando, estar se programando para, já que não puderam

privatizar, impedir aquilo que já tivemos a capacidade de consolidar, que é a perspectiva de termos a autonomia em petróleo já no ano de 2006.

Para quem anda em crise existencial sobre assinaturas, reproduzo uma frase que ouvi esses dias: há determinadas companhias, ou seja, assinaturas ao lado de determinadas assinaturas de certas personalidades que não ponho nem na lista telefonia, porque têm história, têm memória e têm lado. Determinadas situações políticas têm lado. Portanto, não padeço de crise existencial alguma. Sei de que lado estou e não estou ao lado de várias personalidades que têm uma história comprometida com o autoritarismo, com o desmando, com o desmonte e com a desestruturação do Estado brasileiro e do interesse do povo brasileiro.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SR^a SENADORA IDELI SALVATTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

COISAS DA POLÍTICA

MAURO SANTAYANA

maurosantayana@aol.com

Os grandes sertões

Fernando Henrique Cardoso, ao criticar o governo, em São Paulo, atribuiu-lhe a responsabilidade pela “sertanização” da política. Ao fazê-lo – já em plena campanha presidencial e incomodado pelo prestígio do governador Alckmin, ferido nesse encontro do PSDB –, revela velho preconceito de parte das elites paulistas contra o resto do Brasil. Felizmente, não é sentimento generalizado, e nem podia ser, uma vez que os paulistas devem muito de seu êxito ao trabalho, à inteligência e à cultura dos homens procedentes dos sertões. Se o alvo foi Severino Cavalcanti, o candidato estará assumindo alguma cumplicidade: afinal, todos sabem, em Brasília, como foi ponderável, e talvez decisivo, seu empenho em favor do candidato vitorioso à presidência da Câmara.

O ex-presidente tem motivos para sentir-se homem acima dos outros. Pelo nascimento e pela proteção das circunstâncias, pertence, desde criança, ao círculo dos escolhidos. Ao longo de sua carreira, Fernando Henrique soube conquistar os interlocutores, fossem eles os milhões de eleitores, fosse um só, no diálogo das articulações políticas. Assim, enganou o presidente Itamar Franco, que dele fez seu sucessor. Mas, neste momento, é provável que a vaidade intelectual do acadêmico lhe esteja perturbando o senso de oportunidade política.

Em primeiro lugar, o que ameaça a estabilidade institucional não é a “sertanização” da política, mas a insistência de certas elites (à direita e à esquerda) em manter a hegemonia de São Paulo sobre a União. Quando os “homens que contam” não procedem de São Paulo pelo nascimento, de São Paulo procedem pelos seus interesses corporativos.

Até mesmo como resultado de suas virtudes – que ali construíram um país rico, desenvolvido, com instituições de excelência em todas as áreas do conhecimento humano –, há claro descompasso entre a província de Piratininga e os outros estados. Dos amplos e bem ilumina-

resto do Brasil

dos gabinetes de sua capital é difícil ver os sertões. Mas é igualmente difícil, a essas elites, enxergar o Brasil nos aglomerados miseráveis e sangrentos de sua periferia – a poucos quilômetros da Avenida Paulista.

O ex-presidente, homem de vasta leitura, deve conhecer a advertência de Galileu: “muita sabedoria, muitas vezes quer dizer muita loucura”. O momento brasileiro é de tal maneira delicado que metáforas zoológicas desleais e agoureiras, como a de comparar o governo a um “peru bêbado” na véspera de Natal, em nada contribuem para o debate, que deve ser sério, entre os homens públicos. Há uma crise em andamento, mas não seria inteligente atribuí-la somente às hesitações do atual governo. Talvez fosse conveniente atribuir a crise não à hesitação, mas à firme determinação de continuar a política econômica que vem conferindo, desde o Proer, todos os benefícios ao setor financeiro, em prejuízo das atividades produtivas – como revelam os balanços dos bancos –, e tem concentrado o poder das decisões executivas em pequeno comitê de econometristas.

Exultam os tucanos e outros opositores com a realização da CPI sobre os Correios. Não pode, nem deve, o governo atual fazer o que sempre fez o do Fernando Henrique Cardoso, ao impedir a realização de CPIs sobre denúncias muito mais graves do que as atuais. É sempre bom recordar que um de seus primeiros atos foi o de extinguir Comissão Permanente, formada de cidadãos estranhos ao serviço público e de alta respeitabilidade, como os advogados Cândido Mendes e Modesto Carvalhosa, para receber e investigar denúncias de corrupção no Poder Executivo.

Voltando ao encontro de São Paulo, o candidato e ex-presidente Fernando Henrique não meditou bem o sertão. O sertão, no imaginário popular, é o espaço da bravura, do sacrifício, da fé e da honra. É a de Euclides, de Graciliano, de Glauber Rocha e de Guimarães Rosa que, com Riobaldo, nos diz que “o sertão é do tamanho do mundo”. Sendo assim, e nessa ordem de idéias, é bom “sertanizar” o Brasil.

Crítica de FH revela preconceito das elites paulistas contra o

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)

– Concedo a palavra ao nobre Senador José Agripino, pela Liderança do PFL.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)

– Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quero apenas solicitar que V. Ex^a conceda ao Senador José Agripino o mesmo tempo que concedeu à Senadora Ideli Salvatti. Nem é preciso pedir isso, porque sei que V. Ex^a é justo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)

– Senador Antonio Carlos Magalhães, a Mesa está bastante *light* na tarde desta segunda-feira. Prorrogaremos a sessão para que todos os Srs. Senadores inscritos possam fazer uso da palavra.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)

– Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pela ordem.) – Gostaria de solicitar a minha inscrição para falar, como Líder, logo após o Senador José Agripino.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)

– V. Ex^a está inscrito.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu estava em casa às 14 horas e alguns minutos, com uma gripe grande, Senador Ney Suassuna, febril como estou agora, e, grudado na TV Senado, assisti ao pronunciamento do meu queridíssimo amigo Senador Tião Viana, que foi líder do PT, figura afável, por quem tenho enorme apreço pessoal, como tenho pelo Senador Delcídio e pela Senadora Ideli. Ouvi o pronunciamento de S. Ex^a exibir a mesma coisa, a mesma folha que a Senadora Ideli acaba de exibir: a página três do jornal **O Globo**.

Senador Ney Suassuna, V. Ex^a conhece o dito popular que prega “atirar com pólvora alheia”? É o argumento que o Senador Tião Viana e a Senadora Ideli Salvatti usaram.

Senador César Borges, eu nem estava em condições físicas de vir a este plenário à tarde, porque teremos uma semana pesada, com leitura de CPI, e preciso me curar dessa gripe. Inclusive, o Senador Delcídio Amaral já me receitou um Diprosan. Espero que amanhã, Senador Ramez Tebet, eu esteja em ordem para nossas lides democráticas.

Mas, Sr. Presidente, vendo o Senador Tião Viana ler a página do jornal **O Globo**, como vi, e a Senadora Ideli Salvatti entusiasmada também lendo a mesma

página, animei-me a vir aqui para fazer algumas correções, algumas observações e colocar o meu ponto de vista.

Senador Jonas Pinheiro, estamos vivendo, de quinze dias para cá, o recrudescimento do debate em torno de uma coisa que é fundamental para a consolidação da democracia e das instituições no Brasil – e essa coisa se chama corrupção.

“Atirar com a pólvora alheia”. O jornal **O Globo** cita caso por caso, Estado por Estado, ações policiais investigando Estados, Municípios, pessoas; cita prisões, hipotéticas punições, mas não se trata de nenhuma investigação do Estado.

Senador César Borges, V. Ex^a foi Governador, assim como eu, e sabe que o que Governador diz é ouvido pelo Estado inteiro; da mesma forma, que o que o Presidente diz é ouvido pela Nação inteira, porque Governo existe também para dar o exemplo.

O que me preocupa é que aqueles que fazem o PT estão se vangloriando de ações policiais que não são tomadas de posição do Governo para se limpar a si próprio.

“Atirar com a pólvora alheia”.

A Senadora Ideli Salvatti disse, exibindo a página de **O Globo**, que aquela é a página do orgulho do Governo. Senadores Cristovam Buarque e Ramez Tebet, página do orgulho seria se a manchete de **O Globo** fosse: “Waldomiro, incriminado pela comissão parlamentar de inquérito, é preso e condenado a tantos anos de prisão” ou “O Governo finalmente capitulou e concordou em fazer a investigação dos seus próprios atos, de dolo praticado pelos seus”.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Aí, sim, a conversinha seria completamente diferente.

Senador César Borges, estive no Rio de Janeiro e no meu Estado nesse fim de semana. Há algo de que a Senadora Ideli Salvatti e o Senador Tião Viana não estão talvez se apercebendo: a indignação popular. Governo existe para dar exemplo.

Não sei se aconteceu com V. Ex^{as} o que aconteceu comigo. Tanto no Rio de Janeiro, como em Natal, quantas pessoas me perguntaram: “Mas o Presidente disse que era parceiro do homem que a **Veja** acusou? Parceiro em quê?” Outro me disse: “Mas o Presidente disse ‘olhem para minha cara’ – estava sorrindo – ‘e vejam o tamanho da minha preocupação’”. Só faltou dizer “olhem as rugas de preocupação na palma da minha mão”. Um escárnio, Senador Mão Santa, a uma preocupação que é do Brasil inteiro, com a corrupção. Isso causou profunda indignação.

O Governo não está nem aí para a investigação de seus próprios atos. O Ministro José Dirceu, em entrevista concedida a um jornal nesta semana, falou que as intenções da comissão parlamentar de inquérito são golpistas. S. Ex^a fala, Senador Antonio Carlos Magalhães, como se estivesse respondendo em nome de um Governo imaculado, que não pode ser acusado de nada, no qual estão tentando, vilmente, dar um golpe. Não é o Governo do Sr. Waldomiro, dos “vampiros”, da ONG Ágora! Não é o Governo do Presidente do Banco Central, com sigilo fiscal quebrado! Não temos o direito de investigá-lo, a bem de satisfazer uma ansiedade, uma expectativa da opinião pública do Brasil? Não é nossa obrigação fazê-lo? E o Ministro José Dirceu diz que a atitude é golpista! Como se tivesse autoridade para falar porque o Governo é vestal. Não é possível, Senador Ney Suassuna.

Concedo a palavra, com muito prazer, ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a, como sempre, é objetivo e sério. V. Ex^a não tem ataques de histerismo. V. Ex^a é sempre o mesmo homem: cavalheiro, educado. Está acostumado ao Parlamento e, por isso, debate dessa maneira. Não se incomode. Páginas de jornal, inclusive do jornal **O Globo**, tenho mais de 30 incriminando o Governo. São troféus que os jornais **O Globo**, **Folha de S. Paulo**, **O Estado de S. Paulo**, **Jornal do Brasil** – aqui citado – apresentam. São coisas de ontem e de anteontem. Se V. Ex^a quiser, amanhã trarei essas páginas ao plenário. V. Ex^a realmente está dizendo as coisas como devem ser. Foi citado o Ministro Waldir Pires, que até hoje não entregou o apartamento da Câmara dos Deputados que usou por mais de dois anos, sem pagar coisa alguma. Ele não se fiscalizou! Com que autoridade vai fiscalizar esse Governo corrupto? O Governo é corrupto mesmo! Eles já sabem disso, o Ministro José Dirceu sabe disso e Márcio Thomaz Bastos sabe disso. Se não soubessem, o Procurador-Geral Claudio Fonteles foi nomeado por quem? Pelo Presidente da República. Vejam quantas denúncias sobre este Governo o Procurador-Geral Claudio Fonteles já apresentou ao Supremo Tribunal Federal! Por isso, hoje, o Presidente tem horror e um medo tremendo do Procurador Claudio Fonteles, a quem não pede sequer para continuar no cargo. Senador José Agripino, continue assim: objetivo, mostrando que este Governo não tem autoridade. Sobre as pessoas que defendem o Governo, sabemos por que o fazem.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Antonio Carlos Magalhães,...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Se é para ler manchete de jornal – é importante ler manchetes de jornal –, posso pegar manchetes dos jornais **O Estado de S. Paulo** e **Folha de S. Paulo** de hoje, dentro da tese que eu defendo. O que está em tese no momento é o Governo investigar as denúncias feitas contra sua própria estrutura de agir, porque Governo existe – repito – para dar exemplo.

As investigações policiais Estado por Estado são coisas de rotina. Entretanto, tanto o caso Waldomiro como o caso Correios foram filmados e não têm nada de rotina. Dizem respeito a questões importantes, a grandes interesses da República. Eram os Correios, e agora é o Instituto de Resseguros do Brasil.

Manchete por manchete, vamos ler: **Folha de S. Paulo** de hoje: “Lula reduz comitiva e deixa ministros para conter CPI”. Querem outra? Manchete também da **Folha de S. Paulo** de hoje: “PT tenta fazer bancada retirar as assinaturas”. Querem ver outra? Manchete também da **Folha de S. Paulo** de hoje: “Planalto faz ‘operação-abafa’ para evitar CPI”. Querem outra? Manchete de **O Estado de S. Paulo** de hoje: “Corpo-a-corpo para barrar CPI”.

Manchete de jornal contra manchete de jornal. Entretanto, não interessa manchete de jornal, mas a apuração dos fatos; passar o Governo a limpo.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Mas são troféus também.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Nem quero falar em troféu, porque o troféu que desejo ver, na verdade, é corrupto na cadeia, pois isso, sim, é o que acaba com a impunidade.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Ouço, com muito prazer, o Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Certo estava o Senador Antonio Carlos Magalhães ao ressuscitar Afonso Arinos e dizer: Será mentira o órfão? Será mentira a viúva? Será mentira o morto da Aeronáutica? Será mentira o mar de lama? Senador, não são necessárias as manchetes, não. As capas de revistas – que, na minha infância e na minha juventude, apresentavam as mulheres –, todas as grandes revistas, trazem o mesmo tema: corrupção. É a cara do Governo, do núcleo duro. Isso é um mar de lama, de podridão.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Mão Santa, essas manchetes de jornal, as capas das três revistas semanais, para não citar outras – **Época**, **IstoÉ** e **Veja** –, só tratam do tema corrupção. As manchetes que acabo de ler tratam, especificamente, das tentativas do Governo em evitar a investigação.

Por último, agora, Sr. Presidente, e Senador César Borges, a imprensa me abordou sobre a tentativa que

está em curso, de o Governo ter o Presidente e o Relator da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. A primeira tentativa é retirar as assinaturas. Se não conseguirem, é esvaziar a sessão de leitura, na quarta-feira, da CPMI; se não conseguirem, é instalar e esvaziar as sessões; a quarta é eleger o Presidente, o Relator de um Partido só, de um lado só.

Para que CPMI? CPMI visa a estabelecer o debate, o que existe, por exemplo, na CPMI da Terra, que acabou de ser instalada e cujo Presidente é do PSDB do Senado e o Relator é do PT na Câmara. Para quê? Para que se estabeleça o contraditório. O Governo tem maioria na CPMI, mas é preciso que exista um documento para estabelecer o debate, a fim de que se possam auferir conseqüências.

Contra isso, eu já disse: se querem guerra, vamos à guerra.

Mas, se querem o debate democrático para fiscalizar o Governo ou atos do Governo ou empresas do Governo, vamos fazer a CPMI com moderação e com equilíbrio. A mim vai caber a responsabilidade de indicar os membros do Senado nessa CPMI. E vou ter o cuidado máximo de indicar pessoas com o perfil de equilíbrio, com tempo disponível para se dedicar às investigações, para não praticar injustiças, para fazer um trabalho equilibrado, porque é isso que a sociedade quer. A sociedade não quer fogos de artifício, não quer espuma, não quer manchete de jornal, mas quer culpado, se houver, identificado, para ir para a cadeia. Se não houver culpado, que se absolva pelas mãos de pessoas equilibradas, coerentes. E é isso que vou fazer.

Mas querer diminuir a ação da Oposição, entregando relatoria e presidência a um lado só? Essa não! Se tentarem, vão encontrar o PFL pela frente, para topar a parada, em nome da democracia e do direito das minorias.

Uma última palavra, Sr. Presidente, de cumprimento ao Senador Paulo Octávio, que, acusado, veio a esta tribuna hoje, no dia seguinte à circulação de uma revista em que ele é citado, para trazer, com elementos absolutamente irrefutáveis, a sua resposta. Entre outras coisas, disse S. Ex^a que sua empresa, que é acusada, está aberta e tem plantão, que lá há gente para responder a pergunta que quiserem, de jornalista que quiser. Disse que sua empresa está de portas abertas.

Aplausos, em nome do Partido, ao Senador Paulo Octávio, que, acusado, vem à tribuna e se coloca à disposição para os esclarecimentos que se fazem necessários.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)

– Antes de conceder a palavra ao próximo orador, prorrogo a sessão por mais 30 minutos, para que possamos ouvir todas as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que estão inscritos.

Também aproveito a oportunidade para parabenizá-lo, em nome da Mesa, Senador José Agripino, pelo seu aniversário na data de hoje. E, tenho certeza, esse é o desejo de todos os seus companheiros Senadores e Senadoras.

Como Líder, concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna por cinco minutos. Em seguida, falará o Senador Jonas Pinheiro; depois, usará da palavra o Senador César Borges.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Nobre Presidente, eu estava inscrito regularmente, mas foram tantos os Líderes que falaram, que tive de usar este artifício de também falar como Líder.

Já usei esta frase aqui várias vezes: o que faz um país é a solidariedade. O que faz um país é a igualdade entre todos os membros, todos os populares, todos os cidadãos desse país. O que faz um país é a existência de uma série de – não sei se é neologismo – ‘pertencimentos’, isto é, você pertencer a ele.

E, para esclarecer, cito como exemplo o inglês. Por mais que se estude o inglês, nunca se apercebe de todas as nuances da linguagem. E assim também acontece com o português. Um estrangeiro que chega aqui também fica perplexo, pois, quando se diz “pois não”, quer-se dizer “sim” e, quando se diz “pois sim”, quer-se dizer “não”. Nós, que pertencemos ao País, entendemos as nuances, os termos como estão sendo usados, se estão sendo ditos de gozação ou a sério, e assim por diante.

Tenho muito orgulho de ser brasileiro e de ser latino. Por isso, fico perplexo quando vejo alguns países do mundo fazerem uma legislação que deve valer no mundo todo. Outro dia, vi uma norma americana que deveria valer para o mundo todo. Fico, pois, perplexo, porque cada país tem a sua legislação e não pode aceitar ingerências. Mas o ditado popular diz “manda quem pode, obedece quem tem juízo”. Há países que pensam assim.

Sentir-se assim no mundo globalizado não é agradável. Imagine, Senador Mão Santa, sentir-se assim em seu país; sentir-se, em seu país, menos válido do que, por exemplo, um cidadão de outra região; sentir-se empurrado para um complexo de inferioridade, quando sabemos que não somos inferiores em nada; sentir-se empurrado para a condição de cidadão de segunda categoria. E venho me sentindo assim no meu

Brasil em relação às medidas que vêm sendo tomadas em relação, por exemplo, ao Nordeste.

Lembro-me do debate que tive aqui com o Senador Antonio Carlos Magalhães, quando estávamos discutindo sobre o Insa, o Instituto Nacional do Semi-Árido. A Bahia o queria por ter o maior semi-árido do Nordeste; nós também o queríamos. Discutimos muito sobre esse Instituto. Vários Estados queriam sediá-lo. Foi criado o Insa. Mas onde está a missão dele? Onde estão as verbas, as estruturas, os objetivos? Esqueceram-se deles; eles estão na geladeira.

E o que aconteceu com a nossa Sudene? Lembro, Senador Mão Santa, de como seu irmão tem orgulho de ter sido, e de ser, funcionário da Sudene. Ele dizia que não se podia trocar o nome. Quantas vezes, quando Ministro, eu ia lá e ele me dizia para voltarmos o nome da Sudene, a missão e o que ela fez pelo Nordeste.

Hoje, o que é a Sudene? Esqueceram-na; geladeira para a Sudene.

Promessas, temos muitas, mas, quando olhamos a realidade do tratamento, como é difícil! Como isso nos magoa! E vou dar um exemplo. Já falei isso aqui, nesta tribuna, e estou falando pela segunda vez, porque hoje me doeu de novo. Volto a falar, porque não é possível que não se mude esse tratamento.

Na Paraíba, há dois anos, houve uma enxurrada, chuvas em excesso. A cidade de Mulungu – que deve ter no máximo 3,5 mil casas – perdeu 1,9 mil casas. Campina Grande perdeu 300 casas. Faz dois anos que isso aconteceu, e, até hoje, a Prefeitura paga o aluguel para as pessoas que perderam as suas casas, porque o dinheiro destinado, por meio de medida provisória, para a construção das casas – e Campina Grande tinha direito a R\$1,8 milhão, o que não é muito, para construir 300 casas – não chegou. O dinheiro foi empenhado, mas não chegou. Há uma seca no Sul e no Sudeste, e, imediatamente, são mobilizados R\$430 milhões, que foram pagos.

Há uma diferença muito grande entre as secas do semi-árido e as secas do Sul. Não quero que deixem de dar o dinheiro para o Sul. Só quero que dêem a nós, nordestinos, o mesmo tratamento. Há dois anos, 300 famílias esperam as suas casas. O dinheiro foi empenhado, mas não foi pago. No mesmo ano em que houve uma crise – a seca é econômica –, saíram R\$430 milhões, e foram entregues por canais que não são os mais regulares da sociedade, porque são muito politizados.

Assim, mesmo fazendo parte da base do Governo, não posso deixar de vir protestar em nome do Nordeste, em nome da minha cidade, Campina Grande, e em nome de um terço da população que é tratada

como se fosse de segunda categoria. Na hora do voto, somos todos iguais; na hora dos deveres, somos todos iguais; na hora dos impostos, somos todos iguais, mas, na hora dos apercebimentos, das melhorias, não somos iguais.

Ouçó o Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Um líder da nossa geração, Ernesto Che Guevara, um médico como o Senador Papaléo Paes, disse “se és capaz de tremer de indignação por uma injustiça em qualquer lugar do mundo, és meu companheiro”. Quero dizer que V. Ex^a, com essa indignação pelo sofrimento do Nordeste, é realmente o grande Líder do PMDB de Ulysses Guimarães.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Obrigado, nobre Senador Mão Santa.

A minha indignação é esta: há dois anos, esse dinheiro está empenhado e não sai. Estamos pagando aluguel para 300 famílias, quando, no Sul, as coisas são muito mais rápidas e muito mais urgentes.

Era isso o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Ney Suassuna, o Sr. Efraim Morais, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ramez Tebet, como orador inscrito. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Jonas Pinheiro, como orador inscrito.

V. Ex^a terá dez minutos para fazer seu pronunciamento.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, semana passada, estava em missão na Antártida, quando houve aqui o alvoroço a respeito do desmatamento no Brasil. Achei exagerado tudo aquilo; porém, exagerado foi culpar o Estado de Mato Grosso e considerar seu Governador o grande esturador das florestas brasileiras.

Sr. Presidente, o Governador Blairo Maggi é um herói, e faz um extraordinário governo. Sabem V. Ex^{as} onde ele produz? A família Blairo Maggi produz em 150 mil hectares. Dez mil hectares de sua produção estão em Itiquira e em Rondonópolis, desde 1975. S. Ex^a fundou o Município de Sapezal, onde a família planta 60 mil hectares. A família arrendou do Sr. Olacyr de Moraes, na fazenda Itamarati, 50 mil hectares. E o Governador planta em Querência, em uma fazenda que comprou chamada Tanguro, 28 mil hectares.

Pois bem, essa família há dez anos não avança nenhum hectare no cerrado mato-grossense. Há dez

anos não desmata nada. Essa família também não tem uma propriedade sequer e não tem um hectare de área desmatada em floresta. O Governador não planta em floresta, Senador Mão Santa, apenas em cerrado. S. Ex^a não tem nenhuma área plantada sem a devida autorização do Ibama, o órgão competente.

Portanto, tudo que se falou no mundo, no Brasil e nesta Casa em relação ao Governador Blairo Maggi foi exagero. Isso não tem sentido para quem trabalha como a família do Governador Blairo Maggi.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)

– V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Com prazer, ouço V. Ex^a, eminente Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)

– Senador Jonas Pinheiro, todos conhecem a atuação do político e, principalmente, do empresário Blairo Maggi, e todos são unânimes em reconhecer a situação política que ele tem, graças ao trabalho que tem realizado. V. Ex^a jamais, com o seu passado, com a sua luta, principalmente no setor da agricultura, onde ninguém o supera, apoiaria um Governador que não tivesse excelentes condições para governar o seu Estado. Estou inteiramente solidário a V. Ex^a.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Magalhães, nosso grande líder. Esta Casa conhece o conceito que tem o Governador Blairo, que foi Senador da República, passou uma temporada junto com os Senadores na legislatura passada.

Tenho em mãos uma nota de esclarecimento do Governo do Estado de Mato Grosso, para que o mundo, a Nação e esta Casa tomem conhecimento e fique bem registrado, sobre o que Blairo Maggi está fazendo em relação ao meio ambiente no Estado.

Passo a ler a nota:

Com relação ao noticiário veiculado pela imprensa nacional e internacional referente à divulgação, pelo Governo brasileiro, dos índices de desmatamento na Amazônia no ano de 2004, o Governo do Estado de Mato Grosso tem a esclarecer o seguinte:

- 1 – o Governo de Mato Grosso não se responsabiliza pelo desmatamento na Amazônia. O Governo do Estado responde apenas pelo que acontece dentro do território de Mato Grosso e nas áreas sob sua responsabilidade no tocante à fiscalização;
- 2 – no que diz respeito à legislação ambiental, deve-se esclarecer que as áreas menores de 300 hectares são de responsabilidade do Ibama, órgão fiscalizador do Governo Federal. No ano de 2004, considerando áreas de até 300 hectares, portanto de responsabilidade do Ibama, a quem

competete proceder o licenciamento, foram desmatados 748 mil hectares.

- 3 – já com relação às áreas maiores que 300 hectares, de responsabilidade do Governo de Mato Grosso, foram desmatados um total de 890 mil hectares. Desse montante, 400 mil hectares foram desmatados de forma legal, ou seja, com o devido licenciamento. Os 490 mil hectares restantes foram desmatados sem licenciamento ambiental, e a resposta do Governo de Mato Grosso se deu com a autuação e multa dos proprietários ou responsáveis;
 - 4 – em 2004, foram lavrados 755 autos de infração, gerando multas no valor de R\$77 milhões (aproximadamente US\$ 30 milhões). Isso corresponde a uma área de 464 mil hectares. Portanto, 94,8% dos desmates ilegais foram autuados e multados [pelo Governo do Estado por meio da sua Fundação Especial do Meio Ambiente];
 - 5 – quando o Governo Blairo Maggi assumiu a administração estadual, apenas 1.587 propriedades rurais do Estado possuíam licenciamento ambiental. Na atual administração, ou seja, de 2003 a maio de 2005, 4.793 propriedades foram licenciadas, o que evidencia um maior monitoramento e controle do processo de ocupação das áreas. Atualmente, estão licenciados 15 milhões de hectares, dos quais 11,1 milhões foram licenciados [portanto, de forma legal] pelo Governo Maggi;
 - 6 – o sistema de monitoramento utilizado pelo Estado de Mato Grosso é um dos mais modernos do país, utilizando-se de imagens de satélites georeferenciadas, o que permite um controle mais eficaz e rigoroso do desmatamento. O referido sistema teve sua eficiência reconhecida por instituições como o Banco Mundial;
 - 7 – as ações do Governo de Mato Grosso no tocante à questão ambiental têm-se pautado pelo estrito cumprimento da legislação em vigor, considerada uma das mais rigorosas do mundo;
 - 8 – foi protegido e monitorado pelo licenciamento ambiental em Mato Grosso em 2004 o montante de 3,73 milhões de hectares e foram criados dois novos Parques Estaduais, com área total de 116 mil hectares.
- Pasmem, agora, com o item 9, que é para tirar de Mato Grosso a pecha de ser o grande desmatador da Amazônia:
- 9 – o volume de desmatamento em Mato Grosso foi 2% menor em 2004 em comparação com o ano de 2003, enquanto na Amazônia Legal, que inclui outros estados, registrou um crescimento de 6%.

Portanto, prezados Senadores e Senadoras, Mato Grosso e o Governo Blairo Maggi não têm nada a ver com isso.

Sr^{as} e Srs. Senadores, existe uma medida provisória...

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Senador José Agripino, vou falar somente da medida provisória para dar o aparte a V. Ex^a, que deve estar ansioso, e com muita razão, para chegar a sua residência e comemorar com seus familiares mais um ano de vida.

Desde junho de 1996 – portanto, não neste Governo, mas no Governo Fernando Henrique Cardoso –, existe uma medida provisória irreal, que não pode ser cumprida.

Desde 1934, passando pelo ano de 1965, o Brasil possuía um Código Florestal conhecido e respeitado por todos os proprietários de terra.

Essa medida provisória, da lavra do Conama – e apenas do Conama – mudou a legislação de forma imprópria. Hoje, quem é proprietário, seja na Amazônia, seja no Sul ou no Nordeste, está sendo extremamente prejudicado. Trata-se de uma medida provisória irreal, sem sentido de existir. Não há como cumpri-la.

E muito mais, Senador José Agripino, existem proprietários que estão desmatando de propósito. Sabem que não é uma lei, apesar de ter força de lei, e estão desmatando para ter direito adquirido no futuro. Quando compraram as propriedades, à margem de suas escrituras, lá no cartório de imóveis, estava averbado que iriam utilizar 50% da mata e deixar 50% preservados. A medida provisória diz, sem respeitar o direito adquirido, que só se pode desmatar 20%; os demais 80% não podem ser mexidos. Isso é apenas um detalhe.

No sul do País, o Ministério Público já está autorizando a retirada dos pequenos produtores que estão à margem dos córregos. A lei exigia que ficassem a cinco metros da margem do córrego. A medida provisória irreal diz que não pode ser cinco metros, que tem de ser trinta metros. Agora, querem que, à margem da escritura, dentro dos trinta metros, derrubem casas, indústrias, canaviais, tudo. É uma medida provisória irreal.

Pois bem, prezados Senadores, essa medida provisória é responsabilidade nossa. Temos de votá-la. Ela já foi votada na comissão especial, própria para as medidas provisórias, na forma antiga de votação.

Hoje, Senador Antonio Carlos Magalhães, nosso coordenador para resolver o problema da votação das medidas provisórias, há uma enorme responsabilidade a respeito das 52 medidas provisórias que estão no

limbo, que não foram votadas, entre as quais essa sobre a qual, hoje, eu e o nosso Líder, Senador José Agripino, falamos com o Presidente da Casa, Senador Renan Calheiros. Pedimos a S. Ex^a que chame a si essa MP e coloque-a em votação, para que tenhamos leis adequadas, leis que mereçam a fé e o apoio do povo brasileiro. Sem isso, a solução para a questão do desmatamento permanecerá nesse marasmo em que se encontra.

Concedo um aparte, com muito prazer, ao Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Jonas Pinheiro, o pronunciamento de V. Ex^a é esclarecedor e, do ponto de vista do interesse nacional, patriótico e importante. Esclarecedor, por quê? O Governador Blairo Maggi, que já foi Senador, esteve conosco aqui durante bom tempo e deixou uma boa imagem nesta Casa do Congresso, foi acusado recentemente de ser o vilão da Amazônia. Quem não o conhece e leu a matéria tem Blairo Maggi como o vilão da Amazônia. Não tivesse ele as palavras de V. Ex^a neste plenário para esclarecer que Blairo Maggi planta e emprega um mundo de gente, não em mata, mas em cerrado, ele ia ficar como o vilão pessoal e o vilão do Estado. Além de vilão pessoal, por ser um desmatador profissional, seria entendido como um Governador libertino, que pactua com a presepada, que permite que o desmatamento ocorra indiscriminadamente no Estado que governa. Mas teve a palavra de V. Ex^a, que todos conhecem e sabem que o que diz é medido, pesado e contado, que V. Ex^a não é homem de bravata, nem de exagerar fatos, e fica o assunto esclarecido.

(Interrupção do som.)

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Cumprimento V. Ex^a, inicialmente, pelo esclarecimento que traz à Casa sobre a figura de Blairo Maggi, que é um grande brasileiro, um grande empregador, um produtor que absorveu tecnologia de ponta, que construiu porto particular, que exporta para o mundo todo e que gera divisa e emprego para o Brasil. É exemplo de brasileiro. Em vez de vilão, ele é exemplo de brasileiro. O segundo ponto, a questão da MP do Código Florestal, faz nove anos que essa matéria tramita pelo Congresso. Chega! Essa é uma matéria que o Senador Antonio Carlos está tratando com muito carinho no disciplinamento do encaminhamento das MPs. Está na hora de encontrarmos um caminho para obrigar a votar as MPs que estão em tramitação – que é o caso desta –, para que esse tipo denúncia que foi feita – e tem que ser feita, porque temos que defender, realmente, a ecologia no plano nacional...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – ... mas temos que ter instrumentos de aferição e o instrumento de aferição é o Código Florestal, que tem que ser votado, sim senhor. E V. Ex^a, em muito boa hora, traz o alerta patriótico. Parabéns e cumprimentos pelo alerta e pelo esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP. Fazendo soar a campainha.) – Senador Jonas Pinheiro...

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Concluo, Sr. Presidente, repetindo: a família do Governador Blairo Maggi – porque ele está afastado dessa atividade – planta 150 mil hectares. Nenhum hectare em floresta. Há dez anos, não abre nem cerrado e não tem nenhuma área sem licença ambiental. Só para dar exemplo, ele comprou uma Fazenda chamada Tanguro, em Querência, que tinha 28 mil hectares de pastagem depredada e abandonada. A família de Blairo Maggi não usou nenhum hectare daquele cerrado que não estava desmatado. Ela usou exatamente aquela área que estava já utilizada, já aberta, sem a devida utilização.

Por isso, Sr. Presidente, eu acho que, nesses dez ou doze minutos, pudemos esclarecer à Nação e principalmente a esta Casa, para que não fiquem mal informadas, a respeito do trabalho do grande Governador Blairo Maggi no Estado de Mato Grosso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 553, DE 2005

Requeremos, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do Sr. Antonio Roberto Pelegrino, médico e jornalista, ocorrido no dia 23 de maio de 2005:

- a) inserção em ata de voto de profundo pesar;
- b) apresentação de condolências à família; e
- c) Associação Bahiana de Imprensa.

Sala das Sessões, 23 de maio de 2005. – Senador **Antonio Carlos Magalhães** – Senador **Eduardo Suplicy**.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – A Mesa encaminhará o voto de profundo pesar solicitado.

Solicito ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães que assuma a Presidência, nos termos do §4º,

do art. 46, do Regimento Interno, em virtude do fato de o Senador Efraim Moraes usar da palavra neste momento.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Tenho impressão de que o Senador Mão Santa é mais velho do que eu.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Convido, então, o Senador Mão Santa.

Senador Jonas Pinheiro, solicito a V. Ex^a que assuma a Presidência, nos termos do §4º, do art. 46, do Regimento Interno.

Concedo a palavra ao nobre Senador Efraim Moraes.

V. Ex^a dispõe de dez minutos para o seu pronunciamento.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, concordo com o Senador Antonio Carlos Magalhães: temos de acabar com essa história de que cabelo branco é sinal de velhice. Acredito que o Senador Mão Santa realmente seja um pouco mais idoso do que V. Ex^a.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, creio que nunca foi tão fácil fazer parte da Oposição neste País. A Oposição está muito bem servida de matéria-prima, que, desde o primeiro dia do Governo petista, jorra aos borbotões do Palácio do Planalto e das demais instâncias do Executivo.

Sr. Presidente, não é mais com espanto que a sociedade brasileira assiste aos achaques do PT quando o assunto em pauta é a abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito. De fato, a mascaragem moral do Governo Lula parece ter seus dias contados. A CPI dos Correios veio, de uma vez por todas, descortinar a frágil fachada impoluta do PT, cuja Bancada não cessa de, a todo custo, barrar sua realização sob alegações as mais reacionárias. E isso acontece no exato momento em que acusações de corrupção da máquina administrativa batem insistentemente à sua porta.

As declarações do eminente Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, e, hoje, do Ministro José Dirceu, segundo as quais as elites brasileiras haveriam de estar tramando a desestabilização do País, são de um descabimento atroz, somente justificável na mente de quem procura chifres expiatórios em cabeça de cavalo. Eu diria que, lamentavelmente, essas declarações foram um verdadeiro tiro no pé do Senador e do Ministro. Não significa isso outra coisa senão o reconhecimento do descontrole, do descaminho e das graves inconsistências do Governo Lula.

Não por acaso, Sr. Presidente, solicito sejam registradas na íntegra e transcritas nos Anais desta

Casa as palavras do articulista político da **Folha de S.Paulo**, Clóvis Rossi.

Em uma das partes, Clovis Rossi definiu a reação virulenta do Senador Aloizio Mercadante como simplesmente ridícula! E mais, cito Rossi na coluna da última sexta-feira, dia 20:

Para ganhar o panteão mundial de tolices, o Mercadante poderia ter acrescentado que a conspiração que só ele vê está sendo financiada pelos grandes banqueiros, insatisfeitos com o maná do céu que é para eles o Governo do PT”.

Numa ironia que lhe é bem particular, Rossi, para arrematar, ainda alfineta: “segundo a visão do agudo analista Mercadante, grandes banqueiros são do andar de baixo, jamais da elite”. Na verdade, ao vender a pose de campeão mundial da ética na política, o PT se vale das mesmas e velhas práticas das operações-abafa da política brasileira. Ora, a exposição das vísceras da corruptível burocracia estatal não deveria, em hipótese alguma, ser considerada uma ameaça às instituições de um País, mas sim um imprescindível serviço ao seu melhor funcionamento.

Por detrás de tudo, o Brasil assiste a uma invasão inédita de nomeações políticas em áreas estatais, mormente estratégicas, com enorme perda de eficiência administrativa. No rastro, a partidarização do Estado adquiriu dimensões jamais registradas. O resvalo para o desvio de conduta e para a corrupção é, indefectivelmente, o passo seguinte.

Sr. Presidente, longe de ser uma mera denúncia inspirada em disputas políticas, o imbróglio dos Correios tem sido objeto de investigação não somente do Ministério Público como também da Polícia Federal e da Abin.

Sr. Presidente, pergunto a V. Ex^a se está encerrada a sessão, já que passamos das 19 horas.

Durante o discurso do Sr. Efraim Moraes, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jonas Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. PFL – MT) – Sr. Senador, a determinação anterior foi no sentido de que a sessão seria prorrogada por trinta minutos.

Como já são 19 horas e passados os trinta minutos da prorrogação, vamos prorrogar ainda agora a sessão por mais quinze minutos a fim de que V. Ex^a conclua o seu pronunciamento.

Temos ainda inscritos os nobres Senadores Ramez Tebet, César Borges, Eduardo Suplicy e, já agora, inscrito como Líder, o Senador Aloizio Mercadante.

Portanto, não havendo objeção do Plenário, prorrogaremos a sessão até que o último orador inscrito faça uso da palavra.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. PFL – MT) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, proponho que V. Ex^a prorrogue a sessão para que todos aqueles que estavam inscritos e que efetivamente não tiveram direito ao uso da palavra possam fazê-lo. Não entendo bem essa sequência, de vez que a lista não é obedecida. Então, que todos tenham o direito a falar: os Senadores Ramez Tebet, Eduardo Suplicy, agora, o Líder Aloizio Mercadante e eu.

Estamos inscritos e aguardando pacientemente a tarde inteira. Chegam os Srs. Líderes, e a lista não é seguida, não é obedecida. Então, advogo que todos os que estão aqui para falar – e queremos falar – falem; que seja prorrogada a sessão; que o Senador Efraim Moraes tenha tempo para concluir normalmente o seu pronunciamento; e que, depois, seja dado seguimento à lista de oradores, fazendo uso da palavra aqueles eventualmente inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. PFL – MT) – Vamos continuar ouvindo todos os inscritos até as 20 horas. Possivelmente não precisaremos prorrogar por mais uma hora – espero que não, desde que todos respeitem o tempo.

De qualquer sorte, fica prorrogada a sessão até as 20 horas para que todos tenham oportunidade de falar.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, parabeno-o pela decisão.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. PFL – MT) – Com as escusas da Mesa, devolvemos a palavra ao Senador Efraim Moraes.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, para cooperar com a Mesa, peço que o meu discurso seja dado como lido. A idéia do nosso discurso já foi traduzida, concluindo pela necessidade de instalação de uma CPI, que será, efetivamente, realizada. Inclusive, a Mesa já convocou reunião conjunta, a realizar-se no plenário da Câmara dos Deputados, na próxima quarta-feira, às 10 horas, para a leitura do requerimento de instalação e a indicação dos membros.

V. Ex^a mesmo presenciou quando o próprio Líder do PT, o nosso querido companheiro Delcídio Amaral, disse da necessidade de mostrar a posição do seu partido. Desejamos que esse seja realmente o entendimento de todos os que fazem esta Casa, não só as Oposições, mas a própria Base do Governo queiram

passar a limpo as questões dos Correios, do Waldomiro e tantas outras.

Se não há envolvimento dos Partidos “a”, “b” ou “c”, nós, que formamos o Congresso Nacional e somos homens e mulheres públicos, precisamos saber quem são os responsáveis pelos escândalos e pelos desvios que vêm acontecendo na atual administração.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO
SR. SENADOR EFRAIM MORAIS.**

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, creio o que nunca foi tão fácil fazer parte da Oposição neste País. A Oposição está muito bem servida de matéria-prima, que, desde o primeiro dia do Governo petista, jorra aos borbotões do Palácio do Planalto e das demais instâncias do Executivo.

Os discursos atrapalhados do Presidente da República são apenas um dos inúmeros exemplos da confusão que se instalou no Palácio do Planalto. Os jornalistas andam rindo para as paredes com a quantidade historicamente inédita de anedotas originadas pelos improvisos do Presidente.

Embora tragam consigo o risco de causarem, no pior dos cenários, um incidente internacional, os improvisos do Presidente Lula ainda não provocaram muita coisa além de um ou outro artigo nos jornais e nas revistas. Outras atitudes – ou ausência de atitudes – do Governo Lula, contudo, são bem mais sérias, são bem mais graves, e podem comprometer em definitivo o pouco de legitimidade que ainda resta ao Governo do PT.

Quero referir-me, inicialmente, à inércia do Palácio do Planalto na investigação e na punição de indivíduos e grupos envolvidos em denúncias de corrupção. O caso mais célebre, envolvendo o ex-assessor do Palácio do Planalto Waldomiro Diniz, ainda não recebeu a investigação em profundidade demandada por um caso dessa gravidade.

O mesmo pode ser dito do suposto financiamento eleitoral que o Partido dos Trabalhadores teria recebido do grupo guerrilheiro das FARC. Sorrateiramente, o Governo vai varrendo casos como esses para debaixo do tapete, apostando na morte lenta e no desaparecimento das denúncias.

Ledo engano, Senhor Presidente! A Oposição está atenta. Este meu pronunciamento é prova de que esses fatos não foram esquecidos. Queremos ver essas histórias esclarecidas em todos os seus detalhes. Só estaremos satisfeitos quando os culpados, se existem, receberem o tratamento que merecem.

Na mesma rubrica, podemos contabilizar o engavetamento de CPIs, prática na qual o Governo Lula vem

se empenhando com afinco, vide o estrangulamento da CPI do caso Santo André e da CPI dos Bingos.

Em outras palavras, Senhoras e Senhores Senadores, o Governo Lula está se tornando um excelente **abafador de casos**. Quanto a isso, precisamos tirar nossos chapéus. Os melhores esforços dos assessores do PT – que são muitos; não os esforços, mas os assessores – estão todos voltados para atividades dessa natureza. Nisso, eles estão se revelando mestres e doutores.

Eu me pergunto, inclusive, o que teríamos conquistado neste tempo de Governo petista, caso todo esse esforço fosse canalizado para a solução dos reais problemas do País. Pois, à inércia nas investigações de corrupção, une-se um outro tipo de inércia tão censurável quanto aquela: a imobilidade absoluta do PT no que diz respeito à execução dos tão necessários programas sociais.

O Fome Zero, com pouco mais de dois anos, continua sendo um belíssimo conto de fadas. O entusiasmo demonstrado na campanha e nos primeiros dias do mandato de Lula virou pó. A maior bandeira do então candidato Lula continua a ser apenas isso, uma bandeira, que – felizmente para Sua Excelência e infelizmente para os brasileiros – ainda poderá ser aproveitada na campanha pela reeleição.

Outra promessa de campanha que poderá ser requeitada é a da criação de dez milhões de empregos. Lá se vai mais da metade do mandato, e a cifra prometida ainda está longe, mas muito longe, de ser alcançada.

A impressão que se tem, inclusive, é a de que o ataque a esses problemas “de somenos importância” será adiado, de fato, para um eventual segundo mandato. Por ora, parece que o Presidente decidiu que o mandato atual será dedicado à nobre tarefa de agigantar a imagem do Brasil no cenário internacional. Para isso, é claro, nada mais natural que conhecer, em primeira mão, esse cenário! Eis a explicação para as quase 50 viagens internacionais que o Presidente fez, num total de quase quatro meses no exterior. Eis a explicação, também, para que um em cada quatro discursos do Presidente trate de política externa.

E os problemas brasileiros, como ficam? Aguardando que termine o deslustramento do Presidente Lula com o poder. Aguardando que os revolucionários programas sociais do PT saiam do papel. Aguardando, por fim, que cesse a inércia investigativa e punitiva que assola o Palácio do Planalto, cuja assessoria vem se especializando, cada vez mais, na questionável arte do **abafamento**.

Outro assunto, Sr. Presidente, a que me refiro é que não é mais com espanto que a sociedade brasileira

assiste aos achaques do PT quando o assunto em pauta é a abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito. De fato, a mascaragem moral do Governo Lula parece ter seus dias contados. A CPI dos Correios veio, de uma vez por todas, descortinar a frágil fachada impoluta do PT, cuja bancada não cessa de, a todo custo, barrar sua realização, sob alegações as mais reacionárias. E isso acontece no exato momento em que acusações de corrupção da máquina administrativa batem insistentemente à sua porta.

As declarações do Senador Aluísio Mercadante, segundo as quais as elites brasileiras haveriam de estar tramando a desestabilização do País, são de um descabimento atroz, somente justificável na mente de quem procura chifres expiatórios em cabeça de cavalo. Com apoio incondicional dos Senadores Sibá Machado e Saturnino Braga, o ataque do Senador Mercadante contra as elites – um tiro no próprio pé – não significa outra coisa senão o reconhecimento do descontrole, do descaminho e das graves inconsistências do Governo Lula.

Não por acaso, o articulista político da *Folha de S. Paulo*, Clóvis Rossi, definiu a reação virulenta do Senador Mercadante como simplesmente “ridícula”. E mais, cito Rossi na coluna da última sexta-feira, dia 20: “para ganhar o panteão mundial de tolices, o Mercadante poderia ter acrescentado que a conspiração que só ele vê está sendo financiada pelos grandes banqueiros, insatisfeitos com o maná do céu que é para eles o governo do PT”.

Numa ironia que lhe é bem particular, Rossi, para arrematar, ainda alfineta: “segundo a visão do agudo analista Mercadante, grandes banqueiros são do andar de baixo, jamais da elite”. Na verdade, ao vender a pose de campeão mundial da ética na política, o PT se vale das mesmas e velhas práticas das operações-abafa da política brasileira. Oras, a exposição das vísceras da corruptível burocracia estatal não deveria, em hipótese alguma, ser considerada uma ameaça às instituições de um país, mas sim um imprescindível serviço ao seu melhor funcionamento.

Por detrás de tudo, o Brasil assiste a uma invasão inédita de nomeações políticas em áreas estatais, mormente estratégicas, com enorme perda de eficiência administrativa. No rastro, a partidarização do Estado adquiriu dimensões jamais registradas. O resvalo para o desvio de conduta e para a corrupção é, indefectivelmente, o passo seguinte. Nessa cadeia, o suposto esquema de cobrança de propinas nos Correios, denunciado pela revista *Veja*, nada mais é do que o abuso moral de certas autoridades brasileiras em relação à lei, convictas da impunidade que acompanha historicamente tais práticas.

Longe de ser uma mera denúncia inspirada em disputas políticas, o imbróglio dos Correios tem sido objeto de investigação não somente do Ministério Público, como também da Polícia Federal e da Abin (Agência Brasileira de Inteligência). Todavia, apesar dos necessários esforços investigativos do Executivo, a natureza do suposto delito não lhe garante suficiente isenção para uma apuração isolada.

Afinal de contas, no horizonte da harmonização constitucional dos Poderes, compete ao Legislativo a função fiscalizadora, do controle sobre eventuais abusos do Poder Executivo, cumprindo-lhe a responsabilidade pela iniciativa de esclarecer dúvidas ou denúncias que maculem a Administração Pública.

Nesse contexto, a base de sustentação do Governo não dispõe de qualquer argumentação que lhe legitime obstaculizar o processo de instalação de uma CPI. A tese do “golpe de Estado” nada mais é que a revisitação dos discursos populistas, tão em voga na América Latina, na essência dos quais o Presidente Lula é apresentado como vítima de uma orquestração conspiratória da elite. A manter leitura tão estreita, a indisposição de alguns Senadores a tal iniciativa parlamentar reflete apenas sua cumplicidade com o histrionismo de uma esquerda incompetente, paralisada pelo fracasso político de seu projeto administrativo.

Sem sombra de dúvidas, a inépcia do Presidente Lula tem imobilizado a organização de uma agenda propositiva do Congresso Nacional. Chegou-se ao ponto em que sequer um pacto mínimo de convivência entre Governo e Oposição é possível de, aqui, se vislumbrar. No Senado Federal, o recente episódio da rejeição do nome de Alexandre de Moraes para a ocupação de uma vaga no Conselho Nacional de Justiça resume, em si, a tática rasteira à qual o PT se afia para dialogar com o resto do País. Nesse quadro, o risco principal de tal conduta não pode ser outro senão a corrosiva falta de autoridade do Governo.

O viés autoritário, a impaciência com a cultura política, a sofística verborragia e o despreparo administrativo convertem o Presidente Lula em uma figura vergonhosamente deslocada no panteão dos líderes nacionais. Uma vez no poder, resolveu reestruturar o Estado justamente naquilo que guardava laços firmes com as defesas democráticas. Ataca as agências reguladoras, aparelha o Estado, despreza regras de convívio com o Congresso Nacional, tenta censurar o jornalismo, flerta com a desordem do campo, e, não satisfeito, provoca insistentemente a sociedade brasileira com bravatas infantis.

Por sua vez, a tropa de choque do Presidente Lula no Congresso alardeia o caos como se fosse produto de uma ação conspiratória, e não resultado da sua própria incompetência política. Agindo de forma deliberada para

desestabilizar a democracia brasileira, o PT aponta a elite como o bode expiatório do momento e convoca uma reação mais agressiva dos setores prejudicados pelo desgoverno. Com isso, justifica algum ato de força para reprimir com violência as vozes dissonantes.

Para encerrar – Senhor Presidente –, parece evidente que tudo que vier a atrapalhar os planos de reeleição do PT será considerado por seus arautos uma tentativa de golpe. Aos Senadores Aluizio Mercadante, Sibá Machado e Saturnino Braga, gostaria de expressar meu convicto desacordo com interpretação tão ameaçadora da realidade política brasileira, rogando aos defensores do Governo Lula mais temperança nas palavras, mais equilíbrio nas argumentações.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer, Senhor Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. PFL – MT) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento Interno.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever como Líder e também por ter sido citado, de acordo com o art. 14 do Regimento da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. PFL – MT) – Ouviremos o Senador César Borges, que já estava aguardando, e, em seguida, V. Ex^a.

Com a palavra o Senador César Borges

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço e parabenizo V. Ex^a por sua sábia decisão, que dá oportunidade a todos de se expressar.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a redução da mortalidade infantil é, sem dúvida, um dos mais importantes objetivos sociais do Estado brasileiro. Apesar dos avanços obtidos na última década, o Brasil ainda apresenta uma taxa de mortalidade infantil que reflete o grave quadro de desigualdade regional do País.

Segundo a Edição de Meio Ambiente do Perfil dos Municípios Brasileiros, publicada recentemente pelo IBGE, cerca de 1.159 Municípios brasileiros apresentam uma taxa de mortalidade infantil acima de 40 por mil nascidos vivos, quando a média nacional é de 25 por mil.

Desse total, 1.086 Municípios estão no Nordeste, o que corresponde a 60% dos Municípios da Região. Quase todos são pequenos Municípios, com população abaixo de 20 mil habitantes, cujas atividades econômicas estão relacionadas, prioritariamente, à agricultura de subsistência e à pecuária.

Segundo o IBGE, essa situação deve-se principalmente à baixa cobertura dos serviços de saneamento

básico, especialmente em relação à coleta e ao tratamento de esgotos e, muitas vezes, ao tratamento de água, apesar de já termos evoluímos quanto a esse aspecto. Hoje, 84% da população urbana são abastecidos com água tratada. Quanto ao tratamento de esgoto, infelizmente, apenas 25% dispõe desse serviço.

A ampliação dos serviços de saneamento básico, sem sombra de dúvida, é fundamental para a saúde e, em particular, para a redução da mortalidade infantil.

Mas, Sr. Presidente, enquanto para muitos pequenos brasileiros é negado o direito fundamental à vida, em razão exatamente da falta de saneamento básico adequado, o Governo destina bilhões de reais para o pagamento dos maiores juros do mundo. Pelo nono mês consecutivo, aumentou os juros, a nossa dívida e, conseqüentemente, a quantidade de recursos destinados ao pagamento de seus juros. Mais de R\$190 bilhões é quanto pagaremos de juros, quantia suficiente para que se universalizasse o serviço de saneamento básico.

De acordo com um estudo feito pelo Ministério das Cidades, seriam necessários R\$180 bilhões, ou seja, R\$9 bilhões anuais, por 20 anos, para se fazer isso. Durante dois anos e seis meses, foi isso que o Ministério da Saúde fez pelo saneamento do País: um diagnóstico dizendo que, em 20 anos, precisaremos de R\$180 bilhões para resolver o problema do saneamento.

Sr. Presidente, como já destaquei desta tribuna, nos primeiros dois anos e cinco meses deste Governo, foram investidos no setor, dos recursos do Orçamento Geral da União, apenas R\$400 milhões por ano, ou seja, houve uma redução de 65% em relação à média anual dos oito anos anteriores, quando foi investido R\$1,1 bilhão por ano. Foi pouco? Sim. Deveria ter investido mais o Governo passado, mas este está conseguindo investir menos ainda.

Também em relação aos recursos do FGTS, que deveriam ser aplicados prioritariamente pela Caixa Econômica Federal para financiar habitação e saneamento, houve uma forte redução nos desembolsos, nos últimos dois anos. Foram desembolsados cerca de R\$350 milhões em 2003 e 2004, com uma redução de mais de 60% no montante que vinha sendo tradicionalmente aplicado no setor de saneamento.

Não bastasse a falta de recursos para investimento, outras ações e omissões do Governo Federal prejudicaram o setor.

1) Aumento de carga tributária sobre o setor.

Hoje, para pagar PIS, Pasep e Cofins, mais de R\$900 milhões são gastos pelas empresas estaduais de saneamento, quando os repasses do OGU para esse fim são de R\$300 milhões. Ou seja, de um lado,

pagam-se R\$900 milhões e, de outro, o Governo fornece apenas R\$300 milhões. E as projeções são ainda piores para os próximos anos.

2) Aumento dos gastos de custeio.

Enquanto isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, curiosamente, as despesas de custeio do Ministério das Cidades estão aumentando na ordem de 74%. Aumenta-se custeio, que é atividade meio, e não se aplica na atividade fim. Com isso, prejudica-se a população.

3) Aumento da burocracia para liberação dos recursos do FGTS, da Caixa Econômica Federal.

O Ministério das Cidades já editou 12 instruções normativas, estabelecendo ou modificando regras, impondo nova e grande burocracia para o financiamento, onerosa para o saneamento.

4) Ausência de um marco legal.

Esse é o assunto em que, basicamente, eu queria tocar. Nos últimos anos, diversas tentativas foram feitas para se estabelecer um marco legal para o setor de saneamento, mas, infelizmente, nenhuma delas teve êxito, o que tem afugentado o capital privado a ser investido nesse importante setor.

Sr. Presidente, o modelo hoje existente é calcado nas companhias estaduais de saneamento, detentoras de 77% de todos os serviços do País. Sabem bem V. Ex^{as} e todos que foram Governadores como são importantes essas empresas, as quais conseguem abastecer e prestar serviços de saneamento às pequenas cidades graças aos subsídios cruzados. Com eles, as cidades de pequeno e médio porte, que podem, efetivamente, pagar pelo serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário, compensam as pequenas e pobres cidades.

Ao invés de melhorar e fortalecer esse sistema – que funciona –, Sr. Presidente, o Governo pretende destruí-lo. Na semana passada, o Ministro das Cidades, Olívio Dutra, apresentou um projeto de lei que teria, segundo S. Ex^a, urgência constitucional. O Ministro reuniu-se com o Presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti, anunciou e mostrou o projeto.

Procurei o projeto, no final da semana passada, e não o encontrei. Na verdade, S. Ex^a não o encaminhou.

Esse projeto desestrutura o sistema, por isso é preciso ter muito cuidado. Ele procura dar poderes aos Municípios, em detrimento das companhias estaduais, quando o Governo deveria alocar, para investimentos, mais recursos no Orçamento Geral da União e desburocratizar a Caixa Econômica, a fim de disponibilizar a ampliação dos serviços de abastecimento de água e saneamento no País.

Portanto, Sr^{as} e Sr. Senadores, o Governo tem uma visão míope e distorcida da realidade. Esse pro-

jeto representará, sem sombra de dúvida, um grande retrocesso para o saneamento básico, se aprovado. Tenho certeza de que nós e os Deputados estaremos atentos.

Quero, neste momento, fazer um alerta. Hoje, as companhias estaduais respondem por 77% dos serviços de abastecimento de água. Atendem 3.921 Municípios, do total de 5.500 existentes no País. Desses, 3.200 possuem uma operação deficitária. Portanto, os Municípios não têm sequer condições de pagar e cobrir os custos de operação e manutenção.

Se o serviço for municipalizado, como pretende o Governo, estaremos inviabilizando os serviços de saneamento em cerca de 60% dos Municípios brasileiros.

Apesar do anúncio oficial do Governo, esse projeto não foi entregue ao Congresso Nacional – estamos aguardando. A Rede Globo noticiou sobre o projeto. Por ele, tudo será atendido e universalizado. Todos têm direito à água e ao saneamento, como realmente deve ser. Entretanto, não diz de onde virão os recursos, não aloca os recursos e desestrutura o sistema, colocando sobre as costas dos pequenos Municípios a responsabilidade dos serviços de abastecimento de água.

Mas, Sr. Presidente, o pior é que a real intenção do Governo, com a apresentação desse projeto na semana passada, foi atacar o Projeto de Lei nº 155, de 2005, apresentado pelo nobre Senador Gerson Camata há cerca de duas semanas.

O projeto do Senador é fruto de muitos debates e discussões sobre o tema pelos Governos estaduais, no âmbito do Fórum Nacional dos Secretários Estaduais de Saneamento, com a participação de muitas entidades ligadas ao setor, e representa o aperfeiçoamento de uma estrutura que deu e continua dando certo e que precisa ser fortalecida com mais recursos, ao contrário do que tentam mostrar, como já disse, com viés partidário-ideológico, os atuais dirigentes do Ministério das Cidades.

O PLS nº 155, de 2005, do Senador Gerson Camata, representa interesses legítimos e majoritários do setor de saneamento básico no País, respeitando a Constituição Federal, o pacto federativo e a autonomia dos Municípios e dos Estados.

Portanto, Sr. Presidente, temos condições de analisar os dois projetos, de fazer o cotejamento entre ambos e verificar aquele que melhor atende às necessidades de nosso País. É isso que deve ser feito. Não vamos aceitar pacotes prontos oriundos do Executivo, que tentam dar um viés partidário-ideológico ao setor de saneamento, que é importantíssimo para a nossa população.

Trata-se de um texto sucinto – são apenas 29 artigos –, objetivo e claro, que não interfere na autonomia dos Municípios e dos Estados, responsáveis direitos pela prestação dos serviços.

O centro do projeto de lei está no estabelecimento de marcos técnicos, econômicos e sociais para a regulação dos serviços, independentemente de quem seja o prestador – público ou privado, municipal ou estadual. Assim, ao mesmo tempo em que se protegem os direitos dos usuários e se induz à gestão eficiente e eficaz dos serviços, são criadas condições de estabilidade regulatória e contratual, que estimulam os investimentos no setor, inclusive por meio das diversas formas de parcerias com o setor privado.

Também são estabelecidos mecanismos de proteção social, tanto para os usuários de menor renda quanto para os menores Municípios do País, com a manutenção e o aprimoramento dos subsídios tarifários.

Sr. Presidente, investir em saneamento é reduzir as desigualdades regionais do País. Por isso, é preciso priorizar a tramitação do PLS nº 155, de 2005, de autoria do Senador Gerson Camata.

Não podemos esquecer que, por trás dos indicadores frios sobre saneamento, estão milhares de vidas humanas que anualmente são ceifadas pela falta de saneamento básico adequado.

Tenho certeza de que esta Casa saberá tratar essa questão com a seriedade e rapidez que o tema merece.

Era o que tinha dizer.

Agradeço, Sr. Presidente, a tolerância de V. Ex^a, sua decisão de permitir que pudéssemos fazer esse pronunciamento na tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. PFL – MT) – Com minhas escusas aos Senadores Ramez Tebet e Eduardo Suplicy, concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, para uma explicação pessoal e por ser Líder.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) –

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ALOIZIO MERCADANTE NA SESSÃO DO DIA 23 DE MAIO DE 2005, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, na ocasião própria, solicito a palavra com base no art. 14 do Regimento Interno, porque fui citado.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. PFL – MT) – Com a aquiescência de V. Ex^a e do Senador Arthur Virgílio, concedo a palavra ao Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, dirijo-me a V. Ex^a, agradecendo essa deferência, porque, realmente, o Regimento Interno permite àqueles que foram citados falarem antes dos que estão inscritos, assim como às Lideranças terem uma posição de vantagem sobre os demais Senadores. Mas é preciso ter paciência, e V. Ex^a, com certeza, percebeu que a tive.

Estava mesmo na minha hora de falar.

O assunto que me traz aqui é referente a um país amigo do Brasil, que tem fronteira com o meu Estado, o Mato Grosso do Sul. Refiro-me aos acontecimentos que estão ocorrendo na Bolívia, entre os nacionalistas e os liberais, mas que, de qualquer forma, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, levou o Congresso daquele país irmão a taxar em 18% os *royalties*, mais 32% de impostos, as riquezas minerais daquele país. Portanto, atingindo em cheio uma luta histórica do nosso País para a exploração do gás natural da Bolívia. Essa luta é centenária. Eu mesmo acompanhei o Presidente José Sarney, quando eu era Superintendente da Sudeco e S. Ex^a Presidente da República, ao país irmão, como também acompanhei o Presidente Fernando Henrique Cardoso quando foi selado, em Corumbá, o tratado que permitiu ao Brasil a exploração do gás natural da Bolívia.

A Petrobras tem investimentos e é a maior investidora estrangeira no país irmão da Bolívia. Ela é responsável por 20% do PIB boliviano, e imaginamos que, se isso permanecer assim, naturalmente os investimentos previstos pela Petrobras não se concretizarão e, em consequência, Sr. Presidente, o principal desses investimentos, que é o Pólo gás-químico, projetado para processar o mineral em Corumbá do lado brasileiro da fronteira, sofre profundo golpe. Por isso, vim à tribuna para ver se encontramos uma solução.

É claro que a Bolívia é um país soberano. É claro que a decisão do seu Congresso precisa ser respeitada, mas temos de defender os interesses do Brasil. No meu caso, defender os interesses do Brasil começa, principalmente, por um Município do meu Estado, Corumbá, que sempre sonhou com o pólo siderúrgico, que estava em vias de concretização e que esperamos ainda se concretize. As autoridades, o Prefeito de Corumbá junto com a sociedade corumbaense, estão mobilizadas nesse sentido e torcem para uma solução que não inviabilize o pólo siderúrgico de Corumbá.

Digo mais: não estou aqui só em defesa do Brasil, defendendo que a decisão do Congresso boliviano é

desastrosa para o próprio desenvolvimento boliviano. Não é à toa que empresários bolivianos, os liberais bolivianos neste mundo da globalização estão também preocupados. Eles não concordam com isso, tanto que há uma disputa entre os liberais e os nacionalistas bolivianos.

Hoje, os países em desenvolvimento e os países subdesenvolvidos querem investimentos, ainda que sejam estrangeiros, em seus países para poderem melhorar a qualidade de vida da sua população.

Mantemos com a Bolívia laços de profunda amizade e respeito. Esperamos, sinceramente, que aquilo que hoje está radicalizado lá venha a ter uma solução que, respeitando a soberania da Bolívia, não afete o desenvolvimento daquele povo e não prejudique o nosso País, que com ele faz fronteira. A Petrobras está instalada lá e é a maior investidora estrangeira em solo boliviano. Que haja pelo menos o respeito aos contratos já firmados; que possa acontecer pelo menos aquilo que está previsto.

Venho a esta tribuna lembrar que, nesta Casa, há a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, presidida pelo nobre Senador Cristovam Buarque, que precisa estar atenta, como está. Junto com o Ministério das Relações Exteriores, o Senado da República, por meio da sua Comissão, pode, diplomaticamente, fazer valer os interesses do nosso País.

Ouçó, com muita alegria, o aparte do Senador Delcídio Amaral.

O Sr. Delcídio Amaral (Bloco/PT – MS) – Caro Senador Ramez Tebet, é muito importante o pronunciamento de V. Ex^a no momento difícil por que passa a Bolívia, em função dos últimos acontecimentos ocorridos no país vizinho que faz fronteira com o nosso Estado, o Mato Grosso do Sul. Pactuo da mesma assertiva de V. Ex^a com relação à manutenção dos contratos, Senador Ramez Tebet. O contrato que levou à construção do gasoduto Bolívia/Brasil está vigendo. Hoje passam pelo gasoduto Bolívia/Brasil 24 milhões de metros cúbicos. Temos um contrato de 30 milhões de metros cúbicos. O entendimento de vários escritórios de advocacia, de várias empresas, é o de que a nova Lei do Hidrocarburo não anula o contrato anterior, não altera os preços adotados pelo contrato anterior. Essa leitura é muito importante. Como V. Ex^a muito bem disse, a Petrobras fez grandes investimentos na Bolívia – não só no gasoduto Bolívia/Brasil: as reservas de gás natural de San Alberto, de San Antonio e de outros gasodutos que lá foram construídos; as duas refinarias: uma em Cochabamba e outra em Santa Cruz de la Sierra; a distribuição de combustíveis pela Bolívia. Assim como a Petrobras, outras companhias também investiram naquele país.

Portanto, creio que o momento, como V. Ex^a sugere, é muito importante, especialmente para uma política ousada, agressiva, de integração do Brasil com os países vizinhos. A Bolívia é um país fundamental para nós, por tudo isso que V. Ex^a acaba de relatar. Este é um momento importante, não somente para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, mas também para o Itamaraty, para o Ministério das Relações Exteriores, para que encontremos uma solução que efetivamente não inviabilize os investimentos já realizados no Brasil. É importante registrar que, em dois anos e meio, mais que dobramos o consumo de gás natural no Brasil, consolidando a presença do gás natural no Brasil como um dos fatores importantes na diversificação da matriz energética brasileira. Para meus conterrâneos corumbaenses, meu caro Senador Ramez Tebet, é fundamental que nós, Lideranças políticas do Estado e do Senado Federal, encaminheemos uma solução que não somente mantenha aquilo que já está sendo implementado, como a Termo Pantanal, que aguarda o licenciamento ambiental que deve ser liberado ao longo das próximas semanas, como também o pólo minero-siderúrgico, em que temos especificamente o projeto de ferro-gusa, que agrega valor ao minério de ferro naquela região. E, evidentemente, como V. Ex^a muito bem citou, o pólo gás-químico também, na fronteira, que vai agregar valor ao gás natural. Esses projetos vêm ao encontro do que a população boliviana espera, com justa razão: agregar valor ao gás natural boliviano. Acredito no bom senso, acredito que, conjuntamente, vamos enfrentar essa situação, respeitando o congresso boliviano, respeitando os movimentos sociais da Bolívia, mas, acima de tudo, procurando preservar toda uma política estabelecida para o gás natural, de agregação de valor não só junto aos nossos irmãos bolivianos, mas também no Brasil e, especialmente, em Corumbá, cidade fundamental, que vai trazer para si os principais investimentos com agregação de valor ao gás natural. Parabéns pelo pronunciamento, meu caro Senador Ramez Tebet!

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. RAMEZTEBET (PMDB – MS) – Já encerro, Sr. Presidente.

Senador Delcídio Amaral, V. Ex^a, com seu aparte, enriqueceu o meu pronunciamento. É isto mesmo: essa radicalização da Bolívia prejudica os interesses do Brasil e também a integração sul-americana. Vamos todos torcer para que termine essa radicalização entre os liberais e os nacionalistas, assim como as greves anunciadas e os bloqueios de estradas; que tudo isso

termine, para que haja respeito àquilo que foi tratado, assinado e combinado e que seja bom para a melhoria da qualidade de vida do povo boliviano. Para tanto, é preciso entender os tempos modernos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, pela ordem, para solicitar que V. Ex^a prorogue a sessão por dez minutos. Assim, não serei prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. PFL – MT) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência prorroga a sessão até as 21 horas, para que V. Ex^a faça uso da palavra para uma explicação pessoal.

Assim, Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Ex^a tem preferência para a explicação pessoal.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, cedo a preferência para que o nobre Líder Arthur Virgílio pode falar primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. PFL – MT) – Concedo, pois, a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o episódio em torno do Dr. Alexandre de Moraes foi, sob todos os títulos, lamentável. Primeiro, porque – é bom dizermos isso frontalmente – metade da magistratura brasileira, talvez seja essa a proporção, não é favorável ao controle externo. Não sei se os mecanismos de defesa do Conselho Nacional de Justiça são suficientes para que se garanta o funcionamento pleno desse novo instrumento que nasceu com a reforma do Judiciário; ou seja, o incidente político ocorrido aqui no Senado foi ao encontro do setor que entende desnecessário e ruim o controle externo sobre o Judiciário.

O Líder Mercadante falou ainda há pouco sobre o Sr. Alexandre de Moraes ter-se manifestado contrariamente à proposta do Conselho. Não é bem exato. Ele se manifestou contrariamente a uma proposta de conselho anterior a esta que foi promulgada, com entendimento idêntico ao deste jurista extraordinário que se vem destacando no Supremo Tribunal Federal, o Ministro César Peluso. A crítica é a mesma e, portanto, a posição do Sr. Alexandre de Moraes está, a meu ver, plenamente legitimada por tudo o que ele representa do ponto de vista do conhecimento jurídico, do conceito corrente.

Sobre essa história do golpe ou do não golpe, não vejo – felizmente é assim – que no Brasil caiba alguém temer golpes. O PSDB, meu Partido, foi chamado de vivandeira e de golpista pelo Presidente do Partido do Senador Aloizio Mercadante. Tenho impressão de que

vai mal um governo que enxerga de maneira tão caolha, tão vesga a realidade posta a sua frente.

Afinal de contas, de que tanques de guerra disporia o PSDB para desferir golpe contra quem quer que seja? Com que divisões golpistas – e não há nenhuma no Exército nacional disposta a essa aventura – contaria o meu Partido? Ou seja, nós sofreremos muito para ver instaurada a democracia no País e, por outro lado, não nos esquecemos de dizeres, de *slogans*, como o velho, surrado e historicamente inconveniente: “fora FHC”, brandido pelo PT em pleno curso de normalidade constitucional do governo anterior. Mais ainda a frase do Ministro José Dirceu com toda essa sua pose de comissário do povo, dizendo que era para bater nos tucanos nas urnas e nas ruas, coincidindo essa violência verbal com agressões físicas praticadas contra José Serra, contra Mário Covas. Mário Covas enfrentava, então, aquela doença terrível, traiçoeira, que nem por isso o fez menos valente, menos bravo.

Mas, Sr. Presidente, temos de centrar esforços nesta Casa em cima de algumas compreensões. Uma delas é o voto secreto. A meu ver, o Governo confunde o voto secreto com algo nocivo para a democracia, quando o voto secreto é secularmente uma defesa do súdito, por intermédio do parlamentar de oposição, contra o rei. O voto secreto dá a liberdade – que eu não sei se todos teriam diante do poder econômico e, por isso, é bom mantê-lo; é bom tê-lo como uma reserva para esse momento de decisão. Quem dera pudessem todos votar de maneira transparente o tempo inteiro sobre tudo! Como não é assim, a sabedoria do legislador anglo-saxônico disse: vamos então fazer o voto secreto para algumas ocasiões.

O episódio do Dr. José Fantini nada tem a ver com o episódio do Dr. Alexandre de Moraes. Afinal de contas, não se tratava de disputa no caso do Dr. Moraes entre Oposição e Governo. Não se tratava. Não se tratava de disputa ideológica. Tratava-se de um grande nome, de um grande jurista, recomendado por toda a magistratura como conveniente para ocupar função tão elevada e que, de repente, teve o seu nome rejeitado em algo que parecia mesmo uma manobra de campanário, uma manobra menor, uma manobra pequena, com todos os problemas daí decorrentes para a própria reforma do Judiciário. Em última análise, quem é prejudicado com isso, Senador César Borges, é precisamente o desvalido da ponta da prestação de serviços, que precisa chegar a ele. Já votar contra ou a favor do Dr. José Fantini é um direito legítimo de cada Senador que mergulha na sua própria consciência na hora do voto secreto. As-

sim como ele poderia usar do voto aberto para votar contra ou a favor do Dr José Fantini.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já concluo, Sr Presidente, dizendo que são gêneros diferentes e questões diversas. Por outro lado, é evidente que, se o Governo tem interesse efetivo na reforma do Judiciário, deve zelar para que ela seja implementada sem que as questões partidárias entrem em cena, e elas entraram em cena naquele dia.

O Governo diz reiteradamente que a Oposição antecipa o pleito. Não é verdade: o Governo é que antecipa o pleito.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Este ano é de se cristalizarem posições e de se construírem alternativas para o País, cada um com a sua visão. O próximo ano é ano de eleição, e é saudável que seja assim.

Portanto, não vejo ameaça alguma de golpe. Não vejo boicote algum da Oposição ao funcionamento do Senado. A Oposição está mesmo indignada em relação ao que houve em relação ao Sr. Alexandre de Moraes.

O que dificulta a vida institucional do País é termos hoje o Presidente da República sitiado – e peço um pouco de tolerância, Sr Presidente, para esboçar esse raciocínio final. O Senhor Presidente da República, Senador Antonio Carlos, sitiado por uma maioria construída para votar nenhuma agenda na Câmara dos Deputados. Essa maioria faz o Presidente gastar o seu capital político e moral, dando, sem exceção, solidariedade a todos que são acusados nesse Governo. Depois, vem em cima de um voto que não vem, que não tem sido dado ao Presidente. O Presidente fica correndo atrás da própria cauda do Governo. É um círculo vicioso que está estiolando o capital político do Presidente Lula; está estiolando o capital político de Sua Excelência, sim. Essa é a verdade.

Portanto, queremos manter sempre um diálogo aberto, claro e translúcido com o Governo nesta Casa. Deixando bem nítido que acordo aqui é para ser cumprido. O que está ameaçando a normalidade do País é essa sensação de que a leniência com a corrupção, ainda que em sentido contrário se esforce como bom, excelente – e tenho grande respeito por S. Ex^a – garoto-propaganda, o Ministro Márcio Thomaz Bastos, que diz que está aprendendo, que está fazendo, que

está acontecendo, mas a sensação não é essa. Não é essa a sensação que passam as capas de revista; não é essa a sensação que percorre a cabeça e o coração do brasileiro comum. Não é essa a sensação! A sensação é a de um Presidente ilhado, a de um Governo sitiado...

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – ...de um Governo que inventa a idéia do golpe, do golpismo, da idéia da ameaça a uma democracia, que está consolidada, felizmente, graças a Deus. É um Governo que não está resolvendo a equação administrativa; um Governo que não está resolvendo a equação ética; um Governo que está, sem nenhuma dúvida, intranquilizando a Nação. A Nação está intranquila com os rumos que não estão sendo apontados. Eu ainda diria que estaria sendo menos intranquilizador se os rumos estivessem sendo apontados, e não fossem rumos equivocados. Os rumos não estão sendo apontados.

Estamos vendo o Presidente falar, sem cuidado. Sua Excelência deixou seus improvisos, agora, para se solidarizar, a torto e a direito, com todos aqueles que são acusados neste Governo. O Presidente teria de se preservar mais, porque Sua Excelência é muito importante para não termos mesmo nenhuma nuvem sobre a democracia brasileira, e seria criminoso permitirmos que alguma nuvem viesse e sobreviesse. É preciso que o Presidente saiba preservar a compostura do seu cargo na inteireza.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – E por isso, Sr. Presidente, encerro dizendo que estamos abertos ao diálogo que nos leve aos bons caminhos...

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – ...que nos leve ao diálogo, que nos leve à construção sem deixar de levar em conta que temos o compromisso com apontar malefícios, apontar equívocos, apontar erros, apontar o dolo, apontar o que possa haver de má-fé, apontar o que possa haver de incompetência, apontar tudo aquilo que possa causar desconforto, futuro ou presente, para a sociedade brasileira, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

NOTA OFICIAL

"Não costumamos responder às aleivosias habituais do Senhor Genoíno que, a cada observação crítica da parte do ex-Presidente Fernando Henrique, vem sempre com pedras nas mãos. Desta vez, sobre a nota do Partido dos Trabalhadores, é importante esclarecer:

1º) Em nenhum momento o ex-presidente Fernando Henrique falou de "sertanização de Brasília";

2º) A referência à falta de rumo do Governo - constatação óbvia nas últimas semanas - foi feita por uma comparação singela aos Perus de Natal, aos quais se embriaga e se os põe em um círculo de giz do qual não saem. A reprodução pela mídia, referindo-se ao Carnaval, é incorreta;

3º) Por singela que seja a metáfora, ela expressa o que todo mundo percebe: a agenda legislativa está paralisada, o Governo não sabe como reatar suas conexões no Congresso e não apresenta ao País um horizonte mais promissor;

4º) Quanto às menções sobre o ex-Presidente estar apostando numa crise institucional, não é certo. Ele não se referiu à conjuntura, mas ao notório desligamento entre o sistema político e os eleitores. O não-cumprimento, pelo Governo, das promessas do PT acelera a frustração do eleitorado;

5º) Quanto às realizações de "dar inveja", só quem sofre de apoteose mental pode vê-las. Que autoridade tem quem, em passado recente, gritou "fora FHC", com o objetivo de desconstituir um Governo democrático, para criticar quem apenas quer evitar a crise?"

Senador Eduardo Azeredo
Presidente nacional do PSDB

Leia mais:

Parlamentares rebatem acusações de nota do PT

Tucanos rechaçam críticas de Genoíno ao PSDB

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, depois da fala do Senador Antonio Carlos Magalhães, gostaria de me inscrever para a réplica, como prevê o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. PFL – MT)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, para uma explicação pessoal, por cinco minutos, com base no art. 14, do Regimento Interno.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA)

Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, se há algum Senador com quem tenho tido um bom diálogo e tenho tratado com a mais absoluta correção é o Senador Aloizio Mercadante. Entretanto, sinto que ele está querendo ver até aonde vai a minha paciência.

Hoje, repete aqui discurso que já fez e, da maneira como fez, eu até me congratulei com ele quando desceu da tribuna. Agora, vem repetir. Não tenho nenhum acanhamento em dizer que pertenci ao regime militar. Mas como pertenci ao regime militar, e eu fui peça chave para derrubar o regime militar, o Senador Mercadante tinha bem próximo a ele um dos mais atu-

antes militares do regime de exceção. Logo, é preciso vir com jeito para que algumas coisas desagradáveis não venham a surgir nos debates desta Casa por provocação do Aloizio Mercadante.

Que ele é realmente um homem inteligente, dúvida não há; que ele é de uma empáfia que chega à intolerância também dúvida não há, mas mesmo assim temos nos tratado cordialmente, e ele quer colocar-me como golpista. Ele sabe as pessoas que participaram do golpe, se é que é golpe, acho que foi um movimento popular o de 64, como foi popular as Diretas, como foi popular a volta do regime. O povo estava contra aquele regime. E figura destacada, repito, do regime militar não fui eu. Ele sabe quem foi, não direi em respeito a sua figura.

Quero dizer aos senhores que não quero ser golpista porque tenho votos. Se ele teve 10 milhões de votos, tive o equivalente no eleitorado da Bahia; se ele já venceu eleição, já venci mais do que ele. Portanto, posso aqui falar como quero, até para dizer que, em vez de estar aqui no plenário, quando se estava falando, ele estava reunido no Palácio, com Ministros,

para evitar a CPI. Quero que negue, para que eu prove. Para evitar a CPI, ou derrubando números, que eles já sabem que não podem, ou inviabilizando por outros processos menos sérios.

A CPI vai existir e não vai ser trocada com coisa nenhuma de Alexandre de Moraes, nem coisa alguma desse tipo. Discordo do meu Líder, porque Líder do PSDB e meu amigo, Senador Arthur Virgílio: o diálogo que o Governo quer aqui é o diálogo de uma boca só, em que eles falam e ninguém pode responder. Esse tempo já passou e não voltará mais.

A tribuna do Senado e da Câmara, hoje, é democrática, e porque é democrática está irritando profundamente o Líder Aloizio Mercadante. Compreendo que cada um de nós tem seus problemas no Estado. Ele está sofrendo muito no Estado de São Paulo com o seu Partido. O crescimento da ex-Deputada e ex-Prefeita Marta Suplicy não aborrece o Senador Suplicy, mas aborrece o Senador Mercadante.

De modo que esses problemas internos não devem vir para a tribuna.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite-me, Senador Antonio Carlos Magalhães, mas eu tenho...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Ex^a está com qual candidato?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Eu tenho expressado que vou procurar colocar-me de maneira isenta e colaborar para a harmonia entre os três candidatos. Quero só registrar isto: tenho o maior respeito pelo meu colega Aloizio Mercadante, pelo João Paulo Cunha e pela Marta, e assim pretendo prosseguir até o dia da decisão da prévia e apoiar aquele que vencer.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Seja como for, V. Ex^a mudou muito da eleição passada para a atual, porque na eleição passada V. Ex^a estava realmente de corpo e alma na campanha da Dr^a Marta.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Sim. Mas era meu dever.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Mas isso não vem ao caso, porque V. Ex^a não está em debate, foi por acaso que V. Ex^a foi citado.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Assim como apoiei o Senador Aloizio Mercadante para que chegasse aqui.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Ah, sim, mas uma coisa é a Prefeitura, outra coisa é o Senado. V. Ex^a não quer é no voto majoritário.

Mas o que quero dizer é que ninguém vai me intimidar. A cada provocação, eu responderei. Eu pode-

ria ficar no meu gabinete ouvindo o Senador Aloizio Mercadante, porque eu estava trabalhando, mas vim para cá responder a S. Ex^a. O Senador sabe que não sou golpista. Não fui golpista até mesmo no caso Collor, quando houve *impeachment*, após a votação feita por Senadores e Deputados, e eu não estava no meio daqueles que votaram o *impeachment*. É preciso admitir que haja *impeachment* para qualquer um, daqui a 10 anos, daqui a 20 anos, daqui a 30 anos, ou então que se retire essa figura da Constituição, figura que já foi usada pelo PT.

Não desejo lutas, desejo harmonia, mas não vou silenciar diante de tudo que a Nação está vendo, estarrecida, com o Governo do PT.

Era isso que eu queria dizer, pedindo ao Senador Aloizio Mercadante que se contenha, porque S. Ex^a, contendo-se, como sempre fez no ano passado, conseguiu muita coisa no Senado.

(Interrupção do som.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, se V. Ex^a me permitir, quero dizer que, com esse estilo que quer imprimir no momento, o Senador Aloizio Mercadante não pacificará o Senado e nem fará diálogo com as oposições.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. PFL – MT) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, por cinco minutos, para réplica.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) –

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ALOIZIO MERCADANTE NA SESSÃO DO DIA 23 DE MAIO DE 2005, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra de acordo com o art. 14 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. PFL – MT) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, porque já falaram dois para uma explicação pessoal.

Concedemos a palavra, pela ordem, a V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador Mercadante trouxe à baila... Não citei aqui o nome do pai dele, mas que ele, infelizmente, traz nas veias o sangue de 64, não há dúvida, tendo em vista que o pai dele, um homem ilustre, meu amigo pessoal, foi um artífice de

64. E foi fiel a 64 até acabar 64. Eu ajudei a acabar 64, mas nem todos os generais ajudaram.

Quero dizer que, no regime militar, eu ajudei muitos esquerdistas brasileiros, principalmente os baianos. Ajudei como Prefeito, ajudei como Deputado. Fui ao quartel, fui à casa de detenção, levei refeições para vários deles. Está aí o Deputado Mário Lima como testemunha. Ouçam Mário Lima.

E mais: tive a coragem, que não sei se alguns petistas teriam, de dar várias obras municipais a Rubens Paiva, que tinha uma empresa, cujo presidente era um almirante da reserva. Dei para ele construir seis viadutos em Salvador. Tive a coragem de enfrentar o SNI quando me perguntou, em nome do Presidente da República, se eu tinha estado com o Sr. Juscelino Kubitschek. Respondi que tinha estado e que iria estar no dia tal e que, se ele quisesse aparecer, que aparecesse. Era o General Carlos Alberto Fontoura.

Portanto, eu tenho uma vida que não me mete vergonha. Atacam-me aqui, como fez outro dia o “Senador Lupi”. Mas não apontam um fato da minha vida sobre corrupção. Atacam-me politicamente, porque ninguém tem – e eu desafio o Senador Aloizio Mercadante e toda a Bancada do PT ou de qualquer outro Partido a apontar – qualquer fato que desabone a minha conduta moral no que diz respeito à coisa pública.

Logo, tenho autoridade para utilizar esta tribuna quando e como quiser. Se ele vai derrotar o PSDB em São Paulo, o importante para mim é que, na Bahia, nós vamos derrotá-lo, como já o fizemos várias vezes.

O próprio Presidente Lula mandou emissários à Bahia para ter o nosso voto no segundo turno. Foi no dia 24 de setembro, antes do primeiro turno, quando foram lá o Sr. José Dirceu e o Dr. Márcio Thomaz Bastos. E nós votamos, no segundo turno, no Presidente Lula.

Foi uma decepção, mas isso não importa. O que importa é que estamos aqui debatendo com coragem, sem medo. Não queremos ofender ninguém, mas não queremos ser ofendidos.

E falar sobre a minha empáfia, todos podem falar, menos o Senador Mercadante. S. Ex^a sabe disso. É coisa do seu temperamento. E, sendo do seu temperamento, temos de respeitar. Nem por isso, S. Ex^a deixa de ser maior ou menor.

Portanto, Sr. Presidente, com as minhas palavras, quero dizer que não tenho medo de enfrentar a luta. Se, evidentemente, houver harmonia, contarão comigo; mas, se quiserem a luta, estou pronto também.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)
– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Eu gostaria de ter o mesmo direito.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. PFL – MT)
– Senador Aloizio Mercadante, V. Ex^a estava escrito também para réplica....

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)
– Em seguida, V. Ex^a concederia... Quero apenas me reportar à intervenção do Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. PFL – MT)
– Pois não, com a devida concordância do Senador Arthur Virgílio.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)
Pela ordem. Sem revisão do orador.) –

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ALOIZIO MERCADANTE NA SESSÃO DO DIA 23 DE MAIO DE 2005, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. PFL – MT)
– Concedo a palavra para uma réplica ao Senador Arthur Virgílio. Posteriormente, vamos dar a palavra ao último inscrito – convenientemente inscrito –, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de mais nada, peço a inserção nos Anais da Casa da nota oficial assinada pelo Senador Eduardo Azeredo, Presidente Nacional do PSDB, deixando bem clara a posição do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso diante das observações do Presidente do PT, Deputado José Genoíno, e reafirmando a posição do partido em defesa da legalidade constitucional e, sem dúvida alguma, de oposição ao Governo que aí está.

Insisto em que não se discute aqui o direito de alguém votar a favor ou contra quem quer que seja, numa votação secreta ou aberta. E tem razão o Líder Mercadante pelo simples fato de que, se há votação, é porque se pode votar “sim” ou “não”. Refiro-me ao que para mim foi um erro absurdo, um erro extremamente danoso para a implantação do Conselho Nacional de Justiça este de terem politizado, partidarizado a discussão em torno do Sr. Alexandre de Moraes. Diferentemente, da votação “sim” ou “não” no Sr. Fantini ou no sr. beltrano de tal ou na dr^a fulana de tal. É um direito, sim, se votar contra o Sr. Alexandre de Moraes. Mas a própria discussão permanente e duradoura em torno disso, que, entendendo, é um erro muito grave, mostra que esse não foi um gesto que tenha contribuído para a boa normalidade da relação institucional do Parlamento, porque foi um golpe, sim, e é preciso ter o modo e a

forma de se contornar esse episódio. Foi um golpe, sim, na implantação do controle externo do Judiciário, que é um dos pilares da reforma desse Poder.

Mas passo ao largo dessa discussão sobre 64, porque quero discutir muito o ano de 2005, quando temos um Governo que vive de retórica e vive de expressões, Senador Aloizio Mercadante, de certa forma falaciosas, como esta de V. Ex^a, que disse que este Governo gerou três vezes mais empregos do que o Governo anterior. Ela é falaciosa duas vezes. Primeiro, porque o Governo passado enfrentou sete crises internacionais sistêmicas; segundo, porque essa afirmação é desmentida pela PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar –, do IBGE, órgão supostamente dirigido pelo Presidente e pelo Governo que aí está, afeto que é às ordens do Ministro do Planejamento.

A PNAD é que diz que a média de geração de empregos do Governo passado era algo em torno de 120 mil empregos/mês, e a média deste Governo é de 90 ou um pouco menos, 87 mil empregos/mês.

Se formos ao Ministério do Trabalho, lá há uma pequena vantagem, segundo os alfarrábios do Ministério do Trabalho, para este Governo. Mesmo assim é alguma coisa em torno de 70 mil para este Governo, versus 58 mil – estamos tratando de uma conta que inclui empregos formais e informais; e a outra só empregos formais. No Ministério do Trabalho se diz que a diferença é de algo em torno de 12 mil a favor do Governo atual. Ou seja, jamais três vezes. Três vezes significariam 12 vezes três, o que resultaria em 36 mil; 72 vezes três significariam mais de 200 mil.

Portanto, o que para nós salta aos olhos é que está na hora de o Governo fazer uma mudança de rumos muito clara na sua forma de lidar com o Congresso. O Governo tem uma base fisiológica que não o apóia, uma articulação política que não está funcionando de maneira adequada e uma agenda de votações na Câmara que é singela, que não justifica todo esse arcabouço parlamentar e que, na verdade, não funciona. É um verdadeiro exército de Branca Leoni. Tem tido no Senado Federal a compreensão nossa, do PSDB, do PFL e do PDT para aprovar os projetos que, a nosso ver, terminam resumindo, depois de discussões intensas, o interesse nacional. Se fôssemos de molde a boicotar o funcionamento do Governo que aí está, teríamos presenciado o Governo sofrer percalços enormes aqui, no Senado Federal.

O Governo vai fazer a articulação política que lhe couber fazer, que souber e que entender fazer, mas estamos aqui estabelecendo uma conexão que, no meu entender, é perigosa: uma conexão entre um Governo respaldado por uma economia sustentada por uma economia internacional favorável, por acertos

macroeconômicos que se estiolarão com o tempo, se não tiverem respaldo em realizações administrativas práticas e, ao mesmo tempo, Senador Mercadante, se o Presidente não tomar nas mãos a capacidade de dar uma grande reviravolta na questão ética neste momento. Ou toma nas mãos uma grande reviravolta, ou vamos ver o Presidente Lula, volto a dizer, num círculo vicioso, cada vez mais escravo de uma base que não o apóia e tendo que apoiar essa base à custa do seu capital político, acumulado ao longo de tanto tempo de sua vida. Isso tudo juntará, nesse círculo vicioso, o econômico e o político, para gerar aquilo que já se antevê como uma crise – que, se Deus quiser, não terá jamais contornos institucionais – que poderá complicar a vida do povo brasileiro.

De minha parte, reafirmo a disposição de manter o PSDB trabalhando com consequência, afim e leal aos seus companheiros de Oposição, e fazendo aquilo que é o nosso dever: a Comissão Parlamentar de Inquérito, que é um fato.

Ela será responsabilmente tratada por todos nós, Senador Eduardo Suplicy, e será instalada, sim, porque apenas a visão caolha e vesga do Governo não lhe permite perceber que apenas ele não vislumbra que a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Correios é um anseio da Nação e espelha a indignação de todas as pessoas decentes deste País com o quadro que leva a esta capa da revista **Veja**, uma ratazana que pode simbolizar, quem sabe, uma parcela do segmento político brasileiro, mas que não pode ser aceita como simbolizando o segmento político como um todo.

Não aceitamos isso e, portanto, queremos que se investigue qualquer fato e que se investigue, com muita expressão, esse que está aí, denunciado pela consciência da Nação, que é a rapina na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiros. PFL – MT)

– Concedo a palavra, por cinco minutos, ao eminente Senador Eduardo Suplicy, conforme sua própria solicitação.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Jonas Pinheiro, agradeço a atenção de V. Ex^a para comigo e por ter prolongado a sessão até este horário, excepcionalmente, numa segunda-feira, em decorrência de fatos da maior relevância.

Senador Delcídio Amaral, considero extremamente importante a nossa reunião, marcada para amanhã às 20h30min. Quero transmitir a V. Ex^a, abertamente que, após dialogar com os Senadores Paulo

Paim, Cristovam Buarque, Ana Júlia Carepa e outros, na semana passada expressei que avaliamos como mais adequado para o Presidente Lula e para a história do PT que assinássemos a CPI, mas que qualquer decisão que venhamos a tomar será após ouvirmos V. Ex^a e o Senador Aloizio Mercadante.

A orientação do Diretório Nacional não foi uma questão fechada e, caso o Presidente José Genoino possa vir à nossa reunião, considerarei muito positiva a sua presença.

Quero expressar, também, o sentimento que tenho ouvido da população, em todos os lugares por onde tenho andado. Estive em São Paulo, percorrendo diversos lugares, e conversei com os meus alunos, na Fundação Getúlio Vargas. Mais de 40 presentes recomendaram-me que eu assinasse a CPI. Hoje, estive em Maceió, fazendo uma palestra no Congresso de Direito Público. Ali, fiz uma consulta e quatro pessoas levantaram a mão para que não a assinássemos e mais de 400 para que nós, Senadores do PT, o fizéssemos.

Recebi 33 *e-mails* hoje: um contrário à assinatura e 32 favoráveis. Abri, em minha *homepage* no portal do Senado Federal na Internet, uma enquete e coloquei a opinião do Diretório Nacional abertamente. Até há cinco minutos, o resultado estava em 91,5% para que assinemos, 5,5% para que não assinemos e 3,75% sem opinião.

Esse estado de espírito coloca-me, e aos Senadores do PT, numa situação como nunca ocorreu desde que sou Parlamentar. Sempre procurei seguir a orientação do Partido e quero transmitir o enorme dilema que estou vivendo.

Entretanto, quero cumprimentá-lo, Senador Delcídio Amaral, pela maneira como vem procurando conduzir as nossas reuniões e os nossos trabalhos, para que a decisão que venhamos a tomar seja, de fato, ouvindo o Partido e procurando respeitar os colegas da Câmara dos Deputados e o Diretório Nacional, mas também o sentimento do povo e da própria base do Partido dos Trabalhadores.

O Sr. Almeida Lima (PSDB – SE) – Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Eu quero apenas registrar isso, antes que V. Ex^a, Senador Delcídio Amaral, deixe o plenário, ressaltando a importância da decisão que amanhã iremos tomar.

Concedo o aparte ao Senador Almeida Lima.

O Sr. Almeida Lima (PSDB – SE) – Senador Eduardo Suplicy, agradeço a sua concessão de aparte. Receba V. Ex^a a minha homenagem, sobretudo pelo fato de que a história de V. Ex^a não justificaria decisão diferente dessa, nem desejo diferente desse. Espero

que V. Ex^a, na reunião da Bancada do Partido dos Trabalhadores, aqui no Senado Federal, tenha condições – e sei que V. Ex^a as tem – de argumentação, para fazer com os seus Pares tomem a decisão que representa o seu desejo, já algumas vezes esboçado neste plenário. Parabéns, portanto. Que essa seja a decisão adotada. Precisamos continuar passando a limpo, para que, como disse há poucos instantes o Senador Arthur Virgílio, toda a classe política não seja envolvida nesse imbróglio, nessa sujeira que aí está. É preciso haver separação, haja vista que, se existem os maus, existem também os bons. A classe política, como um todo, não pode passar por má diante da sociedade brasileira, pois isso é muito ruim. É o que sinto hoje, por onde ando. Mas, com certeza, a classe política, com participação do nível de V. Ex^a, deve dar a resposta para que essa separação se faça presente. Muito obrigado, Senador. Parabéns.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Obrigado, Senador Almeida Lima.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiros. PFL – MT) – V. Ex^a dispõe de dois minutos para a conclusão de seu pronunciamento.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Obrigado, Sr. Presidente.

Ressalto que considero importantes as declarações feitas, hoje, pelos Líderes José Agripino Maia e Arthur Virgílio de que, no que diz respeito à atitude do PFL e do PSDB diante dos argumentos que ouvimos na reunião do Diretório Nacional de que essa CPI seria apenas para desestabilizar as instituições e levar o Governo do Presidente Lula e o próprio Congresso Nacional à paralisação, a atitude dos que serão designados para membros da CPI será a de isenção e imparcialidade. Espero que isso, de fato, ocorra.

Sr. Presidente, permita-me apenas registrar expediente que encaminhei ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva anexando ofício do Presidente da Comissão de Reunificação, Relações e Comércio Exteriores, da Assembléia Nacional da República da Coreia e do Embaixador da Coreia no Brasil, Deputado Lim Chae Jung e Embaixador Kwang-dong Kim, respectivamente, em que é feita proposição nascida a partir do diálogo, na semana passada, entre o Embaixador e aquele Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiros. PFL – MT) – V. Ex^a dispõe de um minuto para a conclusão de seu pronunciamento.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Que possa o Presidente Lula, na Coreia, propor que se realize, a exemplo do que ocorreu no Haiti, um jogo de futebol entre a Seleção Brasileira e a Seleção

mista de ambas as Coréias, a fim de que se realize um jogo na Coréia do Sul e outro na Coréia do Norte. Isso significaria, dada a admiração e o carinho dos coreanos para com a Seleção Brasileira, demonstrados na última Copa do Mundo, um acontecimento de confraternização que, certamente, colaborará para a reunificação e pacificação da relação entre ambas as Coréias.

Requeiro, Sr. Presidente, que sejam registrados na íntegra esses três ofícios.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR EDUARDO SUPPLY EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

EMBASSY OF THE REPUBLIC OF KOREA

Ao Exmo. Sr. Senador
Eduardo Suplicy
Senado Federal
Brasília – DF

Brasília, 16 de maio de 2005.

Exmo. Sr. Senador,

Apresento-lhe os meus melhores cumprimentos e, conforme vossa sugestão em nosso encontro de hoje, encaminho, em anexo, carta do Exmo. Sr. Deputado Lim Chae Jung, Presidente da Comissão de Reunificação, Relações e Comércio Exteriores da Assembléia Nacional da República da Coréia, ao Exmo. Sr. Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em que solicita seu apoio para a realização de jogos amistosos de futebol para a promoção da paz na Península Coreana.

Agradecendo-lhe pela sugestão e por vossos preciosos esforços para o estreitamento dos laços entre Brasil e Coréia, aproveito a oportunidade para reiterar-lhe meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Sinceramente,



Kwang-dong Kim
Embaixador da Coréia

Embaixada da República da Coréia
SEN – Av. das Nações, Lote 14
Brasília DF - 70436-900
Tel.: (61) 321-2500 - Fax: (61) 321-2508
E-mail: ebcoreia@linkexpress.com.br

Ofício n.º 00414/2005

Brasília, 20 de maio de 2005.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

No dia 16 do corrente estive em visita oficial ao Congresso Nacional o representante da Assembléia Nacional da República da Coréia, Deputado Lim Chae Jung, Presidente da Comissão de Reunificação, Relações e Comércio Exteriores.

Na oportunidade o Deputado Lim Chae Jung manifestou-me o desejo de que a Seleção Brasileira de Futebol masculino pudesse realizar dois amistosos com a Seleção Unificada das Coréias, um em Seul outro em Pyongyang, como forma de contribuir com os esforços que estão sendo realizados para promoção da paz e da reunificação do povo coreano.

Diante da importância de se buscar a paz em todo o mundo e do papel que o Brasil pode e vem desempenhando nesse sentido, sobretudo, com a contribuição da Seleção Brasileira de Futebol que conta com a simpatia de todos os povos, me propus a ser o portador do pedido a Vossa Excelência.

Desta forma, segue, em anexo, o expediente subscrito pelo Deputado Lim Chae Jung com o pedido de que Vossa Excelência possa colaborar para que os pretendidos amistosos se realizem.

Certo da atenção de Vossa Excelência, renovo meus votos de consideração.



Senador **EDUARDO MATARAZZO SUPlicy**

Excelentíssimo Senhor
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Presidente da República Federativa do Brasil
Palácio do Planalto
70160-900 - Brasília - DF

EMBASSY OF THE REPUBLIC OF KOREA

Brasília, 16 de maio de 2005.

Exmo. Sr. Presidente da República Federativa do Brasil
Luiz Inácio Lula da Silva
Palácio do Planalto
Brasília-DF

Exmo. Sr. Presidente.

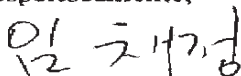
Com os meus melhores cumprimentos, tenho a honra de informá-lo que, neste momento, encontro-me em visita oficial ao Congresso Nacional Brasileiro, conforme convite deste Congresso. Nesta ocasião, tive a enorme satisfação de poder encontrar-me não só com os Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal como também com membros das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional das duas casas.

Outrossim, gostaria de referir-me à situação na Península Coreana. A Coreia é um país dividido desde a década de 50, mantendo assim a última fronteira militarizada da Guerra Fria. A esse respeito, muito gostaria de poder contar com a vossa valiosa colaboração para aliviar a tensão na Península Coreana e, enfim, promover a paz e a reunificação do povo coreano.

Nesse sentido, muito agradeceria a gentileza de vossos preciosos préstimos em promover dois jogos amistosos entre a Seleção Brasileira de Futebol Masculino e a Seleção Unificada das Coreias – sendo um em Seul, capital da Coreia do Sul, e outro em Pyongyang, capital da Coreia do Norte – para o fortalecimento da cultura de paz na Península Coreana.

Certo de poder contar com vossa valiosa colaboração e amizade, agradeço-lhe antecipadamente pela atenção e aproveito a oportunidade para manifestar-lhe os meus sinceros protestos de mais elevada estima e distinta consideração.

Respeitosamente,



Deputado Lim Chaek Jung

Presidente da Comissão de Reunificação, Relações
e Comércio Exteriores da Assembléia Nacional da
República da Coreia.

Embaixada da República da Coreia
SEN – Av. das Nações, Lote 14
Brasília DF - 70436-900
Tel.: (61) 321-2500 - Fax: (61) 321-2508
E-mail: ebcorea@linkexpress.com.br

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. PFL – MT)
– V. Ex^a será atendido na forma do Regimento, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. PFL – MT)
– O Sr. Senador Antero Paes de Barros enviou discurso à Mesa, para ser publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Retificação de IR de Meirelles pode ter sido feita em computador da Receita”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 14 de abril do corrente.

A matéria relata a denúncia formulada pelo Ministério Público junto à Receita Federal, sobre os indícios

de que a retificação do imposto de renda do Presidente do Banco Central teria sido realizada nos computadores daquele órgão.

O Corregedor-Geral da Receita, Moacir Leão, diz: “Há uma investigação sendo realizada”. Procurado pelo jornal, o secretário Jorge Rachid não quis se pronunciar sobre o assunto.

Pela oportunidade do assunto, requeiro que a matéria seja dada como lida e considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O ESTADO DE S. PAULO

Retificação de IR de Meirelles pode ter sido feita em computador da Receita

O corregedor Moacir Leão confirma que o caso vem sendo investigado há dois meses, mas ainda não há culpados identificados

CRISE NO PLANALTO
BRASILIA

A Corregedoria-Geral da Receita Federal está investigando há dois meses denúncia de que declarações retificadoras do Imposto de Renda (IR) do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, foram enviadas de computadores da própria Receita. O corregedor-geral do órgão, Moacir Leão, confirmou a investigação, mas disse que ainda não foi apontado um responsável pelo uso de computadores da Secretaria da Receita para corrigir distorções em declarações de rendimento do presidente do BC. "Há uma investigação, mas não temos ninguém que possa ser considerado responsável", afirmou o corregedor.

Os trabalhos da corregedoria foram iniciados a pedido do Ministério Público. A expectativa é a de que o processo seja concluído em 60 dias.

Segundo Leão, informações foram requeridas ao Serpro, a empresa de processamento de dados do governo federal responsável por todo o sistema de informática da Receita. Por se tratar de um órgão de fiscalização e de arrecadação, a Receita tem um controle rígido do uso dos seus sistemas de informática e das senhas utilizadas pelos funcionários. É possível, por exemplo, identificar de qual terminal de computador determinada operação foi realizada.

"As informações prelimina-

res prestadas pelo Serpro não nos permitem ainda chegar a nenhuma conclusão", disse o corregedor. Ele evitou dar detalhes da investigação, alegando que se trata de uma situação em que deve-se observar o sigilo. "Nada nos autoriza a afirmar, no momento, que houve envio da retificadora pelos computadores da Receita", ponderou. "Trata-se da apuração de uma denúncia", acrescentou.

Procurado pelo Estado, o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, não se pronunciou sobre o assunto. A assessoria de imprensa da Receita disse que se trata de uma questão da alçada da corregedoria do órgão por se tratar de tema disciplinar. Já o advogado do presidente do BC, Cláudio Fruet,

disse desconhecer o assunto por que toda parte tributária referente aos rendimentos auferidos por Meirelles fica sob a responsabilidade de Roberto Pasqualin, do escritório Demarest & Almeida, que trabalha com o presidente do BC há cinco anos. Fruet admitiu, no entanto, que Meirelles fez uma declaração retificadora há quatro meses, antes das primeiras denúncias contra o presidente do BC terem sido divulgadas pela imprensa, em meados do ano passado. Na última quinta-feira, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou investigação pedida pelo Ministério Público, os advogados afirmaram que a declaração tinha sido entregue no dia em que a primeira reportagem foi publicada. ■ Adriana Fernandes e Sheila D'Amorim

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. PFL – MT)
– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, esta longa sessão de segunda-feira, creio que foi a sessão mais longa que já houve

nas segundas-feiras, lembrando às Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA**Às 15:30 horas****CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA****1****PARECER Nº 519, DE 2005****(Escolha de Autoridade)****(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, § único do Regimento Interno)**

Discussão, em turno único, do Parecer nº 519, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, sobre o Ofício nº S/17, de 2005 (nº 87/2005, na origem), pelo qual o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil submete à deliberação do Senado a escolha do Dr. *Paulo Luiz Neto Lôbo* para compor o Conselho Nacional de Justiça.

2**PARECER Nº 520, DE 2005****(Escolha de Autoridade)****(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, § único do Regimento Interno)**

Discussão, em turno único, do Parecer nº 520, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, sobre o Ofício nº S/20, de 2005 (nº 157/2005, na origem), pelo qual o Tribunal Superior do Trabalho submete à deliberação do Senado a escolha do Ministro *Vantuil Abdala* para compor o Conselho Nacional de Justiça.

3**PARECER Nº 521, DE 2005****(Escolha de Autoridade)****(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, § único do Regimento Interno)**

Discussão, em turno único, do Parecer nº 521, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, sobre o Ofício nº S/21, de 2005 (nº 157/2005, na origem), pelo qual o Tribunal Superior do Trabalho submete à deliberação do Senado a escolha do Dr. *Douglas Alencar Rodrigues* para compor o Conselho Nacional de Justiça.

4**PARECER Nº 522, DE 2005****(Escolha de Autoridade)****(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, § único do Regimento Interno)**

Discussão, em turno único, do Parecer nº 522, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, sobre o Ofício nº S/22, de 2005 (nº 157/2005, na origem), pelo qual o Tribunal Superior do Trabalho submete à deliberação do Senado a escolha do Dr. *Paulo Luiz Schmidt* para compor o Conselho Nacional de Justiça.

5**PARECER Nº 523, DE 2005****(Escolha de Autoridade)****(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, § único, do Regimento Interno)**

Discussão, em turno único, do Parecer nº 523, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, sobre o Ofício nº S/23, de 2005 (nº 19/2005, na origem), pelo qual o Supremo Tribunal Federal submete à deliberação do Senado a indicação do Ministro *Nelson Jobim* para compor o Conselho Nacional de Justiça.

6**PARECER Nº 524, DE 2005****(Escolha de Autoridade)****(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, § único, do Regimento Interno)**

Discussão, em turno único, do Parecer nº 524, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, sobre o Ofício nº S/24, de 2005 (nº 16/2005, na origem), pelo qual o Supremo Tribunal Federal submete à deliberação do Senado a indicação do Desembargador *Marcus Antonio de Souza Faver* para compor o Conselho Nacional de Justiça.

7

PARECER Nº 525, DE 2005**(Escolha de Autoridade)****(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, § único, do Regimento de Interno)**

Discussão, em turno único, do Parecer nº 525, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, sobre o Ofício nº S/25, de 2005 (nº 18/2005, na origem), pelo qual o Supremo Tribunal Federal, submete à deliberação do Senado a escolha do Juiz de Direito *Cláudio Luiz Bueno de Godoy* para compor o Conselho Nacional de Justiça.

8

PARECER Nº 526, DE 2005**(Escolha de Autoridade)****(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, § único, do Regimento de Interno)**

Discussão, em turno único, do Parecer nº 526, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, sobre o Ofício nº S/26, de 2005 (nº 534/2005, na origem), pelo qual a Procuradoria-Geral da República, submete à deliberação do Senado a escolha do Dr. *Eduardo Kurtz Lorenzoni* para compor o Conselho Nacional de Justiça.

9

PARECER Nº 527, DE 2005**(Escolha de Autoridade)****(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, § único, do Regimento de Interno)**

Discussão, em turno único, do Parecer nº 527, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, sobre o Ofício nº S/27, de 2005 (nº 534/2005, na origem), pelo qual a Procuradoria-Geral da República, submete à deliberação do Senado a escolha da Dra. *Ruth Lies Scholt de Carvalho* para compor o Conselho Nacional de Justiça.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**10****PARECER Nº 595, DE 2005****(Escolha de Autoridade)****(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, § único, do Regimento Interno)**

Discussão, em turno único, do Parecer nº 595, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, sobre o Ofício nº S/29, de 2005 (nº 535/2005, na origem), pelo qual a Procuradoria-Geral da República submete à deliberação do Senado a indicação da Procuradora Regional da República, Dra. *Janice Agostinho Barreto Ascari*, pelo Ministério Público Federal, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

11**PARECER Nº 596, DE 2005****(Escolha de Autoridade)****(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, § único, do Regimento Interno)**

Discussão, em turno único, do Parecer nº 596, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, sobre o Ofício nº S/30, de 2005 (nº 535/2005, na origem), pelo qual a Procuradoria-Geral da República submete à deliberação do Senado a indicação da Subprocuradora-Geral do Trabalho, Dra. *Ivana Auxiliadora Mendonça Santos*, pelo Ministério Público do Trabalho, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

12**PARECER Nº 597, DE 2005****(Escolha de Autoridade)****(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, § único, do Regimento Interno)**

Discussão, em turno único, do Parecer nº 597, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, sobre o Ofício nº S/31, de 2005 (nº 535/2005, na origem), pelo qual a Procuradoria-Geral da República submete à deliberação do Senado a indicação do Procurador da Justiça Militar, Dr. *Osmar Machado Fernandes*, pelo Ministério Público Militar, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

13**PARECER Nº 598, DE 2005****(Escolha de Autoridade)****(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, § único, do Regimento Interno)**

Discussão, em turno único, do Parecer nº 598, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, sobre o Ofício nº S/32, de 2005 (nº 535/2005, na origem), pelo qual a Procuradoria-Geral da República submete à deliberação do Senado a indicação do Promotor de Justiça, Dr. *Gaspar Antônio Viegas*, pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

14**PARECER Nº 599, DE 2005****(Escolha de Autoridade)****(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, § único, do Regimento Interno)**

Discussão, em turno único, do Parecer nº 599, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, sobre o Ofício nº S/33, de 2005 (nº 17/2005, na origem), pelo qual o Supremo Tribunal Federal submete à deliberação do Senado a indicação do Juiz do Trabalho, Dr. *Hugo Cavalcanti Melo Filho* para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

15**PARECER Nº 600, DE 2005****(Escolha de Autoridade)****(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, § único, do Regimento Interno)**

Discussão, em turno único, do Parecer nº 600, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, sobre o Ofício nº S/34, de 2005 (nº 453/2005, na origem), pelo qual o Superior Tribunal de Justiça submete à deliberação do Senado a indicação do Juiz Federal *Ricardo César Mandarinho Barretto* para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

16**PARECER Nº 601, DE 2005****(Escolha de Autoridade)****(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, § único, do Regimento Interno)**

Discussão, em turno único, do Parecer nº 601, de 2005, da Comissão de

Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, sobre o Ofício nº S/18, de 2005 (nº 88/2005, na origem), pelo qual pelo qual o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil submete à deliberação do Senado a indicação do Dr. *Francisco Ernando Uchoa Lima* para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

17**PARECER Nº 602, DE 2005****(Escolha de Autoridade)****(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, § único, do Regimento Interno)**

Discussão, em turno único, do Parecer nº 602, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, sobre o Ofício nº S/19, de 2005 (nº 88/2005, na origem), pelo qual pelo qual o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil submete à deliberação do Senado a indicação do Dr. *Luiz Carlos Lopes Madeira* para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

18**PARECER Nº 603, DE 2005****(Escolha de Autoridade)****(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, § único, do Regimento Interno)**

Discussão, em turno único, do Parecer nº 603, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, sobre o Ofício nº S/35, de 2005 (s/nº, na origem), pelo qual os Líderes Partidários desta Casa submetem à deliberação do Senado Federal a indicação do Senhor *Alberto Machado Cascais Meleiro* para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

19**PARECER Nº 604, DE 2005****(Escolha de Autoridade)****(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, § único, do Regimento Interno)**

Discussão, em turno único, do Parecer nº 604, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, sobre o Ofício nº S/36, de 2005 (nº 583/2005, na origem), pelo qual a Câmara dos Deputados submete à deliberação do Senado Federal a indicação do Senhor *Francisco Maurício Rabelo de Albuquerque Silva* para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

20**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 36, DE 2004**

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, II, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2004 (nº 2.710/92, na Casa de origem), de iniciativa popular, que *dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e o seu Conselho Gestor*.

(Pendente de pareceres das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais.)

21**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 57,
DE 2003**

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2003 (nº 306/2000, na Câmara dos Deputados), que *acrescenta o § 3º ao art. 215 da Constituição Federal, instituindo o Plano Nacional de Cultura*.

Parecer favorável, sob nº 195, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Marcelo Crivella.

22**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 73,
DE 1999**

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 73, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que *inclui novo inciso no § 9º, além de novos parágrafos no art. 165 da Constituição Federal* (participação da população ou de entidades civis legalmente constituídas na elaboração, aprovação e execução do processo orçamentário).

Parecer sob nº 1.398, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antônio Carlos Valadares, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

23**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 31,
DE 2000**

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que *acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças.*

Parecer sob nº 972, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto em separado do Senador Aloizio Mercadante.

24**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48,
DE 2003**

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Parecer sob nº 1.199, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

25**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12,
DE 2004**

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.* (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer, sob nº 1.863, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

26**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 12, DE 2003**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 466, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

Agenda do Presidente do Senado Federal

23/05/2005

segunda-feira

-
- 14:30** - **Senhor Lars Graef, Secretário de Esportes do Governo do Estado de São Paulo, acompanhado da**
Senhora Maura Abade, Assessora
Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal.
- 16:30** - **Juiz Pedro Inácio da Silva, Presidente do TRT de Alagoas**
Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)**

	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	César Borges	PTB	Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	PT	Ideli Salvatti
PMDB	João Alberto Souza	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PFL	Roseana Sarney	PSOL	Heloísa Helena
	PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
PT	Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PSDB	Flexa Ribeiro	PFL	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	PSDB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Hélio Costa	PT	Tião Viana
	GOIÁS	PSOL	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PMDB	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	PT	Delcídio Amaral
PSDB	Antero Paes de Barros	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro		DISTRITO FEDERAL
PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
PT	Paulo Paim		TOCANTINS
PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	PL	João Ribeiro
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
PPS	Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais		RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	Amir Lando
	ESPÍRITO SANTO	PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata		RORAIMA
PL	Francisco Pereira	PTB	Mozarildo Cavalcanti
	PIAUÍ	PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Wirlande da luz

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Dulcília Ramos Calháo	(Ramal: 3514)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Janice de Carvalho Lima	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3502)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES		
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho (Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo (Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo (Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares (Ramal: 4604)
	CFC	José Francisco B. de Carvalho (Ramal: 3935)
	CI	Celso Antony Parente (Ramal: 4354)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello (Ramal: 4777)
	CLP	Maria Dulce V de Queirós Campos (Ramal: 1856)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
PDT	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
PDT	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM
CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA
PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Hélio Costa - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. João Ribeiro – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. José Agripino – PFL
Roseana Sarney – PFL	5. Marco Maciel – PFL
(vago – cedida ao PDT) – PFL *	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Leonel Pavan – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)	8. Alvaro Dias – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Tasso Jereissati – PSDB
PMDB	
Hélio Costa	1. João Batista Motta
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Mário Calixto
Gerson Camata	4. Papaléo Paes
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Leomar Quintanilha	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho**	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Paulo Paim
Cristovam Buarque	2. Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3. Fernando Bezerra
Flávio Arns	4. Delcídio Amaral
Ideli Salvatti	5. Antonio Carlos Valadares
Roberto Saturnino	6. Francisco Pereira
Sérgio Zambiasi	7. Patrícia Saboya Gomes
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca

* Vaga cedida ao PDT, conforme Ofício nº 014/05-GLPFL, de 17.02.2005

** O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	
TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
PDT	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
PDT	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA ¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES ²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) ¹⁶		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹⁻¹⁵ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 09.08.2004)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

¹⁵ Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.04.2004.

¹⁶ O Senador Reginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 03.08.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255

sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

COMPOSIÇÃO

SENADORES	PARTIDO	ESTADO	RAMAL
Vago			
Demóstenes Torres	Bloco/PFL	GO	2091
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP)
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) - Sem partido
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 09.03.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Severino Cavalcanti (PP-PE)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PMDB-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Paulo Rocha (PT-PA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador José Jorge (PFL-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Cristovam Buarque (PT-DF)

Atualizado em 04.05.2005

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)**

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: ARNALDO NISKIER
Vice-Presidente: LUIZ FLÁVIO B. D'URSO

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SOARES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	CELSO AUGUSTO SCHÖDER
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

- 1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
- 2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação
aguardando designação

02 - Comissão de Tecnologia Digital
aguardando designação

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária
aguardando designação

04 - Comissão de TV a Cabo
aguardando designação

05 - Comissão de Concentração na Mídia
aguardando designação

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS ⁽¹⁾	
Senador EDUARDO SUPLCY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÊ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB)	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCA (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)	Vago
PPS	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB/ES)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ)	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SA (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT)
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP)
PPS	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador CRISTOVAM BUARQUE

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> PAULO ROCHA PT-PA	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> CRISTOVAM BUARQUE PT-DF

Atualizado em 04.05.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311- 5255
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 168 PÁGINAS